

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Centro de Ciências Sociais Aplicadas



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL E REGIONAL

MESTRADO

PEDRO HENRIQUE FERNANDES LEITE

***A Tribuna do Povo, Maria Aragão e o PCB: recepção e difusão
das ideias comunistas no Maranhão entre 1945 e 1955***

São Luís

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL E
REGIONAL

PEDRO HENRIQUE FERNANDES LEITE

***A Tribuna do Povo, Maria Aragão e o PCB: recepção e difusão das ideias comunistas no
Maranhão entre 1945 e 1955***

São Luís-MA

2024

PEDRO HENRIQUE FERNANDES LEITE

***A Tribuna do Povo, Maria Aragão e o PCB: recepção e difusão das ideias comunistas no
Maranhão entre 1945 e 1955***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional como requisito para obtenção do título de mestre no Curso de Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional.

Orientador: Dr. Bráulio Roberto de Castro Loureiro

São Luís-MA

2024

Leite, Pedro Henrique Fernandes

A Tribuna do Povo, Maria Aragão e o PCB: recepção e difusão das ideias comunistas no Maranhão entre 1945 e 1955. / Pedro Henrique Fernandes Leite. – São Luis, MA, 2024.

248 f

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) – Universidade Estadual do Maranhão, 2024.

Orientador: Prof. Dr. Bráulio Roberto de Castro Loureiro

1.Tribuna do Povo. 2.Maria Aragão. 3.Partido Comunista Brasileiro. 4.Pensamento Político Brasileiro. 5.Marxismo. I.Título.

CDU: 32(812.1)"1945/1955"

Elaborado por Cássia Diniz- CRB 13/910

PEDRO HENRIQUE FERNANDES LEITE

***A Tribuna do Povo, Maria Aragão e o PCB: recepção e difusão das ideias comunistas no
Maranhão entre 1945 e 1955***

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **BRAULIO ROBERTO DE CASTRO LOUREIRO**
Data: 13/06/2024 20:39:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Bráulio Loureiro (Orientador)
Doutor em Ciência Política
Universidade Estadual do Maranhão

Documento assinado digitalmente
 **SABRINA MIRANDA ARECO**
Data: 14/06/2024 10:04:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Dr^a. Sabrina Areco
Doutora em Ciência Política
Universidade Federal do Acre

Documento assinado digitalmente
 **LUCIANA APARECIDA ALIAGA AZARA DE OLIVEIRA**
Data: 15/06/2024 13:06:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Dr^a. Luciana Aliaga
Doutora em Ciência Política
Universidade Federal da Paraíba

São Luís-MA
2024

AGRADECIMENTOS

À Maria Aragão, com quem tanto aprendi, me inspirei e cresci.

A todos os trabalhadores e trabalhadoras da *Tribuna do Povo*, Maria Aragão, João Bispo Furtado, Sebastião Rodrigues e Silva, Abdergard Brasil Corrêa Filho, Euvaldo Rodrigues Leda, Homero Higino, Otávio Gomes, Rodrigo da Silveira, Walter Pereira Matos, R. Azevedo, Moreira Leda, Francisco de Assis Marques Figueiredo, Benedito Coimbra, José Assunção Ferreira, Nemesio Dias de Castro, Joré Lima, Norlí Fonseca e Aldenoura Lisbôa. Sinto que s
Aos meus pais, Vilma e Juvenil, por todo amor, apoio e cuidado de sempre. Também à Judite. Amo vocês.

Ao meu irmão, Fernando, amado, a quem tanto admiro e sinto saudades. Também à minha cunhada, Line. Vocês me inspiram.

Ao meu amigo e orientador, Bráulio, pelo apoio, paciência e riqueza de suas orientações. Também por nossas inúmeras conversas sobre a vida, projetos e sonhos.

Aos meus amigos do Núcleo de Estudos em História e Pensamento Político Brasileiro (NEHPPOL), pelas valiosas e infindáveis trocas, sobre a vida e sobre tudo.

Aos meus colegas do PPDSR, pelas trocas e reflexões conjuntas. Em especial, aos meus amigos, Edson, Brendah e Lucas. Foi uma honra e um privilégio caminhar ao lado de vocês.

Aos meus amigos de sempre, Edinho, Victor, Badinho, João Marcos e Felipe.

À Malu, pelo apoio incondicional no transcurso deste sonho. Também à Enola, Blackie e Cajú. A minha psicológica querida, Aline, pelo cuidado, paciência e compreensão. Aprendo e cresço muito com você. Obrigado por tudo e por tanto.

A todos os professores do PPDSR, em especial aos professores Bráulio e Zulene, pelos ensinamentos e renovações de coragem.

A todos os trabalhadores e trabalhadoras da Universidade Estadual do Maranhão e do PPDSR. Em especial, à Elizete e dona Márcia.

À Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), pelo apoio com bolsa durante estes dois anos.

Por fim, mas não menos importante, a todos e todas que, direta ou indiretamente, de formas variadas e em diferentes medidas, contribuíram com o início, o desenvolvimento e a conclusão deste ciclo.

“O ideal socialista continuará a germinar no coração dos homens enquanto houver injustiça, desigualdade, discriminação, miséria, analfabetismo, doença e fome, que justifiquem a luta por uma sociedade libertária e fraterna, sonho que acompanha a humanidade desde seus primórdios e viverá conosco até o instante final de nossa civilização”.

Maria Aragão

“Os sonhos só acontecem quando você acorda”.

Sérgio Vaz

RESUMO

O jornal maranhense *Tribuna do Povo* (1945-1962) foi fundado e dirigido pela comunista maranhense Maria Aragão (1910-1991), num contexto de reorganização das bases do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no Maranhão, quando, nacionalmente, o partido fruiu de um breve período de legalidade pós *Segunda Guerra*. Aragão era também dirigente do PCB no estado. Construída por e voltada a trabalhadores e suas reivindicações, a *Tribuna* refletiu sobre a dinâmica sociopolítica estadual, nacional e internacional, fomentando a organização política das classes trabalhadoras. O objetivo deste trabalho é investigar as atividades da *Tribuna* durante seus primeiros dez anos (1945-1955), revelando elementos de sua estrutura organizativa e perscrutando o conjunto de suas publicações à luz de suas relações com o PCB. Para isto, partindo de perspectivas históricas para a análise do pensamento político, como o materialismo histórico, o “contextualismo linguístico” da Escola de Cambridge e as metáforas da circulação, da recepção e da tradução das ideias, recorreremos à pesquisa documental e à pesquisa bibliográfica. Como resultados, o trabalho identifica a *Tribuna* como órgão de imprensa do PCB no Maranhão, recepcionando e difundindo suas teses e orientações e atuando como órgão oficial de comunicação do partido. Em favor dos trabalhadores, sem abrir mão dos referenciais teóricos do PCB, de matriz terceiro-internacionalista, e com o papel decisivo de Maria Aragão à frente do jornal, onde desempenhou o papel de protagonista política e intelectual, a *Tribuna* influiu nas lutas políticas de seu tempo. No âmbito da história da circulação das ideias comunistas, a *Tribuna*, no período que perfaz o nosso recorte de pesquisa, se constituiu como principal *suporte* (enquanto *organização e meio material*) da recepção, apropriação e difusão das ideias comunistas do PCB no Maranhão, ao passo que Maria Aragão se constituiu como o principal *sujeito* (enquanto *indivíduo*) de recepção, apropriação e difusão destas ideias no estado. Desta maneira e numa perspectiva mais ampla, o semanário comunista maranhense e Maria Aragão integraram este todo complexo que foi e é a circulação das ideias marxistas no Maranhão, no Brasil e na América Latina.

Palavras-chave: Tribuna do Povo; Maria Aragão; Partido Comunista Brasileiro; Pensamento Político Brasileiro; Marxismo.

ABSTRACT

The Maranhão newspaper *Tribuna do Povo* (1945-1962) was founded and directed by the Maranhão communist Maria Aragão (1910-1991), in a context of reorganization of the bases of the Brazilian Communist Party (PCB) in Maranhão, when nationally, the party enjoyed a brief period of legality post-*World War II*. Aragão was also a leader of the PCB in the state. Built by and aimed at workers and their demands, *Tribuna* reflected on the socio-political dynamics at the state, national, and international levels, fostering the political organization of the working classes. The aim of this work is to investigate the activities of *Tribuna* during its first ten years (1945-1955), revealing elements of its organizational structure and scrutinizing the entirety of its publications. To achieve this, starting from historical perspectives for the analysis of political thought, we resort to documentary research and bibliographical research. As a result, the work identifies *Tribuna* as the press organ of the PCB in Maranhão, receiving and disseminating its theses and guidelines and acting as the official communication organ of the party in Maranhão. In favor of the workers, without abandoning the PCB's theoretical frameworks of Third Internationalist origin, and with the decisive role of Maria Aragão at the forefront of the newspaper, where she played the role of a political and intellectual protagonist, *Tribuna* influenced the political struggles of its time. Within the scope of the circulation of communist ideas, the *Tribuna* was established, during the period covered by our research, as the main support (*both as an organization and material means*) for the reception, appropriation, and dissemination of the communist ideas of the PCB in Maranhão. At the same time, Maria Aragão was established as the main individual (*as a person*) for the reception, appropriation, and dissemination of these ideas in the state. Thus, from a broader perspective, the communist weekly from Maranhão and Maria Aragão were part of this complex whole that was and is the circulation of Marxist ideas in Maranhão, in Brazil, and in Latin America.

Keywords: *Tribuna do Povo*; Maria Aragão; Brazilian Communist Party; Brazilian Political Thought; Marxism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Logotipo TP, maio de 1949.....	24
Ilustração 2 – Logotipo TP, outubro de 1953.....	24
Ilustração 3 – Logotipo TP, fevereiro de 1954.....	24
Ilustração 4 – Logotipo, março de 1955.....	25
Ilustração 5 – Anúncio “Leia Problemas”	39
Ilustração 6 – Anúncio “Leia Voz Operária”	39
Ilustrações 7 e 8 – URSS e Brasil; Fatura x Miséria.....	48
Ilustração 9 – “Campanha de 5 milhões de assinaturas pela Reforma Agrária do Brasil”, II Conferência dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil.....	62
Ilustração 10 – Emídio, pai de Maria Aragão.....	69
Ilustração 11 – Rosa Camargo e seu filho Jonas, irmão de Maria Aragão.....	70
Ilustração 12 – Formatura de Maria Aragão, em 12 de novembro de 1942, Rio de Janeiro.....	78
Ilustração 13 – Clarice aos dois anos de idade, no Rio de Janeiro, em 19 de maio de 1942.....	79
Ilustração 14 – Maria Aragão ao retornar ao Maranhão, em 1945.....	83
Ilustração 15 – Simone, Sônia, Sebastião e Maria.....	94
Ilustração 16 – Foto enviada e Moscou por Maria: “Para Sônia e Simone com muito carinho – sobre a neve, num carro que não é meu. Abraços. Maria. 3/3/62”.....	99
Ilustração 17 – Maria Aragão trabalhando no Posto de Saúde do Anil, quando nomeada em seu primeiro emprego público no Maranhão.....	103
Ilustração 18 – Chatô limpa as botas do patrão americano.....	191
Ilustração 19 – Cunha Machado-Colares Moreira - Juscelino-Jango.....	222
Ilustração 20 – Juscelino-Jango -candidatos anti-golpistas.....	222
Ilustração 21 – Vote a 3 de outubro contra o golpe em Juscelino-Jango, contra o vitorinismo em Cunha Machado e Colares Moreira.....	223

SUMÁRIO

Introdução.....	10
1. Tribuna do Povo: estrutura-organizativa e traços gerais de conteúdo	24
1.1. <i>Fundação, trabalhadores, dinâmica de funcionamento e características gerais.....</i>	<i>24</i>
1.2. <i>A Imprensa Popular e a "imprensa sadia".....</i>	<i>38</i>
1.3. <i>A Guerra Fria nas páginas da Tribuna.....</i>	<i>41</i>
1.4. <i>Stálin, Lênin e Prestes.....</i>	<i>50</i>
1.5. <i>Organizações, encontros, informes e outros documentos: difusão para ensinar a mobilização.....</i>	<i>53</i>
2. Maria Aragão: trajetória e obra	68
2.1. <i>As raízes negras, indígenas e espanholas, a infância e a formação como professora.....</i>	<i>68</i>
2.2. <i>O falecimento de Rosa, o Rio, a graduação em medicina e a filha, Clarice.....</i>	<i>75</i>
2.3. <i>A adesão ao PCB e o retorno ao Maranhão: dirigente do partido e diretora da Tribuna do Povo.....</i>	<i>81</i>
2.4. <i>A reação, o casamento com Alfredo Galvão, os filhos Sônia, Simone e Sebastião e a primeira prisão.....</i>	<i>91</i>
2.5. <i>Viagem à URSS, a fase político-pedagógica e a repressão pós golpe de 1964.....</i>	<i>97</i>
2.6. <i>Médica do estado, a ruptura com o PCB, a luta contínua e as homenagens.....</i>	<i>103</i>
3. A Tribuna do Povo, o PCB e a circulação das ideias comunistas no Maranhão.....	107
3.1. <i>A URSS, a internacional Comunista e as teses do PCB entre 1945 e 1955.....</i>	<i>107</i>
3.2. <i>Circulação, recepção e tradução das ideias.....</i>	<i>117</i>
3.3. <i>Mergulhando na Tribuna: o vitorinismo e o governo Eugênio Barros como "sustentáculos do imperialismo norte-americano" no Maranhão e como manifestações de um regime sociopolítico putrefato.....</i>	<i>121</i>
3.4. <i>A situação do campo maranhense e as mobilizações dos trabalhadores rurais na perspectiva da Tribuna.....</i>	<i>139</i>
3.5. <i>O universo fabril e o operariado maranhense sob a ótica da Tribuna: unidade política e greve como armas.....</i>	<i>171</i>
3.6. <i>A Tribuna do Povo, os comunistas e as eleições de 1955.....</i>	<i>189</i>
Considerações Finais.....	228
Referências.....	233

Introdução

Durante o século XIX e XX, se tornou tradição, entre as organizações de esquerda, a utilização dos jornais impressos para a divulgação de suas ideias e para a mobilização política. (Ferreira, 2013). No caso brasileiro, não foi diferente, a exemplo do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Daniela Ferreira (2014), explica como, na história do PCB, a imprensa foi valorizada e utilizada com muitas finalidades: como mecanismo fundamental para difusão das ideias socialistas no Brasil; como canal para conquista de novos adeptos às fileiras do partido; como meio para a divulgação das lutas políticas e sociais travadas pelos trabalhadores em território nacional e também internacionalmente; tendo figurado ainda, e por extensão, como um importante canal para divulgação das teses e orientações do partido, servindo também como canal para balanços e autocríticas internas.

Referindo-se à vasta rede político-cultural de comunicações vinculada ao PCB, o maranhense Raimundo Alves de Souza (2005), destacado gráfico da imprensa comunista no Brasil¹ e ex-membro do Comitê Executivo do PCB, revela que, no Brasil, entre os anos de 1920 e 1970, foram editadas e circularam mais de 85 publicações diretamente ligadas ao partido, notadamente sob a sua orientação e/ou influência. Integraram este aparato de imprensa “[...] jornais diários, semanários, mensais, revistas políticas, jornais de setores e/ou de sindicatos”, entre outros. (Souza, 2005, p. 13). Neste rol de publicações, estiveram as revistas *Movimento Comunista*, *Seiva* e *Problemas* e os jornais *A Classe Operária*, *Tribuna Popular*, *Imprensa Popular*, *Voz Operária* e *Novos Rumos*². (Souza, 2005; Ferreira, 2014; Ferreira, 2013).

¹ Entre os anos de 1940 e 1960, Raimundo Alves de Sousa participou, diariamente, da linha de produção de parte destas publicações ligadas ao PCB, como da *Imprensa Popular*, *Voz Operária* e *Novos Rumos*. (Souza, 2005).

² A *Movimento Comunista* foi primeira publicação periódica declaradamente comunista a aparecer no Brasil. Começou a circular em janeiro de 1922 e findou em 10 de junho de 1923. Após a fundação do PCB, em março de 1922, a *Movimento Comunista* tornou-se órgão oficial do partido. Embora não tenha se constituído um jornal de massas e mesmo que de existência breve, a *Movimento Comunista* foi fundamental naqueles primeiros anos de existência partidária. Era aquele um momento de grandes dificuldades teóricas e políticas para os comunistas brasileiros, sem um órgão de imprensa para divulgar suas ideias entre seus pares, para conquistar novos adeptos ao partido, defender as propostas comunistas, a URSS, a Internacional Comunista (IC) e para apresentar e discutir os problemas nacionais. (Ferreira, 2014). A revista *Seiva*, por sua vez, baiana, começou a circular em 1938, findando sua “primeira fase” de publicações em 1943, com 18 edições, devido a repressão e censura do governo Vargas. Neste período, reuniu nomes como João Falcão, Rui Facó, Armênio Guedes e Diógenes Arruda Câmara. Dentre as células comunistas existentes na Bahia, o periódico nasceu e irradiou-se daquele aglutinada na *Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da Bahia*. Após seu fechamento em 1943, reapareceu e circulou entre 1950 e 1952, publicando cinco edições. (Ferreira, 2013). O jornal *A Classe Operária*, por seu turno, surgiu como desdobramento direto do II Congresso do PCB, que julgou necessário um jornal de massas para o partido. Assim, *A Classe Operária* começou a circular em 1º maio de 1925 como órgão de imprensa oficial do PCB. Os principais responsáveis por sua fundação, atividade e circulação foram Astrogildo Pereira, Otávio Brandão Rego, José Lago Molares e Laura Brandão. O jornal se definia como um “jornal de trabalhadores, feito por trabalhadores, para trabalhadores”. Ainda em 1925, após 12 edições publicadas, *A Classe Operária* foi declarada ilegal pelo governo de Artur Bernardes (1922-1926), que havia decretado estado de sítio no país. Em 1928, o jornal retomou suas

Segundo Azevedo (2016, p. 50), no Maranhão, “[...] a mais conhecida publicação ligada ao PCB foi a *Tribuna do Povo*” (1945-1965), jornal fundado e dirigido pela comunista maranhense Maria José Camargo Aragão. A fundação da *Tribuna* remete a um contexto de reorganização das bases do PCB no estado, quando o Brasil, logo após o término da *Segunda Guerra Mundial*, registrou um período de abertura democrática. Na esteira deste processo, o PCB fruiu de um breve período de legalidade e a direção do partido julgou necessário fortalecê-lo no Maranhão. A fim de contribuir com esta tarefa, Maria Aragão, recém-filiada ao PCB, partido ao qual adentrara em maio de 1945, voluntariou-se a retornar ao seu estado natal, onde se tornou, de imediato, dirigente da seção do partido, responsável pelas funções de agitação e propaganda.

Foi, então, que, como tarefa partidária, Maria fundou a *Tribuna do Povo*. À frente do jornal, Maria atuou como diretora, secretária, repórter, redatora e vendedora. (Aragão, 1992, 2015; Araújo, 2012, Azevedo, 2016). Maria foi a principal responsável pela execução das atividades que envolviam o jornal. Dentre estas atividades, num contexto de escassos recursos materiais, foi a diretora da *Tribuna* quem protagonizou a tarefa permanente de arrecadação, sem os quais a circulação do semanário ficaria completamente inviável. Maria foi também a principal redatora e distribuidora do jornal. É isto o que atesta William Moreira Lima em depoimento à Azevedo (2016). Ao lado de Maria Aragão, Moreira Lima foi um dos principais militantes e dirigentes do PCB no Maranhão. Ao referir-se à atuação de Maria à frente da *Tribuna*, Moreira Lima assegurou que “[...] o jornal era ela, que além de ser diretora, arrecadava

publicações, mas já no ano seguinte as atividades foram novamente interrompidas. A partir de 1945, *A Classe Operária* foi dirigida por Maurício Grabois. Não obstante as várias interrupções decorrentes da forte repressão estatal, o jornal circulou com novas edições até 1952, quando foi fechado por decisão do próprio PCB. Em 1951, antes de seu fechamento oficial, começou a circular mensalmente, com matérias voltadas para a teoria marxista e o noticiário sobre o avanço do comunismo mundo afora. Mais tarde, em 1962, *A Classe Operária* voltaria a circular, clandestinamente, agora como órgão oficial do *Partido Comunista do Brasil* (PCdoB), que aglutinou dissidentes do PCB, como Pedro Pomar, João Amazonas, Diógenes Arruda Câmara, Maurício Grabois, entre outros. *A Tribuna Popular*, por sua vez, um jornal direcionado ao público mais amplo, começou a circular em 1945. Teve como membros de sua direção Paulo Mota Lima, Dalcídio Jurandir e Carlos Drummond de Andrade. Sua relação com a direção do PCB foi marcada por muitos atritos. Com a forte repressão do governo Dutra aos comunistas, deixou de circular em dezembro de 1947. Já a *Imprensa Popular*, começou a circular em março de 1949, em substituição ao *Tribuna Popular*. O jornal tinha sua linha editorial em plena sintonia com os posicionamentos do PCB. Deixou de circular em 1957. Seu diretor foi Pedro Motta Lima e seu quadro de profissionais contou com Paulo Motta Lima, Aparício Torelli (Barão de Itararé), Egídio Squeff, Aydano do Couto Ferraz, Reynaldo Rocha, Leo Guanabara, Mário Lago, entre outros. *A Voz Operária*, por seu turno, de publicação semanal, começou a circular em 1949 em substituição ao também semanário *A Classe Operária*, duramente perseguido pelo governo Dutra. Foi dirigido por Aydano de Couto Ferraz. (Souza, 2005). Já o jornal *Novos Rumos*, começou a circular em janeiro de 1959. Sua última publicação data de março de 1964. Embora marcando posição mais à esquerda, já nasceu expressando a nova linha política adotada pelo PCB desde a chamada “Declaração de março de 1958”, oficializada, com algumas alterações, como programa do partido em 1959. “Eram os ‘novos rumos’ do partido”, que, àquela altura, passava a compor, oficialmente, o campo nacionalista brasileiro. (Ferreira, 2013, p. 208). Seus diretores foram Orlando Bonfim, diretor do jornal, Fragmon Carlos Borges, diretor executivo, e Luís Mários Gazzano, redator-chefe.

os recursos, era sua principal redatora e distribuidora”. (William Moreira Lima, 2016 apud Azevedo, 2016, p. 150).

Na definição de Maria Aragão, a *Tribuna* era “[...] um jornal combativo e respeitado” (Aragão, 1992, p. 127), um “[...] instrumento muito interessante para divulgar nossas ideias”. (Aragão, 2015, p. 130). Uma nova edição do jornal ganhava às ruas semanalmente, quase sempre aos sábados. Sua circulação, segundo sua diretora, era “boa”, tendo a tiragem semanal atingido algo “[...] em torno de 2.000 a 3.000 exemplares” (Aragão, 1992, p. 129). Mas esta quantia, em alguns momentos, teria chegado a cerca de 5.000. (Aragão, 2015). Em seu conteúdo, a *Tribuna* veiculava notícias, denúncias e análises políticas e sociais sobre a vida sociopolítica regional, nacional e internacional. Enraizada na realidade de vida dos trabalhadores maranhenses, da cidade e do campo, em sintonia com seus problemas e demandas mais sentidas, o jornal não deixava de denunciar casos de exploração, violência e descasos cometidos contra os trabalhadores no Maranhão.

A venda do jornal ocorria sobretudo nas portas das fábricas, nas praças do centro e nos bairros periféricos de São Luís, que era a cidade onde a *Tribuna* mais circulava. Embora em menor medida, o jornal circulava também em cidades do interior do Maranhão, através da rede de contatos atreladas ao PCB. Cada base do partido no interior tinha sua “cota” do jornal, ou seja, uma quantidade de exemplares para fazer circular. Este material era coletado diretamente na sede da *Tribuna*, no centro de São Luís, ou era levado às bases do partido no interior do estado através das atividades de cobertura da *Tribuna* e/ou do conjunto das outras tarefas partidárias desenvolvidas pela direção do PCB no Maranhão. Com o objetivo de prestar assistência às bases do partido e coletar novas denúncias junto aos trabalhadores, foram frequentes as viagens de Maria Aragão ao interior do Maranhão, momentos em fazia da *Tribuna* parte integrante e ativa das atividades do PCB, levando-a consigo para fazê-lo circular e pondo-a a serviço dos trabalhadores. (Aragão, 1992, 2015).

O momento das vendas do jornal, na capital ou no interior, eram também momentos de coleta de novas denúncias junto aos trabalhadores, material para ser publicado nas próximas edições do jornal. Como é de se imaginar, não eram poucas as dificuldades que pesavam contra as atividades da *Tribuna*. Entre estas, estavam: o baixo número de colaboradores fixos, que, muito provavelmente, assim como Maria, não eram remunerados; o receio dos outros quadros do partido em participarem de maneira mais engajada das atividades partidárias, entre as quais estava a *Tribuna*; a perseguição contra Maria Aragão; o isolamento político e jornalístico, fruto do anticomunismo e das posições assumidas pelo PCB; as enormes dificuldades financeiras enfrentadas pelo partido e pela *Tribuna* no Maranhão, condições que refletiam, de maneira

piorada, a situação do partido e de sua rede de comunicações Brasil afora. (Aragão, 1992, 2015; Araújo, 2012; Azevedo, 2016).

Referindo-se às dificuldades financeiras enfrentadas no Maranhão, Maria Aragão (1992, p. 90) declarou que o “[...] Partido vivia em crise financeira” e o “[...] aluguel da casa em que funcionava só vivia atrasado”, problemas que se fundiam com a estruturação e atividades da *Tribuna*. A sede do partido, aliás, era também a sede da redação jornal. A despeito das dificuldades e demais contratemplos, o jornal não deixava de circular. (Aragão, 1992, 2015; Araújo, 2012; Azevedo, 2016). Para isto, defendemos, foi decisiva a atuação de Maria Aragão à frente da *Tribuna* e como dirigente do PCB, reunindo os meios necessários para garantir a circulação do jornal à despeitos de todos os obstáculos ora citados.

A *Tribuna* permaneceu em atividade por cerca de 17 anos, dos quais Maria Aragão esteve à sua frente por 16. A dirigente comunista encerrou sua participação no jornal em julho de 1961, quando, por sugestão da direção nacional do PCB, viajou para a União Soviética, com objetivo de participar de cursos de formação política. Maria estava há muito lidando praticamente sozinha com as atividades da *Tribuna*. Desde 1956 a situação tinha piorado, e muito. As denúncias sobre o “culto à personalidade” de Stálin, feitas por Nikita Khrushchov no XX Congresso da PUCS, atingiram em cheio as organizações comunistas mundo afora, o que também ocorreu no Brasil. E, no Maranhão, não foi diferente: o partido enfraqueceu, houve dissidências e a *Tribuna* diminuiu consideravelmente sua tiragem. Além disso, entre os que ficaram no partido, os atritos intrapartidários recrudesceram, nos quais Maria também se viu envolvida. Aceitou, então, a proposta da direção nacional para a viagem à URSS, e, após um ano e três meses, ao retornar ao Maranhão, em setembro de 1962, a *Tribuna* já estava em seus últimos dias de atividade. (Aragão, 1992, 2015; Araújo, 2012).

Ora expostas as linhas gerais a respeito da *Tribuna do Povo*, adiantamos que os trabalhos que a abordaram, em maior ou menor medida, o fizeram dentro de um esforço mais amplo de exposição e análise da trajetória de Maria Aragão, ressaltando alguns de seus aspectos e significados. Algo compreensível, tendo em vista a relação orgânica entre Maria Aragão e a *Tribuna do Povo*, de evidente indissociabilidade. Também ao nosso ver, e esta é uma de nossas hipóteses, não há como falar da *Tribuna do Povo* sem falar de Maria Aragão, e vice-versa. Mergulhando nesta relação e investigando mais profundamente a experiência e o conteúdo da *Tribuna*, que ainda não foi tomada como fenômeno de estudo de nenhum trabalho no campo da Ciência Política, acreditamos ser possível revelar novos elementos tanto da *Tribuna* e da trajetória de Maria Aragão, como da história das ideias socialistas no Maranhão.

Nesse sentido, ao observar o conjunto dos trabalhos que a abordaram em algum grau, foram dois os pontos que, de maneira mais saliente, chamaram a nossa atenção, ambos reunindo aspectos conflitantes ou mesmo ausentes: 1) divergências quanto à estrutura organizativa da *Tribuna*, mais precisamente, o seu tipo de vínculo com o PCB, a composição de seu corpo de profissionais e a sua dinâmica de funcionamento; 2) no que toca propriamente o conteúdo do jornal, assumindo a premissa de sua vinculação com PCB, a ausência de dados que revelassem: primeiro, a sintonia, o desacordo ou a originalidade do conteúdo produzido pela *Tribuna* diante e a partir das teses do PCB e de suas orientações políticas; segundo, dentro dos estudos sobre a história das ideias, apontamentos sobre o papel que teria assumido ou não a *Tribuna* como órgão difusor das teses e leituras do PCB sobre o Brasil. Ao nosso ver e dentro de nossa proposta de pesquisa, portanto, eram duas as lacunas que interpelavam à realização de novas investigações.

Quanto à primeira lacuna, relativa aos aspectos da estrutura organizativa da *Tribuna*, o tipo de vínculo com o PCB e o período de existência do jornal variam a depender do autor. Segundo Maria Aragão (1992, 2015), o jornal pertencia ao partido, tendo sua fundação datada de 1945 e o encerramento de suas atividades datada de 1962. De acordo com Araújo (2012), por sua vez, a *Tribuna* figurou como um órgão não oficial do PCB e teria sido fundada por Maria Aragão quatro anos após o seu regresso ao Maranhão. Portanto, em 1949. Já para Almeida (2015), a *Tribuna* atuava sob chancela do PCB e teria circulado entre os anos de 1948 e 1960³.

Azevedo (2011, 2016), por sua vez, credita a fundação da *Tribuna* à uma tarefa partidária dada a Maria Aragão, que teria fundado o jornal na segunda metade da década de 1940, assim que Maria retornou à São Luís. Logo, em 1945. Já Silva (2017), classifica a *Tribuna* como o órgão oficial de comunicação do PCB no Maranhão, encontrando um reforço para a afirmação no fato da sede do partido e do jornal terem sido as mesmas. Para este autor, fundamenta-se nos depoimentos autobiográficos de Maria Aragão, a *Tribuna* teria circulado entre os anos de 1945 e 1962. Maria Aragão, por sua vez, explicita que o jornal pertencia ao PCB. (Aragão, 1992, 2015).

Mesmo diante de certa variabilidade de informações, para nós, o que está em jogo, aqui, não é necessariamente a existência ou não de alguma “vinculação” ou “ligação” político-ideológica entre a *Tribuna* e o PCB. Ao tomarmos nota dos argumentos da bibliografia exposta

³ Tendo como uma de suas principais fontes a *Tribuna do Povo*, Almeida, em conjunto com a *Comissão Pastoral da Terra* (CPT), realizou, na década de 1970, a pesquisa intitulada “Autonomia e mobilização camponesa no Maranhão” (2015). À luz das notícias contidas nos jornais maranhenses, como o título bem demonstra, o livro reúne os resultados de uma investigação histórica e antropológica a respeito da auto-organização política dos povos e comunidades tradicionais no estado do Maranhão.

anteriormente, este, parece-nos, é “ponto pacífico”, ou seja, onde inexiste, atualmente, qualquer polêmica sobre este aspecto. O contexto de fundação do jornal, as afirmações de sua diretora, Maria Aragão, e sua militância consistente junto ao PCB, a partilha de recursos materiais comuns, ao mesmo tempo utilizados para as atividades do partido e do jornal; tudo isto nos leva a reconhecer, de antemão, a existência de fortes laços entre o PCB e a *Tribuna*. Ao nos dedicarmos a este ponto da estrutura organizativa, em particular, tomando nota do conteúdo do jornal e dos indivíduos que o protagonizaram, o nosso intuito é, antes, investigar mais a fundo não apenas o caráter desta vinculação, mas os seus reflexos sob o jornal e seu conteúdo.

Além das divergências quanto ao tipo de vínculo com o PCB e o período de existência do jornal, outro aspecto da estrutura organizativa que possui esparsas informações diz respeito à composição do seu quadro de profissionais. Como já dissemos, uma de nossas hipóteses é de que Maria Aragão foi a protagonista intelectual e política da *Tribuna*, assumindo o papel de orientadora, principal redatora e o grande fator de decisão para continuidade das atividades do jornal. Foi devido à sua direção e protagonismo que a *Tribuna* seguiu circulando por longo período. É possível saber, no entanto, se existiram outros colaboradores do jornal? Caso, sim quem eram? Que papel desempenharam? Existiram outros redatores ou redatoras? Quem eram? Como a *Tribuna* os identificava? Em face das divergências e/ou ausências presentes na bibliografia disponível sobre o assunto e das questões ora elencadas é que tentaremos dar a nossa contribuição a partir deste trabalho.

Para além das questões estruturais-organizativas da *Tribuna*, a segunda lacuna, como dissemos, diz respeito ao próprio conteúdo do semanário comunista: ou seja, em linhas gerais, *o que foi publicado e como*. Um ponto ainda não abordado pela literatura sobre o jornal é exatamente o de sua relação e de seu conteúdo com as interpretações, os programas e as orientações políticas produzidas pelo PCB. O ponto é saber como a redação da *Tribuna* lidava com estas interpretações e orientações do partido. Ou seja, se reproduziam, alteravam ou traduziam as interpretações do partido, utilizando-as como base teórica para a explicação da vida política e social do Maranhão. Somado a isto, no âmbito das lutas políticas no Maranhão e no Brasil, é saber se a *Tribuna* tomava as interpretações e orientações do PCB como lastro norteador de sua própria ação e como base para a orientação do seu público leitor.

Por fim, e como consequência, assumindo a premissa de que se tratava de um jornal alinhado, em alguma medida, político-ideologicamente com o PCB, é apreender o papel assumido ou não pela *Tribuna* como um veículo de difusão das teses e orientações do partido, e, no todo, das ideias comunistas no Maranhão. Nosso interesse aqui, adiantamos desde já, partindo das contribuições metodológicas de Tarcus (2018) para uma historiografia da recepção

das ideias marxistas na América Latina, não é avaliar se a *Tribuna* leu “correta” ou “incorretamente” a Marx, mas verificar *como* o leram e *por que* o leram de determinada maneira e não de outra.

Isto posto, apresentadas as lacunas e possibilidades, e considerando que uma importante experiência política das classes trabalhadoras no Maranhão carece de novas investigações, cabe indagar: do ponto de vista estrutural-organizativo, como se deu a experiência da *Tribuna do Povo*? Qual a sua vinculação com PCB e qual o seu período de existência? Quem eram seus colaboradores? Qual a dinâmica de funcionamento do jornal? Ademais, qual é e no que toca o conteúdo difundido por esse veículo cultural fundado e dirigido por Maria Aragão? E como este conteúdo se relacionava com as teses e orientações do PCB? O semanário as reproduzia, alterava ou traduzia? Se as traduzia, em quais termos isso foi feito? É possível dizer que a *Tribuna* atuou como um veículo de difusão das teses e orientações do PCB, e, consequentemente, das ideias comunistas no Maranhão?

Tendo isso em vista, o objetivo geral desta pesquisa consiste em investigar a experiência do jornal *Tribuna do Povo*, perscrutando a sua estrutura organizativa e o conteúdo de suas publicações, verificando suas relações com o PCB. Os objetivos específicos, por sua vez, são: 1) pesquisar o contexto de fundação, outros possíveis integrantes, a dinâmica de funcionamento e os traços gerais do conteúdo da *Tribuna*; 2) pesquisar aspectos biográficos da trajetória de Maria Aragão, buscando identificar a importância de sua participação à frente da *Tribuna*; 3) compreender o contexto histórico e as respectivas conjunturas políticas (estadual, nacional e internacional) que envolveram as atividades do jornal maranhense; 4) apreender as leituras do PCB durante os anos que envolveram as atividades da *Tribuna*; 5) compreender os conceitos de circulação, recepção e tradução no âmbito das discussões sobre o estudo do pensamento político; 6) examinar o conteúdo veiculado pela *Tribuna*, buscando identificar como o semanário maranhense se relacionou com as teses e orientações do PCB.

A busca pela consecução dos objetivos propostos remete, necessariamente, a um modo específico de abordar a realidade, passando, assim, como condição mesma do êxito qualificado dos resultados, pela definição precisa de um referencial teórico-metodológico e dos procedimentos operativos a serem utilizados. Nesta direção, esta pesquisa recorre ao materialismo histórico como referencial teórico-metodológico.

O materialismo histórico é marcado por um fator que lhe torna singular: seu caráter “ideopolítico”, ou ideológico-político. Tal característica significa que, para além da análise e da interpretação da realidade social, a dialética materialista encontra-se profundamente vinculada a um projeto de transformação social. (Netto, 2009, 2011). A análise do modo de produção e

organização capitalista protagonizada por Marx é também uma íntima e radical crítica ao modelo capitalista de organização total da vida social. Por isso, nas palavras de Ianni (1982, p. 9), “[...] não se trata de uma interpretação abstrata, nem isenta. Ao contrário, trata-se de uma interpretação que adere destrutivamente ao objeto”.

Comumente, o método materialista histórico tem sido definido nos termos de uma interpretação simplificadora que elege a esfera econômica como único fator determinante da dinâmica de produção e reprodução da vida social. Tal concepção e emprego mecânico do materialismo histórico, que menospreza, ou subestima, o amplo conjunto de elementos também determinantes para a produção e reprodução da realidade, compromete a análise dos fenômenos sociais, especialmente aqueles não localizados propriamente na esfera produtiva da vida social, caso dos fenômenos relacionados ao campo do pensamento. (Netto, 2009, 2011). Em 1890, Engels, em carta para Joseph Bloch, já advertia para o equívoco fatalista desta compreensão simplificadora do método materialista histórico:

De acordo com a concepção materialista da história, o elemento determinante *final* na história é a produção e reprodução da vida real. Mais do que isso, nem eu e nem Marx jamais afirmamos. Assim, se alguém distorce isto afirmando que o fator econômico é o *único* determinante, ele transforma esta proposição em algo abstrato, sem sentido e em uma frase vazia. As condições econômicas são a infraestrutura, a base, mas vários outros vetores da superestrutura (formas políticas da luta de classes e seus resultados, a saber, constituições estabelecidas pela classe vitoriosa após a batalha, etc., formas jurídicas e mesmo os reflexos destas lutas nas cabeças dos participantes, como teorias políticas, jurídicas ou filosóficas, concepções religiosas e seus posteriores desenvolvimentos em sistemas de dogmas) também exercitam sua influência no curso das lutas históricas e, em muitos casos, preponderam na determinação de sua forma. (Engels, 1982, p. 1, grifos do autor)

Nesta direção, György Lukács (2009), tomando como objeto de reflexão os escritos estéticos de Marx e Engels, ressalta que ambos os autores jamais negaram um certo grau de autonomia relativa no que se refere ao desenvolvimento interno de cada área específica da atuação humana, como a ciência, a literatura, a arte, a filosofia, etc. Apontaram, sim, para a impossibilidade de uma compreensão apurada das áreas do fazer humano (e dos fenômenos sociais) caso nós a compreendamos como dimensões absolutamente autônomas e desvinculadas de elementos outros do plano histórico-estrutural, como a esfera propriamente econômica e seus múltiplos desdobramentos na dinâmica da correlação de forças sociais. Nas palavras do autor,

[A] necessária consequência do ponto de vista acima referido é a rejeição pela concepção marxista da acentuada separação e do isolamento dos ramos particulares da ciência, tal como ocorre no mundo burguês. Nem a ciência, nem os seus diversos ramos, nem as artes, possuem uma história autônoma, imanente, que resulte exclusivamente da sua dialética interior. A evolução em todos esses campos é determinada pelo curso de toda a história da produção social em seu conjunto: e só com base nesse curso é que podem ser esclarecidos de maneira verdadeiramente

científica os desenvolvimentos e as transformações que ocorrem em cada campo singularmente considerado. (Lukács, 2009, p. 88).

Logicamente, esta impossibilidade de separação radical entre os diversos campos que compõem a vida social está longe de significar qualquer relação de implicação mecânica. No caso das ideologias, em particular, Lukács chama a atenção para o equívoco presente naquelas concepções do método dialético que interpretam o econômico incidindo como que *pari passu* sob o plano ideológico. Deste modo, a dinâmica de desenvolvimento das ideologias não deve ser concebida como um reflexo mecânico da dimensão produtiva da sociedade, numa perspectiva que implicaria “simples” relação de causa e efeito. (Lukács, 2009).

Em sentido semelhante, Immanuel Wallerstein (2004), ao refletir sobre as elaborações do historiador português Vitorino Magalhães Godinho e seu ensaio *Sobre a teoria da história e historiografia* (1971), também nos oferece valiosas contribuições. Wallerstein sustenta que o *indivíduo concreto*, embora tenha como terreno da ação os diversos campos da realidade histórico-social, o faz no plano de uma história não divisível, e, por isto, una ou unificada, fato que caracterizaria aquilo que o autor denominou de *unicidade da história*. Tal abordagem da investigação histórica, diz o autor, afirma-se contra a tendência fragmentária do mundo e da ciência modernas, atreladas à ideologia burguesa-liberal, que tendem a conceber uma história singular e dissociada para cada um dos chamados domínios da atividade social: o econômico, o político e o sociocultural.

Nesta concepção *abstrata* do indivíduo, dos fenômenos sociais e da história, que perde de vista a vinculação do singular com o conjunto, do particular com a totalidade, bastaria ao pesquisador investigar “o terreno de ocorrência” da experiência em estudo, ou esta por si mesma, para revelar os seus elementos causais, suas implicações mais singulares e mais gerais e seus significados mais ocultos. Para Wallerstein, tal divisão tripartite tratar-se-ia

[...] quando muito de três aspectos de uma única realidade muito imbricada, na qual não é possível compreender o que se passa num destes assim chamados domínios sem se dar conta da totalidade. Cada decisão “económica” depende das suas consequências políticas e sócio-culturais, e é também resultado de elementos políticos e sócio-culturais. E assim sucessivamente. (Wallerstein, 2004, p. 15).

Contra a clivagem radical da história, Wallerstein ressalta a necessidade de re-integralização da ótica de apreensão e de análise da história, trazendo para o centro uma abordagem unificada de investigação, uma abordagem *historicizada*, mais sensível, portanto, às relações e às implicações da totalidade histórica sobre fenômenos sociais específicos, e dos fenômenos sociais específicos sobre a totalidade histórica. Em suma, aquilo a que Marx e Engels chamaram de *ciência unitária da história*. (Lukács, 2009).

Gramsci, por sua vez, em seus *Cadernos do Cárcere* (1929-1935), aprofunda a concepção do método dialético ao empregá-lo no exame dos múltiplos campos da vida social, ampliação que reconhece no campo cultural uma instância decisiva da luta de classes. As contribuições teóricas de Gramsci nos permitem localizar o terreno da luta política não apenas em torno do controle do Estado, nomeado pelo autor de “sociedade política”, e da esfera propriamente produtiva, mas também no âmbito político-cultural, ou seja, nas múltiplas instâncias onde são forjadas as concepções de mundo dos indivíduos de acordo com os interesses orgânicos de uma determinada classe social (partidos políticos, meios de comunicação, sindicatos, escolas, igreja, etc.). Deste modo, a compreensão do método dialético de Gramsci incorpora todo o conjunto de aparatos ideológicos como dimensão decisiva das disputas pela hegemonia de uma classe social ou frente política sob os demais segmentos da sociedade. (Acanda, 2006; Bianchi, 2017; Coutinho, 2011; Gramsci, 2004; Schlesener, 2012).

Assim, a contribuição gramsciana permite a valorização da questão simbólica sem desvinculá-la do plano político-econômico. A sua originalidade frente a Marx não está na inversão da relação entre economia e cultura, mas no uso das categorias marxianas no exame dos processos culturais, algo que traz, inerente e explicitamente, a compressão de que essas esferas são indissociáveis. (Baratta, 2004). Nesse sentido, lançando mão de seu conceito de “bloco histórico”, Gramsci ressalta que “[...] as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma, distinção entre forma e conteúdo puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais”. (Gramsci, 1999, p. 238).

Já para Löwy (1978, 1992), o materialismo histórico de Marx e Engels, enriquecido com as contribuições de Gramsci, pode ser caracterizado por três elementos fundamentais que lhe são próprios: o *movimento*, a *totalidade* e a *contradição*. De modo geral e em conjunto, estes elementos representam “[...] a afirmação da *historicidade* de todas as instituições, estruturas, leis e formas de vida social”. (Löwy, 1992, p. 15, grifo nosso). Desse modo, uma vez que os fenômenos sociais são expressões de uma totalidade histórico-estrutural, marcada por múltiplos interesses e antagonismos sociais presentes num dado contexto histórico, não há possibilidade de apreensão de seus significados se os desvincularmos completamente da própria dinâmica histórica-estrutural que os originaram. Nesse sentido, conceber que as dimensões econômica, política e cultural se atravessam e se expressam dialeticamente no conjunto da vida social é fator crucial para o estudo da história das ideias e do pensamento político, movimento que reivindica uma tarefa rigorosa de reconstituição do contexto histórico-estrutural em que as ideias estudadas foram elaboradas.

Concretamente, no caso das ideologias, diz Löwy (1992):

[...] não se pode entender uma ideologia, uma utopia, uma visão social de mundo, uma doutrina social, uma concepção da prática e da teoria social, sem ver como ela se relaciona com o conjunto da vida social, com o conjunto histórico do momento, isto é, com os aspectos sociais, econômicos, políticos, religiosos, de classes sociais, etc. (Löwy, 1992, p. 16).

Dentro de nossa proposta de pesquisa, que busca investigar a experiência do jornal *Tribuna do Povo* dentro do campo da Ciência Política de história das ideias, tornou-se importante recorrer às contribuições metodológicas do “contextualismo linguístico” da chamada Escola de Cambridge, que tem se destacado no campo de estudos ora citado. A Escola de Cambridge tem como principais referências o historiador neozelandês John Pocock e os historiadores britânicos Quentin Skinner e John Dunn, responsáveis por formalizar, estabelecer e defender a metodologia “contextualista” no campo da Teoria Política. (Amadeo, 2011; Ball, 2004; Silva, 2010).

Em resumo, conforme ressaltou Silva (2010), para uma apreensão das formulações teóricas analisadas, afastando a já advertida abordagem simplificadora de causa e efeito, a corrente “contextualista” sustenta a íntima vinculação entre a produção das ideias e o contexto histórico no qual estas foram formuladas, ressaltando as influências advindas do próprio debate público e sublinhando as intencionalidades dos autores ao formularem suas ideias. Os textos são concebidos como atos, ou, sem outras palavras, como ações de seus autores. Desta perspectiva, torna-se fundamental ao pesquisador do campo da história das ideias a reconstrução do contexto histórico-político e do conjunto ideológico-discursivo do qual o pensamento político em estudo se constituiu também expressão ativa, tarefa que possibilitaria o resgate das intencionalidades dos autores ao formularem as suas ideias.

É deste ponto de vista de estudo das ideias e do pensamento político, ao nosso ver, complementar, que o materialismo histórico e o contextualismo linguístico mostram sua inteira fecundidade. Para compreender a experiência da *Tribuna do Povo* e o seu conteúdo, o PCB e suas formulações, a trajetória de Maria Aragão e as relações que ligam esta tríade multifacetada, é preciso, sim, um mergulho exaustivo sob suas formulações, mas é crucial investigar o todo, sair do texto e investigar o contexto em suas diferentes dimensões e níveis (regional, nacional e internacional), reconstruindo a história cautelosamente pelo “fio da meada” afim de recompor, na medida do possível, o terreno de atuação dos fenômenos estudados. Isto implica apreender, entre outras coisas, quem eram e quais os lugares dos atores sociais em cena, os aliados e os alvos de polêmica, o teor das disputas políticas do momento, os debates que compunham a ordem do dia, o vocabulário empregado e os seus significados.

Importante é, ademais, para compreender os papéis desempenhados pela *Tribuna* e por Maria Aragão na história das ideias comunistas no Maranhão, no Brasil e na América Latina, recorrer às notas metodológicas de Bianchi (2016), Bianchi e Góes (2023) e Tarcus (2018), onde enfatizam que as ideias não “viajam” sozinhas no tempo e no espaço, mas que este processo é, antes de mais nada, movido por relações de força, contradições, hierarquias e interesses, em que participam muitos agentes, operando por muitos meios e em medidas diversas (autores, militantes, organizadores, tradutores, livros, revistas, cursos, conferências, traduções, etc.), definindo, ao mesmo tempo, o que deve circular e em quais direções.

Nesse debate, Tarcus (2018), em particular, nos oferece subsídios teóricos de suma importância para os objetivos a que nos propomos nesta pesquisa. Analiticamente, com base no papel desempenhado pelos agentes na circulação das ideias e concebendo-a não como um “circuito fechado” e com etapas necessariamente sucessórias, mas aberto e polivalente, com um mesmo sujeito podendo vir a desempenhar mais de um papel, o autor argentino defende que é possível identificar ao menos quatro momentos: o da *produção*, o da *difusão*, o da *recepção* e o da *apropriação* ou *consumo das ideias*⁴. Como dissemos antes, analisar as trajetórias da *Tribuna* e de Maria Aragão a partir destas abordagens históricas nos possibilitam analisar melhor os papéis que desempenharam no âmbito da história das ideias comunistas no Maranhão, no Brasil e na América Latina.

No que diz respeito aos procedimentos operativos de pesquisa, a realização dos objetivos desta proposta se sustenta em pesquisa bibliográfica e documental, recorrendo também, embora em menor medida, à pesquisa de campo. Em resumo, a pesquisa bibliográfica pode ser definida como o estudo teórico empreendido por meio do acesso e da análise a fontes bibliográficas onde o pesquisador é orientado pela definição organizada de um conjunto de procedimentos adequados ao fenômeno estudado e aos objetivos propostos. A pesquisa bibliográfica requer do pesquisador um trabalho sistemático e atencioso de observância constante aos procedimentos operados em sua pesquisa, de modo que, para além da etapa da revisão bibliográfica, outros procedimentos igualmente fundamentais devem ser efetuados racionalmente e ordenadamente, como a escolha do tema, formulação do problema, formulação de hipóteses, levantamento bibliográfico, sistematização e análise dos dados, análise geral do material perscrutado e síntese integradora. (Lima, Miotto, 2007).

A pesquisa documental, por sua vez, pode ser definida como aquela investigação conduzida a partir da análise paciente e criteriosa de fontes primárias, ou de “primeira mão”,

⁴ Optamos por abordar de maneira mais detalhada esta discussão no item 3.2. deste trabalho, intitulado “*Circulação, recepção e tradução das ideias*”.

que oferecem elementos imprescindíveis para reconstituição do universo contextual do objeto estudado. (Cellard, 2008; Eco, 1996). Cabe dizer que a concepção de documento não se restringe ao formato textual, incluindo também elementos de natureza iconográfica e cinematográfica. Segundo Cellard (2008), com a ampliação da noção de documento, trata-se, de fato, de

[...] tudo o que é vestígio do passado, tudo o que serve de testemunho, é considerado como documento ou “fonte”, como é mais comum dizer, atualmente. Pode tratar-se de textos escritos, mas também de documentos de natureza iconográfica e cinematográfica, ou de qualquer outro tipo de testemunho registrado, objetos do cotidiano, elementos folclóricos, etc. (Cellard, 2008, p. 297).

Quanto ao “*corpus documental*” referente à *Tribuna do Povo*, reunida na *Biblioteca Pública Benedito Leite* (BPBL) e na *Hemeroteca Digital Brasileira*, este reúne 1072 páginas, distribuídos entre os anos de 1949, 1953, 1954, 1955, 1958 e 1959, totalizando 228 edições atualmente disponíveis para consulta. Na busca por alcançar os objetivos geral e específicos a que nos propusemos, e, claro, considerando os limites de uma pesquisa de mestrado, sobretudo em termos de cronograma, optamos por investigar os primeiros dez anos da experiência da *Tribuna*, de 1945 a 1955. Acreditamos que a investigação sobre estes primeiros dez anos de atividade do jornal, intercalando com o material bibliográfico já produzido sobre a *Tribuna* e sobre Maria Aragão, comunica, certamente, algo do que foi a experiência do jornal. Diante deste recorte, foram consultadas as edições dos anos de 1949 (8), 1953 (18), 1954 (48) e 1955 (46), totalizando 120 edições e 652 páginas.

Atenção especial foi dedicada aos anos de 1954 e 1955, cujas edições publicadas pela *Tribuna* àqueles anos estão à nossa disposição para consulta em sua quase integralidade, o que nos permite ter um “material de amostragem” mais amplo. Ao mesmo tempo, ao longo de 1954 e no ano 1955, o PCB difundia, discutia e aprovava o seu novo programa de partido, lançado em fins de 1953. Além disso, nas eleições de 1954 e 1955, no que significou uma alteração de postura política, o PCB decidia assumir uma disposição ativa no bojo das campanhas eleitorais, orientando enfaticamente a participação dos comunistas naqueles pleitos. Assim, diante dos elementos citados, acreditamos que um olhar mais atento às edições da *Tribuna* dos anos de 1954 e 1955 poderia contribuir para o exame do conteúdo do jornal em sua relação com PCB, com suas teses e orientações. Cabe dizer, ademais, que nosso critério preliminar de organização da análise documental seguiu a ordem cronológica das edições consultadas e também que sempre, nas citações diretas da *Tribuna*, optamos por preservar a ortografia utilizada pelo jornal maranhense, própria do seu período de atuação.

Situadas as questões de ordem metodológicas, adiantamos que este trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, tomando nota da bibliografia sobre Maria Aragão e sobre a *Tribuna*, e consultando o acervo documental deste jornal, buscamos investigar a fundo a estrutura organizativa da *Tribuna*, na tentativa de trazer à lume aspectos de sua relação com o PCB, seus elementos internos de funcionamento e os seus traços gerais de conteúdo.

No segundo capítulo, por entendê-la como protagonista intelectual e política da *Tribuna*, assumindo o papel de orientadora, principal redatora e o grande fator de decisão para continuidade das atividades do jornal, nós nos debruçamos sobre a trajetória de Maria Aragão. Neste capítulo, em que visitamos a trajetória desta importante figura comunista maranhense, tomamos por base as obras autobiográficas de Maria Aragão⁵, além de trabalhos outros que a tomaram como obra de escrita. Além destes materiais, auspicando trazer novos aspectos da trajetória de Maria, o acervo documental da *Tribuna* também foi consultado.

No capítulo três, investigamos mais a fundo o conteúdo da *Tribuna*, examinando-o em sua relação com o PCB. Para isto, primeiro situamos as origens e as leituras do PCB entre 1945 e 1955, que traziam de maneira enraizada as heranças da internacional Comunista (IC). Depois, trazemos à discussão algumas abordagens metodológicas empregadas nos estudos sobre história das ideias, como as metáforas da *circulação* e da *tradução*, além da noção de *recepção*. Logo depois, mergulhamos no conteúdo da *Tribuna*, adentrando nos modos como interpretou a dinâmica sociopolítica do Maranhão, buscando influir sobre esta. E, por fim, nas conclusões finais, tentamos enxergar a *Tribuna* e Maria Aragão neste todo complexo que foi e é a circulação das ideias marxistas no Maranhão, no Brasil e na América Latina.

⁵ Seus depoimentos à Euclides Moreira Neto e à Antônio Francisco culminaram em dois livros onde a própria Maria Aragão narrou a sua trajetória: *Maria por Maria ou a Saga da Besta-Fera nos Porões do Cárcere e da Ditadura* (2015) e *A razão de uma vida (Depoimentos de Maria Aragão colhidos por Antonio Francisco)* (1992). Neste trabalho, ao nos referirmos diretamente às falas de Maria Aragão, citamos estes dois trabalhos como Aragão (1992) e Aragão (2015).

1. Tribuna do Povo: estrutura-organizativa e traços gerais de conteúdo

1.1. Fundação, trabalhadores, dinâmica de funcionamento e características gerais

Como já adiantamos em nossa introdução, a *Tribuna do Povo* foi, no Maranhão, “[...] a mais conhecida publicação ligada ao PCB”. (Azevedo, 2016, p. 50). Como tentaremos demonstrar ao longo deste trabalho, o jornal, em terras maranhenses, funcionou como um órgão de imprensa do PCB no Maranhão, atuando como canal oficial de comunicação do partido. Mas é preciso dizer que ia muito além disso: sem abrir mão dos referenciais do PCB (ainda que isto nem sempre tenha aparecido em todas as suas reportagens), denunciava opressões, violências e descasos de toda ordem praticadas no Maranhão, sempre tomando parte ao lado dos trabalhadores. O jornal, que existiu entre 1945 e 1962, foi fundado e dirigido Maria José Camargo Aragão, maranhense, negra, de origem humilde, médica e, na época, recém filiada ao PCB, ao qual adentrara em maio de 1945. A fundação e atividade do jornal remetem a um contexto de reorganização das bases do partido no Maranhão, quando o PCB fruiu de um breve período de legalidade em decorrência da abertura democrática que se viveu no Brasil logo após o fim da *Segunda Guerra Mundial*.

A fim de contribuir com a tarefa de interesse do partido, Maria Aragão prontificou-se a retornar ao seu estado natal, onde se tornou dirigente do “Comitê Regional do Maranhão do Partido Comunista do Brasil” – como era chamada oficialmente a seção –, ficando responsável pelas funções de agitação e propaganda. Foi então que, como tarefa partidária, Maria Aragão fundou a *Tribuna do Povo*. A redação do jornal ficava localizada na rua Godofredo Viana (Beco do teatro), entre a rua Nina Rodrigues e a rua dos Afogados, no centro de São Luís. O endereço, que era também a sede do PCB no Maranhão, ficava muito próximo à Praça João Lisboa, o “centro vivo da cidade”, ponto de encontro para comícios, passeatas e demais atos públicos. Ficava também muito próximo à sede do poder executivo estadual, o Palácio dos Leões.

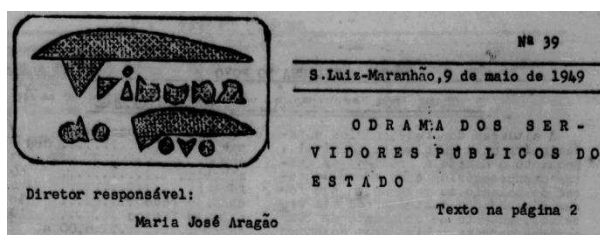
A redação funcionava durante a manhã e à tarde⁶, embora, em muitos momentos, em função das demandas, esse expediente tenha se estendido também à noite. Seu principal local de atividade era na cidade de São Luís, que era onde mais circulava. Mas também tinha saída, embora em menor medida, para cidades do interior do Maranhão, através das ramificações do PCB, de seus membros. (Aragão, 1992). Com o passar dos anos, a *Tribuna* passou a contar com correspondentes em outros municípios do estado, que cobriam de suas cidades os cenários

⁶ É possível saber que, em agosto de 1953, o horário oficial de funcionamento do jornal era “[...] das 8 às 11 e das 14 às 17 horas”. (*Tribuna do Povo*, edição 127, 15 de agosto de 1953, p. 3).

políticos e sociais locais e enviavam suas denúncias à redação do jornal. Embora seus nomes não tenham sido revelados e não tenha sido possível saber com exatidão que tipo de laços mantinham com o jornal ou com o PCB, com base nas páginas da *Tribuna* é possível saber que o jornal, até 1955, contou com correspondentes nas cidades de Caxias, Coroatá, Pedreiras, Rosário, Timon e Timbiras. Mas também chegavam notícias de outros municípios do Maranhão, como Bacabal, Codó, São Bento, IPIXUNA, Itapecuru, Lima Campos e Vargem Grande, de onde partiam muitas denúncias sobre explorações e violências no campo.

Ao longo dos anos, a logotipo da *Tribuna* foi passando por transformações. Preservavam, no entanto, os nomes “Tribuna do Povo”, o nome da diretora do jornal, “Dra. Maria José Aragão”, a cidade, o estado e a data de publicação das edições, seguido de seu respectivo número.

Ilustração 1 – Logotipo TP, maio de 1949⁷



Fonte: Tribuna do Povo, edição nº 39, 9 de maio de 1949.

Ilustração 2 – Logotipo TP, outubro de 1953



Fonte: Tribuna do Povo, edição nº 136, 24 de outubro de 1953.

Ilustração 3 – Logotipo TP, fevereiro de 1954



Fonte: Tribuna do Povo, edição nº 152, 13 de fevereiro de 1954.

⁷ Nas edições do ano de 1949 a que tivemos acesso a *Tribuna* adotou pelo menos cinco logotipos diferentes.

Ilustração 4 – Logotipo, março de 1955



Fonte: Tribuna do Povo, edição n° 204, 9 de março de 1955.

Uma nova edição da *Tribuna* era lançada semanalmente, quase sempre aos sábados. Geralmente, tinham seis ou quatro páginas, mas chegavam a oito e até doze quando da publicação de algum documento mais extenso, como programas e informes do PCB, entrevistas e informes de Prestes e/ou resoluções e documentos maiores de algum encontro, nacional ou internacional, de trabalhadores. Em 1954, o projeto de programa do PCB foi publicado, integralmente, pelo menos setes vezes pela *Tribuna*, em suas edições de n° 158, 163, 169, 180 e 184⁸. Em 1955, depois de aprovado pelo IV Congresso do PCB, realizado em fins de 1954, o programa foi publicado pelo menos outras cinco vezes, em suas edições n° 197, 202, 214, 255 e 263. E já em 1° de janeiro daquele ano de 1954, em sua edição de n° 194, a *Tribuna* circulava com um material suplementar, contendo o “Informe de Balanço do Comitê Central do PCB ao Quarto Congresso do Partido Comunista do Brasil”, assinado por Prestes. Em todas estas edições, o jornal circulou com mais páginas que o comum.

Ainda que, na maior parte das vezes, a publicação de novas edições fosse feita semanalmente, em face do contexto e quando as condições materiais assim possibilitavam, o trabalho era intensificado, e a *Tribuna* ganhava edições “extras”. Foi assim em setembro de 1955, quando, num acirrado cenário de eleições para os executivos federal e estadual, o jornal contabilizou seis edições. O preço do exemplar era bastante acessível para a época, variando entre Cr\$ 0,50 e 2,00 cruzeiros entre 1949 e 1955. Segundo Maria Aragão, a circulação do jornal era “boa”, tendo uma tiragem semanal girando “[...] em torno de 2.000 a 3.000

⁸ Foi publicado integralmente também nas edições de n° 146 e 149, mas nestas, o jornal circulou com seis páginas. Na edição de n° 149, além do projeto de programa do partido, a *Tribuna* publicou também o projeto de Estatuto do PCB. Ademais, é possível dizer que a publicação de partes do programa atravessa a experiência do jornal como um todo.

exemplares” (Aragão, 1992, p. 129), número que teria chegado, em alguns momentos, a aproximadamente 5.000. (Aragão, 2015).

A ideia da direção do jornal era poder incrementá-lo, melhorá-lo cada vez mais, fazendo-o circular, via de regra, com mais páginas, com oito ou doze, com mais edições, transformando-o, quem sabe, num “[...] jornal diário, para exercer sua missão de defensor dos interesses do povo e da classe operária”. (Tribuna do Povo, edição nº 130, 5 de setembro de 1953 p. 4). Era um jornal feito por e voltado para os trabalhadores. Nesse sentido, guardava similaridades com outro jornal do PCB, *A Classe Operária*, que se definia como um “jornal de trabalhadores, feito por trabalhadores, para trabalhadores”. Portanto, era este o público que buscava alcançar e também o seu principal público leitor. Sendo assim, o seu interesse não era comercial. Muito pelo contrário. Aprimorar o jornal, acreditava-se, significava potencializar as atividades no sentido de “orientar e esclarecer” o povo maranhense. (Tribuna do Povo, edição nº 131, 19 de setembro de 1953, p. 1).

No seu quadro de profissionais, “muitas mãos”. À frente, Maria Aragão, que atuou como diretora, repórter, redatora e vendedora, figurando como a principal responsável pela orientação, manutenção e continuidade das atividades do jornal. (Aragão, 1992, 2015; Araújo, 2012, 2014; Azevedo, 2016; Silva, 2017). É o que atesta, em depoimento à Azevedo (2016), William Moreira Lima, que, ao lado de Maria Aragão foi também dirigente da seção do PCB no Maranhão. Ao referir-se à atuação de Maria à frente da *Tribuna*, William Moreira Lima assegura que “[...] o jornal era ela, que além de ser diretora, arrecadava os recursos, era sua principal redatora e distribuidora”. (William Moreira Lima, 2016 apud Azevedo, 2016, p. 150).

Maria Aragão, com sua militância combativa e agarrando-se ao compromisso que tinha com as classes trabalhadoras, foi, sem dúvida, a principal responsável por garantir que a *Tribuna* permanecesse em atividade por tantos anos. E fez isso enfrentando os piores cenários: enormes dificuldades financeiras, repressão, misoginia, conflitos intrapartidários e dissidências. Muitas adversidades. Uma causa: a defesa intransigente do povo. Causa esta que, e assim pensou Maria até a data de seu falecimento, era expressão mesma do socialismo e do comunismo. Ao lado da diretora da *Tribuna*, movidos pela paixão com que Maria realizava as tarefas partidárias, fazendo crer que, sim, era plenamente viável transformar a realidade para melhor, outros estiveram também entrincheirados, “ombro a ombro”, no jargão dos comunistas de meados da década de 1950, trabalhando para que a *Tribuna* fosse elaborada e pudesse circular.

Confluíam, assim, numa íntima colaboração entre companheiros de causa. Assim como Maria Aragão, pelo caráter e conteúdo do jornal, é possível afirmar que os outros

colaboradores auspiciavam também por melhores condições de trabalho e vida para as classes trabalhadoras maranhenses, brasileiras e mundiais. Munidos de tal interesse, entre 1945 e 1955, aceitaram a tarefa de compor o quadro profissional da *Tribuna* nomes como: Abdergard Brasil Corrêa Filho, gerente do jornal⁹; Euvaldo Rodrigues Leda, redator¹⁰; Sebastião Rodrigues e Silva, redator¹¹; João Bispo Furtado, redator¹²; Homero Higino, redator¹³; Otávio Gomes, redator¹⁴; Rodrigo da Silveira, redator¹⁵; Walter Pereira Matos, também conhecido como “Walter Veloz”, redator¹⁶; R. Azevedo, redator¹⁷; Em 1954, Moreira Leda, também assinou a autoria de pelo menos duas reportagens¹⁸; Francisco de Assis Marques Figueiredo, “colaborador”¹⁹; Benedito Coimbra, gráfico²⁰; José Assunção Ferreira, gráfico linotipista²¹; Nemesio Dias de Castro, gráfico²². Joré Lima, repórter²³. Além destes, no bojo das campanhas de mobilização para angariamento de recursos voltados para a continuidade das atividades do

⁹ “Sociais”. (Tribuna do Povo, edição n° 145, 26 de dezembro de 1953, p. 3). Em 1955, Abdergard Filho era classificado pela *Tribuna* como um “fervoroso partidário da Paz e da independência nacional”. (Tribuna do Povo, edição n° 198, 29 de janeiro de 1955, p. 8).

¹⁰ “Sociais”. (Tribuna do Povo, edição n° 38, 16 de abril de 1949, p. 6). Um “fervoroso partidário da Paz”, lutando “pela emancipação” do Brasil, “e consequentemente”, do Maranhão, diz a *Tribuna* sobre Euvaldo Leda. Ainda segundo o jornal, naquele momento, como delimitava o projeto de programa do PCB, Euvaldo lutava “por um Governo Democrático de Libertação Nacional”, capaz de arrancar “Pátria” brasileira “[...] do jugo crescente do imperialismo norte-americano”. (Tribuna do Povo, edição n° 161, 17 de abril de 1954, p. 6).

¹¹ “Sociais”. (Tribuna do Povo, edição n° 236, 30 de julho de 1955, p. 3). Era muito ativo na vida sindical maranhense. Em 1955, Sebastião Rodrigues chegou a ser eleito presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de S. Luís. Era pai de um dos filhos adotivos de Maria Aragão.

¹² “Sociais”. (Tribuna do Povo, edição n° 152, 13 de fevereiro de 1954, p. 6). Um “ativo militante sindical” e um “batalhador de 1.º pela causa da Paz e da Independência Nacional”.

¹³ “Violência Policial”. (Tribuna do Povo, edição 147, 9 de janeiro de 1954, p. 6).

¹⁴ “Derrotemos Chateaubriand”. (Tribuna do Povo, edição n° 197, 22 de janeiro de 1955, p. 8 e 7).

¹⁵ Assinava a sessão “Homens e Fatos”, criada em 1955. (Tribuna do Povo, edição n° 230, 6 de julho de 1955, p. 3).

¹⁶ “Sociais”. (Tribuna do Povo, edição n° 174, 24 de julho de 1954, p. 6). Cronista responsável pelo Departamento Esportivo da *Tribuna*. Assinou reportagens como a série: “Cinco vezes campeões os paulistas. A história do torneio ‘Rio-São Paulo’, hoje sob a nova denominação de ‘Roberto Gomes Pedrosa’. 1951-II”, publicada nas edições n° 173, 174, 175, 176 e 177 da *Tribuna*. Em outras oportunidades, assinou ainda a sessão “Tribuna do Povo e o esporte amadorista”, como nas edições 187, 189, 190, 197 e 198. Foi também “2º tesoureiro da Associação de Cronistas Esportivos do Maranhão (ACEM)”. (Tribuna do Povo, edição n° 196, 15 de janeiro de 1955, p. 6).

¹⁷ “Tribuna do Povo e o esporte amadorista”. (Tribuna do Povo, edição 198, 29 de janeiro de 1955, p. 5). Assim como Walter Veloz, lidava com a parte esportiva do jornal, chegando a assinar, em alguns momentos, a sessão “Tribuna do Povo e o esporte amadorista”.

¹⁸ Escreveu a série de duas reportagens intitulada “O Regime Dominante Garante a Grilagem das Terras no País”. (Tribuna do Povo, edição n° 152, 13 de fevereiro de 1954, p. 4; Tribuna do Povo, edição n° 153, 20 de fevereiro de 1954, p. 4 e 5).

¹⁹ “Sociais”. (Tribuna do Povo, edição n° 139, 14 de novembro de 1953, p. 3).

²⁰ “Sociais”. (Tribuna do Povo, edição n° 160, 10 de abril de 1954, p. 6). Gráfico e uma “figura de realce no seio da classe a que pertence”, disse a *Tribuna* ao tratar de Benedito.

²¹ “Aniversário”. (Tribuna do Povo, edição n° 209, 26 de março de 1955, p. 4). Classificado pela *Tribuna* como um “competente auxiliar” do jornal.

²² “Falecimentos”. Tribuna do Povo, edição n° 261, 11 de dezembro de 1955, p. 4).

²³ Foi quem produziu a reportagem “Homens trabalhando doentes com pernas inchadas e feridas, dentro de um tanque de água podre e outros com dedos feridos pelo deído”. (Tribuna do Povo, edição n° 236, 30 de julho de 1955, p. 3)

jornal, Norlí Fonseca e Aldenoura Lisbôa foram eleitas “Rainhas da Tribuna do Povo”²⁴, em 1953 e 1955, respectivamente²⁵.

O semanário comunista maranhense não se furtava em afirmar, claramente, que fazia parte da rede de comunicações da chamada Imprensa Popular, os jornais do PCB ou sob a sua influência. E bastava que o leitor o tivesse em mãos para saber disso. Na definição de Maria Aragão, que era taxativa em dizer que o jornal não era dela, mas do partido, a *Tribuna* era “[...] um jornal combativo e respeitado” (Aragão, 1992, p. 127), um “[...] instrumento muito interessante para divulgar nossas ideias”. (Aragão, 2015, p. 130). Em seu conteúdo, tendo de fundo as leituras adotadas pelo PCB como prisma analítico mais amplo, a *Tribuna* veiculava notícias, denúncias e análises políticas e sociais referentes a vida sociopolítica regional, nacional e internacional.

Na perspectiva dos comunistas, informava seu público leitor sobre os acontecimentos políticos do Maranhão, do Brasil e do mundo. É possível dizer que o conteúdo publicado pelo jornal advinha de “dois centros de produção”. Uma parte, geralmente abordando e/ou analisando mais profundamente o cenário sociopolítico nacional e internacional, tinha como centro de produção e difusão Prestes e a direção nacional do PCB. Ao mesmo tempo, ainda sobre o conjunto de materiais que vinham de fora, algumas reportagens dos principais veículos de comunicação atrelados ao PCB entre 1945 e 1962, como a *Imprensa Popular*, a *Voz Operária* e a *Revista Problemas*, também eram republicadas pelo semanário comunista maranhense.

As teses e propostas elaboradas pelo PCB em seus programas e informes eram sempre recepcionadas e difundidas pela *Tribuna*. Mais que isso, diante do seu público leitor, o jornal

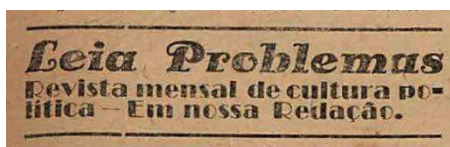
²⁴ No caso particular da *Tribuna*, ao contrário do que o nome pode indicar à primeira vista, de maneira a pensá-la exclusivamente como um “curso de miss”, o intuito desta atividade era aumentar a arrecadação do jornal através da venda de seus exemplares com a finalidade de angariar recursos para supri-lo materialmente, bem como, no caso das campanhas nacionais, a Imprensa Popular, mobilizando militantes do PCB, trabalhadores da *Tribuna* e a rede de contatos daquelas que participavam como concorrentes ao posto de “Rainha da Tribuna do Povo”. A “Rainha” era eleita pelo voto dos leitores, que a cada novo exemplar da *Tribuna* adquirido recebiam uma ficha de votação em branco, por meio da qual, ao preenche-la, podiam votar optando por uma das concorrentes participantes, estas que se voluntariavam ao posto afim de contribuir com as “campanhas de finanças” do partido e do jornal.

²⁵ “Coroação, amanhã, da Rainha de ‘Tribuna do Povo’ na grande festa do sítio Ibitupan. Norlí Fonsenca entregará a coroa à sua substituta Aldenoura Lisbôa”. (*Tribuna do Povo*, edição n° 238, 6 de agosto de 1955, p. 1). O intuito de trazer os nomes de Norlí e Aldenoura neste parágrafo em específico é realmente citar a todos os que se envolveram diretamente nas atividades da *Tribuna*, em sua coordenação (diretora, gerente), em suas elaborações textuais (redatores, repórteres e gráficos), nas vendas de seus exemplares e em suas campanhas de “finanças”. Infelizmente, para além de identificar outros tantos trabalhadores da *Tribuna*, não tivemos tempo hábil para investigar mais a fundo, isto é, para além do conteúdo da *Tribuna*, aspectos biográficos e políticos de suas trajetórias (suas origens, suas vinculações com o PCB, suas ocupações profissionais, suas atuações junto às organizações de classe dos trabalhadores, como sindicatos, etc.), numa tarefa que terá de ser efetuada em novas e futuras investigações.

procurava argumentar a favor das teses do partido. As entrevistas e informes de Prestes, então Secretário-Geral do partido, tinham sempre grande destaque. Serviam de lastro norteador para ação dos comunistas no Maranhão, que estavam organizados em torno da *Tribuna*. Telegramas e mensagens de indivíduos, partidos e organizações atrelados ao campo socialista e comunista internacional também eram publicadas²⁶. Como veremos ainda neste capítulo, no bojo das mobilizações dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, o jornal procurava sempre veicular informes, encontros, temários, resoluções e documentos de muitas organizações, como sindicatos, associações, uniões e federações ligados aos trabalhadores.

Todo este material chegava à redação da *Tribuna do Povo*. Segundo Azevedo (2016), era trazido ao Maranhão por um membro da direção nacional do PCB, que vinha frequentemente ao estado trazer o material a ser publicado. A *Tribuna* também chegou a divulgar livros de autores soviéticos e brasileiros. Entre os títulos indicados, estiveram: *Problemas Econômicos do Socialismo na URSS*, de Stálin; *Que Fazer?*, *Um passo adiante, dois passos atrás*, *O imperialismo, fase superior do capitalismo* e *O Estado e Revolução*, de Lênin; *O homem de verdade*, de Boris Plevói; *Polônia 1939*, de Victor Grosz; e *Educação na URSS*, de Paschoal Lemme. Além disso, a divulgação de jornais do PCB era frequente, especialmente *Imprensa Popular* e *Voz Operária*, assim como a *Revista Problemas*. Em 1955, exemplares da *Voz Operária* e da *Revista Problemas* podiam ser adquiridos na própria redação da *Tribuna*, fato que era anunciado abertamente pelo próprio jornal.

Ilustração 5 – Anúncio “Leia Problemas”



Fonte: *Tribuna do Povo*, edição nº 201, 19 de fevereiro de 1955.

Ilustração 6 – Anúncio “Leia Voz Operária”

²⁶ Caso, por exemplo, do próprio Comitê Central do Partido Comunista da URSS. Em dezembro de 1954, por exemplo, a *Tribuna* deu publicidade a saudação do PCUS ao IV Congresso do PCB. (*Tribuna do Povo*, edição nº 192, 4 de dezembro de 1954, p. 1). Importante mencionar ainda que, nesta rede de comunicação internacional, a *Tribuna* também publicou, em certas oportunidades, telegramas de Prestes, em seu nome e em nome do PCB, à líderes comunistas mundo afora. Como janeiro de 1954, quando o jornal publicou um telegrama de Prestes à Mao Tsé-Tung, em função do 60º aniversário. (*Tribuna do Povo*, edição nº 147, 9 de janeiro de 1954, p. 1); e em fevereiro de 1954, quando publicou telegrama de Prestes ao comunista argentino Vitorino Codovilla, também em função do seu 60º aniversário. (*Tribuna do Povo*, edição nº 152, 13 de fevereiro de 1954, p. 1).



Fonte: Tribuna do Povo, edição nº 204, 9 de março de 1955.

Outra parte do conteúdo publicado pela *Tribuna*, geralmente – mas não exclusivamente – abordando aspectos da dinâmica sociopolítica no Maranhão, sem perder os elos de ligação com as teses e orientações do PCB, provinha das atividades autônomas da própria redação do jornal. Resultavam do contato cotidiano de seus integrantes com “o chão” do mundo do trabalho em São Luís, nas portas das fábricas, nos sindicatos, no centro e nos bairros populares da cidade, contando ainda com a colaboração de seus correspondentes no interior do Maranhão e com as denúncias que eram encaminhadas à redação do jornal por leitores e simpatizantes. Ou mesmo por qualquer um que enxergasse na *Tribuna* um importante veículo de expressão e de defesa dos interesses dos trabalhadores.

O momento das vendas do jornal, nas portas das fábricas, nas praças e nos bairros de São Luís, era também o momento de coleta de novas informações e denúncias junto aos trabalhadores, material para ser publicado nas próximas edições do jornal. (Aragão, 1992, 2015; Araújo, 2012; Azevedo, 2016). Em alguns casos, quando alguma denúncia demandava maior atenção e acompanhamento, era orientado aos trabalhadores que se direcionassem, no horário da noite, à sede da *Tribuna*, para que o assunto fosse esmiuçado. (Aragão, 1992, 2015; Azevedo, 2016). Do interior, seus correspondentes, provavelmente membros do PCB, que, assim como os demais em São Luís, tinham as suas cotas de venda do jornal, tomavam nota das explorações e enviavam suas denúncias. Do interior, “[...] vinham os companheiros buscar suas cotas”. (Aragão, 1992, p. 129), lembrou Maria Aragão.

Os vendedores eram os próprios membros do jornal. Mas havia também aqueles que eram contratados e que, frisava a *Tribuna*, ganhavam “comissão superior a qualquer órgão” então em atividade na capital maranhense. (Tribuna do Povo, edição nº127, 15 de agosto de 1953, p. 3). Maria Aragão, em uma de suas obras autobiográficas, assim descreveu a dinâmica de funcionamento da *Tribuna*:

Como a gente fazia? Como era que eu fazia a reportagem? Ia pra rua, ia pra porta da fábrica, ia pra porta da Santa Amélia, saía da porta da Santa Amélia, vendia o jornal. Dizia a reportagem, nossa redação é no lugar tal, assim, assim, então eles iam lá nos contar. Operárias iam lá na nossa redação e nos davam a reportagem das injustiças, de tudo que tava havendo na fábrica. Eu saía de lá e ia pra [fábrica] Fabril. Saía da Fabril

ia pra [fábrica] Camboa, vendendo jornal, fazendo discussão e tal. (Aragão, 2015, p. 140).

Tinha-se, então, uma atividade simultânea de propaganda e escuta, de percepção crítica da realidade vivida, de discussão política e de proposição de soluções. Claro que, sendo a *Tribuna do Povo* um jornal do PCB no Maranhão, os programas do partido eram, em muitos momentos, apresentados como fonte de soluções para os problemas vivenciados pelos trabalhadores da cidade e do campo no estado. Ao tratar da situação dos camponeses no Maranhão, por exemplo, além do reforço à necessidade de criação de sindicatos rurais, era recorrente que fossem citados os pontos previstos no item “Reforma Agrária e Ajuda aos Camponeses” do projeto de programa e, uma vez aprovado em fins de 1954, do programa PCB. Os comunistas da *Tribuna* acreditavam que a reforma agrária proposta pelo PCB em seu programa revolucionário correspondia plenamente às necessidades dos trabalhadores rurais maranhenses²⁷.

Da mesma forma, muitas outras tarefas partidárias se misturavam com as da *Tribuna*. E vice-versa. As viagens de Maria Aragão para municípios do interior maranhense, por exemplo, a fim de orientar politicamente e arregimentar forças para o PCB, eram também ocasiões propícias para a venda de exemplares da *Tribuna*, momentos em que também eram levantadas as demandas e novas denúncias de casos de exploração e violências contra os trabalhadores no estado. Na segunda metade da década de 1940, cumprindo estas tarefas partidárias, Maria Aragão estivera nos municípios de Itapecuru, Bacabal, Pedreiras, Pirapemas, Peritoró, Carolina, Codó, Coroatá e Caxias. (Aragão, 1992, 2015; Araújo, 2014; Azevedo, 2016).

Assim, dirigido de perto por Maria Aragão, o jornal destacava o que entendia serem os avanços, os perigos e retrocessos para as classes trabalhadoras. No plano do tipo de regime político e social, os avanços sempre estavam do lado do campo socialista, como na URSS e nas assim chamadas “Democracias Populares”. Os retrocessos, por sua vez, estavam sempre do lado “do imperialismo norte-americano” e seus aliados: no Brasil, ocupavam este lugar os governos Dutra, Vargas e Café Filho; no Maranhão, o governo Eugênio Barros, o senador Vitorino Freire e o *vitorinismo*²⁸, que controlavam a política local. Um ponto recorrente era o

²⁷ Veremos isto mais detalhadamente no terceiro capítulo deste trabalho.

²⁸ Abordaremos mais detalhadamente o *vitorinismo* em nosso capítulo três. Aqui, contudo, é importante situar que *vitorinismo* foi o nome dado ao período em que a hegemonia da frente política liderada por Vitorino de Brito Freire no poder político do Maranhão perdurou. Esta frente política dominou a política local de fins da década de 1940 a 1965, elegendo os governadores, vice-governadores e se fazendo maioria entre os deputados e senadores pelo estado.

reforço da *Tribuna* no sentido da importância de organização e unidade política dos trabalhadores, do campo e da cidade, entendidas como vetores de transformação social.

No plano regional, quase sempre, e ao fim de suas reportagens, eram tecidas orientações aos seus leitores, com vistas a que fossem solucionadas as suas denúncias e demandas, que podiam variar de lutas por melhores condições de trabalho e vida, até à possibilidade de construção de um novo regime político no Brasil. Ao lado do PCB, apresentado como o “partido da classe operária”, os sindicatos, em geral, em quaisquer que fossem os setores de trabalho, eram apresentados como os principais órgãos de defesa dos trabalhadores ante aos patrões. Era seu órgão máximo, expressão da organização e unidade políticas das classes trabalhadoras. A principal arma, por sua vez, eram as greves, que eram invariavelmente apoiadas e incentivadas pela *Tribuna*.

Por isso, quando, no bojo das diversas lutas reivindicatórias dos trabalhadores no Maranhão, dos têxteis, da construção civil ou dos gráficos, por exemplo, acreditava-se, ou comprovava-se, que diretorias dos sindicatos trabalhavam pela negociação com os patrões, “quebrando a unidade do movimento” e fragilizando o alcance da conquista de suas reivindicações, o jornal logo denunciava a ação dos “pelegos”. Eram – entendiam – aliados dos patrões. E, como tais, assim eram tratados. A mesma postura intransigente era adotada para àqueles membros do PCB no Maranhão que “desonrassem” a moral do partido. Não tardava e a *Tribuna* noticiava suas expulsões das fileiras do PCB: *Traidores e oportunistas*²⁹.

Assim, fomentando a unidade política dos trabalhadores, defendendo e difundindo as teses do partido, zelando por sua imagem pública³⁰, seguindo as orientações da direção

²⁹ Em reportagem homônima, a *Tribuna* publicou, em dezembro de 1953, a mensagem da direção do PCB no Maranhão, comunicando a expulsão de três militantes de suas fileiras: Wilson Couto Corrêa, Euclides Carneiro Neiva e Cid Rojas de Carvalho. Wilson, foi expulso porque sua “[...] vida irregular” feria “[...] os princípios da moral comunista. Abandonou a esposa, suspendeu a pequena mesada com que ela vinha se mantendo, casou-se religiosamente há poucos dias com uma mulher casada que para se ligar a ele, abandonou o próprio lar. A despeito das críticas e do empenho do Partido em recuperá-lo, Wilson Couto Corrêa demonstrou ser um incorrigível dado também ao jogo e a farras nos bordeis. Não há lugar em nossas fileiras para homens irresponsáveis, para os que dão prova de degenerescência moral e vivem prejudicando o Partido com sua atitude incorrigível. Não há lugar no Partido para mentirosos e desleais”, dizia o informe. E acrescentava-se: ao “[...] expulsar Wilson Couto Corrêa, o Comitê Estadual do Maranhão do Partido Comunista do Brasil chama a atenção de todo o Partido para uma maior vigilância e para controle rigoroso da atuação de cada militante, a fim de que possamos nos desembaraçar dos oportunistas, dos inimigos mascarados da classe operária, que porventura ainda possam existir em nossas fileiras. Dessa forma nos fortaleceremos e contaremos em nossas fileiras apenas com homens e mulheres de tempera rígida e especial honestos, dignos da classe operária”. Quanto à Euclides Neiva, a direção do PCB resolveu ratificar a sua expulsão, “[...] como desertor das fileiras do Partido, traidor da classe operária e do povo, expulso de nossas fileiras em 1948”. Já sobre Cid Rojas de Carvalho, que estaria atuando “[...] em favor do que há de mais reacionário e incompatível com a qualidade de membro do Partido”, a direção do PCB no Maranhão comunicou, via *Tribuna*, que este era “[...] também é um desertor das fileiras do Partido”. (Edição 143, 12 de dezembro de 1953, p. 1 e 5).

³⁰ No segundo capítulo deste trabalho, veremos como a própria Maria Aragão decidiu se casar para fazer cessar a reação da igreja católica que caía sobre si – os padres chamavam-na de prostituta, de “besta-fera”, diziam que não era médica – e para salvaguardar a imagem do partido.

nacional, a *Tribuna* acreditava estar cumprindo a sua missão de “orientar e esclarecer” o povo maranhense. Esta missão, porém, ia muito além das discussões “puramente” teóricas, que apareciam, mas não eram a matéria central do jornal. Embora o núcleo dos problemas denunciados apontasse para as explicações e propostas do PCB, assim como suas resoluções, a *Tribuna do Povo* fincava suas raízes no plano prático concreto das reivindicações gerais dos trabalhadores, quaisquer que fossem estas. Por isso mesmo, em março de 1955, num acirrado contexto das eleições para senador do Maranhão e em meio as recorrentes denúncias de fraudes eleitorais cometidas pelo grupo político de Vitorino Freire, o jornal frisava que, além do direito de votar e escolher livremente seus representantes, eram muitos os direitos do povo, e que, por este motivo, não deixava de denunciar “[...] também a falta de escolas, de assistência médica, de água encanada nas residências populares, as revoltantes condições de miséria, existentes nos bairros” de São Luís e do interior do Maranhão.

Como seu próprio nome indicava, o jornal era “[...] uma tribuna do povo. De todo o povo. Dos operários, dos camponeses, dos industriais, dos comerciantes, dos bancários, etc”. (*Tribuna do Povo*, edição nº 209, 26 de março de 1955, p. 3). Era um órgão coletivo, “um jornal a serviço da coletividade” dos trabalhadores. (*Tribuna do Povo*, edição nº 51, 17 de setembro de 1949, p. 2). E, pelo próprio caráter de organização coletiva, a maior parte de suas publicações saíam em nome do jornal, como conjunto. A partir de 1955, inclusive, alguns artigos passaram a ser assinados com suas iniciais, “TP”. Mas, é possível também encontrar artigos assinados nominalmente por Maria Aragão, Euvaldo Rodrigues Leda, Sebastião Rodrigues e Silva, João Bispo Furtado, Otávio Gomes, Rodrigo da Silveira, Walter Veloz e R. Azevedo. Destes, segundo Maria Aragão, atuaram também como redatores de maneira mais assídua João Bispo Furtado e Sebastião Rodrigues e Silva. (Aragão, 1992, 2015).

Em desfavor da *Tribuna*, eram muitas as dificuldades postas. A questão financeira e material era das mais pesadas, refletindo as condições gerais do PCB e de seus órgãos de imprensa Brasil afora. Para os comunistas no Maranhão, porém, tais condições se viam recrudescidas. Segundo Maria Aragão (1992, p. 90), o “[...] Partido vivia em crise financeira” e o “[...] aluguel da casa em que funcionava só vivia atrasado”. Como dissemos anteriormente, o espaço abrigava também a redação da *Tribuna*. Ao que tudo indica, entre 1945 e 1955, a maior parte das máquinas de composição e impressão também não foram de propriedade do jornal³¹. Como não conseguia se manter apenas com a venda de seus exemplares, os integrantes

³¹ Isto é explicitado pela *Tribuna do Povo* em março de 1955, no decurso da campanha do “mês da Imprensa Popular”, destinado a angariar recursos para a compra de equipamentos para os jornais do PCB ou sob sua orientação e influência. Na ocasião em questão, a *Tribuna* afirmava que tudo deveria ser feito para que o jornal

da *Tribuna* e do partido, principalmente Maria Aragão, tiveram de recorrer, mais de uma vez, às campanhas de arrecadação, ou, como chamavam, “campanhas de finanças”. Segundo Maria: “Isso ficava sob a minha responsabilidade, embora eu destete trabalhar com finanças, porque tenho de fazer escrituração, balancetes essas coisas. Mas sempre tive capacidade para arranjar dinheiro”. (Aragão, 1922, p. 127).

“Para se ter dinheiro se fazia festa, se fazia rifa, íamos procurar pessoas amigas. Tínhamos contribuição de amigos”, frisou ainda a diretora da *Tribuna*. (Aragão, 2015, p. 142). Um local muito utilizado para estas festas de arrecadação era sítio “Ipitupan”, que pertencia a William Moreira Lima e ficava localizado no bairro do Tirirical, em São Luís. As festas, com músicas, danças e comidas, eram anunciadas nas páginas da *Tribuna* e as entradas eram vendidas na redação do jornal. Em certa ocasião, quando falou sobre a última festa, recém-realizada, a *Tribuna* noticiou que lá “quase tôdas as camadas sociais” estiveram presentes, representadas por “[...] operários, comerciários, comerciantes, industriários e industriais, parlamentares, diversos candidatos a postos eletivos às próximas eleições, estudantes, etc”. (*Tribuna do Povo*, edição n° 182, 25 de setembro de 1954, p. 1).

O jornal abria um pequeno espaço para publicidade em suas páginas. Entre os anúncios estavam os serviços médicos da própria Maria Aragão e de William Moreira Lima. Outros anunciantes foram, por exemplo, a “Relojoaria Leao” e a “Retificadora de Olavo M. Bastos”. Peças no “Cine-Teatro Artur Azevedo” também eram constantemente anunciadas. Mas é provável que os recursos provenientes de publicidade, se é que existiam, fossem muito esparsos. Não é difícil imaginar que não era muitos os anunciantes animados para divulgarem seus negócios num jornal comunista no Maranhão na década de 1940 e 1950, visceralmente anticomunista. Por isso, é provável que os poucos anunciantes do jornal guardassem simpatia com a *Tribuna* e/ou com o PCB. Isto, ou sabiam o alcance que o jornal tinha entre os trabalhadores maranhenses.

Ademais, tendo em vista que ambos se confundiam ou retroalimentavam-se, certamente os recursos do partido eram também utilizados nas atividades do jornal, assim como os do jornal nas atividades do partido. Tal confluência financeira não aliava “as contas”. Ao contrário. Por isto, quando em agosto de 1954, o jornal circulou, pela primeira vez, em papel linha d’água, mais barato e de melhor qualidade, o fato foi anunciado pela *Tribuna* como “[...]

fosse “reaparelhado”, “[...] com máquinas de composição e impressão próprias”, para que pudesse, assim, defender o povo “[...] com maior eficiência”. (*Tribuna do Povo*, edição n° 205, 12 de março de 1955, p. 4). Acreditavam que o jornal poderia fazer muito mais, todavia, precisavam que a *Tribuna* fosse “[...] dotada de máquinas de composição e de impressão próprias, etc”. (*Tribuna do Povo*, edição n° 209, 26 de março de 1955, p. 2).

uma grande vitória dos trabalhadores maranhenses”. (Tribuna do Povo, edição nº 177, 14 de agosto de 1954, p. 1). Aquilo representava um importante alívio nas despesas mensais com papel, pois, se antes, se gastavam Cr\$ “1.750 por mês”, agora esse montante era de Cr\$ 600,00. (Tribuna do Povo, edição nº 177, 14 de agosto de 1954, p. 6). As condições financeiras e materiais, no entanto, permaneciam difíceis, de maneira que as atividades de arrecadação de recursos, longe de serem a exceção, eram, na verdade, a regra.

Sem estas atividades, e sem a atuação de Maria Aragão, que movia “mundos e fundos” para conseguir os recursos necessários, seria muito difícil garantir a continuidade regular das atividades do jornal. Outras dificuldades eram, certamente, o isolamento político e a clandestinidade, especialmente após 1947, quando PCB teve seu registro eleitoral cassado pelo TSE, que lançou o partido novamente na ilegalidade. Até 1955, as campanhas e apelações jurídicas, políticas e sociais dos comunistas pela retomada da legalidade do partido não voltariam a vingar. E, novamente, a repressão não demorou a recair sobre as cabeças dos comunistas e suas organizações: jornais empastelados, exemplares apreendidos, clandestinidade, repressão, emboscadas, prisões, torturas e assassinatos. Tudo isso compunha novamente a dura realidade dos comunistas. (Alves, 2005).

No Maranhão, como desdobramento da *Greve de 51*³², os comunistas do PCB foram responsabilizados, sem provas, de terem comandado ataques incendiários nos bairros populares de São Luís. (Azevedo, 2016; Costa, 2004). “Maria, que chegou ao atrevimento de colocar uma placa na Praça João Lisboa dizendo que o partido apoiava a greve, ficou presa por mais de dois meses”. (Azevedo, 2011, p. 176).

Naquele cenário, em “[...] poder da correligionária de Prestes”, veiculou o jornal maranhense *O Combate*, fora encontrado “farto material subversivo e grande documentação comprometedora”. (O Combate, edição nº 6098, 8 de outubro de 1951, p. 2). E assim, sem culpa comprovada e a única das forças oposicionistas a não ser anistiada pelo governador, Eugênio Barros, Maria Aragão permaneceu no cárcere de 5 outubro a 25 dezembro de 1951. Para libertá-la, foi necessário que a direção do PCB nacional, e Prestes pessoalmente, enviassem ao Maranhão o advogado Mario Chermont, advogado de defesa de Prestes. (Aragão, 1992, 2015). Mas a repressão não parou por aí. Mesmo que a *Tribuna* possuísse registro legal, sob a

³² Não pretendemos entrar nos pormenores daqueles eventos por agora, pois abordaremos isto mais detalhadamente no terceiro capítulo deste trabalho. Aqui, cabe apenas situar que a *Greve de 51* foi um movimento que uniu grande parte das forças políticas de oposição ao grupo político liderado por Vitorino Freire, o *vitorinismo*, para impedir a posse do candidato *vitorinista* Eugênio Barros como novo governador do Maranhão. A justificativa era de que teriam ocorrido flagrantes fraudes eleitorais. Com a morte do candidato das oposições, Saturnino Bello, por infarto, a Justiça Eleitoral Regional, acusada de ser parte do universo das fraudes, reconheceu a vitória de Eugênio. O que se desdobrou disto foi uma crise e greve que se estendeu praticamente por todo o ano de 1951.

ordem “6.590, Livro B, nº 01”³³, em 1949, e, sob o nº “261. 201” no Departamento Nacional de Propriedade Industrial (D.N.P.I.), desde 3 de fevereiro de 1954³⁴, isto não impedia que o jornal e seus membros fossem perseguidos.

Até março de 1953, a *Tribuna* fora atacada pelo menos duas vezes “[...] pela polícia, que inutilizou parte do material tipográfico adquirido com a ajuda do povo e da classe operária”³⁵. A última destas, ocorreu no dia 30 de março de 1953, quando a “[...] polícia por ordem de Eugênio de Barros”, atacou as oficinas do jornal e “[...] apoderou-se de todo o material tipográfico, danificando-o em parte”, apreendendo ainda um de seus redatores, Homero Higino. Nos desdobramentos desse caso, decidiu a justiça, “por unanimidade”, que o material apreendido fosse devolvido e que Higino fosse libertado. Para a *Tribuna*, a justiça reconhecia, assim, “[...] a legalidade do único jornal no Estado que defende os interesses do povo e da classe operária”. (*Tribuna do Povo*, edição nº 130, 5 de setembro de 1953 p. 4).

Em outra ocasião, desta vez em janeiro de 1954, na madrugada do dia 3 de janeiro, João Bispo Furtado, que era um dos redatores da *Tribuna*, e Ubiratan Teixeira foram presos, sob o pretexto “dos mais tolos”: “[...] responsabilizados pelas salvas de foguetes e bombas com que era comemorado o aniversário de Prestes”³⁶. Ambos, saíam, como tantas outras pessoas, dos bailes carnavalescos e desciam à rua Colares Moreira. Bispo Furtado e Ubiratan Teixeira “[...] permaneceram ilegalmente presos, em celas de presos comuns durante vários dias”. Ubiratan teria sido libertado por interferência de seu pai, enquanto Bispo Furtado permaneceu preso por mais dias, sendo libertado somente quando da aprovação, também por unanimidade, do pedido de *habeas-corpus* em seu favor, “[...] reconhecendo a ilegalidade da prisão”. (*Tribuna do Povo*, edição nº 147, 9 de janeiro de 1954, p. 6).

A despeito das dificuldades e demais contratemplos, o jornal não deixava de circular. E é provável que tenha ainda inspirado, direta e/ou indiretamente, o surgimento de novas experiências dos trabalhadores no Maranhão, como o caso do jornal *Boletim Sindical*, encimado com o título “*Voz do Trabalhador*”. O jornal, fundado em meados de 1954, era semanal e foi dirigido por Sebastião Rodrigues da Silva, outro dos redatores da *Tribuna*, Waterloo C. Lopes e Taurino Madeira, e contava a cooperação de alguns sindicatos maranhenses. Ao tomarem em suas mãos um exemplar do recém-fundado jornal, a *Tribuna* logo tratou de parabenizar a

³³ “*Tribuna do Povo*. Registrado sob o número de ordem 6.590, Livro B, nº 01. Cartório Dedimo Cantuaria”. (*Tribuna do Povo*, edição nº 51, 17 de setembro de 1949, p. 2).

³⁴ “*Tribuna do Povo*. Registrado no D.N.P.I. sob o n. 261. 201 de 3- 2-54”. (*Tribuna do Povo*, edição nº 193, 11 de dezembro de 1954, p. 3).

³⁵ “*Nossa Campanha*”. (*Tribuna do Povo*, edição nº 130, 5 de setembro de 1953 p. 4).

³⁶ “*Violencia Policial*”. (*Tribuna do Povo*, edição nº 147, 9 de janeiro de 1954, p. 6).

iniciativa, pois entendia que com esta os trabalhadores maranhenses davam novas “[...] provas de seu valor, desta vez, também, no campo intelectual”. (Tribuna do Povo, edição nº 176, 7 de agosto de 1954, p. 6).

Acrescentavam, ademais, que o novo jornal tinha “[...] uma bôa apresentação gráfica e bonita paginação”. À sua linha de conduta, a *Tribuna* considerava ser “boa”, uma vez que condenava “[...] qualquer restrição a êste ou aquêlê trabalhador, salvo aos ‘que se revelarem nocivos à classe’, isto é, os que defenderam a política patronal dentro dos sindicatos”, assim pensavam. Além disso, o novo semanário condenava a “[...] política partidária na orientação do jornal, etc”. E, por fim, a *Tribuna*, diante da “[...] grande iniciativa que tiveram os trabalhadores, em fundar um jornalzinho para sua defesa”, enviava os seus votos de felicidades e de êxito na nova empreitada. (Tribuna do Povo, edição nº 176, 7 de agosto de 1954, p. 6).

A *Tribuna* circulou com novos exemplares por cerca de 17 anos, tendo Maria Aragão no comando de suas atividades por 16 destes. Após alguns atritos intrapartidários no Maranhão, que a levaram a cogitar ir embora do estado, Maria encerrou sua participação na *Tribuna* em julho de 1961. Foi quando viajou, por sugestão da direção nacional do PCB, para a URSS, com objetivo de participar de cursos de formação política. Ao retornar ao Maranhão, em setembro de 1962, o jornal estava em seus últimos dias de atividade. (Aragão, 1992, 2015; Araújo, 2014).

Quando perguntada por Euclides Moreira Neto, que a entrevistou a respeito deste e de outros assuntos, sobre os motivos que teriam levado ao fechamento do jornal, Maria Aragão foi categórica: “[...] fechou porque eu saí para a União Soviética”. (Aragão, 2015, p. 149). Desde 1956, com as denúncias sobre o “culto à personalidade”, feitas por Nikita Khrushchov no XX Congresso da PCUS, e os conflitos internos ao PCB que daí se desdobraram, a situação piorou, e muito. A perseguição de sempre. Menos pessoal, menos recursos. Muito mais trabalho. Os companheiros de partido “cruzaram os braços” e Maria Aragão, que se recusou a deixar o jornal fechar, teve de tocá-lo praticamente sozinha. Logo, a sua viagem para a URSS selou o destino da *Tribuna*. Para Maria Aragão, no entanto, era o início da aurora de uma nova fase em sua trajetória.

1.2. A Imprensa Popular e a "imprensa sadia"

Para a *Tribuna*, o papel que desempenhava no Maranhão, de defesa e orientação do povo, era o mesmo desempenhado por toda a rede de jornais que compunham a chamada Imprensa Popular. Eram os jornais do PCB ou sob sua influência, também chamado de “jornais de Prestes”. No conteúdo da *Tribuna* há uma nítida contraposição entre a rede de comunicação

do PCB, de um lado, e jornais da “grande imprensa”, ou “imprensa sadia”, ou, ainda, à “imprensa dos trustes americanos”, do outro. Esta última, em âmbito nacional, aparece, em geral, representada por jornais como o *Última Hora*, *O Globo* e os *Diários Associados* de Assis Chateaubriand. Para os comunistas da *Tribuna*, aliás, o dono dos *Diários Associados*, então maior rede de comunicações do Brasil, composta por jornais impressos, rádio e TV, figurava como um dos maiores inimigos dos trabalhadores no Brasil, devido à sua subserviência e de seus meios de comunicação aos Estados Unidos. Um “entreguista” nato, assim entendiam³⁷.

Na perspectiva da *Tribuna*, os “jornais da grande imprensa” eram veículos “[...] da calúnia e da mistificação”, verdadeiramente orientados no sentido dos interesses do imperialismo norte-americano no Brasil, quaisquer que fossem estes: desde o envio de tropas brasileiras para lutar na *Guerra da Coréia*, através de um acordo com os Estados Unidos, à entrega das riquezas nacionais, como o petróleo, as areias monazíticas e demais minerais utilizados na indústria bélica aos “monopólios estrangeiros”, especialmente aos norte-americanos. (*Tribuna do Povo*, edição nº 129, 29 de agosto de 1953, p. 3).

Eram, por isto, jornais cuja finalidade se resumia a “[...] mentir, caluniar e mistificar a opinião pública”. (*Tribuna do Povo*, edição nº 127, 15 de agosto de 1953, p. 2). Os comunistas tomavam parte do lado do monopólio brasileiro em seus setores econômicos estratégicos, como o siderúrgico, o petrolífero e o energético. Logo, empresas estrangeiras, que por muito tempo monopolizaram estes setores no Brasil e que atuavam politicamente para controlar os principais setores da economia nacional, como a *Standard Oil* (estadunidense), no ramo do petróleo, e a *Light and Power Co.* (canadense) e *American & Foreign Power Co.* (estadunidense) no caso da produção de energia elétrica, figuravam como inimigas do povo brasileiro. Deste ponto de vista, dos comunistas, o mesmo valia para os que tomavam parte na defesa dos interesses destas empresas e dos Estados Unidos. Como os jornais de grande circulação no Brasil, os “da grande imprensa”, que citamos.

E se, no plano nacional, estes jornais eram representados pelo *Última Hora*, *O Globo* e os *Diários Associados*, em São Luís, a *Tribuna*, em agosto de 1953, chegou a colocar neste mesmo balaio todos os principais jornais então em atividade, fossem de oposição ao *vitorinismo* ou não. Naquela São Luís da década de 1950, os principais jornais em circulação, excetuando-se o *Jornal Pequeno*, fundado e dirigido pelo jornalista José de Ribamar Bogéa³⁸, estavam

³⁷ Veremos isto mais detalhadamente em nosso terceiro capítulo, quando abordaremos as lutas político-eleitorais de 1955 sob a perspectiva da *Tribuna*.

³⁸ Esta exceção é ressaltada por Azevedo (2016). Há que se falar, contudo, que os Bogéa se envolveram na vida política partidária no decorrer de toda a década de 1950, dos quais muitos elegeram-se para mandatos políticos (na legislatura estadual e federal). Somente uma investigação mais aprofundada, debruçada sob as páginas do *Jornal*

vinculados aos grupos e partidos políticos em disputa: *O Imparcial* e *O Globo*, pertenciam à Chateaubriand, que, no Maranhão, era aliado de Vitorino; o *Diário de São Luís* era vinculado ao grupo político de Vitorino; *O Combate*, órgão oficial do PR desde 1925, data de sua fundação, era de oposição à Vitorino; o *Jornal do Povo*, de oposição à Vitorino, vinculado ao PSP, então a principal força oposicionista. (Azevedo, 2016; Buzar, 1998; Costa, 2004).

Situacionista ou oposicionista, *O Imparcial*, *Diário Popular*, *Jornal do Povo*, *Jornal do Dia* e *O Globo*, para a *Tribuna*, em agosto de 1953, todos expressariam, no fundo, interesses alheios aos do povo brasileiro. Eram, todos, “[...] meros porta-vozes da reação e do imperialismo”. Por esse motivo, disse o semanário comunista, não era surpresa que se lançassem furiosamente “[...] contra os trabalhadores, chegando a insultá-los quando recorrem à greve – sua [grande] arma de luta”. Não era, por isso, surpresa que nos grandes problemas nacionais, “[...] como a defesa da paz, do petróleo, das areias monazíticas da hilea amazônica”, estes mesmos jornais sempre tomassem parte “[...] do lado dos interesses estrangeiros e contra o Brasil”. (*Tribuna do Povo*, edição nº 127, 15 de agosto de 1953, p. 3).

No polo oposto, para a *Tribuna*, estavam os jornais da Imprensa Popular. Eram “jornais da Paz e da Verdade”, que, mesmo sofrendo com inúmeras dificuldades financeiras e perseguições de toda sorte, representavam “um farol” na defesa dos interesses do povo, orientando-o “nas suas próprias lutas” e trabalhando no sentido da defesa da soberania nacional, contra a entrega das riquezas brasileiras ao imperialismo norte-americano. (*Tribuna do Povo*, edição nº 130, 5 de setembro de 1953, p. 4). Nestes jornais, dizia a *Tribuna*, a verdade aparecia “[...] límpida e os melhores filhos do povo brasileiro, à frente dos quais o grande Prestes”, dirigiam “[...] aos patriotas suas mais justas palavras de ordem”. (*Tribuna do Povo*, edição nº 127, 15 de agosto de 1953, p. 3).

E, para a *Tribuna*, não bastava elencar os problemas existentes na realidade do Maranhão. Não se podia “[...] aceitar indiferentemente a fome, a miséria e a morte de nossos filhos”, quando se podia lutar, “[...] com vantagem”, contra os “[...] carrascos que detêm o poder em suas criminosas mãos”. Era preciso que se tomasse posição, enfrentando os problemas existentes e sentidos pelo povo. E, para que isso fosse feito, era necessário que se mostrassem as raízes dos problemas, que fosse ensinado ao povo a como se defender. E esta tarefa, “[...] esta difícil e honrosa tarefa”, estava longe de pertencer a “imprensa sadia”. (*Tribuna do Povo*,

Pequeno, bem como na genealogia dos Bogéa nos permitiria identificar com mais precisão esta questão. Tal investigação, se feita, poderia vir identificar, por um lado, se há algum grau de parentesco entre o diretor do *Jornal Pequeno*, José de Ribamar Bogéa, e os políticos de sobrenome Bogéa eleitos naquele contexto; a análise mais detalhada sob o conteúdo do jornal, especialmente, mas não somente, nas suas edições que precedem os processos eleitorais, por outro lado, revelaria as posições assumidos pelo jornal diante dos processos eleitorais.

edição n° 136, 24 de outubro de 1953, p. 1). Era uma tarefa de jornais como a *Tribuna*, que, compromissada apenas com o povo, com a sua defesa e orientação, só do povo esperava “apoio moral e material”³⁹. (Tribuna do Povo, edição n° 131, 19 de setembro de 1953, p. 1).

1.3. A Guerra Fria nas páginas da Tribuna

Os anos em que a *Tribuna do Povo* esteve em atividade remetem, no plano internacional, ao período da *Guerra Fria* (1945-1991). Em 1945 chegava ao fim a *Segunda Guerra Mundial* (1939-1945), que pôs frente a frente os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) e os Aliados (Estados Unidos, URSS, França e Inglaterra), arrastando ainda países de todos os continentes do globo para o conflito bélico, inclusive o Brasil (1942). Além da imposição de derrota ao nazifascismo, a vitória dos países Aliados significou um reordenamento no tabuleiro político internacional e, com isto, o que se viu foi limiar e a concretização de uma nova configuração das disputas internacionais, acentuadamente polarizadas. (Bandeira, 2013; Guimarães, 2010; Hobsbawm, 1999).

De um lado, estavam os Estados Unidos, agora a principal potência política, militar, econômica, tecnológica e ideológica do mundo capitalista. Alemanha, Japão, Itália, França e Inglaterra, países diretamente envolvidos no conflito mundial, viviam um cenário de terra arrasada e, em meio a esta debilidade, os Estados Unidos ascendiam de vez à hegemonia global do mundo capitalista e da divisão internacional do trabalho. No polo oposto, estava a URSS, prefigurando-se como a principal potência política, militar, econômica, tecnológica e ideológica do mundo socialista. (Guimarães, 2010; Ribera, 2012; Hobsbawm, 1999).

³⁹ É necessário apontar que as definições e contraposições aqui citadas, entre os jornais da Imprensa Popular e os jornais da “Imprensa sadia”, aparecem com mais “sistematicidade” na *Tribuna* no âmbito da chamada “Campanha dos 15 Milhões”, entabulada pelo PCB a fim de reequipar e fortalecer a rede de imprensa vinculada ao partido. A campanha, de amplitude nacional e que contou com o apoio de figuras como Candido Portinari, Jorge Amado, Oscar Niemeyer, Elisa Branco, Nieta Campos da Paz e Heloisa Ramos, foi iniciada em setembro de 1953, com data de término prevista para 30 de novembro do mesmo ano, mas estendida oficialmente até o dia 3 de janeiro de 1954, dia do aniversário de Prestes. No Maranhão, a campanha foi lançada oficialmente no dia 19 de setembro, no sítio Ipitupan. Até dezembro de 1953, da quota estadual do Maranhão, fixada no valor de 200 mil cruzeiros, 38.554 cruzeiros foram arrecadados, com parte enviada para o reequipamento de jornais “[...] como Imprensa Popular, Voz e a revista Problemas”. (Tribuna do Povo, edição n° 143, 12 de dezembro de 1953, p. 6). Pouco tempo depois, em março de 1955, outra campanha de arrecadação de fundos tornou a mobilizar a *Tribuna*. Era o “Mês da Imprensa Popular”, ocasião em que esta mesma contraposição, entre “nós” e “eles”, em reportagens específicas, segundo o papel desempenhado pelos jornais, aparecia novamente nas páginas do semanário maranhense. Àquela altura, com relação aos principais jornais em circulação em São Luís, a *Tribuna* era novamente taxativa: “Só um jornal – Tribuna do Povo – não esquece o povo, denuncia a violação dos seus direitos, reclama a solução dos seus problemas”. (Tribuna do Povo, edição n° 205, 12 de março de 1955, p. 4). Dito isto, cabe dizer, no entanto, que esta contraposição, entre os jornais da Imprensa Popular e os jornais da “imprensa sadia”, permeiam o conteúdo da *Tribuna* em seu conjunto.

O globo, então, dividiu-se politicamente entre estes dois campos polares, longe de serem homogêneos, é verdade, mas cujos contornos gerais estavam dados. Em graus diversos, os impactos desta disputa, acirradíssima, manifestar-se-iam em todos os países do globo, por diversos canais, em vários níveis e na inteireza da vida social. Dialeticamente imbricadas, os embates tecnológico-militares, ideológicos e econômicos entre as duas superpotências constituíram três das principais vias de expressão do conflito. (Guimarães, 2010; Ribera, 2012; Hobsbawm, 1999). No plano tecnológico-militar, a corrida armamentista, especialmente a nuclear, sempre crescente, acendeu um alerta constante de perigo bélico iminente, de maneira que “gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas nucleares globais que, acreditava-se firmemente, podiam estourar a qualquer momento, e devastar a humanidade”. (Hobsbawm, 1999, p. 178).

Essa dualidade conflitiva, entre o mundo socialista e o mundo capitalista é evidente no conteúdo da *Tribuna*. Através de suas publicações sobre o cenário internacional é possível acompanhar de perto, do ponto de vista dos comunistas, a atmosfera da *Guerra Fria* vivida àqueles anos. Este material publicado pelo jornal tinha como principal centro de produção e difusão a própria direção nacional do PCB e os principais jornais que integravam a rede de comunicação do partido. Era comum que a *Tribuna* reproduzisse reportagens retiradas de jornais como *A Classe Operária*, a *Imprensa Popular* e a *Voz Operária*, utilizando-as para compor o seu noticiário internacional. Além disso, notícias de jornais internacionais, como o *Pravda*, órgão de imprensa do PC Soviético, também eram republicadas. Todo este material chegava à redação da *Tribuna* através da rede de comunicações do PCB.

Mas havia também reportagens produzidas pela própria *Tribuna* em que esta mencionava aspectos da vida na URSS, embora mais pontuais e, geralmente, aparecendo, quando da abordagem de algum tema da dinâmica sociopolítica do Maranhão, como parâmetro comparativo e como objetivo a ser alcançado.

Do lado do mundo socialista, o jornal sempre apresentava avanços econômicos, políticos, sociais e culturais. A URSS, em particular, como centro aglutinar do campo socialista e comunista internacional, aparecia sempre de maneira bastante elogiosa, como sinônimo de opulência econômica, avanço tecnológico, progresso e paz social. No bojo das relações internacionais, figurava como o grande bastião da paz, trabalhando, dentro e fora das instâncias de negociações internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), pela soberania e pelos interesses dos povos, pondo-se sobremaneira contra as guerras, como a da Coreia, por exemplo. Do lado capitalista, capitaneado pelos Estados Unidos, o que aparecia nas páginas da *Tribuna* era exatamente o oposto. Crise econômica, opressão social, decadência cultural e

aspiração sempre crescente pelo conflito bélico, pela guerra, encarada como medida derradeira de um regime em avançado e progressivo estado de apodrecimento.

No âmbito das produções autorais da *Tribuna*, uma reportagem, publicada em outubro de 1953, nos apresenta um pouco da concepção geral do jornal comunista maranhense sobre a URSS. Trata-se de uma entrevista com a maranhense e antiga militante do PCB Arcelina Mochel Goto, então secretária geral da *Federação de Mulheres do Brasil*. Arcelina Mochel estivera, em julho de 1953, como delegada do Brasil, no Congresso Mundial de Mulheres, realizado entre 5 e 10 de julho de 1953, em Copenhague, na Dinamarca. De lá, a convite do Comitê Anti-Fascista de Mulheres, rumara em visita para a URSS. Ao retornar ao Brasil e de passagem por São Luís, a *Tribuna* resolveu entrevistá-la, colhendo suas impressões sobre o “[...] Velho Mundo, principalmente a União Soviética”. (Tribuna do Povo, edição nº 133, 3 de outubro de 1953, p. 1).

Segundo informou Arcelina, juntamente com uma delegação, esta viajara a Moscou, “[...] passando por Praga e atravessando, durante três dias de trem, os campos completamente cultivados da Ucrânia”. (Tribuna do Povo, edição nº 133, 3 de outubro de 1953, p. 1).

Os trigais, a altura de nossos ombros, pareciam um grande mar amarelo, cujo fim não era alcançado pelas nossas vistas. Com eles, a beterraba açucareira e as flores ocupavam toda a estrada, além das casas dos camponeses, bem cuidadas, com seus jardins, suas hortas, sua criação de aves ou carneiros, dando-nos a primeira sensação de bem-estar, conforto e alegria das famílias do campo. (Tribuna do Povo, edição nº 133, 3 de outubro de 1953, p. 3).

Sobre a capital da União Soviética, Arcelina disse à *Tribuna*: “[...] Moscou é uma bela cidade, apenas de seus 800 anos. O povo soviético conserva os seus historicos edificios, que servem a sua cultura. Moscou é o encontro da cultura e da industria soviéticas”. E, sobre o povo soviético, o qual Arcelina disse ter tido bastante contato, visitando “[...] muitos lugares de trabalho, de direções e de cultura”, a militante do PCB assegurou ser “[...] testemunha de que os povos da URSS são felizes e empreendedores do progresso, acentuando que eles tem um profundo sentimento de solidariedade e amor e Paz, para quem são voltadas todas as suas atividades”. Destacou ainda a cidade de Stalingrado, assegurando que “[...] a heroica cidade” estava toda reconstruída. “Pode-se dizer – frizou – que é uma cidade nova, saída dos escombros da guerra, e acentuou que o plano de reconstrução daquela cidade à tornara bela, limpa e bonita”. (Tribuna do Povo, edição nº 133, 3 de outubro de 1953, p. 3).

Sobre as fazendas coletivas de cultivo soviéticas, “as chamadas kolkoses”, Arcelina Mochel declarou a *Tribuna* que “[...] ali onde o trabalho se desenvolve através de brigadas de camponeses no cultivo de centeio, trigo, beterraba, leguminosas, frutas, etc.”, a vida era “[...]”

de trabalho, de estudo, de diversões, de conforto e de alegria”. Aditou a isso a afirmação de que naquelas fazendas coletivas havia “[...] maternidade, jardins de infância, creche, teatro, escolas, central de rádio, campo de esporte, central elétrica, etc”. E que o gado era “[...] cuidado sob métodos científicos” e a produção dividida “[...] entre as famílias que trabalham”, mas que uma parte era revertida para o próprio kolkoz, “[...] afim de desenvolver e melhorar suas instalações”. (Tribuna do Povo, edição nº 133, 3 de outubro de 1953, p. 3).

Quanto à realidade das mulheres na URSS, perguntava pela *Tribuna*, Arcelina Mochel respondeu:

Vimos em detalhes a proteção a mulher trabalhadora e o acatamento que recebe da parte de todos. Seus direitos são iguais aos dos homens e elas estão à frente de direções de fabricas, escolas, bibliotecas, maternidades, kolkoes, etc. Estivemos em muitas instituições e sempre encontramos as mulheres presentes a todo trabalho, muitas vezes dirigindo-o. As mães [...] gosam de muita proteção. Podem trabalhar com satisfação, despreocupadas, porque deixam seus filhos menores nas casas maternas e jardins de infância, durante toda a jornada de trabalho. Estudam, especializam-se, gosam de férias anuais, além do período de descanso, antes e depois do parto; frequentam teatros e cinemas; andam bem-vestidas e são muito alegres. Assinalou, de modo particular, que as mães de família numerosa são condecoradas, a partir do quinto filho e que, quando têm dez filhos, recebem a medalha de “mãe heróica”, além de subsídio familiar. (Tribuna do Povo, edição nº 133, 3 de outubro de 1953, p. 3).

Para a *Tribuna*, ademais, as conclusões gerais de Arcelina sobre o que observara na URSS mereciam toda a atenção, principalmente por parte de suas conterrâneas maranhenses. (Tribuna do Povo, edição nº 133, 3 de outubro de 1953, p. 3).

O povo soviético deseja ser amigo de todos os povos. Eramos tratados com solicitude e carinho. [Às] vezes, as cenas de nossos encontros com as mulheres soviéticas eram emocionantes. Sempre que nos despedíamos, recebíamos mensagens de paz [às] mulheres e [às] crianças do Brasil. Passamos vinte e um dias na URSS e do que vimos sob nossos pedidos, podemos reafirmar que é um grande país civilizado, que marcha, com suas grandiosas realizações, com o Campeão da Paz!⁴⁰ (Tribuna do Povo, edição nº 133, 3 de outubro de 1953, p. 3).

Um mês antes da publicação desta entrevista, no âmbito da corrida armamentista característica da *Guerra Fria*, quando a URSS dominou a tecnologia nuclear (bomba atômica e bomba de hidrogênio), forçando a perda do monopólio desta tecnologia por parte dos Estados Unidos e dos países capitalistas, aquilo foi apresentado nas páginas da *Tribuna* como um avanço importantíssimo. Não no sentido da guerra. Mas da paz. A notícia teria sido dada pelo próprio Malenkov, então dirigente do PCUS e Presidente do Conselho de Ministros da URSS: “[...] assim como já se verificara com a energia atômica, também agora a bomba de hidrogênio deixa

⁴⁰ Veremos isto mais adiante, mas cumpre adiantar aqui que o “Campeão da Paz”, mencionado por Arcelina, era Stálin.

de ser monopólio dos Estados Unidos”⁴¹. (Tribuna do Povo, edição nº 128, 22 de agosto de 1953, p. 3).

A afirmação e poderia tecnológico-militar da URSS, ao invés de criar temor entre os povos, de recrudescer os ânimos guerreiros, viria, ao contrário, segundo veiculou a *Tribuna*, a atuar como um “dispositivo de segurança” contra o bloco capitalista: um elemento defensivo, mantenedor “da paz” e da coexistência pacífica entre os dois regimes em disputa. Visto que, reforçava o jornal, a URSS, até ali, executara uma política de paz, assim continuaria a fazê-lo: a URSS jamais empregaria “[...] suas armas senão em defesa de seu território, repelindo uma agressão”. Para a *Tribuna*, esta seria uma postura completamente oposta à dos Estados Unidos, que praticavam uma política “[...] de chantagem e usavam as armas atômicas e termonucleares como ‘trunfo’ para impor sua dominação mundial”. (Tribuna do Povo, edição nº 128, 22 de agosto de 1953, p. 3)

Com a nova tecnologia, “[...] reforçando a sua capacidade de defesa ante um inimigo agressivo e feroz”, a União Soviética lançava, assim, “[...] o seu poderio como um instrumento de consolidação das forças mundiais da paz”. Tal era “a inflexível política” da URSS, concluía-se: “[...] impedir a guerra, salvar a paz, e prover às necessidades materiais e culturais sempre crescentes do povo soviético, marchando com firmeza no caminho do comunismo”. (Tribuna do Povo, edição nº 128, 22 de agosto de 1953, p. 3).

Nas páginas da *Tribuna* eram também recorrentes as notícias sobre melhorias nas condições de trabalho e vida dos trabalhadores na URSS. Era este o caso das notícias sobre as seguidas rebaixas nos preços dos produtos e o aumento de salários dos trabalhadores⁴². Em abril de 1954, por exemplo, numa informação que teria origem em Mascou, a *Tribuna* anunciava nova rebaixa de preços na URSS. Segundo nota da redação, esta era sétima verificada desde o fim da *Segundo Guerra*⁴³. A notícia informava que a nova rebaixa dos preços atingiria “[...]”

⁴¹ “Malenkov Reafirma a Política de Paz da U.R.S.S”. (Tribuna do Povo, edição de nº 128, datada de 22 de agosto de 1953, p. 3).

⁴² Neste tópico, nos deteremos à dualidade polar presente nas páginas da *Tribuna* entre os principais centros aglutinadores do globo no período da *Guerra Fria*. É importante situar, no entanto, que o jornal, na mesma direção e tom com que falava da URSS, também publicava notícias de outros países atrelados ao campo socialista internacional, as chamadas Democracias Populares. Apenas para exemplificar o que estamos falando, em maio de 1955, duas destas notícias, curtas, saíram anunciadas com a chamada intitulada *Rebaixa de preços nas Democracias Populares*. Numa destas, publicada na edição nº 219, de 15 de maio e marcada como de origem em Budapeste, “Rumânia”, o jornal anunciava a “[...] rebaixa de preços de produtos alimentícios e industriais, assim como de entradas de teatro”. (Tribuna do Povo, edição nº 219, 15 de maio de 1955, p. 4). No mesmo sentido, em edição de uma semana depois, de nº 221, datada de 21 de maio, a *Tribuna* noticiou a “[...] nova rebaixa de preços na Bulgária, determinada pelo Conselho de Ministros da República e o Comitê Central do Partido Comunista da Bulgária”, rebaixa que teria atingido gêneros de primeira necessidade, o setor de vestimentas, de construção e o agrícola, incluindo ainda o decréscimo do “[...] preço nos restaurantes e casas similares”. (Tribuna do Povo, edição nº 221, 21 de maio de 1955, p. 3).

⁴³ “Novas rebaixa de preços na U.R.S.S.”. (Tribuna do Povo, edição nº 160, 10 de abril de 1954, p. 6).

principalmente o pão e os produtos panificáveis (5 a 8% de baixa, segundo as categorias), os calçados (7%), os tecidos de algodão (15 a 20%), óleos lubrificantes (44,5%), os petróleos (38%), os medicamentos (15%)”. Àquela altura, com as sucessivas rebaixas, “[...] os preços de todas as mercadorias de largo consumo popular” estariam “[...] abaixo dos níveis que tinham antes da guerra”, dizia o semanário comunista. Ao mesmo tempo, eram aumentados “[...] os salários e ordenados [dos] operários e empregados” e “[...] as rendas dos camponeses”. (*Tribuna do Povo*, edição nº 160, 10 de abril de 1954, p. 6).

Ainda segundo a *Tribuna*, isto era o exatamente o inverso do que vinha “[...] acontecendo em todos os países capitalistas e, muito especialmente, no Brasil, onde os aumentos de preços e a depreciação do poder aquisitivo do povo” se processavam diariamente. (*Tribuna do Povo*, edição nº 160, 10 de abril de 1954, p. 6). Os apontamentos sobre, por um lado, os aspectos vantajosos das relações comerciais e diplomáticas com a URSS, e, por outro, os aspectos desvantajosos destas relações com os Estados Unidos, eram também recorrentes nas páginas da *Tribuna*. Naqueles anos, para o PCB, o alívio e a solução para a crise econômica e a crescente carestia de vida dos trabalhadores no Brasil passaria, necessariamente, pela retomada das relações comerciais do Brasil com a URSS. Os governos de Dutra e Vargas, contudo, encarados pelos comunistas como governos “de traição nacional”, subservientes aos interesses dos imperialismo norte-americano e como manifestações de um regime estruturalmente débil, impediam, contudo, o reestabelecimento daquelas relações.

Essa confrontação entre “prós” e “contras” das relações com um ou outro lado dos polos aglutinadores globais, Estados Unidos e URSS, aparece nitidamente na edição de nº 166 da *Tribuna*. Nesta, o jornal publicou duas reportagens sobre o tema: a primeira, intitulada “Na URSS, pátria do socialismo”, seguido do subtítulo “O povo soviético é o comprador mais rico do mundo”; a segunda, intitulada “No Brasil dominado pelos ianques”, seguido do subtítulo “O povo brasileiro é um dos mais pobres compradores do mundo”. Anexadas às publicações, como veremos, foram anexados dois quadros comparativos entre a URSS e o Brasil.

Na primeira reportagem, o povo soviético é descrito como “[...] um Povo feliz”, pois, “[...] todos os anos, sistematicamente”, recebia, “[...] com alegria”, aquilo que para os brasileiros “[...] seria considerado um verdadeiro milagre”: “[...] a rebaixa dos preços dos produtos de amplo consumo”. Todos os anos, seguia a reportagem, o povo soviético avançava “[...] na estrada da fartura”:

Há mais pão em tôdas as mesas, há mais conforto em todos os lares, há mais vestuários, há mais livros, mais divertimentos, mais alegria. São os frutos do trabalho criador de milhões de criaturas que têm o poder em suas mãos, que destruíram a velha sociedade oprimida pelo latifúndio e o imperialismo, que romperam as cadeias da

exploração capitalista, construíram vitoriosamente a sociedade socialista e marcham aceleradamente para a construção do comunismo. (Tribuna do Povo, edição nº 166, 22 de maio de 1954, p. 4).

A ênfase é justamente na sétima rebaixa dos preços promovida pelo governo soviético. E as previsões de melhora na produção e consumo eram ainda melhores. Segundo a reportagem publicada pela *Tribuna*, previa-se que, em 1956, a URSS estaria “[...] fabricando 17 vezes mais máquinas de costura que em 1940, 11 vezes mais máquinas de lavar roupa, 5 vezes mais geladeiras e aspiradores elétricos”, além de duplicar “[...] a fabricação de enceradeiras”. Sobre a produção de açúcar, por sua vez, a informação era de que, até aquele momento, esta tinha sido duplicada em 2,3 vezes desde 1950. As vendas de roupas teriam crescido em 1,8 vezes, com previsão de aumento para 2,4 vezes em 1956. A produção de móveis, “[...] em vez de triplicar, quadruplicará”, previa a reportagem. E tudo isso, acrescentava-se, “[...] graças a sábia política do Partido Comunista da União Soviética”, que “[...] soube mobilizar milhões de homens, mulheres e jovens para a libertação”. Ao superar e cumprir os planos quinquenais, a URSS marchava “[...] vitoriosamente para concretizar a sociedade antevista genialmente por Marx e Engels”, onde haveria “[...] pão e rosas para todos”. (Tribuna do Povo, edição nº 166, 22 de maio de 1954, p. 4).

E todo este crescimento e progresso descritos e previstos eram viáveis porque a política do governo soviético e do PCUS partiria “[...] do princípio de que o homem é o material mais precioso”. Esta política, segundo a *Tribuna*, visaria “[...] a garantia da máxima satisfação das necessidades materiais e culturais sempre crescentes da sociedade”, atingindo “[...] esse objetivo por meio do ininterrupto aumento e aperfeiçoamento da produção socialista”, construídas, por sua vez, através do emprego de “[...] uma técnica superior” pelos “[...] heróis do trabalho e a ciência soviética”. Era isto, portanto, que faria do povo soviético “[...] o comprador mais rico do mundo”, concluía-se. (Tribuna do Povo, edição nº 166, 22 de maio de 1954, p. 4).

Já para o Brasil, “dominado pelos ianques”, o cenário descrito era dos piores, com previsão de recrudescimento. Segundo informava a reportagem publicada na *Tribuna*, “[...] em consequência da política de guerra e colonização imposta ao nosso povo pelos monopólios norte-americanos por meio do governo de Vargas”, caía, dia a dia, “[...] o poder de compra do povo brasileiro”. Segundo explicava o semanário, para sustentar esta política “[...] de preparação guerreira”, que, direta e indiretamente, estaria consumindo “[...] quase metade do orçamento nacional”, Vargas “[...] arruinava a nação”, impondo “[...] o peso de crescente impostos” e permitindo “[...] o saque dos imperialistas norte-americanos”. Conduzia, com isto,

“[...] a uma elevação desenfreada dos preços”, aumentando “[...] a miséria nos lares dos trabalhadores”, asfixiando “[...] o comércio interno e externo” e travando “[...] o desenvolvimento da indústria e de toda a economia nacional”. (Povo, edição nº 166, 22 de maio de 1954, p. 4).

O “saque dos imperialistas norte-americanos” estava bem representando na afirmação de que os lucros confessados por suas empresas atingiam “[...] porcentagens astronômicas superiores a 100%, ultrapassando 400%”, como era o caso, por exemplo, “[...] da Good Year”. E, ademais, em progressão ininterrupta, os lucros das sociedades anônimas, estariam crescendo “[...] numa proporção espantosa”: em 1948, dizia a reportagem, “[...] foram de 22,50%, em 49, de 26,9%, em 50, de 33,70%, em 51, de 46,9%”. Além disso, “[...] sabendo-se que 70% da indústria nacional” eram “[...] direta ou indiretamente controlados pelos imperialistas ianques”, grande parte destes lucros estariam sendo “[...] canalizados para os Estados Unidos”, o que significava um saque de “[...] cerca de 20% de toda a renda produzida pelo povo brasileiro”. (Povo, edição nº 166, 22 de maio de 1954, p. 4).

E o cenário descrito era ainda pior. Nesta política de “busca dos lucros máximos”, controlada pelos “[...] latifundiários e grandes capitalistas”, aliados “[...] dos colonizadores americanos” e por meio do governo Vargas, levava-se “[...] à miséria milhões de camponeses” e submetia-se “[...] a classe operária à mais dura exploração”, realizando os interesses daqueles em detrimento do bem-estar do povo brasileiro, que estaria vegetando “[...] na miséria, apesar de viver num país tão rico”. Segundo as conclusões estatísticas do Bureau Internacional do Trabalho, ressaltava a reportagem, “[...] na base de dados oficiais coletados entre dezembro de 1948 e junho-julho de 1953 em todos os países do mundo”, o Brasil figurava entre os 12 países “[...] em que mais se elevou o custo da alimentação”. Assim, já em 1948, “[...] era detentor do triste recorde da miséria sobre os 73 dentre os 85 países em que aqueles estudos foram feitos”, possuindo, em consequência da carestia, uma situação alimentar “[...] pior que a das Filipinas, dos Panamá, da Malásia, do Sudão, de Porto Rico, de Uganda, da Índia, Jamaica, Kênia, Argélia, Marrocos, Madagascar, etc”. (Tribuna do Povo, edição nº 166, 22 de maio de 1954, p. 4).

E, tudo isso, em “[...] consequência da política de colonização de guerra aplicada no país por Vargas”; da “[...] política dos monopolistas que visa à garantia do máximo lucro capitalista por meio da exploração, da ruína e da pauperização da maioria da população de um determinado país”. Afinal, dizia ainda a reportagem, era “[...] por meio da escravização e sistemática pilhagem dos povos de outros países, particularmente países atrasados como o nosso”, o Brasil, que os monopolistas norte-americanos buscavam, “[...] por meio de guerras e

da militarização da economia nacional, garantir os lucros máximos”. Por tudo isso, concluía-se, é que o povo brasileiro era “[...] um dos mais pobres compradores do mundo”. (Tribuna do Povo, edição nº 166, 22 de maio de 1954, p. 4).

Anexadas à estas duas publicações, dois quadros comparativos entre a URSS e o Brasil. No primeiro, comparam-se as porcentagens de alta e baixa de alguns gêneros alimentícios de primeira necessidade entre os anos de 1947 e 1953. Do lado da URSS, há a caracterização “fartura”; já do lado do Brasil, têm-se a caracterização “miséria”. No segundo quadro, é apresentado ao leitor um levantamento de quanto custariam esses mesmos gêneros alimentícios no Brasil se os preços no país baixassem seguidamente como na URSS.

Ilustrações 7 e 8: URSS e Brasil; Fartura x Miséria

URSS		BRASIL	
1947—1954		1947 — 1954	
FARTURA		MISERIA	
Porcentagem de BAIXA		Porcentagem de ALTA	
49,4%	Café	687,5%	
57,5%	Carne	316 %	
58,6%	Dão	250 %	
39,2%	Leite	136,6%	
48,5%	ARROZ	168,4%	
69,7%	Batata	170,2%	
51,1%	Açúcar	175 %	
36,1%	Banha	358,6%	

SE NO BRASIL OS PREÇOS BAIXASSEM COMO BAIXAM NA URSS...				
Produtos (1 quilo)	Custava em 1947 (Rio)	Custaria Hoje	Mas Custa... (preço atual)	Seria Economizado
Café	9,60	4,80	66,00	61,20
Carne	6,00	2,50	26,00	23,50
Pão	2,70	1,10	12,00	10,90
Leite	3,00	1,80	4,10	2,30
Arraz	3,80	2,00	14,00	12,00
Batata	4,70	1,50	8,00	6,50
Açúcar	3,20	2,20	5,60	3,40
Banha	9,20	5,90	33,00	27,10
	42,20	21,80	168,70	146,90

Fonte: Tribuna do Povo, edição nº 166, 22 de maio de 1954, p. 4.

Quanto às caracterizações sobre os Estados Unidos presentes no conteúdo da *Tribuna*, um balanço feito por Prestes, em abril de 1955, publicado pelo jornal comunista maranhense ainda àquele mês, resumia bem a leitura, para o PCB e para a *Tribuna*: os “[...] incendiários de guerra norte-americanos” alarmavam-se “[...] com os êxitos alcançados pela forças amantes da paz”, temiam “[...] o fim da guerra fria e a possibilidade de serem evitados novos conflitos”⁴⁴. Desta perspectiva, causava-lhes “[...] apreensão qualquer avanço no sentido da consolidação da paz no mundo”, deparando-se com o “[...] constante agravamento da situação econômica em todos os países do campo imperialista”. Nos Estados Unidos, dizia a reportagem publicada pela

⁴⁴ “Documento decisivo sobre o momento político. As eleições presidenciais de 1955 e as tarefas de nosso partido”. (Tribuna do Povo, edição nº 212, 9 de abril de 1955, p. 3-6).

Tribuna, aumentavam “[...] os estoques invendáveis”, crescia o desemprego e baixava “[...] o nível de vida das grandes massas”. (*Tribuna do Povo*, edição nº 212, 9 de abril de 1955, p. 1).

Diante disso, os “[...] miliardários norte-americanos” veriam “[...] no desencadeamento de uma nova guerra a saída para semelhante situação, na expectativa de fazer bons negócios à custa do sangue e do sacrifício dos povos”. Queriam “[...] lucros cada vez maiores” e lutavam “[...] pelo domínio do mundo”. Nesta direção é que o governo dos Estados Unidos tratava “[...] de reforçar seu domínio em todos os países latino-americanos”, intervindo “[...] abertamente nos negócios internos de cada povo”, impondo “[...] por toda parte os ditadores, govêrnos de seus mais fiéis lacaios, com o objetivo de saquear cada país e de arrastar seus povos, como carne de canhão às aventuras guerreiras”. Tal política, dizia o informe de Prestes reproduzido pela *Tribuna*, visaria particularmente o Brasil, onde a “[...] pressão imperialista norte-americana” aumentava “[...] de maneira jamais vista”. Contaria, para isto, naquele momento, com a subserviência do governo Café Filho, um “[...] govêrno fraco e de traição nacional que já nasceu odiado pelo povo”, para consagrar os seus interesses: “[...] a entrega das riquezas do País, o reforçamento da política de preparação para a guerra e a completa fascistização do Estado”. (*Tribuna do Povo*, edição nº 212, 9 de abril de 1955, p. 1).

1.4. Stálin, Lênin e Prestes

No conteúdo da *Tribuna*, Stálin é caracterizado como alguém que dominava “[...] os mais altos conhecimentos científicos do marxismo” e “[...] a mais alta formação revolucionária: “[...] um gênio” militar, “[...] um grande escritor” e “[...] um homem de partido” na condução das massas. Alguém que, ao lado de Lênin, “[...] pupilo e mestre”, “[...] ombro a ombro”, “[...] com perseverança, firmeza, coragem e acima de tudo patriotismo incomparáveis”, levou a efeito a “[...] mais justa revolução social” realizada em “[...] toda a história humana”, derrotando “[...] o capitalismo esfomeador do poder em sua pátria” e construindo “[...] o primeiro estado Socialista do mundo”. Segundo esta leitura, Stálin teria conseguido “[...] transformar a URSS na mais poderosa potência da terra, respeitada por amigos e inimigos”, acabando com “[...] o fantasma do desemprego, do analfabetismo, da falta de alimentos, etc” e transformando o povo de seu país no “[...] povo o mais feliz do planeta”⁴⁵. (*Tribuna do Povo*, edição nº 144, 19 de dezembro de 1953, p. 1).

⁴⁵ Estas descrições aparecem num artigo em comemoração à data do 74º aniversário de Stálin, falecido em março daquele ano. O artigo é intitulado “No coração da humanidade o campeão mundial da paz Stalin”. Não foi possível atestar a sua autoria, isto é, se foi produzido pela redação da *Tribuna* ou se veio do material compartilhado pela

Além da presença de falas elogiosas à figura de Stálin e seu papel na construção no socialismo e do comunismo, o mesmo pode ser verificado com outras figuras atreladas ao campo socialista e comunista, como Lênin e Prestes. Nesse sentido, em janeiro de 1955, quando foi decretado o “Mês de Lênin” pelo PCB, em homenagem ao líder comunista⁴⁶, Euvaldo Leda, um dos redatores da *Tribuna*, falou de Lênin como um “[...] continuador da obra de Marx e Engels – genio da revolução proletária”⁴⁷. Segundo Euvaldo, o proletariado mundial devia “[...] a Lênin, a tarefa histórica de ter sabido preservar a essência científica do marxismo e o seu conteúdo revolucionário, interrados pelos oportunistas da II Internacional”. O redator da *Tribuna* dizia, além do mais, que a invencibilidade dos ideais de Lênin consistia, precisamente, no fato de “[...] que ele soube herdar genialmente o espírito criador do marxismo. Justamente por isso, somente a ele poderia caber a missão histórica de desenvolver o marxismo sob as novas condições do capitalismo e da luta de classe do proletariado”. (*Tribuna do Povo*, edição nº 149, 23 de janeiro de 1954, p. 1).

Lênin, entretanto, dizia Euvaldo, “[...] não se limitou em traçar os fundamentos teóricos da revolução proletária na época do imperialismo. Isto porque compreendia o marxismo, como ciência que é, como um guia seguro para a ação prática revolucionária”. Foi ainda “[...] o inspirador, construtor e educador do Partido marxista da classe operária, esse instrumento poderoso que sob sua direção, sábia direção, levaria pela primeira vez em uma

direção nacional do PCB ou retirado de outros jornais atrelados ao partido. O que podemos afirmar é que as publicações elogiosas e de conotações heroicas à Stálin e outras figuras de destaque para o PCB, como Lênin e Prestes, se repetem à medida que as datas em referência a estas figuras se aproximam, como aniversários e, no caso de Stálin e Lênin, as datas de seus falecimentos. Especificamente sobre Stálin, por exemplo, entre 1945 e 1955, além do que já citamos, foram publicados pelo menos outras seis reportagens: 1) “Salve! Stálin, o campeão da paz” publicada na edição nº 57, de 21 de dezembro de 1949; 2) “Camarada Stálin, sua vida e sua obra. Um homem de tempera especial”, também publicada na edição nº 57, de 21 de dezembro de 1949. Esta reportagem, e isto vem expresso ao final do texto em questão, se tratava de uma reprodução de um artigo do político comunista Diógenes Arruda, à época membro da direção do PCB; 3) “Biografia de Stálin: Stálin pela proibição da bomba atômica, pelo Pacto da Paz”, publicada na edição nº 127, de 15 de agosto de 1953; 4) “Stálin para sempre no coração do povo. Seus ensinamentos guiam os Trabalhadores e os Povos Oprimidos do Mundo Inteiro na Luta pela Paz e Pela Felicidade”, publicada na edição nº 155, de 6 de março de 1954; 5) “Editorial: Honremos a memória de Stálin, nosso mestre e guia estremecido”, publicada na edição nº 144, de 19 de dezembro de 1954; 6) “Stálin - Guia e Mestre do Proletariado”, publicada na edição nº 156, datado de 13 de março de 1954.

⁴⁶ O Comitê Central do PCB determinou às organizações do PCB, entre as quais estava a *Tribuna*, que realizassem uma série de atividades, sendo estas: “1.º Instituir o MÊS DE LÊNIN que durará todo o mês de janeiro de 1954. Todos os organismos do Partido devem programar suas atividades para este período, tendo em vista homenagear Lênin, educar e reforçar o Partido”; “2.º Editar a biografia de Lênin do Instituto Marx-Engels-Lênin-Stálin, uma biografia popular de Lênin e as ‘Obras Escolhidas’ de Lênin”; “3.º Lançar o PLANO LÊNIN que terá como objetivo coordenar as atividades fundamentais do P.C.B. de janeiro a junho de 1954”; “4.º Os órgãos de imprensa do Partido devem dedicar edições especiais à vida e à obra de Lênin”; “5.º Os dirigentes nacionais do Partido devem escrever artigos sobre Lênin e o leninismo”; “6.º Realizar nacionalmente palestras e conferencias sobre a vida e a obra de Lênin”; e “7.º Estabelecer um plano de estudo das obras de Lênin de mais oportunidade para a execução das tarefas atuais do Partido. Este passo deverá ter a duração de 6 meses e para a sua realização deve ser criados círculos de estudo nos organismos do Partido”. (*Tribuna do Povo*, edição nº 148, 16 de janeiro de 1954, p. 1).

⁴⁷ “Os ideais de Lênin são invencíveis”. (*Tribuna do Povo*, edição nº 149, 23 de janeiro de 1954, p. 1).

sexta parte do mundo o proletariado ao poder”. Logo, o leninismo, tido como “[...] o marxismo da época do imperialismo e da revolução proletária”, era caracterizado como um farol que iluminava “[...] o caminho a ser percorrido pela classe operaria e toda a humanidade progressista sob a direção dos seus respectivos Partidos Comunistas”. (Tribuna do Povo, edição nº 149, 23 de janeiro de 1954, p. 1).

Ainda segundo Euvaldo, o Partido Comunista do Brasil orgulhava-se “[...] de ter à sua frente um fiel discípulo de Lênin - o camarada PRESTES”, afirmando ainda que foi “[...] sob à luz do Leninismo que o sábio Comitê Central” do PCB pôde “[...] colocar em mãos do povo e da classe operaria brasileiras o seu projeto de Programa, o caminho da salvação nacional”⁴⁸. (Tribuna do Povo, edição nº 149, 23 de janeiro de 1954, p. 1).

Quanto a Luiz Carlos Prestes, os escritos produzidos e publicados na *Tribuna* rumam no mesmo sentido daqueles sobre Stálin e Lênin. Prestes, “O Cavaleiro da Esperança”⁴⁹, é descrito como “[...] o querido líder do povo brasileiro”, o “[...] maior chefe político do movimento revolucionário de nossa país”, destacando-se “[...] de todos os outros pelo seu grande amor à classe operária e ao povo brasileiro” e revelando-se, em função da maneira como se colocara a serviço da classe operária, como um “[...] dos maiores líderes da América Latina”⁵⁰. (Tribuna do Povo, edição nº 194, 1º de janeiro de 1955, p. 1). O político comunista gaúcho era tido, ademais, como um “[...] exemplo de firmeza, ideológico diante do inimigo de classe, espírito superior, cheio de abnegação, audácia, coragem, inteligência”⁵¹. (Tribuna do Povo, edição nº 194, 1º de janeiro de 1955, p. 1).

Logo após a aprovação do novo programa do PCB, em fins de 1954, Prestes foi ainda descrito como o “[...] líder máximo” da classe operária, o “[...] grande amigo e guia” dos trabalhadores no Brasil, representando, àquela altura, “[...] a única bandeira de salvação nacional dêste país tão miseravelmente esbulhado dos seus bens pelo imperialismo norte-americano e os miseráveis vende pátria que lhe servem de sustentáculo”. Para a *Tribuna*, as saudações e homenagens recebidas por Prestes na data de seu aniversário, em 3 de janeiro,

⁴⁸ Nesta mesma toada, embora não tenha sido possível atestar a autoria de todos – com exceção do último artigo, que vem assinado com as iniciais “TP” –, além deste texto em homenagem à Lênin, a *Tribuna* publicou, entre 1945 e 1955, pelo menos outros três: 1) “O XXX aniversário da morte de Lênin. Lênin, guia genial do proletariado mundial”, publicado na edição nº 149 do jornal, datada de 23 de janeiro de 1954; 2) “Lênin, gênio da Revolução Proletária”, publicado na edição de nº 150, datada de 30 de janeiro de 1954; 3) “Salve o construtor do socialismo!”, assinado com as iniciais “TP” e publicado na edição de nº 214 do jornal, datada de 23 de abril de 1955.

⁴⁹ Descrição presente “Prestes a luta pela paz”, assinado por João Bispo Furtado e publicado na edição nº 147 do jornal, datada 9 de janeiro de 1954.

⁵⁰ Descrição presente em “O Comitê Regional do P. C. B. do Maranhão, saúda o camarada Prestes”, assinado pela direção do PCB no Maranhão e publicado na edição nº 194 da *Tribuna*, datada de 1º de janeiro de 1955.

⁵¹ Descrição consta em “Prestes, fiel discípulo de Lênin e Stálin”, assinado por William Moreira Lima, um dos dirigentes do PCB no Maranhão, e publicado na edição nº 194 da *Tribuna*, datada de 1º de janeiro de 1955.

traduziam “[...] a retribuição agradecida à tanta prova de amor ao povo por êle demonstrada em tôda a trajetória de sua vida de revolucionário, de patriota e de fiel discípulo de Lênin e Stálin no cumprimento do dever para com a classe operária”⁵². Tais homenagens figuravam, assim, para o jornal comunista maranhense, como o pleno reconhecimento da classe operária brasileira de que Prestes era “[...] o mais credenciado para a direção da Frente Democrática de Libertação Nacional cuja tarefa patriótica” era derrubar o governo Café Filho e pôr “[...] em seu lugar um govêrno democrático de libertação nacional, sob a hegemonia da classe operária”. (Tribuna do Povo, edição 194, 1º de janeiro de 1955, p. 2).

1.5. Organizações, encontros, informes e outros documentos: difusão para ensejar a mobilização

Como adiantamos em nosso primeiro tópico, as organizações e movimentos dos trabalhadores, diretamente vinculados ao campo comunista e socialista nacional e internacional ou não, também tinham espaço carimbado na *Tribuna*. Era o caso de mensagens, encontros e documentos de organizações como a *Federação Sindical Mundial*, a *Federação Democrática Internacional de Mulheres* e o *Movimento Mundial dos Partidários da Paz*. Como quando noticiou a realização do Congresso Mundial dos Partidários da Paz, ocorrido de 20 a 23 de maio de 1949, em Paris, França⁵³. Ou quando informou sobre a realização do II Congresso Sindical Mundial, ocorrido de 29 de junho a 10 de julho de 1949, em Milão, Itália⁵⁴, publicação que foi acompanhada de nota de apoio da Confederação dos Trabalhadores do Brasil ao movimento. Mais tarde, em setembro de 1953, o jornal informava já sobre os andamentos da organização do III Congresso Sindical Mundial. O encontro fora convocado pela Federação Sindical Mundial e seria realizado de 10 a 21 de outubro daquele ano, em Viena, Áustria. Segundo veiculou, as “ordens do dia” para o Congresso eram:

1 - Relatório sobre as atividades da Federação Sindical Mundial e as tarefas ulteriores dos Sindicatos para o fortalecimento da unidade de ação dos trabalhadores na luta pela melhoria do nível de vida e em defesa da Paz.

2 - Tarefas dos Sindicatos para o desenvolvimento econômico e social, luta pela independência nacional e as e as liberdade democráticas nos países coloniais e semi-coloniais.

3 - Desenvolvimento do movimento sindical no conjunto dos países coloniais e semi-coloniais. (Tribuna do Povo, edição nº 130, 5 de setembro de 1953, p. 1).

⁵² Descrição presente em “Prestes e seu amor à Classe Operária”, assinado por João Bispo Furtado e publicado na *Tribuna* em sua edição de 194º, de 1º de janeiro de 1955.

⁵³ Tribuna do Povo, edição 39, 9 de maio de 1949, p. 4.

⁵⁴ Tribuna do Povo, edição nº 43, 23 de julho de 1949, p. 5.

Ainda no bojo deste encontro, a *Tribuna* resolveu dar publicidade ao manifesto da União Internacional dos Trabalhadores Têxteis e do Vestuários em favor do referido Congresso⁵⁵. Segundo consta no manifesto, aquele Congresso expressaria a “[...] unidade dos trabalhadores do mundo inteiro por uma vida melhor, pela democracia e pela paz”, conquistas que prescindiriam da mobilização imediata dos trabalhadores do setor têxtil e de vestuários de todo o mundo, em seus níveis locais, nacionais e também no plano internacional. (*Tribuna do Povo*, edição n° 131, 19 de setembro de 1953, p. 4). Nesta oportunidade, a *Tribuna* teve como interlocutor direto o operariado têxtil maranhense, que se constituía a principal força de trabalho fabril do estado.

Noutra oportunidade, abordando agora as condições de trabalho e vida das mulheres no mundo inteiro, foi a vez da *Tribuna* dar publicidade a “Declaração de Direitos da Mulher”, culminada do Congresso Mundial de Mulheres, ocorrido de 5 a 10 de junho de 1953, em Copenhague, Dinamarca⁵⁶. Sobre este encontro, informou que haviam se reunido “[...] representantes de centenas de milhões de mulheres de 70 países, de diferentes raças, nacionalidades, profissões e camadas sociais, de diversas concepções políticas e religiosas” para discutir as condições de vida das mulheres no mundo inteiro. (*Tribuna do Povo*, edição n° 134, 10 de outubro de 1953, p. 4). Ressaltou que as discussões do encontro registraram uma situação marcada por disparidades de direitos sociais, políticos, econômicos e culturais, o que impossibilitavam as mulheres de fruírem plenamente da vida política e social de seus respectivos países. Ao fim do documento, todas as mulheres, sem distinções de classe, raça, credo ou nacionalidade, eram conclamadas a unirem-se às lutas pelo reconhecimento e garantia de seus direitos.

No âmbito das mobilizações dos trabalhadores em território brasileiro, a *Tribuna* seguia a mesma orientação. Veiculava mensagens, informes, temários, resoluções e documentos de encontros de muitas organizações, como sindicatos, associações, uniões e federações, muitas das quais guardavam estreita relação com os movimentos internacionais anteriormente citados. Podiam ser, por exemplo, da *Federação de Mulheres do Brasil*, do *Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz*, da *Liga de Emancipação Nacional*, da *Confederação dos Trabalhadores do Brasil* (CTB) ou da *União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil* (ULTAB), entre outros.

⁵⁵ *Tribuna do Povo*, edição n° 131, 19 de setembro de 1953, p. 4.

⁵⁶ *Tribuna do Povo*, edição n° 134, 10 de outubro de 1953, p. 4.

As mensagens veiculadas pelo semanário iam desde as celebrações características de final de ano e aspirações pelo êxito das novas lutas que seriam travadas nos anos que se iniciavam, à informes sobre a realização de encontros importantes, acompanhados, posteriormente, de seus temários e/ou resoluções e documentos. Como quando, em maio de 1953, a *Tribuna* transmitiu a mensagem da diretoria da CTB aos trabalhadores do Brasil, que lutavam pela elevação dos valores do salário-mínimo, num cenário de forte carestia de vida durante o governo Vargas, insistindo na força da unidade política dos trabalhadores como principal arma para fazerem valer a sua vontade⁵⁷.

O mesmo movimento da *Tribuna*, de dar publicidade às mobilizações dos trabalhadores, pode ser registrado mais tarde, em outubro de 1953, quando publicou o *Manifesto à Nação* do que viria a ser a *Liga de Emancipação Nacional* (LEN), uma organização de caráter nacionalista, voltada para a defesa das liberdades democráticas e da soberania econômica nacional, tendo como uma de suas principais bandeiras a luta pelo monopólio do Brasil sob suas fontes energéticas e minerais. Um dos principais representantes da organização foi o general Edgard Buxbaum. No *Manifesto*, em questão, eram conclamados “[...] todos os patriotas” a trabalharem no sentido da realização de uma Convenção Nacional pela Emancipação Nacional, onde seriam lançadas as bases “[...] para a luta comum pela independência e o progresso do país”. (*Tribuna do Povo*, edição nº 135, 17 de outubro de 1953, p.1). Assinam o documento personalidades diversas, entre deputados, membros das forças armadas, juristas, líderes sindicais, prefeitos e vereadores. O documento, que foi remetido a todos os estados, foi republicado integralmente pela *Tribuna* em suas edições nº 135 a 137⁵⁸. O temário do encontro, prevendo 15 pontos a serem discutidos, fora também veiculado pelo jornal comunista maranhense⁵⁹.

- 1 - A situação da economia agrícola e pecuária e a emancipação nacional.
- 2 - A situação da indústria brasileira e sua defesa.
- 3 - Planos e realizações no setor dos transportes e das obras públicas em geral.
- 4 - Problemas do comércio exterior e da ampliação dos mercados.
- 5 - Situação cambial e monetária, e inflação.
- 6 - Controle de preços e elevação do custo da vida.
- 7 - Política financeira e distribuição da receita pública.
- 8 - O problema da energia elétrica.
- 9 - Defesa das reservas naturais brasileiras.
- 10 - O problema do petróleo.
- 11 - Defesa dos interesses nacionais no setor da saúde pública, da educação da cultura, do cinema nacional.

⁵⁷ *Tribuna do Povo*, edição nº 155, 6 de março de 1954, p. 6 e 5.

⁵⁸ *Tribuna do Povo*, edição nº 135, 17 de outubro de 1953, p.1; *Tribuna do Povo*, edição nº 136, 24 de outubro de 1953, p. 2; *Tribuna do Povo*, edição nº 137, 31 de outubro de 1953, p. 2); *Tribuna do Povo*, edição nº 138, 7 de novembro de 1953, p. 2); e *Tribuna do Povo*, edição nº 138, 7 de novembro de 1953, p. 2.

⁵⁹ *Tribuna do Povo*, edição nº 143, 12 de dezembro de 1953, p. 4.

12 - Acôrdos e tratados internacionais e a soberania nacional.

13 – A defesa das liberdades democráticas e a luta pela emancipação nacional.

14 - Os grandes problemas políticos nacionais e a defesa das soluções democráticas e patrióticas.

15 - A necessidade de elaboração de um programa de ação comum de defesa dos interesses de todo o povo brasileiro. (Tribuna do Povo, edição n° 143, 12 de dezembro de 1953, p. 4).

Além do documento, a *Tribuna* também publicou um outro manifesto da LEN, desta vez de autoria de Edgard Buxbaum, em nome da Comissão Preparatória do Encontro Nacional⁶⁰. Neste, era previsto a data de abril de 1954 para sediar o encontro, no Rio de Janeiro. Até lá, “[...] por meio de realização de maior número de atos preparatórios nas cidades, bairros e municípios, nos locais de trabalho, associações e organizações populares”, a orientação era para que o maior número de pessoas fosse incorporado ao movimento. “A juventude estudantil e trabalhadora, as valorosas mulheres brasileiras, os operários, a imensa massa que labuta no campo, os líderes políticos e sindicais, os funcionários públicos e profissionais liberais, os militares e magistrados, industriais, comerciantes e produtores agrícolas”, todo reunidos, em unidade política, para construir um terreno comum de luta pela emancipação nacional. (Tribuna do Povo, edição n° 146, 1 de janeiro de 1954, p. 5).

No Maranhão, seguindo estas orientações do diretório da LEN, o movimento teve também sua expressão, que foi acompanhada pela *Tribuna* e integrada pelos comunistas maranhenses, representados oficialmente por William Moreira Lima. Em 3 de abril, um manifesto suprapartidário, intitulado *Convenção pela Emancipação Nacional. Manifesto ao Povo Maranhense* ganhou as páginas da *Tribuna*. No documento, que descreve um cenário “de descalabro” econômico e social no qual estaria inserido o país, “o povo maranhense”, para além de suas concepções e preferências políticas, era conclamado a participar de uma Convenção Estadual Preparatória para o Convenção pela Emancipação Nacional. O documento é assinado com a data de 26 de março de 1954⁶¹.

Maranhenses.

Diante da gravidade que atinge a situação do país em todos os setores: alta constante do custo de vida, limitação crescente à independência nacional, grave desequilíbrio cambial, profunda disparidade entre salários e preços, agravamento da situação de miséria no campo, carreamento para o exterior de minerais estratégicos e indispensáveis ao desenvolvimento do país - vêm os patriotas: independentemente de sua opinião política ou filosófica, levantando suas vozes de protesto contra esta situação de inteiro descalabro.

Não bastam porém os protestos isolados pois a crescente ameaça dos trustes gananciosos que não cessam de roubar nosso petróleo, nossas areias monazíticas e tantas outras riquezas nacionais, estão a exigir a união de todos os que não desejam ver alienada a soberania da pátria e ameaçado o futuro de seus filhos. Sobre o nosso

⁶⁰ Tribuna do Povo, edição n° 146, 1 de janeiro de 1954, p. 5.

⁶¹ Tribuna do Povo, edição n° 159, 3 de abril de 1954, p. 1 e 5.

Estado pesam também as mais negras ameaças pois nossa maior riqueza - o babaçu⁶² - é também alvo da cobiça dos trustes que desejam ao mesmo tempo asfixiar a indústria de óleo e apoderar-se de um produto cujo racional e adequado aproveitamento em benefício da coletividade poderá elevar o tão baixo nível de vida de nosso povo.

Embora vitoriosa, a memorável campanha para impedir a entrega de nosso petróleo aos trustes internacionais, cumpre aos patriotas continuar lutando para derrotar as manobras dos trustes e exigir a nacionalização da distribuição grossista. Só a vigilância e decisão da luta impedirão a consumação de Acôrdos como o Acôrdo Militar Brasil-Estados Unidos⁶³, altamente lesivo aos interesses nacionais.

Agora mesmo vemos o Esquema Aranha ser apresentado à nação como plano de salvação nacional quando na realidade não passa de mais um instrumento de penetração de capitais imperialistas e aniquilamento da indústria nacional com o que se pretende fazer regredir o Brasil ao nível de colônia. Acrescente-se a isso as negociatas e escândalos que diariamente vêm a lume e a incapacidade do governo para resolver os mais graves problemas nacionais e compreender-se-á claramente a necessidade de que todos os patriotas se unam em ampla Convenção, Convenção Estadual preparatória da Convenção pela Emancipação Nacional, afim de debaterem a situação do país e as medidas a serem tomadas para defesa da independência e progresso do Brasil.

Os maranhenses, cuja história está cheia de exemplos altamente dignificantes de patriotismo, não podem deixar de unir suas vozes e seus protestos às vozes e protestos de todo o Brasil.

Conclamamos pois todos os que desejam a prosperidade da nação a pugnarem pelo completo êxito da Convenção.

São Luiz, 26 de Março de 1954⁶⁴. (Tribuna do Povo, edição nº 159, 3 de abril de 1954, p. 1).

⁶² Embora já com relativa importância no final do século XIX e início do século XX, aqui é fundamental ressaltar a importância central do babaçu para economia maranhense especialmente entre as décadas de 1930 e 1940, período marcado pelo monopólio norte-americano em volta do produto, utilizado para fabricação de óleos e derivados. (Barbosa, 2006; Filho, 2015; Mota, 2015; Ferreira, 2008).

⁶³ Negociação de um acordo militar entre o Brasil e os Estados Unidos prevendo a possibilidade de envio de tropas brasileiras para lutarem na *Guerra da Coreia* (1950-1953) e a oferta a preços baixos de matérias-primas estratégicas à indústria bélica estadunidense. As tratativas para o acordo ocorreram num cenário de crescente descompasso entre o programa de governo de Vargas (1951-1954), que apontava, em certa medida, para a elevação do grau da autonomia econômica brasileira, redefinindo os termos das relações com o capital estrangeiro, e os Estados Unidos. Os principais pontos deste descompasso orbitaram em torno: 1) da reivindicação do governo brasileiro de financiamento, à boas condições, do *Export-Import Bank* e do *Bird* para capitanear o projeto de criação e ampliação da indústria de base no Brasil; 2) da revisão dos termos sobre as atividades de exploração e refino de petróleo no país; 3) da revisão dos termos sobre a exportação dos minerais radioativos por parte do Brasil à países estrangeiros. (Bandeira, 2013).

⁶⁴ Assinaram o *Manifesto*, na seguinte ordem e caracterizações: Raimundo Araujo Neto, deputado estadual pelo PSD; Manuel Gomes, deputado estadual pelo PR; Florencio Soares, deputado estadual pelo PTB; Avilasio Maranhão, deputado estadual pela UDN; José Mario Carvalho, deputado estadual pelo PTB; José Clementino Bezerra, deputado estadual pelo PSP; Paulo Nogueira, ator; Raimundo Bogéa, deputado estadual pelo PSD; Walter Bessa, vereador pelo PTB; Ribamar Araujo, engenheiro; Jofilo Moreira Lima, prefeito de Buriti Braco; Croce Castelo Branco, médico; Antonio Ribeiro, presidente do Sindicato dos Professores; Milton Ericeira, médico; Zilo Pires, médico; Bandeira Tribuzzi, escritor; José Henrique Barbosa Moreira Lima, médico; José Bernardo Belo Tajra, advogado; Francisco Castro, industrial; Severino Dias Carneiro, desembargador; William Moreira Lima, médico; Abdegard Brasil Corrêa, presidente da Associação dos Servidores Públicos do Estado do Maranhão; Eusebio Trinta, deputado estadual pelo PSD; Carlos Martins, prefeito de Pedreiras; Bernardino Rego, prefeito de Nova Iorque; José Maria de Carvalho, deputado estadual pelo PR; Walbert Pinheiro, deputado estadual pelo PSP; Antenor Abreu, médico; Hélio Lisbôa de Moraes Rego, vereador; Maria Machado, vereador; Stenio de Oliveira Cunha, vereador; João Lobato, vereador; Diógenes Silva, vereador; Reginaldo Teles, vereador; Ezequiel José de Oliveira, ferroviário; Moysés Pereira da Silva, vereador/ Camilo de Souza Vinhas, vereador e Heider Freitar, vereador. (Tribuna do Povo, edição nº 159, 3 de abril de 1954, p. 1).

A Câmara Municipal de São Luís, e assim publicou a *Tribuna*, teria apoiado, por unanimidade este *Manifesto*, tendo escolhido o vereador Walter Bessa para representar o legislativo ludovicense na Convenção pela Emancipação Nacional. Nas palavras da *Tribuna*, a Convenção teria nascido “[...] da necessidade de encontrar um paradeiro para o descabro em que se” encontrava o país. Lá tomavam parte, “[...] homens e mulheres de todas as correntes de opinião, empenhados todos em encontrar uma solução para a situação do nosso povo”. (*Tribuna do Povo*, edição nº159, 3 de abril de 1954, p. 1). Da Convenção, surgiu oficialmente a LEN, segundo informou a *Tribuna*, por proposição do próprio Edgard Buxbaum⁶⁵. A Carta da Emancipação Nacional, aprovada no encontro, também fora publicada pela *Tribuna*⁶⁶.

Nas suas atividades, a *Tribuna* buscava também cobrir e noticiar o seu público leitor sobre as reivindicações e as mobilizações das mulheres no Brasil. Como quando, em outubro de 1953, noticiou os preparativos para a realização da II Assembléia Nacional de Mulheres, que ocorreria de 9 a 11 de outubro de 1953, em Porto Alegre. Em sua publicação e em face do encontro nacional, a *Tribuna* informava que a *União Feminina Maranhense* já havia escolhido, em assembleia realizada no dia 1º de outubro de 1953, Dinorá Silva para tomar parte no conclave como representante do Maranhão⁶⁷. Após o encontro nacional, as resoluções lá aprovadas também foram publicadas pela *Tribuna*⁶⁸. Na Assembléia, disse o semanário, após constatar que a situação econômica, política e civil das mulheres brasileiras exigia modificações urgentes, capazes de transformar em realidade os seus anseios, resolveu-se:

I - Apoiar a Declaração dos Direitos da Mulher, aprovada pelo Congresso Mundial de Mulheres, realizado de 5 a 10 de junho de 1953, em Copenhague e enviar todos os esforços para levar à prática as reivindicações nela contidas.

2 - Recomendar maior aproximação com Sindicatos e demais associações profissionais, no sentido de estimular a criação de comissões específicas pela defesa dos direitos da mulher trabalhadora.

3 - Defender o direito de livre associação e atividade nas organizações democráticas femininas e a livre expressão do pensamento.

4 - Apoiar e estimular todos os movimentos tendentes à modificação do Código Civil que se faz necessária para assegurar à mulher a garantia e igualdade de seus direitos, inclusive no que se refere ao divórcio.

5 Realizar a 8 de março, data mundialmente consagrada como Dia Internacional da Mulher, uma grande jornada nacional, coroando a campanha de apóio e divulgação da Declaração de Direitos da Mulher.

Considera a II Assembleia Nacional de Mulheres que estas reivindicações são realizáveis, porque expressam as necessidades da população feminina do país e sua decisão de conquistar direitos que lhe são negados e efetivar aqueles já expressos em leis. (*Tribuna do Povo*, edição nº 136, 24 de outubro de 1953, p. 3).

⁶⁵ *Tribuna do Povo*, edição nº 160, 10 de abril de 1954, p. 2 e 5.

⁶⁶ *Tribuna do Povo*, edição nº 161, 17 de abril de 1954, p. 4.

⁶⁷ *Tribuna do Povo*, edição nº 133, 3 de outubro de 1953, p. 1.

⁶⁸ *Tribuna do Povo*, edição nº 136, 24 de outubro de 1953, p. 3.

Na edição seguinte a esta publicação, outras resoluções, do mesmo encontro, foram também veiculadas pela *Tribuna*⁶⁹. O foco, agora, refletindo as mobilizações pelo arrefecimento da *Guerra Fria*, foi a incorporação das reivindicações das mulheres à luta política pelos “entendimentos internacionais e pela Paz”, movimento em que os comunistas se destacavam. Na reportagem em questão, o jornal comunista maranhense informou que a II Assembleia Nacional de Mulheres considerou “[...] que a paz [era] a causa dos povos e que à mulher [cabia] defende-la como missão sagrada, para assegurar a vida de seus filhos”. Ainda segundo a reportagem, delegadas de 12 estados do Brasil, entre as quais, estava a maranhense Dinorá Silva, expressaram o desejo de paz das mulheres brasileiras e “[...] reafirmaram sua decisão de prosseguir na luta constante e abnegada, capaz de garantir a paz mundial e fazer prevalecer o espírito de entendimento sôbre as soluções de força em qualquer divergência internacional”. (*Tribuna do Povo*, edição n° 137, 31 de outubro de 1953, p. 2). A par desta compreensão, refletindo este sentimento “de amizade e fraternidade entre os povos”, a II Assembleia resolveu, e a *Tribuna* difundiu:

1 - Consignar um voto de louvor às mulheres do Brasil, por seu entusiasmo e dedicação às campanhas pela proibição das armas atômicas por um pacto de paz entre as cinco grandes potências.

2 - Apoiar o Plebiscito Nacional em favor do entendimento entre os povos, que dará ao povo brasileiro a oportunidade de exprimir através do voto, seu desejo de paz, contribuindo assim para que a paz seja salva.

3 - Apoiar tôdas as organizações congressos, ou Conferências que venham contribuir para a consolidação da paz, o entendimento entre as grandes potências, o término das guerras que ainda ensanguentam parte do mundo, levando a dor e a orfandade a milhões de seres humanos.

Unidas fraternamente e estimuladas pela nova esperança que surgiu para os povos do mundo com a assinatura do Armistício na Coréia, as mulheres brasileiras sentem mais do que nunca a necessidade de assegurar a vitória da campanha pelo entendimento, desenvolver esforços pelo estabelecimento de intercâmbios econômicos e culturais e pelo reforçamento de amizade entre os povos. (*Tribuna do Povo*, edição n° 137, 31 de outubro de 1953, p. 2).

O cenário e as mobilizações dos trabalhadores no campo brasileiro, bem como o seu fomento entre os trabalhadores rurais maranhense, também tinham grande destaque nas páginas da *Tribuna* (isto, além de ser uma pauta importantíssima para o jornal, em particular, relacionava-se também com as teses revolucionárias defendidas pelo PCB, que preconizavam a aliança operário-camponesa como núcleo duro de uma Frente de Libertação Nacional). Por exemplo, num cenário de crescentes conflitos agrários, a *Tribuna* informou seu público leitor sobre a realização da I Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, ocorrida dias 5 e 6 de setembro de 1953, em São Paulo⁷⁰. Segundo consta na reportagem, 142 delegados, de oito

⁶⁹ *Tribuna do Povo*, edição n° 137, 31 de outubro de 1953, p. 2.

⁷⁰ *Tribuna do Povo*, edição n° 131, 19 de setembro de 1953, p. 4.

estados, participaram do encontro, sendo: “[...] 60 arrendatarios e meeiros; 38 assalariados agrícolas, 12 colonos de café, 12 pequenos proprietários, 10 posseiros de terras, 4 empreiteiros de café, 4 operários e 2 domésticas”. As delegações representavam os estados de “[...] São Paulo, Minas, Estado do Rio, Paraná, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Distrito Federal, Goiás, e Mato Grosso”. (Tribuna do Povo, edição nº 131, 19 de setembro de 1953, p. 4). Entre as resoluções aprovadas, estavam:

[...] extensão dos benefícios da Previdência Social dos trabalhadores agrícolas, extensão aos mesmos, da legislação trabalhistas, com direito de Sindicalização, etc., inclusive para os meeiros, parceiros, colonos, e pequenos proprietários que não explorem mão-de-obra alheia. Estas deverão contribuir para o IAPI⁷¹. Foram aprovadas, ainda, resoluções pelo confisco dos latifúndios e das terras pertencentes às companhias estrangeiras, para distribuição aos camponeses e trabalhadores agrícolas. A Conferência resolveu, por fim, reclamar o estabelecimento de relações comerciais com todos os países do mundo, inclusive a URSS e Democracias Populares. (Tribuna do Povo, edição nº 131, 19 de setembro de 1953, p. 4).

Este era um resumo da *Tribuna* sobre as resoluções finais aprovadas na referida Conferência, que, adotando a máxima “A terra é para quem trabalha” como título da matéria, foram publicadas integralmente pelo jornal em suas edições de nº 144 e 145:

1 - SOBRE A REFORMA AGRÁRIA

1 - Que sejam confiscadas as terras dos latifundiários e das companhias estrangeiras e distribuídas, gratuitamente, entre os assalariados agrícolas, camponeses sem terra ou possuidores de pouca terra.

2 - Que sejam entregues títulos legais de posse a todos os camponeses que receberem terras e que sejam garantidas as terras dos camponeses médios e ricos.

3 - Que a entrega da terra dos latifundiários aos camponeses seja acompanhada de medidas que estimulem a produção, com ajuda técnica, crédito fácil e barato, fornecimento de ferramentas, adubos e sementes, garantia de preços compensadores para os produtos da lavoura, facilidades para a organização e apoio ao cooperativismo.

4 - Que sejam proibidas todas as formas de exploração de “caráter semi-feudal”, como a “meia”, a “terça” e outras formas de parceria, o pagamento em espécie, o trabalho gratuito, etc.

5 - Que seja criado um Banco, especialmente para atender aos que receberem terra após a Reforma Agrária.

II - SOBRE A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS

1 - Que os trabalhadores agrícolas do Brasil se lancem em um poderoso movimento organizado para que se criem em todo o país:

a) Sindicatos rurais de assalariados agrícolas, colonos de café, camaradas, peões, empreiteiros, tarefeiros, diaristas e mensalistas;

b) Associações profissionais de vários tipos em que se unam os arrendatários, meeiros, parceiros, posseiros, moradores, agregados, etc.

2 - Que em cada município se organizem em Comissões, nas fazendas, usinas de açúcar, terras de arrendamento e outros lugares, para a fundação de Sindicatos Rurais, Associações, etc.

⁷¹ Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI). Criado na década de 1930, por Vargas, era responsável por “[...] conceder aposentadoria aos seus associados e pensão aos respectivos beneficiários”, garantindo também “[...] a assistência médica, cirúrgica e hospitalar de seus associados por meio de distribuição própria” e financiando “[...] igualmente projetos de habitação popular de seus associados”. (Diretório Brasil de Arquivos, 2024, s/n). Na prática, porém, como procurou demonstrar a *Tribuna*, a situação era outra.

3 - Que sejam feitos apelas aos Sindicatos de Trabalhadores das Indústrias, no sentido de que apoiem e ajudem, concretamente, os camponeses a criarem as suas próprias organizações.

III - SOBRE A APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO SOCIAL AOS TRABALHADORES RURAIS

1 - Chamar à luta, pela conquista da aplicação efetiva da legislação trabalhista e social em vigor, a todos os trabalhadores rurais do país, por meio de uma campanha em todo o território nacional.

2 - Quê, na luta pelos direitos já garantidos em leis, se conquiste a extensão aos trabalhadores rurais das leis que se aplicam em benefício os operários industriais e de outras categorias.

3 - Que, ao mesmo tempo, se lute para que as leis existentes em separado, em benefício dos trabalhadores agrícolas, sejam colocadas em um só corpo, na Consolidação das Leis do Trabalho.

IV - SOBRE A PREVIDENCIA E SEGURO SOCIAL

1 - Que os assalariados agrícolas e colonos de café tenham os mesmos direitos, quando à Previdência e Seguro Social, que os trabalhadores das indústrias. Que esses direitos sejam estendidos, também, aos arrendatários, meeiros, parceiros e pequenos proprietários que não explorem a mão de obra assalariada.

2 - Que as contribuições sejam dos contribuintes autônomos, pagas nas seguintes bases:

a) uma parte paga pelo contribuinte;

b) duas partes pagas pelo governo;

3 - Que as contribuições e benefícios sejam pagos e gozados no I.A.P.I. ou outro Instituto, a critério do contribuinte.

V - PELA ENTREGA DE TÍTULOS DE PROPRIEDADE AOS “POSSEIROS” DAS TERRAS

1 - Que sejam tomadas, por parte dos governantes, medidas imediatas para que sejam suspensas todas as ações de despejos e de assalto às terras dos “posseiros”.

2 - Que sejam fornecidos a todos os “posseiros” título legais de propriedade de suas terras.

3 - Que todos os trabalhadores rurais devam apoiar os “posseiros” em sua luta em defesa de sua terra. (Tribuna do Povo, edição nº 144, 19 de dezembro de 1953, p. 4).

6.º - PELA BAIXA DOS PREÇOS DOS ARRENDAMENTOS E PELA PROIBIÇÃO DO SISTEMA DE “MEIA”, “TERÇA” E PARCERIA

1 - Que os arrendatários, meeiros, parceiros e foreiros se unam num poderoso movimento, em todo o país, para lutar pela baixa dos preços dos arrendamentos e pela proibição do sistema de “meia”, “terça” e outras formas de parceria.

2 - Que os arrendatários, meeiros, parceiros e foreiros, em cada fazenda ou latifúndio, se unam e se organizem em Comissões pela Baixa do Arrendamento, para lutar e conseguir melhores contratos, defendendo em cada lugar um programa de reivindicações que seja acertado e aceito por todos os interessados.

3 - Que os preços dos arrendamentos nunca sejam maiores do que 20 por cento do preço da terra, estipulado, por unidade de área, nas escrituras de compra de terras ou nos talões de pagamento do Imposto Territorial.

No caso de se tratar de terra arrendada para exploração pecuária, que o arrendamento não seja maior do que 10 por cento do preço da terra, nas mesmas bases acima.

4 - Que o preço do arrendamento deve ser pago após a colheita, em dinheiro.

7 - PELO RESTABELECIMENTO DE UM PREÇO MÍNIMO DE CEM CRUZEIROS POR ARROBA DE ALGODÃO

1 - Protestar junto à Secretaria de Agricultura do Estado de S. Paulo contra a sua proposta de um preço mínimo de oitenta cruzeiros para o algodão, porque tal preço não chega nem para cobrir o custo de produção de cada arroba.

2 - Reclamar do governo federal que seja garantido um preço mínimo de CEM CRUZEIROS, por arroba de algodão, em caroço, sem classificação, bica corrida, posto nas máquinas do interior.

8 - POR CRÉDITO FÁCIL E BARATO AOS PEQUENOS PRODUTORES

1 - Que o governo, em vez de fornecer crédito e favores bancários apenas aos grandes fazendeiros e latifundiários, em vez de destinar a maior parte do orçamento para despesas de guerra, deve fornecer crédito barato, fácil e em tempo oportuno,

diretamente, aos pequenos produtores: arrendatários, meeiros, parceiros e pequenos sitiantes, para que estes possam desenvolver a produção agrícola do país.

9 - PELO REATAMENTO DAS RELAÇÕES COMERCIAIS E DIPLOMATICAS COM TODOS OS PAISES DO MUNDO

A Conferencia Nacional dos Trabalhadores Agrícolas resolve dirigir-se ao sr. Presidente da República, ao Senado, à Câmara dos Deputados e à Organização das Nações Unidas, pedindo para que sejam estabelecidas relações comerciais e diplomáticas com a União Soviética, China Popular e outros países do mundo.

10 - PELA LIBERDADE DE PLANTIO, COMPRA E VENDA DE PRODUTOS

1 - Que os arrendatários, meeiros, parceiros, empreiteiros, colonos e assalariados agrícolas, unidos em cada lugar recusem todas as formas de contratos e tirem ou diminuam a liberdade de plantio, de compra e venda dos produtos.

2 - Que os camponeses e trabalhadores de cada lugar se reúnam e exijam que os contratos reconheçam o direito de plantar o que mais lhe convier, de vender a quem quiser e de comprar a quem quiser. Que as condições de pagamento do arrendamento e o financiamento não impeçam nem proíbam a liberdade de compra e venda. (Tribuna do Povo, edição nº 145, 26 de dezembro de 1953, p. 3).

Mais tarde, em meados de 1954, era a vez da *Tribuna* anunciar que já estavam em andamento os preparativos para a II Conferência dos Trabalhadores Agrícolas, a ser realizada nos dias 17, 18 e 19 de setembro daquele ano, em São Paulo⁷². O *Manifesto* convocatório da comissão de organização do encontro foi também publicado pela *Tribuna*⁷³. Segundo se afirmava, a Conferência representava “[...] mais um passo avançado na organização dos camponeses, para a conquista de seus direitos e de suas reivindicações”, pois, apesar de representarem cerca de 70% da população – acrescentava a *Tribuna* ancorada nas teses do PCB sob a situação agrária brasileira –, “[...] viviam, entretanto, no maior abandono, explorados pelos latifundiários, sem aparo de Previdência Social, no maior atraso, sem terra para cultivar, sem instrumentos de lavoura, sem nada, a não ser fome, endemias e perseguições”. (Tribuna do Povo, edição nº 155, 31 de julho de 1954, p. 4).

Nos preparativos desta II Conferência dos Trabalhadores Agrícolas, a *Tribuna* fez questão de reforçar “aos camponeses” maranhenses:

A união dos camponeses em cada município, em cada localidade, lhes dará força para lutar contra seus inimigos, derrota-los. *Um camponês isolado é uma vara. Os camponeses unidos são um feixe de varas que ninguém pode quebrar.* Em todos os recantos do Estado devem ser organizados comissões de apoio à II Conferência de Trabalhadores Agrícolas que trabalham na preparação da Conferência Estadual, de onde deverão sair os delegados para o grande conclave.

Mãos à obra, camponeses. (Tribuna do Povo, edição nº 155, 31 de julho de 1954, p. 4, grifo nosso).

Acontecida a II Conferência, o jornal deu publicidade às resoluções lá aprovadas. Segundo veiculou, após os delegados de quase todos os setores do país terem denunciado extensamente os “latifundiários e as formas feudais de exploração no campo”, a Conferência

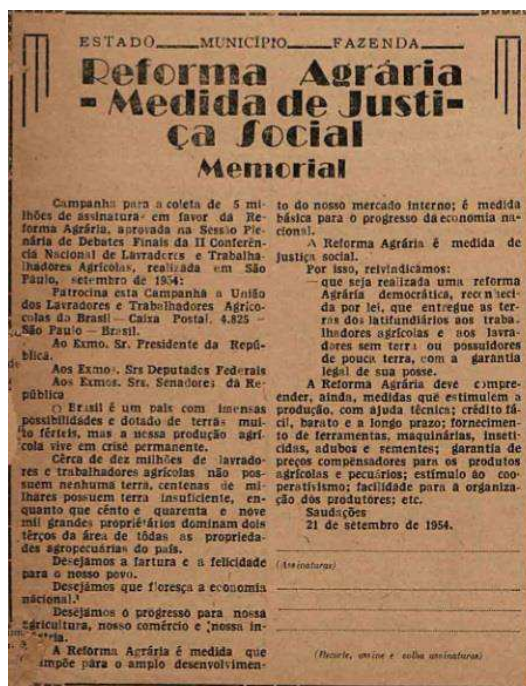
⁷² Tribuna do Povo, edição nº 155, 31 de julho de 1954, p. 4.

⁷³ Tribuna do Povo, edição nº 176, 7 de agosto de 1954, p. 3.

deliberou por um conjunto de medidas em favor dos camponeses no Brasil. Entre estas, destacava a aprovação de uma Carta de Direitos e Reivindicações dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil⁷⁴ e a criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB). Ressaltava ainda que várias teses foram aprovadas, sobre a “[...] reforma agrária, sindicalização rural, aplicação da legislação trabalhista no campo, estabelecimento de relações comerciais com todos os países, etc”, destacando que “[...] nem um só problema atinente a cada região deixou de ser discutido, denunciando-se a situação de penúria e abandono em que vivem as grandes massas camponesas, em geral submetidas cruelmente a um regime feudal de trabalho”. (Tribuna do Povo, edição nº 186, 23 de outubro de 1954, p. 1).

Como parte das medidas aprovadas na Conferência em questão, teve início também a “Campanha de 5 milhões de assinaturas pela Reforma Agrária do Brasil”, destinada a pressionar o presidente da República, a Câmara Federal e o Senado no sentido de serem criadas medidas efetivas para pôr fim ao latifúndio no Brasil. O anteprojeto do documento foi publicado na mesma edição em que a *Tribuna* veiculou a Carta de Direitos e Reivindicações dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil.

Ilustração 9 – “Campanha de 5 milhões de assinaturas pela Reforma Agrária do Brasil”, II Conferência dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil



Fonte: Tribuna do Povo, edição de nº 191, 27 de novembro de 1954, p. 6.

⁷⁴ Tribuna do Povo, edição de nº 191, 27 de novembro de 1954, p. 3-7.

A *Tribuna* buscava acompanhar e participar, assim, do conjunto destas mobilizações pertinentes ao campo, expondo-as para fomentá-las no Maranhão, onde prevaleciam o latifúndio e, segundo afirmava, com base no esquema interpretativo dos comunistas do PCB, dominavam “as relações semi-feudais”. Para estes, o latifúndio e os latifundiários, como expressão mesma do regime estabelecido no país, estruturalmente podre, criavam um cenário de massiva exploração e violências contra os trabalhadores no campo. No todo, associados ao imperialismo norte-americano, impediam o desenvolvimento do país. E, para a *Tribuna*, o cenário sociopolítico maranhense parecia confirmar as teses do partido. Daí também a necessidade de fomentar, mais e mais, experiências de resistência entre os trabalhadores rurais no estado, cujo cenário era de extrema violência e superexploração.

Quando esta organização e unidade políticas dos trabalhadores rurais se materializava em alguma experiência, a *Tribuna* logo tratava de divulgá-la em suas páginas. Como quando, por exemplo, informou sobre a fundação, em 3 de maio de 1955, na cidade de Caxias, da “Comissão Central do Município de Caxias pró-Reforma Agrária”⁷⁵. Segundo dizia a reportagem, no ato de fundação “[...] fizeram se ouvir diversos oradores que se esplanaram, de modo claro, sôbre a finalidade da Reforma Agrária radical em nossa pátria como fator do progresso e felicidade do povo brasileiro”. (*Tribuna do Povo*, edição n° 219, 15 de maio de 1955, p. 4)⁷⁶. O mesmo correu mais tarde, em setembro de 1955, quando a *Tribuna* anunciou que a *Associação de Defesa dos Lavradores e Agricultores do 3° Distrito do Município de Caxias* iniciava “[...] a luta contra os opressores de camponeses”. (*Tribuna do Povo*, edição n° 248, 24 de setembro de 1955, p. 2). A Associação fora fundada em 24 de junho daquele mesmo ano, no lugar Poção, e era então presidida por Francisco Gonçalves.

“A reação” contra os opressores, entendia a *Tribuna*, se materializou quando, em nome da *Associação*, Francisco encaminhou longo *Manifesto* à Câmara Municipal de Caxias, “[...] exigindo a intervenção dos vereadores na retirada do gado que devorava as roças dos lavradores”. Os gados pertenciam aos criadores de gado vizinhos aos trabalhadores rurais. E aquele era já um problema recorrente. Por ordem do prefeito, uma Comissão de negociações, cerca de um mês antes, fora instaurada. Os criadores de gado deveriam impedir que seus

⁷⁵ *Tribuna do Povo*, edição n° 219, 15 de maio de 1955, p. 4.

⁷⁶ A Comissão fora composta com os seguintes representantes: presidente de honra, Pedro Lopes de Alexandria, artista; Comissão efetiva: presidente, Alterêdo de Oliveira Gonçalves, vereador; vice-presidente, Acrísio Silva, ferroviário; 1° secretário, Raimundo Ferreira Cruz, comerciante; 2° secretário, José Ribamar de Oliveira Gonçalves, estudante; 1° tesoureiro, Tasso Pereira da Silva, artista; 2° tesoureiro, Raimundo Nonato Alves, estivador.

animais adentrassem no roçado. Nada foi feito, no entanto. Daí a *Associação* ter elaborado o seu *Manifesto*, direcionado diretamente aos vereadores de Caxias:

Ao fazermos esta comunicação dos acontecimentos do caso em apreço até esta data, rogamos a todos vós, que na qualidade digna de legítimos representantes do povo, tudo façam aos vossos alcances com o fim de ser feita a retirada dos gados que ora devastam a riqueza que possuímos, conquistada com o suor dos nossos rostos, as nossas lavouras, se assim nos dirigimos a Vs. Ecias., e para que não nos vejamos obrigados a resolver tal situação à nossa maneira, e venha estas serem do desagrado de pessoas menos sentimental.

Na certeza de sermos socorridos, aguardamos rápidas providências.

Poção, 25 de Agosto de 1955

Pela “Associação de Defesa dos Lavradores do 3º Distrito do Município de Caxias”
Ass) Francisco Gonçalves de Souza, Presidente. (Tribuna do Povo, edição nº 248, 24 de setembro de 1955, p. 2).

Eram os frutos da organização política tão assinaladas e reforçadas pela *Tribuna*. O cenário urbano-industrial era também figura carimbada na *Tribuna*. A “vida sindical” maranhense, como adiantamos em nosso primeiro tópico, era *integrada* e acompanhada de perto pela *Tribuna*. Em setembro de 1953, por exemplo, o jornal noticiou a realização do I Congresso Brasileiro de Previdência e Seguros Sociais⁷⁷, que contou com a participação de delegados maranhenses. Segundo informou, na “[...] sua luta pela aplicação da melhoria e extensão da previdência e seguros sociais, os trabalhadores brasileiros souberam defender com bravura e altivez tudo que julgaram necessário para garantir um melhor nível de vida para eles e suas famílias”. Naquela ocasião, teria ficado constatado que, em todos os estados do Brasil o “espírito de luta” era o mesmo: “1084 delegados de todas os rincões de nosso País, representando todos os trabalhadores do Brasil, tiveram oportunidade de trocar idéias em conjunto e elaborarem leis que, se aprovadas pelo parlamento, muito contribuiriam para corrigir falhas existentes em nossas leis atuais”. (Tribuna do Povo, edição nº 131, 19 de setembro de 1953, p. 2).

Ainda sobre este encontro, para conseguir efetivar as teses lá aprovadas, concluía a *Tribuna*, restava uma obrigação permanente aos trabalhadores:

[...] fazerem constantes pressões, através de movimento de rua e dentro de seus sindicatos, cuja repercussão obrigará a maioria reacionária da câmara e do senado aprovar aquelas decisões. Sem isso, todo o nosso esforço será perdido, visto a maioria das nossas casas legislativas ser constituída de latifundiários, grandes capitalistas e seus agentes. (Tribuna Povo, edição nº 131, 19 de setembro de 1953, p. 2).

Noutra oportunidade, em maio de 1954, foi a vez do jornal noticiar que, de 1 a 3 de junho, realizar-se-ia, em São Luís, o Congresso Regional de Previdência Social, reunindo

⁷⁷ Tribuna do Povo, edição nº 131, 19 de setembro de 1953, p. 2.

representantes de todos os sindicatos do Maranhão⁷⁸. No encontro seriam selecionadas as teses e eleitos os Delegados maranhenses para participarem do II Congresso de Previdência e Seguro Social, que seria realizado em 2 de julho de 1954, em Salvador, Bahia. Para participação no congresso regional, a propósito, Sebastião Rodrigues e Silva, um dos redatores da *Tribuna*, acompanhado de Carlos Francisco Meneses, foram escolhidos, em Assembleia Geral, como os representantes do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústria Gráfica.

Em face do encontro nacional, a *Tribuna* orientou, ademais: todos os outros sindicatos maranhenses deveriam escolher seus representantes. No dia do encontro regional, reuniram-se, na Câmara Municipal de São Luís, 121 representantes de 41 sindicatos, oriundos de 13 municípios do Maranhão: “Arari, Bacabal, Caxias, Codó, Coroatá, Itapecurú, Pedreiras, Pindaré-Mirim, Pinheiro, São Luís, Timbiras, Tutoia e Viana”. (*Tribuna do Povo*, edição nº 168, 5 de junho de 1954, p. 6).

O dia a dia da “vida sindical” era também acompanhado pela *Tribuna*. Os títulos variavam. Em 1955, a “Coluna Sindical” e a “Vida Sindical” traziam informes sob a dinâmica interna dos sindicatos. Mas os nomes das reportagens, que também traziam denúncias, variavam. Em 29 de janeiro de 1955, por exemplo, a *Tribuna*, em sua “Coluna Sindical”, informou sobre dois processos eleitorais: 1) os sindicatos de São Luís estavam escolhendo seus representantes, os delegados eleitores, para participar das eleições do Conselhos Fiscais dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões. E, ressaltava-se, a data de 20 de março daquele ano era a data limite para esta escolha; 2) Além da escolha do delegado eleitor, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Construção Civil de São Luís deveria escolher sua nova Diretoria, Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes⁷⁹.

Nesta mesma edição, a *Tribuna* denunciava, já no título de sua reportagem: “Suborno e Fraude nas eleições dos têxteis. Uma pessoa votada 4 e mais vezes, fosse associado ou não no sindicato”. Segundo a reportagem, as eleições, que ocorreram dia 22 daquele mês, fora marcado por “[...] desordem, suborno e fraude”. João Vieira, então presidente do Sindicato dos Têxteis de São Luís, “[...] o mesmo presidente que traiu seus companheiros por acaso da greve geral da classe por aumento de salários -, apresentou-se como candidato único”. E, acrescentava-se, antevendo a impossibilidade de se reeleger numa “eleição honesta”, o “pelego” João teria subornado alguns trabalhadores. (*Tribuna do Povo*, edição nº 198, 29 de janeiro de 1955, p. 8).

⁷⁸ *Tribuna do Povo*, edição nº 165, 15 de maio de 1954, p. 1.

⁷⁹ Coluna Sindical. Eleições de Delegados Eleitores. *Tribuna do Povo*, edição nº 198, 29 de janeiro de 1955, p. 6 e 5.

Para a *Tribuna*, absorvendo as teses do PCB, essa era mais uma prova para os trabalhadores compreenderem que somente com a derrubada daquele “[...] regime e com êle toda esta malta de lesa pátria e lesa-homens, é possível pôr abaixo essas mazelas que tantos prejuízos ao nosso povo [causam]”. (*Tribuna do Povo*, edição nº 198, 29 de janeiro de 1955, p. 8). Mais tarde, agora, em setembro de 1955, na coluna “Vida Sindical” outro informe abordando a dinâmica dos sindicatos maranhenses. Desta vez, a notícia era sobre as eleições no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Panificação e Confeitaria de São Luís. No pleito, que ocorreria à 11 daquele mês, seriam escolhidos a sua nova Diretoria, Conselho Fiscal e suplências⁸⁰.

⁸⁰ *Tribuna do Povo*, edição nº 243, 3 de setembro de 1955, p. 2.

2. Maria Aragão: trajetória e obra

2.1. *As raízes negras, indígenas e espanholas, a infância e a formação como professora*

Maria José Camargo Aragão, nasceu no dia 10 de fevereiro de 1910, no povoado de Engenho Central (hoje município de Pindaré-Mirim), localizado no interior do estado do Maranhão. Á época, o local era um importante centro de produção açucareira do Brasil, embora já em declínio, muito atravessado por conflitos agrários. Maria foi a terceira dos sete filhos de Emídio Aragão e Rosa Camargo, que tiveram também Benedito, José, Jonas, Cristina, Emídio e João⁸¹. Sua ascendência familiar é negra, indígena e espanhola. Seus traços, como mulher negra, são de origem de sua família paterna. Nas palavras de Maria Aragão, sua avó paterna, era uma “[...] negra africana, vinda como escrava de Cabinda, na África”. (Aragão, 1992, p. 13). Quanto ao seu avô paterno, não existem muitas informações. Sabe-se que se casou com sua avó, [...] ou melhor, liberto-a e foi viver com ela e teve vários filhos”, entre estes, Emídio. (Aragão, 1992, p. 13). As raízes indígenas e espanholas de Maria remetem à família de sua mãe. Sua avó materna se chamava Maria Heliodora Camargo. Era descendente “[...] de espanhol e de índio”. (Aragão, 1992, p. 14).

O pai de Heliodora, bisavô de Maria Aragão, espanhol, pressionado e agredido por seu pai, migrara para o Brasil, se estabelecendo primeiramente em São Paulo. De lá, rumou para o Maranhão, fazendo morada no vale do rio Mearim, “[...] e aí ficou como mascate, vendedor de

⁸¹ Benedito era o mais velho. Já adulto, foi para São Paulo, estudar mecânica. José Maria, foi o segundo filho. Segundo Maria, era “[...] o mais inteligente dos nossos irmãos”. (Aragão, 1992, p. 23). José concursou-se para sargento no primeiro Grupo de Obuses. Em meados da década de 1930, após uma confusão em que se envolveu para defender um amigo seu, que era comunista, foi preso e, depois, expulso do exército. Mais tarde, logo após ser demitido de uma cervejaria onde havia conseguido emprego, cujo dono descobriu sua história e, por isto, receava retaliações do exército, José decidiu mudar-se para a Argentina, instalando-se em Buenos Aires, conseguindo, lá, um emprego de garçom. Era “[...] um sujeito vistoso, inteligente, falante e tudo isso é muito importante para conseguir um emprego”, disse Maria. (Aragão, 1992, p. 25). Da argentina, José foi parar na Inglaterra, onde trabalhou numa mina de carvão. E, depois, já estava a bordo de um navio americano, onde viria a falecer na década de 1960. De todos estes locais, José Maria escrevia para Maria Aragão, dando notícias e contando algumas de suas experiências. Depois de Maria, veio o Jonas, um irmão “[...] amigo da gente, carinhoso, bom, mas na rua era o demônio. Era briguento, não aguentava desaforo, brigava, batia e quando chegava em casa nos contava as brigas”. (Aragão, 1992, p. 27). A última vez que a família teve notícias de Jonas, este estava em Nova Olinda, Minas Gerais. Mas não foi possível estabelecer contato, de maneira que não se soube mais sobre seu paradeiro. Emídio foi o quarto filho do casal Emídio e Rosa. Um ano depois, nasceu Cristina. Pela proximidade de idade, “[...] estudavam sempre na mesma classe, eram muito amigos, eram interessantes. Cristina tinha muito bom humor e Emídio se enfezava facilmente”. (Aragão, 1992, p. 28). Na década de 1940, Emídio trabalhou, como chefe de seção, numa empresa militar, de material contra gases. Já Cristina, fez o curso normal em São Luís e, no Rio, cursou enfermagem, trabalhando na penitenciária de Bangu. O irmão mais novo de Maria Aragão, era o João, “[...] a segunda inteligência da família”, como dizia Maria. (Aragão, 1992, p. 31). Formou-se médico, clínico em obstetrícia. Tempos depois, foi fazer radiologia, passando a atuar como radiologista. Escreveu dois livros de poesia, *O Feitiço das Águas de Nilópolis* e *O tempo que me Resta*. (Aragão, 1992).

coisas pela rua”. (Aragão, 1992, p. 14). Neste percurso, conheceu e se relacionou com uma indígena maranhense. Juntos, tiveram Heliadora, avó materna de Maria Aragão. “Era também uma mulher interessante, mulher livre, não se subordinava a preconceitos”, disse Maria referindo-se a Heliadora. (Aragão, 1992, p. 14).

Imaginem isso, no século passado [século XIX]⁸² e ela era livre. Teve muitos filhos, com pais diferentes, morou em diferentes lugares, porque quando se cansava, quando não suportava viver mais com o sujeito ou naquele local, mudava-se para outro. (Aragão, 1992, p. 14).

Por ser uma mulher independente, livre, que seguia as suas vontades e não se submetia aos padrões sociais dominantes em sua época, Maria delegará à sua avó características verdadeiramente admiráveis. Heliadora foi parar em Engenho Central, no Maranhão, onde cresceu Rosa Camargo e onde, esta, conheceu Emídio. Sobre sua origem e em tom de brincadeira, Maria Aragão, referindo-se às impressões de um amigo seu quanto a sua ascendência, afirmou: “[...] é por isso que eu sou louca, é por causa dessa mistura, negro, branco, índio, que não podia dar coisa diferente”. (Aragão, 1992, p. 14).

O pai de Maria, Emídio, era alfabetizado e atuava como guarda-fios da Companhia de Telégrafos, “[...] encarregado de zelar pela comunicação telegráfica. Sem estradas, as linhas de telégrafo sofriam muito desgaste e isso dava muito defeito na transmissão das mensagens”. (Aragão, 1992, p. 13). Os problemas podiam ser ocasionados, por exemplo, pela queda de árvores sob as linhas de transmissão, ou, ainda, em função da colisão de pássaros com as linhas. Os guarda-fios eram responsáveis por solucionar os defeitos que surgiam. Emídio, então, “[...] montava num cavalo [e] andava pelos matos. Era uma tarefa difícil, mas ele fazia com muito prazer”. (Aragão, 1992, p. 13). Esta profissão fazia com a que a família se mudasse constantemente de cidade em cidade. Como disse Maria, “[...] ele não vivia só no mesmo lugar, era transferido de um lugar para outro, dessa maneira eu andei em quase todo o Estado”. (Aragão, 2015, p. 29).

Emídio, segundo Maria, “[...] era um homem simpático, era um homem bem-humorado e um homem que era de raça negra”. (Aragão, 2015, p. 29). Além disso, “[...] muito alegre, muito tranquilo”. (Aragão, 1992, p. 13). De Emídio, assim como da família paterna, Maria dizia ter herdado os traços físicos, as suas características como mulher negra. Com seu pai, “[...] aprendeu a ler e a realizar com prazer uma tarefa difícil, como era a profissão de guarda-fios”. (Escola Nacional Florestan Fernandes, Expressão Popular, 2014, p. 22).

⁸² Informação não consta no texto original e foi acrescentado por nós.

Ilustração 10 – Emídio, pai de Maria Aragão



Fonte: Moreira Neto, 2015.

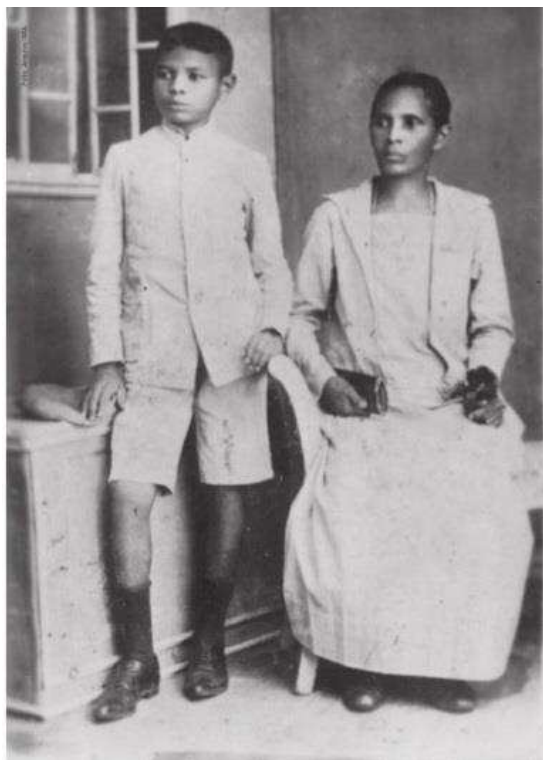
Já sua mãe, Rosa Camargo, nas palavras de Maria, era “[...] de um temperamento interessante, era uma mulher bonita, narcisista, ela se achava bonita, era alegre, gostava de cantar, tocar violão, e ela era uma mulher muito autoritária, voluntariosa”. (Aragão, 2015, p. 31). E ainda muito “agitada”. (Aragão, 1992, p. 13). De Rosa, Maria dizia ter herdado a força de vontade, assim como “[...] essa falta de medo, essa coragem de enfrentar a vida, essa coragem de fazer o que achava que estava certo”. (Aragão, 1992, p. 22), além de “[...] seu psiquismo”. (Aragão, 1992, p. 48). Em outra oportunidade, refletindo sobre as características que teria herdado da mãe, Maria dissera:

Herdei da minha mãe a sua coragem, ela era uma mulher corajosa, muito corajosa, e enfrentar a vida com sete filhos, deixar o marido, ficar pelo interior, com o salário pequeno, e tocar todo mundo pra estudar, aquilo era ter muita coragem, muita, muita mesmo. Essa coragem eu herdei, herdei também as outras coisas que não são boas, eu sou autoritária, eu sou uma Maria mandona mesmo, e já tive muita crítica por causa disso. (Aragão, 2015, p. 39).

Rosa Camargo, que era analfabeta, foi a grande incentivadora da educação de seus filhos, desdobrando-se, duplamente, criando-os e lidando com os trabalhos domésticos. As recorrentes mudanças de residência, de um povoado para outro, de uma cidade para outra, decorrentes do trabalho de Emídio, acabava pesando contra a educação escolar dos filhos do casal. Rosa, disse Maria, pensava o seguinte: “Meus filhos vão ficar analfabetos. Eu sou

analfabeta, mas não quero que meus filhos também sejam. Quero meus filhos doutores’. Ela tinha um sonho... o sonho de ter filhos doutores”. (Aragão, 1992, p. 15).

Ilustração 11 – Rosa Camargo e seu filho Jonas, irmão de Maria Aragão



Fonte: Moreira, Neto, 2015.

Por isso, Rosa não poupou esforços para que seus filhos conquistassem a formação escolar. Esta era vista, também, como um meio para findar a difícil situação financeira da família. Rosa insistia com Emídio para que os filhos fossem estudar na capital do estado, São Luís. Dizia: “Não quero que meus filhos sejam analfabetos, meus filhos têm de aprender e aprender na cidade”. Emídio, então, lhe respondia: “Filho de pobre, Rosa, não aprende na cidade”. E Rosa retrucava: “Os meus filhos aprenderão quero filhos formados, doutores, quero meus filhos estudando na cidade”. (Aragão, 2015, p. 32).

Como relatou Maria, Emídio era apaixonado por Rosa e sempre terminava fazendo suas vontades. Não foi diferente com a educação dos filhos. Foi alugada uma casa, na Rua de Santana, no centro de São Luís. Emídio continuaria trabalhando como guarda fios, pelos interiores. Por lá, Maria relata que seu pai chegou a constituir outra família. “Eu acho que tenho uma porção de irmãos por aí, pelo interior, de quando em vez aparece um”. (Aragão, 2015, p. 32). Rosa, por sua vez, ficava em São Luís, cuidando dos filhos do casal e da casa. O dinheiro, que já era pouco, precisava, agora, ser dividido na metade. Para piorar, o salário de Emídio

atrasava muito. (Aragão, 1992, 2015). E, se, antes, nos primeiros anos da infância de Maria Aragão, a alimentação era boa, agora, havia “dias tremendos”. (Aragão, 1992, p. 15). Rosa, disse Maria,

[...] não era muito boa administradora das finanças. Quando recebia dinheiro, gastava quanto era para gastar, comia-se muito bem, mas de repente o dinheiro acabava e o Telégrafo não pagava. Havia dias em que a gente não tinha realmente o que comer, nada, nada, nada. Então minha mãe fazia um mingau de farinha seca. Aquilo era horrível! Ralo e sem açúcar, não me lembro do açúcar, mas sei que não tinha leite. E aquilo tinha de ser tomado, tínhamos de beber. Botava um pouco para cada um. A gente estava com fome e dizia: “Não vamos para o colégio, não temos o que comer”. E ela dizia, um sermão, um discurso: “Vão, vão para a escola sim, têm de ir para aprender, se não aprenderem, não vamos acabar esta fome aqui em casa; vocês têm de crescer, têm de ser doutores, têm de ser gente grande, que gente grande ganha muito dinheiro”. E a gente tomava aquele mingau ralo, apenas era quente, e íamos para o colégio. (Aragão, 1992, p. 15).

Sempre no ensino público, Maria Aragão iniciou seu curso primário ainda pelos interiores do estado, como no município de Codó. Foi desta cidade que, aos sete anos, mudou-se, com sua mãe e irmãos, para São Luís, onde morou, àquela época, em várias localidades, como em Codozinho, no bairro do Tirirical, na rua de Santana, e na rua São Pantaleão, no centro. Rosa, como dissemos, era bastante exigente com os estudos dos filhos. “Tínhamos de estudar na chegada do colégio, comendo ou não comendo, estudávamos até mesmo à noite”, relatou Maria Aragão (1992, p. 36). E, em alguns momentos, também de madrugada, nos primeiros cantos dos galos, quando Rosa acordava os filhos e lhes dizia: “*Lenha verde mal ascende, quem muito dorme pouco aprende*”. (Aragão, 1992, p. 37). Após os estudos da madrugada, Rosa, então, organizava os filhos para a escola. (Aragão, 1992, 2015).

Então nós íamos para o colégio e éramos os melhores alunos, éramos conhecidos nas classes onde estávamos como bons alunos. Por quê? Influência dela certamente, a influência que ela teve sobre nós foi muito grande e também éramos todos inteligentes, uns mais outros menos. Eu não era a mais inteligente, eu era possivelmente a terceira inteligência da família. A primeira era o José, o segundo era João. (Aragão, 1992, p. 38).

Foi em São Luís que Maria completou o curso primário, no *Grupo Escolar Sotero dos Reis*. (Aragão, 1992). Seu ginásio foi no *Colégio Liceu Maranhense*. À época, como ressaltam Coelho e Grill (2016, p. 501), o *Liceu* era “[...] a mais importante instituição de ensino secundário do período”, onde “[...] estudaram dezenas [dos] futuros políticos maranhenses” atuantes nas décadas de 1950 e 1960. Rosa queria que Maria fizesse o exame para admissão no curso normal do *Liceu*, para atuar como professora. O sexismo contra as mulheres era enorme e, em geral, “[...] as meninas todas iam fazer o exame para o normal, para ser professora”. (Aragão, 1992, p. 36).

A formação no curso normal não dava o direito às mulheres de prestarem o vestibular, de fazer um curso superior. Maria Aragão fez o exame, passou e terminou o curso normal. Como professora, atuou por cerca de 16 anos (de 1926 a 1942). Como veremos mais adiante, Maria conseguiria também o diploma do curso ginásial, abrindo, assim, as possibilidades para cursar a faculdade. No mesmo ano em que se formou professora normalista, em 1926, à procura de emprego e por indicação da professora Maricota Pinho, foi trabalhar em Parnaíba, Piauí. Maria passaria a dar aulas particulares para os filhos de uma amiga da professora Maricota (dois meninos e uma menina). Era a família do médico Mirocles Veras. Sua esposa preferia que os filhos estudassem em casa, tendo aulas particulares ao invés de irem para escola. E era rigorosa. Antes de ir, Maricota alertou à Maria que quatro meses era o período máximo que os professores duravam trabalhando por lá. Maria não só aceitou a tarefa, como dissera que não voltaria em quatro meses, que trabalharia com afinco e ficaria mais tempo. (Aragão, 1992, 2015).

Um dos meninos que aprendeu a ler comigo entrou para a carreira diplomática, estava numa embaixada, eu não sei bem onde era, era num daqueles países do leste. Ele aprendeu a ler sentado no meu colo, tão pequeno que era. O outro que aprendeu a ler também comigo, é hoje um médico conhecidíssimo lá em Parnaíba, chama-se Edgar Veras. (Aragão, 1992, p. 47).

Como professora, Maria trabalhou na casa Mirocles Veras durante quase todo o ano de 1926. Ao final do ano, no entanto, decidiu ir embora. “Quando chegou o fim do ano eu estava me sentindo presa, estava me sentindo numa cadeia, parecia uma coisa que nunca ia passar”. (Aragão, 1992, p. 47). Então, chamou Mirocles Veras e lhe disse que queria ir embora. Perguntada se experiência de ficar na sua casa tinha sido tão ruim assim, Maria disse a Mirocles que não, mas que “[...] queria outro tipo de vida, outro trabalho, não dava para trabalhar assim, no meio doméstico, queria trabalhar num colégio” ou na sua própria casa, dando aulas particulares. (Aragão, 1992, p. 48). Ao retornar a São Luís, começou a trabalhar junto do professor de matemática Arimatéia Cisne, que fora seu professor. Foi quando atuou no *Colégio Cisne*, preparando os alunos para o exame de admissão. Por lá, passaram alunos como Josué Montello. Mas o que Maria queria mesmo era cursar medicina: “[...] queria porque queria cursar medicina, apesar da opinião de meu pai que dizia não ter eu as condições”, pois, teria de ser em outro estado, e Emídio receava não poder ajudá-la materialmente (Aragão, 1992, p. 48).

Maria aproveitou, então, uma lei que fora promulgada e que abria a possibilidade de obtenção do diploma no curso ginásial a todos que tivessem completado 17 anos. Era uma espécie de Supletivo, à época chamado de “Artigo 91”, e previa o ensino do ginásial ao longo de dois anos. O exame admissional previa matérias como matemática, latim e português. Maria começou o curso em 1928 e o concluiu em 1929. (Escola Nacional Florestan Fernandes,

Expressão Popular, 2014). Neste período, houve um concurso do Banco do Brasil, em Recife. E, mesmo não conhecendo ninguém no estado, Maria rumou para lá. Não passou e isso lhe abalou bastante: “eu não tinha capacidade moral de voltar para o Maranhão reprovada. Aquilo estava me angustiando, me doendo, me arrebatando, eu estava me sentindo batida, espancada”. (Aragão, 1992, p. 50). Não contou para ninguém aquilo: nem a reprovação, nem suas emoções. Guardou para si. (Aragão, 1992, 2015).

De Recife, foi para João Pessoa, onde tinha uma família amiga. Lá, saiu com o diploma na mão a procura de emprego. Numa época em que Vargas indicava seus interventores nos estados, foi bater no Palácio do Governo. Lá chegando, disse ao Oficial de Gabinete que se tratava de uma questão “de vida ou morte” e que precisava, portanto, falar imediatamente com o interventor Gratualiano de Brito. Conseguiu. Falou pessoalmente com o interventor e lhe explicou toda a situação. “Eu disse que era professora, era maranhense, contei a história toda, que eu queria emprego de professora, que ele não se arrependeria porque eu tinha consciência de ser uma boa professora, poderia provar”. (Aragão, 1992, p. 51).

Gratualiano, então, rebateu: “porque você não volta para o Maranhão?”. E Maria lhe respondeu “[...] que tinha sido reprovada, que era uma das professoras mais conceituadas e não tinha coragem de voltar para o Maranhão”, que “[...] ia ser qualquer coisa”, mas não voltaria para o Maranhão reprovada. (Aragão, 1992, p. 51). O interventor lhe dissera, então, que não poderia lhe arrumar um emprego na capital. “Me dê um emprego até no inferno e eu vou para esse emprego e vou trabalhar bem com os diabos”, disse Maria à Gratualiano, que riu e pediu ao seu Oficial de Gabinete que cuidasse daquilo. Desta forma, foi nomeada como professora em Patos e, já no dia seguinte, partiu para lá. “Comecei a trabalhar assim, desesperadamente, apaixonadamente, como eu sou, como eu sempre fui e sei que eu vou morrer desse jeito, ninguém vai me modificar, eu não posso me modificar”. (Aragão, 1992, p. 51).

Em Patos, não conhecia ninguém. Teve um choque com a paisagem. Era sertão. Secura. E Maria Aragão gostava do verde, das flores. Foi direto para um hotel, onde recebeu como resposta: “moça nenhuma se hospedava aqui”. Retrucou, disse que tinha de se hospedar! O dono do hotel, então, decidiu hospedá-la junto à sua filha. (Aragão, 1992, p. 52). Maria ficou em Patos por cerca de um ano, dando aulas em uma sala de aula improvisada numa casa velha, enquanto esperavam pela inauguração de uma nova escola. Um inspetor do interventor acompanhava periodicamente as aulas dos professores, avaliando seus comportamentos e aproveitamentos. (Aragão, 1992, 2015).

Sobre Maria Aragão, as impressões enviadas pelo inspetor à Gratualiano eram sempre muito positivas. E foi o próprio interventor quem disse isto à Maria, quando, finalmente, a nova

escola foi inaugurada. De Patos, Maria pretendia ir ao município de Cajazeiras, no Maranhão. Soube que lá havia vaga para professor no ginásio. No entanto, em 1931, foi obrigada a retornar à São Luís. Sua mãe estava muito doente. Era o fim de um ciclo que se aproximava, mas também o começo de outro... (Aragão, 1992, 2015).

2.2. *O falecimento de Rosa, o Rio, a graduação em medicina e a filha, Clarice*

De volta em São Luís, Maria encontrou sua mãe já muito adoentada. Neste período, quanto à sua vontade de cursar medicina, Maria relata que teve bastante influência de dois dos médicos que cuidaram de Rosa: Carlos Macieira e Tarquíneo Lopes Filho. De Carlos, “[...] por sua bondade, sua competência, sua humanidade, seu espírito de humildade, nada nos cobrava, ou fazia-o de modo insignificante, não dava nem para a gasolina do carro”. (Aragão, 1992, p.53). De Tarquíneo, “[...] por ser um homem espetacular, ligado ao povo, ajudando, sem explorar”. (Aragão, 1992, p. 53). Para Maria, Tarquíneo foi um “[...] homem de muito valor, de um espírito revolucionário”, ressaltando que o médico maranhense, em mais de uma vez, ao consultar Rosa e sua família, “[...] não cobrava, porque nós éramos muito pobres, não tínhamos dinheiro mesmo e eu tinha uma admiração por ele”. (Aragão, 2015, p. 35).

Carlos Macieira, que passou a acompanhar Rosa, em certo momento, disse à Maria: “Devias fazer todo esforço da tua vida e levar tua mãe para o Rio de Janeiro, eu não tenho mais o que fazer aqui”. (Aragão, 1992, p. 53). O caso era muito sério. Emídio, pai de Maria, desaprovou totalmente a ideia. Alegava não ter a capacidade para ajudá-las materialmente. Desaprovou e não as ajudou, o que gerou grande aborrecimento em Maria. “Isso fez eu me aborrecer com ele, escrevi-lhe uma carta mais ou menos dura. Apesar de que éramos muito amigos, eu gostava dele e ele de mim, mas eu avaliava que era para salvar minha mãe...”. (Aragão, 1992, p. 53).

Com ou sem ajuda, na busca por um tratamento especializado para sua mãe, Maria viajou com sua mãe para o Rio de Janeiro em julho de 1934. Para poder comprar as passagens do navio, vendeu todos os seus livros e parte da mobília da casa. (Araújo, 2012 apud Holanda, 1991). No Rio, Rosa não demorou a falecer e Maria perdeu completamente “a perspectiva”. Queria voltar imediatamente ao Maranhão. Mas, seu irmão, José Maria, militar e que, naquele momento, morava no Rio, lhe dissera: “Você não é turista. Não quer estudar medicina? Então está na hora de fazer isso”. (Aragão, 1992, p. 53). Maria decidiu ficar, estudou muito, e, ainda em 1934, prestou vestibular e passou para a *Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil*, hoje *Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)*. (Aragão, 1992).

Desta maneira, no Rio, Maria dava início a quebra de aspectos que outrora, e também posteriormente, para a sociedade e para seus próprios amigos, pareciam mesmo intransponíveis: “[...] a distância geográfica⁸³; a época; o fato de ser mulher e pobre; e, ainda, por ser a Medicina uma profissão pouco acessível às mulheres naquele momento”. (Araújo, 2012). Além disso tem outro fator central, poucas vezes citado: Maria Aragão era uma mulher negra, numa sociedade de forte herança escravocrata e extremamente racista⁸⁴. Havia, portanto, atravessamentos múltiplos de opressões sob seu corpo, sob sua vida. Abertas ou veladas, as opressões dirigidas a Maria em função de seu gênero, raça e classe confluíam, assim, sobremaneira, elevando a máxima potência as suas dificuldades na busca pela construção de si, de sua personalidade, de sua vida profissional, de seus relacionamentos e de seus sonhos.

Todo esse período no Rio foi muito difícil. Além de estudar muito, sozinha, para o vestibular, Maria ainda precisava trabalhar exaustivamente para conseguir sobreviver. E foi assim antes, durante e depois do curso de medicina. Enquanto ainda estava no Rio, foram as atividades como professora particular que lhe possibilitaram reunir os recursos materiais necessários para continuar sua trajetória, primeiro, de busca pela aprovação na faculdade e, segundo, pela conclusão neste curso. No Rio, arranjados por José Maria, seus primeiros alunos foram militares, sargentos e cabos que buscavam promoções em suas carreiras. Deu aulas também para um motorista de ônibus, para um cobrador e para um guarda civil. Além disso, numa época em que Vargas determinou o ingresso no serviço público através de concurso, Maria deu aulas para muitos candidatos a vagas ministeriais. Houve ainda, o aluno de uma família que morava em Copacabana. (Aragão, 1992, 2015; Araújo, 2012). Nesta última, Maria relata ter achado ótimo lecionar, pois “[...] serviam lanche para o aluno” e para a professora: “Eram muito bom, tomava café com leite, às vezes um chocolate com bolinhos, aquilo eu achava maravilhoso”. (Aragão, 1992, p. 56).

Em 1935, aos 25 anos, Maria iniciou o curso de medicina. “Muitos alunos, cento e tantos homens, oito ou onze mulheres”. (Aragão, 1992, p. 59). Como ressaltou Araújo (2012), tal disparidade entre gêneros na turma de Maria é sintomática das condições históricas do Brasil daquela época, erigido à luz de um modelo europeu-ocidental de sociedade, patriarcal e de arraigada sociabilidade machista e sexista. No caso da medicina, historicamente, no Brasil e no mundo, diz a autora, a possibilidade da formação e profissão médica esteve, durante muitos

⁸³ Nesta época, não havia curso de medicina no Maranhão. Os que queriam e podiam cursá-la, geralmente homens, filhos das famílias economicamente mais abastadas do estado, iam para a *Faculdade de Medicina da Bahia*, que era mais perto que a do Rio de Janeiro, então capital federal. (Araújo, 2012).

⁸⁴ Este aspecto foi ressaltado sobretudo por Ribeiro, Ribeiro e Silva (2019) em artigo intitulado *Maria Aragão: mulher negra de lutas*.

séculos, restrita exclusivamente aos homens. No caso brasileiro e no contexto de Maria Aragão, Machado (1997) revela que entre as décadas de 1930 e 1940, as mulheres chegaram a constituir apenas um por cento dos profissionais formados na área médica. Escolhiam, preferencialmente, a pediatria.

Para Maria, as dificuldades materiais permaneciam compondo sua dura realidade. Continuou com as aulas particulares, que eram realizadas nos horários em que seus alunos tinham disponibilidade, o que, por seu turno, nem sempre conciliava com os seus próprios horários. Posteriormente, refletindo sobre este período de sua vida, sobre suas aulas e as pessoas que a contratavam, e que, obviamente, também estavam na luta por seus objetivos e sonhos, Maria saberá que seu papel, como professora, foi fundamental não apenas para sua sobrevivência, mas para a trajetória mesma de seus alunos. (Araújo, 2012 apud Holanda, 1991). Nas suas palavras,

[...] Eu tinha sonhos a perseguir. Aquelas pessoas também lutavam por alguma coisa. Hoje eu tenho conseguido entender isso melhor. Eu também estava sempre querendo aprender mais, elas também! Todos tinham saído ou viviam experiência semelhantes à minha, uma luta parecida. (Araújo, 2012, p. 51 apud Holanda, 1991, p. 13).

Quando estava no seu 3º ano de curso, veio o *Estado Novo*. E a repressão contra os comunistas fora recrudescida ainda mais. Nesse período, Maria relata que chegaram ao Rio de Janeiro alguns comunistas maranhenses, vindos do cárcere na *Ilha Grande*. Eram Joaquim Mochel, Luís Lobato, Amorim Parga, Pedro Bona, além de outros, cujos nomes Maria não recordou. E foram se hospedar na mesma pensão onde Maria estava então hospedada, na Tijuca, rua Desembargador Isidoro, próximo à praça Saenz Peña. Era a pensão de outra maranhense, a “Dona Quili” (Clementina). (Aragão, 1992, 2015; Araújo, 2012).

Maria, aliás, dava aulas particulares para dois filhos de Dona Quili. Isto lhe permitia hospedar-se “[...] pagando nada ou muito pouco”. (Aragão, 1992, p. 60). Trocava, assim, o seu trabalho pela hospedagem, coisa que já tinha feito antes, num outro local onde se hospedara, na rua Cavalcanti. Ao tomar contato com os comunistas, torturados, muito doentes e fragilizados, Maria logo se prontificou a ajudá-los. (Aragão, 1992, p. 60).

O grupo de maranhenses chegou lá, todos sebastos, infelizes, sujos doentes. Como estudantes de medicina, eu os ajudava levando-os ao hospital e pedindo aos professores que os examinasse, requisitassem exames, dessem remédios. E meus professores ajudavam nisso, alguns eram meus amigos. Lá na pensão também estavam hospedados alguns integralistas, não lembro o nome deles. Começaram a hostilizar os maranhenses comunistas, ameaçando-os. Eu fiquei do lado dos comunistas, não porque entendesse ou tivesse, naquele momento, qualquer inclinação ideológica ou política, mas só porque eles eram parte fraca, por isso tomava ao lado deles e ajudava-os no máximo que podia. (Aragão, 1992, p. 60).

Maria Aragão e Amorim Parga, que era jornalista, acabaram se envolvendo. Foram morar juntos por um tempo. Da relação, surgiu uma gravidez. “Estupidez, ficar grávida naquele período, pois com a fome que passava, eu estava denutrida, adoeci gravemente, tive uma gestose brutal. Fiquei de uma tal maneira que não podia mais me levantar”, recordou Maria. (Aragão, 1992, p.62). O quadro piorou muitíssimo. Maria corria sério risco de vida e, por intervenção de um amigo, que era médico⁸⁵, e a alertou para a gravidade do seu quadro clínico, resolveu fazer um aborto. (Aragão, 1992, 2015).

O procedimento foi realizado por este mesmo amigo seu, que insistia também com Maria para que esta retornasse ao Maranhão, pelo menos por algum um tempo, para se reestabelecer, cuidar de sua saúde. Mesmo a contragosto, isto foi feito. Em 1938, Maria retornou ao Maranhão e logo começou a lecionar, em escolas e como professora particular. Só retornaria ao Rio, para dar continuidade ao curso de medicina, em 1939. De pronto, embora não tivessem deixado de trocar correspondências regularmente, Maria sofrera uma grande desilusão amorosa com Amorim, que já estava de casamento marcado com outra mulher. (Aragão, 1992, 2015).

Sofreu muito. Mais, dali em diante, decidiu ser ainda mais independente. Disse que não aceitaria mais ser “passada para trás” em seus relacionamentos. Como sempre fizera, se dedicaria aos estudos. Queria terminar o curso de medicina. Em 1941, optou por ingressar, como enfermeira, na residência médica no Internato do *Hospital Infantil Estadual Artur Bernardes*, onde trabalhava no período noturno e recebia alguma remuneração, embora pouca. Nesta época, passou a morar com seus irmãos, Cristina e João. Suas outras atividades, a graduação e as aulas particulares, não cessaram. E, assim, Maria trabalhava noite e dia. Dormia das 18:00 às 21:00 da noite. (Aragão, 1992, 2015).

Sobre esta época, recordando a dureza de sua realidade de vida, lembrou Maria: “Ia chegando em casa e me atirando na cama, como eu estivesse. Às 9 horas da noite tocava o despertador, minha irmã me acordava e eu me metia debaixo do chuveiro, tempo frio ou tempo quente, e ia para o hospital”. (Aragão, 1992, p. 69). Como não era possível chegar às 21:00 horas em ponto no serviço, Maria propôs e estabeleceu um acordo com as outras enfermeiras do turno da manhã/tarde:

Vocês saem mais tarde, esperam até as 9 horas e 30 minutos e entram mais tarde no dia seguinte, porque eu faço todo o serviço de vocês. Deixo tudo arrumado, dou comida”. Então elas entravam às 7 horas da manhã e eu já tinha limpado as crianças, arrumado as camas, dado a primeira alimentação, tudo eu tinha feito. (Aragão, 1992, p. 70).

⁸⁵ Não teve seu nome revelado nos livros em que Maria narra sua trajetória.

Da residência médica, Maria saía direto para as aulas de medicina. Chegava atrasada e geralmente levava falta, o que a levou a se formar após a sua turma, pois teve de refazer a cadeira de Clínica, do professor Fiorovanti di Piero. Neste ínterim, ainda em 1941, penúltimo ano da faculdade, Maria se envolveu amorosamente com um médico psiquiatra, seu amigo⁸⁶, com o qual dizia não ter havido “fim” entre ambos, mas ter sido a vida a separá-los. Naquele ano, este médico foi transferido para o Rio Grande do Sul. Maria, permanecia no Rio. E os dois manobravam para se encontrar. “Então era uma festa, festa, festa de amor, de carinho. Ele era um amor”. (Aragão, 1992, p. 73). Do relacionamento, surgiu uma gravidez, que Maria decidiu assumir sozinha. (Aragão, 1992, 2015; Escola Nacional Florestan Fernandes, Expressão Popular, 2014).

Sua filha, Clarice, nasceu em março de 1942 e foi o grande amor de sua vida. “Ela era uma graça, inteligente, uma criança bonita”. Quando perguntavam, “como é teu nome?”, “[...] ela dizia: ‘Caia, Caíce’”, lembrou Maria. (Aragão, 1992, p. 78). A formação em medicina veio em 1942, com especialização em Pediatria. Outros dois maranhenses também se formaram naquela turma: José Ribamar Carneiro Belfort e Antônio Jorge Dino. (Araújo, 2012). Maria Aragão tinha, enfim, alcançado outro de seus grandes sonhos.

Imagem 12 – Formatura de Maria Aragão, em 12 de novembro de 1942, Rio de Janeiro



Fonte: Moreira Neto (2015)

⁸⁶ Não teve seu nome revelado nos livros em que Maria narra sua trajetória.

Em 1944, desempregada e a convite de seu amigo do Rio Grande do Sul, embora não tivessem mais um relacionamento, Maria partiu, junto com Clarice, para a cidade de General Câmara (RS), para trabalhar como médica no *Hospital General Câmara*. “Era uma espécie de cidade militar, havia quartel, os médicos eram militares”. (Aragão, 1992, p. 73).

Imagem 13 – Clarice aos dois anos de idade, no Rio de Janeiro, em 19 de maio de 1942



Fonte: Moreira Neto (2015)

Lá, no final de 1944, Clarice, na época com apenas dois anos de idade, faleceu. Foi vitimada por um violento surto de disenteria bacilar, doença para a qual ainda não havia antibióticos específicos. Apesar de assistida por três médicos – o amigo de Maria e mais dois do exército –, Clarice “[...] teve uma das mortes mais brutais”, recordou Maria. (Aragão, 1992, p. 73).

Depois da morte da minha filha, eu fiquei bloqueada, não conseguia mais trabalhar com crianças. Foi uma das coisas mais brutais que aconteceu em minha vida. Tinha sido tão difícil enfrentar tudo para ter essa filha, para concebê-la, para não fazer aborto.

Lembrava da outra gravidez, em condições precárias, eu sendo obrigada a fazer aborto, e então perder aquela filha, que era um encanto de criança, inteligente, viva, bonita, rebentou com minha vida.

Eu tinha perdido uma das coisas que sempre preservei: a paixão pela vida, a alegria de viver. Cada dia que começa eu tenho alegria, amor pela vida, eu sou apaixonada pela vida, mas naquele transe eu tinha perdido isso, eu pensava que era bom se eu morresse e tudo se acabasse.

Passava pela minha cabeça como eu podia viver sem esse prazer pela vida. Viver para mim, nesse período, era como se estivesse comendo uma comida ruim ou tomando um remédio amargo. (Aragão, 1992, p. 74).

A morte de Clarice feriu profundamente Maria. A fez abandonar definitivamente a área da pediatria e retornar ao Rio de Janeiro, onde especializou-se em Clínica Geral e

Ginecologia, passando a atender no *Hospital Miguel Couto*. O hospital recebia, sobretudo, pessoas da periferia do Rio. Segundo Maria (1992, p. 75), era “[...] gente do morro, gente da periferia, gente pobre”, muitos ligados ao movimento comunista. A médica maranhense se preocupava com estas pessoas, com os problemas que enfrentavam. Atenciosamente, as atendia e cuidava, tomando todos as providencias junto a seus colegas de profissão para que os atendimentos fossem feitos da forma mais qualificada e ágil possível. (Aragão, 1992, 2015; Araújo, 2012; Azevedo, 2016).

“Quando chegavam ao hospital, eu fazia logo a história, se era para operar eu ia ver com os médicos para operar o mais breve possível, pedia logo os exames. Enfim, as pessoas me distinguiam como interessada na vida delas”, lembrou Maria sobre aquele àquele período no *Miguel Couto*. (Aragão, 1992, p. 75). Com o propósito coletivo, este primeiro momento da trajetória de sua vida pode ser caracterizado por sua atuação de caráter humanística, onde sua atividade profissional, agora, como médica, servia de instrumento através do qual podia contribuir socialmente, ajudando a população que mais necessitava, os atingidos pela fome, pobreza e doença. Nas palavras de Maria:

[...] a minha preocupação era ser médica, era acreditar que, sendo médica, poderia fazer alguma coisa pelo povo, que poderia fazer alguma coisa pela fome que me doía tanto. Ainda me doía a fome que passei na infância, que passei estudando, a fome que via os outros passarem e que doía em mim. A dificuldade que tive para estudar, a dificuldade que eu sabia que outras crianças tinham para estudar. Tudo isso me doía muito, me preocupava muito e eu precisava fazer alguma coisa em favor dessas pessoas, mas acreditando que sendo médica eu poderia ser útil nesse sentido. (Aragão, 1992, p. 77).

Veio, então, o fim da guerra, em 1945. Com esta, eclodiram movimentos sociais no Brasil, pedindo redemocratização e anistia aos presos políticos. Prestes conquistou a liberdade. Maria Aragão não fazia ideia de quem era Prestes. Até ir em um de seus comícios. (Aragão, 1992, 2015).

2.3. A adesão ao PCB e o retorno ao Maranhão: dirigente do partido e diretora da Tribuna do Povo

Em 1945, uma das pacientes de Maria Aragão, tocada pelo seu interesse nos cuidados com os pacientes, e achando-a, por isso, parecida com alguns de seus amigos, comunistas, a aconselhou a ir conhecê-los. Maria topou. “Eu queria tudo, tudo quando fosse preciso para sair de uma rotina, para minha cabeça melhorar, para deixar de estar pirada, pois eu ainda não estava bem. Então eu fui lá e era uma reunião comunista”. (Aragão, 1992, p. 78). Na reunião, foram

discutidos alguns problemas e Maria chegou a dar suas opiniões, mas, segundo a médica maranhense, “[...] sem entender nada”, até que “[...] um operário simples, trabalhador, mal vestido, analisou tudo o que estava dizendo, dando um certo sentido. Eu disse: ‘Eu nunca tinha pensado nisso’”. (Aragão, 1992, p. 78).

Dias depois, outro convite surgiu de suas pacientes. Dessa vez, era para ir assistir um comício em homenagem à Prestes, que ocorreria no estádio São Januário, no qual o líder comunista falaria. Foi esta paciente quem lhe contou um pouco da história de Prestes, “[...] os anos que esteve preso, o que fizeram com a mulher dele, deportada, grávida, a mando de Getúlio, para morrer num campo de concentração nazista”. (Aragão, 1992, p. 79). Lá chegando, o choque de Maria foi instantâneo. Esperava ver um “[...] homem arrasado, que iria falar de tudo quanto havia sofrido, lamentando tudo, a deportação da mulher – devia ser um homem infeliz”. (Aragão, 1992, p. 79). Tanto era assim que, a caminho do comício, dentro de um caminhão que levava as pessoas ao evento, Maria foi se questionando se queria realmente ouvir as falas daquele homem. Julgava que seriam falas de lamentação e tristeza. (Aragão, 1992).

Ao chegar lá, no entanto, o lugar já estava lotado. “Nunca tinha visto tanta gente e na minha cabeça passou assim: ‘Que diabos de homem é esse que consegue reunir tanta gente, só porque esteve preso nove anos? Quanta gente já passou mais tempo presa, já perdeu a mulher...’”, refletiu Maria. (Aragão, 1992, p. 79). À medida que os alto-falantes anunciavam a chegada de Prestes, a multidão gritava: “Prestes, Prestes, Luiz Carlos Prestes, Prestes”. (Aragão, 1992, p. 79). E o que aconteceu em seguida foi assim descrito por Maria:

Eu fiquei admirada com a multidão que o aplaudia. Ele chegou, então, com um aspecto triste, magro, e eu fiquei olhando para ele, meio eletrizada.

Quando ele começou a falar, com voz forte, impressionante, eu fui me sentindo nervosa, a beber as palavras do homem. Ao invés daquilo que eu esperava – choradeira –, o que ouvi foi um discurso político, vigoroso, falando sobre a situação nacional e internacional, sobre as consequências da guerra, sobre o que ainda poderia ter de nazismo no país, o que se precisava fazer pela redemocratização.

Ele dizia “Sou comunista, falo em nome do Partido Comunista”. E eu pensei: “Mas esse homem esteve preso nove anos porque era comunista e sai dizendo que é comunista, berrando perante toda essa multidão que é comunista! Deve ter a polícia também aí e ele fica gritando que é comunista!”

Eu ficava me perguntando: “Que diabo é ser comunista?”. Mas ia achando que só podia ser coisa muito séria, porque ele só falou no interesse do povo, ele também estava interessado, como eu, nos problemas do povo. E quem fala em povo, fala em miséria, fala em fome, fala em todas essas coisas que eu sempre soube. Decidi: “Vou para o Partido desse homem”. (Aragão, 1992, p. 79).

E, então, em maio de 1945, no dia seguinte ao comício de Prestes, Maria Aragão filiou-se ao *Partido Comunista Brasileiro* (PCB). Tinha 35 anos à época. Para se filiar, procurou duas amigas maranhenses que eram do PCB, Eline Mochel e Arcelina Mochel. Lhes dissera que queria entrar no partido. As duas, então, a levaram a uma reunião do partido e, no momento da

filiação, apresentaram e leram o estatuto partidário para a mais nova militante do PCB. Com exceção desta apresentação ao estatuto do PCB, até então, Maria não tivera nenhuma preparação político-teórica mais sistemática ou aprofundada a respeito do marxismo. “Não tive outra espécie de preparação para entrar no Partido Comunista”, lembrou. (Aragão, 1992, p. 83).

No Rio, o PCB trabalhava para abrir uma nova sede do partido na Glória. Para tal, precisava-se de dinheiro e havia muito trabalho. Maria, como gostava de dizer, logo se entregou apaixonadamente àquelas tarefas. “Procurei todos, principalmente os que eram maranhenses, os que eu conhecia, meus amigos, meus alunos pra dar dinheiro [...]”. (Aragão, 2015, p. 80). Assim, destacava-se, naquele momento, por sua obstinada disposição para execução das tarefas partidárias. “Eu devo ter chamado atenção por meu espalhafato, pela paixão com que eu estava fazendo as coisas” (Aragão, 1992, p. 83), ou, ainda, chamado “[...] atenção pela minha fúria”. (Aragão, 2015, p. 80).

Antes de entrar no partido, porém, mesmo sem saber, Maria já exercia algumas tarefas partidária à pedidos de Eline Mochel, tarefas que chamou de “trabalhos políticos”. Foi o caso, por exemplo, de sua atuação junto ao Banco de Sangue, onde trabalhava para conseguir doadores, cuja material iria para os pracinhas brasileiros feridos na *Segundo Guerra*.

[...] ela me propôs que trabalhasse no Banco de Sangue, então eu fazia esses trabalhos políticos, sem saber que era tarefa do Partido. Esse era um trabalho de grande utilidade, arranjar gente para doar sangue, que iria para os nossos pracinhas que fossem feridos. Era um esforço de guerra, mas eu não tinha conhecimento de que era um trabalho político e nem de quem estava me comandando para realizá-lo. (Aragão, 1992, p. 77).

A partir do momento de sua filiação ao PCB, Maria passaria a exercer, até a data de seu falecimento, em 1991, orgânica atividade política, tornando-se uma das principais e mais reconhecidas figuras comunistas do Maranhão. Ainda 1945, quando houve a necessidade de reorganização do partido no Maranhão, propôs o seu nome à direção nacional e encaminhou-se voluntariamente ao estado, tornando-se dirigente da seção do partido no estado, chamada oficialmente de “Comitê Regional do Maranhão do Partido Comunista do Brasil”. Maria era, agora, encarregada do fundamental setor de agitação e propaganda. “Sua tarefa era ajudar na reestruturação do partido”. (Azevedo, 2011, p. 174). Ou, como disse a agora militante comunista maranhense, sua tarefa era “[...] levantar o Partido”. (Aragão, 2015, p. 81). Outros que também se ofereceram para ir ao Maranhão foram Amorim Parga, Inácio Rangel e Euclides Neiva. (Aragão, 1992). Foram escolhidos apenas Euclides Neiva, como Secretário Geral da seção, e Maria Aragão, dirigente responsável pela agitação e propaganda, como dissemos. (Aragão, 2015; Silva, 2017).

Ilustração 14 – Maria Aragão ao retornar ao Maranhão, em 1945



Fonte: Moreira Neto (2015).

Além da forma entusiasmada e apaixonada com que desempenhava as tarefas partidárias, Silva (2017), em trabalho sociológico, sugere que, de maneira relacional e processual, pelo menos outras cinco variáveis foram cruciais para que Maria fosse ocupando, naquele momento e ao longo de sua trajetória, posições de maior prestígio no âmbito do cenário político maranhense, dentro e fora do PCB:

[...] a proximidade com o centro de decisão nacional do Partido; relativo volume de capital cultural advindo de sua formação enquanto professora e médica; o trunfo da profissão “notável”; a possibilidade de angariar recursos materiais para a organização (pelo exercício da profissão ou por meio das “finanças”) e a constituição de uma rede de relações pessoais ampla e que continha agentes bem posicionados na hierarquia política estadual. (Silva, 2017, p. 67).

Assim, conclui Silva (2017), Maria teria retornado ao Maranhão “[...] já contando com uma série de trunfos e recursos que lhe facilitariam ocupar posições dirigentes no partido e, posteriormente, posições de destaque no meio político e cultural maranhense”. (Silva, 2017, p. 183). Ao tratar de seu retorno ao Maranhão, uma vez mais, Maria relata que não possuía, naqueles primeiros anos de sua militância, nenhum tipo de base político-teórica mais aprofundada. Conforme ressaltou:

Do ponto de vista político, vim “crua” para o Maranhão, onde cheguei em julho ou agosto de 1945. Já disse que me deram para ler apenas os estatutos do Partido. Nunca tinha lido um livro marxista, não tinha menor idéia de teoria marxista. (Aragão, 1992, p. 83).

Muito motivada, Maria teria chegado no Maranhão “[...] com a ilusão de que a revolução no Brasil aconteceria imediatamente”. (Azevedo, 2011, p. 174). Em certa medida, pode-se inferir a partir do que sugere Azevedo, que tal leitura refletia também a própria imaturidade teórica da militante comunista maranhense naquele momento. Dalcídio Jurandir, escritor, companheiro de partido e seu amigo, foi um dos que insistiu com Maria para que tomasse nota da literatura marxista, aprofundando-se teoricamente, já que agora era compunha as fileiras do PCB, e como dirigente. A primeira experiência, porém, foi péssima. Dalcídio indicou à Maria, nada mais, nada menos, que o *Anti-Dühring*. (Aragão, 1992, 2015).

“O infeliz colocou nas minhas mãos o “Anti-Dühring”, livro que era uma polêmica de Engels com o filósofo que dá título ao livro, não consigo ler esse livro, não consigo entendê-lo. Esse foi o único livro que puseram na minha mão”, recordou Maria. (Aragão, 1992, p. 84). Mais tarde, seria Orestes Timbaúba, o “Nei”, quem contribuiria significativamente com o amadurecimento teórico de Maria. Entre 1947 e 1948, de passagem pelo Maranhão, para onde viajou com o intuito de prestar assistência aos seus companheiros do partido, Orestes ficou por mais algum tempo no estado, período em que aproveitou para explicar a Maria a importância do estudo teórico do marxismo. (Aragão, 1992, 2015).

Ele me disse: “Você precisa estudar, está cometendo muito erro porque não estuda”. Fez uma relação de livros, discutia comigo as coisas. Comecei então a entender os erros e as críticas que recebia, que eram justamente por falta de base teórica, mas também pela falta de companheiros para trabalhar com a gente. (Aragão, 1992, p. 84).

Só aí, então, segundo Maria, é que começou a ler a literatura marxista. “Eu senti as palavras do Lenin, que eu fui ler. Vi as palavras do Lenin e senti que era verdade: “Não há movimento revolucionário, sem teoria revolucionária”. (Aragão, 2015, p. 88). Foi muito doloroso, para Maria, relemburar as dificuldades e os erros cometidos pela ausência de base teórica, por não lhe terem dito que era indispensável o estudo teórico naquele seu começo de militância partidária. De todo modo, isto foi posteriormente. Foi daquela maneira, “despreparada”, que Maria retornou ao Maranhão, entre julho e agosto de 1945. (Aragão, 1992, p. 84).

Em terras maranhenses, o PCB estava fragmentado e enfraquecido, política e economicamente. Seus quadros eram compostos, majoritariamente, por “velhos comunistas”, ex-presos políticos da ditadura Vargas, que haviam cumprido pena na *Ilha Grande*. Estes comunistas, quando voltaram ao Maranhão, “[...] viram-se sem emprego, na miséria, sem

condições de recomeçar a vida”. (Aragão, 1992, p. 84). Conhecendo as dores da vida comunista clandestina e receando novas retaliações, atuavam agora de maneira mais cuidadosa. (Aragão, 1992, 2015; Araújo, 2012; Azevedo, 2016).

Entre esses companheiros de partido, estavam, por exemplo, o “velho Osvaldo”, que “[...] era sapateiro, o Queiroz era um dos quadros mais interessantes, tinha sido sargento e fora expulso do Exército, a família recebia como se ele tivesse morrido”. Tinha também o “[...] velho Alves”, que era da construção civil, companheiro maravilhoso”. E também “[...] o Norberto, que era um companheiro muito inteligente, vivo”. Além desses, havia ainda o Fonseca. “Ele tinha uma filha muito bonita, que era a rainha da ‘Tribuna do Povo’”. (Aragão, 1992, p. 85).

Maria Aragão, ao contrário de seus companheiros de partido, exercia abertamente suas atividades políticas. À época, compreendia ser esta a melhor maneira de trabalhar pela reconstrução do partido e queria que seus companheiros agissem de igual modo. (Aragão, 1992, 2015). Nas suas palavras,

Eu era na verdade uma agitadora nata. Nada mais do que isso. Aprendi apenas o lado prático e foi na prática que me lancei à reconstrução do partido no Maranhão. Exclusivamente através da agitação e propaganda. Foram inúmeros os comícios relâmpagos em portas de fábricas [...]. (Azevedo, 2011, p. 175 apud Aragão, 1988, p. 6).

Sua forma de atuar politicamente acabou criando conflitos intrapartidários ao PCB no Maranhão, assim de seu retorno ao estado e também posteriormente⁸⁷. “Querida obrigar os companheiros a trabalhar legalmente”, recordou Maria. (Aragão, 1992, p. 85). E, seus companheiros, respondiam-na: “Você tem meses de Partido e nós temos anos, você entrou na legalidade e nós temos não sei quantos tempos de prisão em Ilha Grande, nós perdemos emprego [...]”. (Aragão, 2015, p. 83). Argumentavam ainda: “Você entrou agora, está acreditando nessa legalidade, mas ela não vai demorar muito, o que eles querem saber mesmo é quem nós somos, para nos agarrar de novo, se todos botarmos as unhas de fora”. (Aragão, 1992, p. 85).

Mais tarde, Maria reconheceria certo equívoco em sua postura: “Era um erro querer arrastá-los para fazer aquilo que não podiam fazer e eles tinham razão”. (Aragão, 2015, p. 83). De todo modo, diante do receio dos outros companheiros em atuarem de maneira mais

⁸⁷ Em 1958, por exemplo, um antigo e importante membro do PCB deixou o partido “[...] por discordar da maneira como ela [Maria Aragão] exercia o comando”. (Azevedo, 2011, p. 177). Era Joaquim Mochel, membro do PCB desde a década de 1930. Por ser comunista, Joaquim Mochel chegou a cumprir pena durante o *Estado Novo*. Entre 1936 e 1937 cumpriu pena em São Luís e no Rio de Janeiro. Joaquim era irmão de Eline e Arcelina Mochel.

engajada⁸⁸, era a própria Maria quem tomava a dianteira das tarefas partidárias, como a agitação na porta das fábricas de São Luís e a venda de jornais do PCB. (Aragão, 1992).

[...] vendia os jornais que vinham do Rio, vendia os livros que apareciam, os livros da Editora Vitória, vendia a “Voz Operária” que era ilegal mas eu vendia, ia para a porta das fábricas, discutia com os operários. E o Partido ia crescendo, logo chegamos a ter 2.000 companheiros aqui no Maranhão, incluindo o interior, para onde frequentemente viajavamos. (Aragão, 1992, p. 86).

No movimento de reorganização das bases do PCB no Maranhão, como tarefa partidária, Maria Aragão fundou, em 1945, o jornal *Tribuna do Povo* (1945-1962). (Azevedo, 2016). Como vimos até aqui, o jornal, em terras maranhenses, era o órgão oficial de comunicação do PCB, difundindo seus documentos, suas teses e propostas. Em seu conteúdo, a partir da perspectiva dos comunistas, a *Tribuna* veiculava notícias, denúncias e análises políticas e sociais sobre a vida sociopolítica regional, nacional e internacional. Suas raízes estavam fincadas na realidade de vida dos trabalhadores maranhenses, da cidade e do campo, de maneira tal que o jornal atuava em sintonia com as necessidades e demandas mais sentidas pelos trabalhadores, sempre atuando em benefício destes.

Todo fim de semana uma nova edição da *Tribuna* era publicada. E todo fim de semana, mas não somente, Maria ia para as portas das fábricas vender jornais e ouvir os trabalhadores, acompanhando, de perto, os seus problemas e demandas. Coletava novas denúncias, tecia orientações e organizava para que as novas denúncias saíssem na *Tribuna*. Assim, ganharam as páginas do jornal inúmeras denúncias de opressões, violências e descasos praticados contra os trabalhadores no Maranhão, do lado do quais sempre estavam Maria e a *Tribuna*. À frente do jornal comunista, Maria atuou como diretora, repórter, redatora e vendedora, figurando como a principal redatora e a principal responsável pela continuidade das atividades da *Tribuna*. (Aragão, 1992, 2015; Araújo, 2012; Azevedo, 2016).

Em dezembro de 1945, nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, Maria chegou a sair candidata pelo PCB a deputada federal pelo Maranhão. Obteve apenas 22 votos, o que, ao nosso ver, pode ser explicado pela confluência de ao menos dois fatores: 1) devido a Maria ser figura nova nas fileiras do PCB, não reunindo, ainda, prestígio político suficiente entre os membros do partido, com os quais, não raras vezes, como vimos, protagonizou choques intrapartidários. Para o cargo de deputada federal, Arcelina Mochel, que já tinha um histórico junto ao PCB e que foi uma das pessoas a quem Maria procurou quando de seu interesse em

⁸⁸ A exceção fica por conta do “velho Queiroz”, companheiro de partido e quem Maria dizia gostar muito. “Eu arrastava o velho para trabalhar comigo, era o único [dentre os antigos membros do PCB no Maranhão] que tinha coragem mesmo de sair e que saía comigo. Ele saía reclamando mais saía, sectário danado, nós íamos fazer finanças”. (Aragão, 2015, p. 84).

entrar no partido, recebeu a maior parte dos votos depositados no partido no Maranhão; 2) em decorrência do partido ter lançado vários candidatos à mesma vaga no Maranhão. Neste, além de Maria, saíram candidatos à deputado federal pelo PCB: Arcelina Rodrigues Mochel (520 votos), Euclides Carneira Neiva (64 votos), Emídio Souza (20 votos), Joaquim Serra Martins Menezes (42 votos), Raimundo Nonato de Carvalho Reis (28 votos), Raimundo Nonato Gonçalves (10 votos) e Fernando da Silva Novais (4 votos). Além destes, Prestes recebeu 23 votos⁸⁹. Já para a vaga de senador pelo Maranhão, o PCB lançou os nomes de Prestes e de Euclides Carneiro Neiva. Prestes recebeu 726 votos. Euclides Neiva, 838⁹⁰. (TSE, 2023).

Os resultados obtidos pelos comunistas maranhenses, que não se elegeram, só demonstravam a necessidade de organizar e fortalecer o partido no estado. Maria Aragão continuou trabalhando intensamente nesta tarefa, na capital e em muitos municípios do interior maranhense, para onde frequentemente viajava a fim de prestar assistência política às bases do partido. Entre estas bases, na segunda metade da década de 1940, se destacavam as de “Pedreiras, Bacabal, Itapecuru, Pirapemas, Carolina”. (Aragão, 1992, p. 117). O trabalho político desempenhado por Maria, por sua vez, “[...] consistia basicamente em distribuir o jornal, que veiculava as denúncias colhidas nesses lugares e dar assistência, ou seja, ajudar, discutir, levar tarefas e cobrar a execução”. (Aragão, 1992, p. 117). Em 1946, no âmbito destas atividades do PCB, que eram também atividades da *Tribuna*, e vice-versa, Maria visitara os municípios de Itapecuru, Bacabal, Pedreiras, Pirapemas, Peritoró, Carolina, Codó, Coroatá e Caxias. (Aragão, 1992, 2015; Araújo, 2012; Azevedo, 2016). Ao relembrar sua ida à Pedreiras, ao povoado Livramento, Maria nos conta um pouco da dinâmica destas suas viagens de trabalho político.

Cheguei num lugar chamado Livramento, onde havia duas igrejas, uma católica e outra protestante, coisa rara, eles se davam muito bem, era uma família só. Como ainda era dia, fui olhar a roça, visitei casa por casa, falei com todas as pessoas.

Lá existiam basicamente duas doenças – boubá e tracoma. Em quase todas as casas havia essas doenças, em algumas as duas juntas, e o tratamento tinha de ser feito em Pedreiras, mas enfrentavam muito poeira e voltavam a piorar.

Na roça, eles ficaram assombrados de ver uma pessoa da cidade, uma doutora, sentada com eles em cima de um tronco, comendo, numa folha chamada cuaçu, gerimun com molho de pimenta e camapu ou bombom-da-roça e depois bebendo vinho de palmeira de babaçu.

À noite, as duas igrejas colocaram seus bancos na praça e todos foram me ouvir. Falei de outras coisas do interesse deles.

⁸⁹ Naquelas eleições, a justiça eleitoral admitiu candidaturas múltiplas de um único candidato, que podia lançar-se à disputa eleitoral nos vários estados da federação.

⁹⁰ Quanto ao número de votos em Prestes, os números apresentados pelo TSE e por Buzar (1998) divergem. Segundo este, fundamentando-se em matéria do jornal *O Imparcial*, do dia 8 de fevereiro de 1946, Prestes teria recebido, na verdade, 787 votos.

Em certo momento, um caboclo levantou-se lá atrás e disse: “Dona, a gente quer saber mesmo é de sua lei, o que significa o comunismo”.

Aí eu me espalhei e falei o que era ser comunista, o que era o socialismo. Eles me ouviram com atenção e se tornaram meus amigos, cada um ficou com um jornal, eu naturalmente pedi contribuição e eles fizeram uma roça de feijão para o jornal, quando colheram foram levar lá na redação. (Aragão, 1992, p. 120).

Obviamente, num estado dominado pelo latifúndio e pela grilagem de terras, além de todo anticomunismo que prevalecia, estas viagens eram extremamente perigosas. Em Pedreiras, por exemplo, ao visitar outro povoado, chamado Insone, à época de difícil acesso, Maria, que falava em reforma agrária, no programa do PCB, em melhorias na educação e saúde, quase foi assassinada por pistoleiros. (Aragão, 1992; Escola Nacional Florestan Fernandes, Expressão Popular, 2014). E, assim, no conjunto destas atividades, Maria foi se constituindo a principal liderança comunista no Maranhão.

Era Maria a principal responsável pelas “finanças” do partido e da *Tribuna*, isto é, pelas atividades voltadas para o angariamento de recursos materiais para possibilitar a continuidade das atividades de ambos. Como dissemos no primeiro capítulo deste trabalho, a situação financeira do partido e da *Tribuna*, cuja separação praticamente inexistia (as atividades e os recursos materiais reunidos incluíam e retroalimentavam um ao outro), foi sempre difícil. Os recursos eram esparsos e era necessária muita ação para reunir o montante necessário. “Para se ter dinheiro se fazia festa, se fazia rifa, íamos procurar pessoas amigas. Tínhamos contribuição de amigos”, salientou Maria. (Aragão, 2015, p. 142). Acrescentando que: “Havia os amigos, o círculo de amigos, o que colaboravam... um dava vinte cruzeiros, outros trinta, outros não sei o que, era assim [...]”. (Aragão, 2015, p. 143).

Como sugere Silva (2017), Maria, pela própria posição que construía e passou a ocupar socialmente, era munida de recursos, materiais e simbólicos, importantes no sentido de garantir ao partido e a *Tribuna* os meios necessários às suas atividades. Muitas vezes, estes recursos foram utilizados em benefício do partido e do jornal, embora o inverso não tenha ocorrido, pois, como ressaltou Maria: “[...] nunca fui funcionária do Partido, nunca aceitei nenhum pagamento do Partido, até porque era eu quem vivia na rua arranjando dinheiro”. (Aragão, 1992, p. 144).

De todo modo, ainda segundo Silva (2017), a rede de contatos interpessoais de Maria no Maranhão, construída especialmente durante sua formação como médica, a fazia fruir de relativo bom trânsito entre figuras oriundas e pertencentes a estratos sociais tradicionalmente e majoritariamente ocupados pelas classes dominantes no Maranhão, como o meio médico e mesmo o industrial. Como médica, Maria atendia, principalmente, a população pobre de São Luís, mas atendeu também pessoas da “granfinagem”, como a própria chamava, ou seja,

esposas e filhas de figuras de destaque no meio político e social ludovicense. (Silva, 2017). Assim, pelas relações que foi desenvolvendo, através de sua atuação profissional e da militância política, e seus desdobramentos, Maria passou ocupar o núcleo da atividade política do PCB no Maranhão, se constituindo figura fundamental para lograr êxito nas campanhas de finanças, e, *pari passu*, de existência e continuidade das atividades do partido e da *Tribuna*.

Como relatou sua filha, Simone, era habitual que Maria, no início dos anos, comprasse joias à prestação, que eram rifadas ao final do ano. Vendiam-se as rifas para os amigos e simpatizantes do partido. Ademais, a própria casa de Maria, em mais de uma vez, foi utilizada para as reuniões partidárias. (Silva, 2017). E tinham também as festas organizadas pelo partido, com Maria à frente, realizadas no sítio “Ipitupan”, que pertencia a William Moreira Lima, outro dirigente do PCB no Maranhão, e ficava localizado no bairro do Tirirical, em São Luís. As festas eram amplamente anunciadas nas páginas da *Tribuna* e as entradas vendidas na redação do jornal ou através de seus revendedores, entre os quais, como já mencionamos, estava a própria diretora do partido e do jornal, Maria.

Para se ter uma ideia do lugar central ocupado por Maria no âmbito das atividades do partido e da *Tribuna*, em certa ocasião, foi Maria adoecer e ambos se viram numa crise financeira onde não se tinha dinheiro nem para o aluguel da sede do partido, tampouco para a compra do papel para o jornal. “Com minha doença todo mundo caiu na rua, procurando dinheiro e casa, e cobrança”. (Aragão, 2015, p. 143). Mas não teve jeito. Não conseguiram o dinheiro necessário. Maria, então, lembrou-se de um empresário, que a tratava muito bem, e isso mesmo sendo muito atacado pela *Tribuna*. Era Eduardo Aboud, dono de uma das principais fábricas têxteis do Maranhão, a Fábrica Santa Izabel. Maria ia para a porta desta fábrica de maneira recorrente, vender jornais, discutir, coletar denúncias e prestar assistência aos trabalhadores. Era “[...] onde eu produzia mais reportagens, então eu fui lá e fiz reivindicações. (Aragão, 2015, p. 143).

Discutia-se, àquela altura, algo relativo a extração e comercialização do coco babaçu e de seus derivados, e Maria foi tratar diretamente com Eduardo, que a recebeu.

Aí eu comecei, falei, falei, falei, falei, falei, e aí disse:

- Eu vim aqui te pedir. Meu jornal é o único que coloca esse problema e é o único que esclarece o povo. É o único que defende essa coisa e eu vim te pedir. Estou em dificuldade e vim te pedir tanto (era muito dinheiro).

- Aí ele ficou parado, me olhou assim, tirou o jornal da gaveta, tinha uma crítica violenta no jornal referente a fábrica dele nesse dia. Era uma crítica muito violenta.

Aí, então, ele pega o jornal e diz:

- Maria, quando tu quiseres saber das coisas da minha fábrica, vem falar comigo, vem me perguntar.

Aí eu disse assim:

- Eduardo, meu jornal não está a teu serviço, ele não está a serviço de patrão. Meu jornal está a serviço do trabalhador eu não quero ouvir a tua opinião. Eu quero ouvir o que o trabalhador está pensando e se está sofrendo. Eduardo é preciso que tu compreendas isso.

E dentro de mim eu tava dizendo:

- O filho da puta não vai me dar o dinheiro, mas eu não tenho outra coisa para fazer.

Aí ele disse:

- Tá bem.

Aí ele disse uma coisa interessante:

- Olha Maria, eu não vou defender socialismo, porque eu sou capitalista, mas eu te digo o seguinte:

- Esse é um trabalho teu.

Eu disse:

Eu estou fazendo.

Mas eu te digo o seguinte:

- Se houve uma revolução socialista, eu não serei um contra revolucionário.

Eu disse:

- Ótimo, por isso eu sou tua amiga. Aí ele tirou o talão de cheque e tal... e me deu quanto eu tinha pedido [...] (Aragão, 2015, p. 144).

Maria apertou a mão de Eduardo, agradeceu e foi direto para a sede do partido, informar aos companheiros que tinha conseguido o dinheiro de que precisavam, e partiram para retirar da Alfândega o papel que seria utilizado pela *Tribuna*. Quando perguntada pelos companheiros onde tinha conseguido o dinheiro, Maria lhes respondeu genuinamente: “Eduardo Aboud”. E, depois, escutou de seus companheiros: “Maria, tu tens cara de pau! (risos...)”. E Maria retrucou: “Cara de pau? Eu sou política, *tenho amor a esse Partido*”... (Aragão, 2015, p. 146).

2.4. A reação, o casamento com Alfredo Galvão, os filhos Sônia, Simone e Sebastião e a primeira prisão

Com toda a intensa atividade política desempenhada por Maria, não demorou muito e a reação lhe adotou como principal alvo. (Aragão, 1992). Padres da igreja católica, ou, “o clero”, como chamava Maria, a perseguiram violentamente: “Maria foi acusada de ser puta, de ter pacto com o demônio, chamada de besta-fera”. (Azevedo, 2011, p. 175). Sabiam que Maria retornara ao Maranhão com a finalidade de reorganizar o PCB. Tal informação foi, inclusive, anunciada, com foto e tudo, na *Imprensa Popular*, jornal do PCB. Os padres diziam: “Chegou aí uma dona Maria, ela não é médica, é uma prostituta”. E, daí por diante, Maria passaria odiar ser chamada apenas de “dona Maria”. Certa vez, teria dito, na televisão: “[...] dona Maria é a puta que pariu, me chamem de Maria Aragão, dona Maria Aragão, dona Maria José Aragão, me chamem qualquer coisa, dona porra, dona merda, mas não me chamem dona Maria, porque ainda me lembro da raiva sofrida por esse episódio”. (Aragão, 1992, p. 91).

Isso a revoltava, explicava: “[...] porque sempre trabalhei feito uma desesperada para estudar, ensinei, fui ser enfermeira, sempre fui uma mulher dona de mim mesma, dona da minha vida, dona do meu corpo, tive os homens que quis, não podia permitir que me chamassem de prostituta”. (Aragão, 1992, p. 91). Maria acreditava que as acusações dos padres surgiram do padre Arias Cruz, que fora, um dia, seu professor e amigo. Um certo dia, no Rio de Janeiro, enquanto Maria tomava sol junto com sua filha, Clarice, na porta de sua casa, Arias Cruz passou, reconheceu e foi até as duas. “Assim que me viu, fez uma festa muito grande e perguntou: ‘É tua afilhadinha?’. Eu disse: ‘Não, é minha filha’. Aí ele falou: ‘Eu não sabia que tinhas casado’. E eu: ‘Mas eu não casei, padre’”. (Aragão, 1992, p. 91).

E, então, o padre “[...] arregalou os olhos e foi saindo, olhando para trás como se estivesse vendo uma assombração. Deve ter sido por isso”, concluía Maria, “[...] que chegou aqui [no Maranhão] e disse que eu tinha uma filha e não era casada e isso, para eles, naturalmente, era ser uma puta”. (Aragão, 1992, p. 92). Em Caxias, este mesmo padre, Arias Cruz, ao saber que Maria estava viajando para lá, no âmbito das atividades do PCB, ordenou que fossem tocados todos os sinos às 18:00 horas da tarde, a dobre de finados. “Às sete horas foi para o alto-falante e disse que os sinos estavam repicando como protesto contra a presença de um anticristo, na pessoa de Maria Aragão”. Além do mais, Arias disse ainda que Maria “[...] tinha ido levar veneno nos jornais que vendia” e ameaçou a população da cidade “[...] dizendo saber quais as pessoas que iam à igreja” e haviam dado dinheiro a líder comunista. (Aragão, 1992, p. 117).

Diante dos ataques da igreja, mais do que nunca, Maria passaria a se dedicar visceralmente ao seu trabalho, como que, também, “[...] para provar aos padres que eu era verdadeiramente médica”, explicou. (Aragão, 1992, p. 93). Neste período, ano de 1946, e ao longo de toda uma vida, como médica comunista, como gostava de se apresentar, Maria realizou inúmeros atendimentos, gratuitos ou cobrando apenas valores simbólicos aos pacientes, a maioria dos bairros populares de São Luís. Muitas vezes sem dinheiro nem para pagar o bonde, Maria deslocava-se, a pé, até as casas onde faria seus atendimentos; outras, quando muito, apenas o valor do transporte lhe era pago. Sua situação financeira só melhorou um pouco quando, em 1946, passou a atender os pacientes na sede do PCB, e, mais tarde, nos locais onde passou a residir. (Aragão, 1992, 2015; Araújo, 2012; Azevedo, 2016).

Como ressaltava Araújo (2012), Maria atendia muitas mulheres. Como mulher e especialista em Clínica e Ginecologia, numa profissão ocupada majoritariamente por homens, as mulheres se sentiam mais confortáveis em procurá-la para suas consultas. Como médica e

especialista na área Ginecologia, entre as décadas de 1940 e 1960, Maria foi uma das poucas profissionais atuantes no Maranhão. Desse modo, disse Araújo (2012):

[...] pode-se supor que as mulheres se sentiam mais à vontade para falar de suas queixas ou mesmo para fazer perguntas mais detalhadas e diretas por estarem com uma mulher, que também podia lhes prestar um atendimento mais investigativo. Além disso, havia o preconceito masculino de terem suas esposas examinadas em sua intimidade por outro homem. (Araújo, 2012, p. 65).

Daí também o fato de as “[...] três ginecologistas – Laura Caldas, Maria Aragão e Margarida de Freitas Martins” – terem “[...] seus consultórios abarrotados, ante a preferência das senhoras e o preconceito de muitos maridos em meados do século”. (Silva, 2017, p. 74 apud Lacroix, 2015, p. 235). E, assim, Maria seguiu trabalhando muito, construindo, aos poucos e junto aos trabalhadores, a sua reputação como médica. Mas os ataques dos padres não cessavam e, diante destes, em 1946, ainda que esta não tenha sido uma decisão nada fácil, Maria decidiu se casar com Alfredo Galvão, um jornalista que à época trabalhava no *O Globo*, em São Luís. Os dois eram muito amigos, desde novos, mas, na realidade, a ideia de casamento nunca a seduzia e não era intenção inicial nem de Maria, nem de Alfredo. Naquele contexto, porém, diante dos duros ataques que vinha sofrendo, Maria julgava ser aquela uma necessidade. (Aragão, 1992).

O casamento para mim era importante, primeiro, porque eu era uma mulher normal, cheia de vida e precisava de um homem, e o Alfredo era meu amigo desde a adolescência e eu gostava dele e ele de mim. Segundo, porque os padres continuavam me apresentando como prostituta, dizendo que eu não era médica e eu temia que a campanha de desmoralização recrudescesse. (Aragão, 1992, p. 93).

Diante disso, Maria tinha para si que não “[...] podia ter aventuras de maneira nenhuma”, não “[...] podia arrebentar com o Partido, não podia fazer nada que viesse a comprometê-lo”. (Aragão, 1992, p. 94). Então, o casamento figurou como saída. Maria e Alfredo se casaram na pensão de “dona Didica”, localizada na rua da Palma, nº 44. Era lá onde, à época, a dirigente do PCB residia. Alfredo, que lia livros e documentos do partido, e, até mesmo, discutia muitos assuntos e redigia à máquina alguns artigos escritos por Maria para a *Tribuna*, nunca quis assumir a militância política. Segundo Maria, tinha um medo terrível. Ambos seguiriam casados até 1956. (Aragão, 1992, 2015; Escola Nacional Florestan Fernandes, Expressão Popular, 2014).

Enquanto esteve casada com Alfredo, Maria adotou três crianças, Sônia, Simone e Sebastião. Sônia era filha de uma doméstica que trabalhava na pensão de uma amiga sua e de dona Didica, a professora Agripina. Era muito pequena, meses de vida, e vivia doente, pela falta de recursos e de cuidados da mãe, que tinha sérios problemas com bebida. Sônia formou-se

professora. Já Simone, Maria conheceu num de seus atendimentos médicos no bairro do Anil, onde organizou a União dos Moradores daquele bairro. No âmbito desta organização, foi criado um posto médico, e, próximo a este, morava a família de Simone. Era uma família humilde, muito responsável e com muitos filhos. Simone gostava muito Maria, e, Maria, de crianças. (Aragão, 1992).

Quando ela me via chegar, vinha me dizer que eu tinha de ser madrinha dela, eu a pegava, eu a carregava. Lembro-me que tinha uma sinusite, e eu tratei dela. Foi crescendo, sempre foi minha amiga. Quando ficou maior, entre 9 e 10 anos, veio estudar na cidade, vinha e voltava todos os dias. Como era ruim para ela esse ir e vir diário, acabou ficando durante a semana em minha casa e no fim de semana ia para a casa dos pais. Foi indo e depois ficou na minha casa o tempo todo. Ia em casa só visitar a família, às vezes eu mandava todos os filhos passarem o fim de semana lá, quando eu tinha alguma necessidade de ficar sozinha ou viajar. (Aragão, 1992, p. 114).

Simone graduou-se em Biblioteconomia e, entre 1989 e 1992, foi vereadora pelo PCB em São Luís. O terceiro filho de Maria foi o Sebastião, filho de seu companheiro de partido e de jornal, Sebastião Rodrigues e Silva. Este, havia se separado não fazia muito tempo, ficando com a criança após o término do relacionamento. A ida de Sebastião para a casa de Maria ocorreu por volta de 1951, quando o PCB resolveu organizar um congresso de trabalhadores no Maranhão, envolvendo os trabalhadores da cidade e do campo. O partido, e Maria, particularmente, havia trabalhado duro na organização da Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão (ATAM). (Aragão 1992, 2015).

Para o congresso, que foi realizado em São Luís, viajaram muitas pessoas do interior. Mais do que o esperado. E houve certa dificuldade para abrigar a todos. Sebastião Rodrigues, que morava num quarto, pediu, então, a Maria Aragão, à época com uma casa maior e mais confortável, para que ficasse algum tempo com seu filho, Sebastião, pois, alguns delegados congressistas ficariam alojados em sua residência. E assim foi. Maria passaria a cuidar de Sebastião, que morou em sua casa até se casar. Formou-se em Desenho Industrial. (Aragão, 1992).

Ilustração 15 – Simone, Sônia, Sebastião e Maria



Fonte: Moreira Neto (2015)

Casada, com filhos, ou não, os ataques dos padres a Maria continuaram. Não diziam mais que Maria era prostituta ou que não era médica, pois, agora, estava casada e já tinha provado que era uma médica conceituada. Focavam no estigma aos comunistas. Um caso ocorrido em maio de 1947, exemplifica bem isto. Nesta data, Maria viajou ao município de Pedreiras com a finalidade de acompanhar os conflitos agrários que ocorriam no povoado Conceição, tomando nota para publicação de uma reportagem na *Tribuna*. Nesta oportunidade, um padre da cidade falava à população que Maria “[...] era comunista, que comia criancinhas e que todos deviam colocar uma cruz preta nas suas casas”, para que a líder comunista não entrasse. Chegou mesmo a dizer que a presença de Maria “[...] já tinha sido prevista pelo Apocalipse” e que a militante comunista era “[...] uma besta-fera, um monstro que botava fogo pelo nariz”. (Aragão, 1992, p. 118).

Não adiantou, pois, na população, isto teve um efeito reverso. As pessoas ficaram curiosas e foram até a casa onde Maria estava hospedada. Queriam vê-la, ouvi-la. Queriam fotografar em suas memórias a tal “besta-fera”, afinal. E assim procedeu Maria:

Fui para a janela e falei com as pessoas do meu jeito, eu conhecia a realidade do lugar, pois já havia conversado com muita gente para fazer a reportagem. Fui esclarecendo, orientando, discutindo, dizendo a eles o que deveriam fazer, que deviam se organizar, exigir seus direitos. (Aragão, 1992, p. 118).

E, assim, combativamente, Maria seguiu executando as tarefas do partido, na capital e no interior do Maranhão. Além dos ataques dos padres, sua atuação junto aos trabalhadores, à frente da *Tribuna* e como a figura de maior destaque dentro das fileiras do PCB no Maranhão, a tornaram alvo também dos *vidorinistas* e dos militares. Foi presa cinco vezes. A primeira, ainda no regime democrático, em outubro de 1951, como desdobramentos da *Greve de 51*. Foi

acusada pelo governo Eugênio Barros, sem provas, de ser a responsável por comandar os ataques incendiários que ocorriam nos bairros populares de São Luís. Maria, sem medo, denunciou, naquela oportunidade e posteriormente, que o próprio governo era o verdadeiro responsável pelos ataques, empreendidos como vingança contra a população e contra o repúdio do povo a Eugênio e ao *vitorinismo* na capital. (Aragão, 1992, 2015).

Nesta sua primeira prisão, Maria foi vítima de uma cilada. Era exatamente o dia do aniversário de seu esposo, Alfredo (5 de outubro), quando chegou um homem na porta de sua casa. O homem lhe pediu para ir fazer um atendimento médico. Seus amigos já a tinham avisado que a polícia estava querendo prendê-la. O homem insistiu, dizendo que a pessoa era uma cliente sua, já conhecida, e que precisava de cuidados urgentes. Maria resolveu ir e, quando saiu na porta, de trás de um carro, saíram vários outros homens. Houve luta corporal. Maria deu uma joelhada no meio das perdas de um dos homens e, depois... caiu na risada. Segundo a própria Maria, descuidou-se e, então, agarram-na e a jogaram no carro. Diante da cilada armada, Maria relatou: “[...] eu cheguei na polícia dando escândalo, arrasando com o chefe de polícia, com o Governador, com o Governo, e eles diziam que eu tinha sido presa porque estava tocando fogo nas casas e que eu era uma incendiária”. (Aragão, 2015, p. 96).

Maria ficou presa até o natal de 1951 e saiu por intervenção do advogado Mario Chermont. Não havia nada de concreto para incriminá-la e o processo foi arquivado. Durante o período em que permaneceu presa, contou Maria, muito populares iam até lá. Não podiam visitá-la, mas ficavam no corredor e levavam alguns presentes, como frutas e biscoitos. (Aragão, 2015). Ao sair do cárcere, a diretora da *Tribuna* relata que teve bastante solidariedade do povo:

[...] minha clínica cresceu. Interessante, passei a ter muito mais clientes depois que saí da prisão. Creio que passaram a me admirar mais. Talvez passaram a me admirar pela minha reação na prisão. A cidade toda soube como é que eu tinha reagido e cresceu minha popularidade, cresceu o meu conceito no meio do povo. (Aragão, 2015, p. 100).

Ao longo de toda a década de 1950, Maria permaneceu executando, abertamente, as atividades partidárias. Continuava vendendo os jornais do partido. Permanecia com as atividades da *Tribuna*. Seguiu indo às portas das fábricas, conversando com os operários e operárias. Trabalhava intensamente nas atividades de finanças. E, claro, como vimos no capítulo um através do conjunto das reportagens que mostramos, na perspectiva dos comunistas, buscava inserir a si, ao partido e a *Tribuna* no conjunto das lutas políticas travadas

no Maranhão e no Brasil. Em 1954, o PCB pretendeu lançar Maria Aragão como candidata a deputada estadual no Maranhão. E a *Tribuna* assim a definia e a seu programa⁹¹:

Dr. Maria José Aragão, médica e jornalista, cuja vida tem sido toda ela um exemplo de dedicação à classe operária e ao povo, defenderá na Câmara Estadual o programa de salvação nacional, o programa de paz e felicidade, o Programa do Partido Comunista do Brasil. (Tribuna do Povo, edição n° 175, 31 de julho de 1954, p. 1).

Maria, afinal, como outros comunistas não pode concorrer. E não só porque o PCB estava na ilegalidade desde 1947, não podendo concorrer como legenda própria. A ideia era eleger-se por alguma outra sigla. Porém, explicava a *Tribuna*, a dominação do imperialismo norte-americano no Brasil era tamanha e sufocava as liberdades democráticas de maneira tal que teria conseguido arrancar “[...] do Senado a emenda fascistas n.º 32, que exige dos candidatos a postos eletivos o infame atestado de ideologia. E o TSE, obedecendo ordens dos americanos, baixou instrução para os Estados”, impedindo o registro dos candidatos comunistas e “[...] aplicando a lei fascista antes mesmo de sua aprovação na Câmara”⁹². (Tribuna do Povo, edição n° 183, 30 de setembro de 1954, p. 1).

Desta maneira, naquela ocasião, os planos do partido e de Maria não se concretizaram. Mas isto, estava longe de significar qualquer inércia quanto à Maria, e também, puxados pela militante comunista maranhense, quanto ao partido e a *Tribuna*. A militante comunista maranhense trabalhou intensamente pela derrota do *vitórinismo* e seus candidatos no Maranhão. Fez oposição ferrenha à Eugênio Barros. A par das teses e orientações do PCB, trabalhou para difundi-las em seu estado, sobretudo através da *Tribuna*, órgão do partido no Maranhão. A partir de 1956, com as denúncias sobre o “culto à personalidade” de Stálin, feitas por Nikita Khrushchov no XX Congresso da PUCS, abriram-se muitos conflitos internos ao PCB, que se refletiram também no Maranhão.

A maior parte dos companheiros da *Tribuna* cruzaram os braços. Se recusaram a continuar com as atividades. Maria, por sua vez, se recusou a fechar o jornal e decidiu lidar com as atividades praticamente sozinha. Que assim o fosse, mas não fecharia o jornal. E seguiu à frente do jornal até 1961, quando viajou para a URSS. (Aragão, 1992, 2015).

2.5. Viagem à URSS, a fase político-pedagógica e a repressão pós golpe de 1964

⁹¹ “Campanha eleitoral. Para eleger os patriotas e derrotar os entreguistas”. (Tribuna do Povo, edição n° 175, 31 de julho de 1954, p. 1).

⁹² “Carta Aberta”. (Tribuna do Povo, edição n° 183, 30 de setembro de 1954, p. 1 e 2).

Em 1961, Maria viajou para a União Soviética com objetivo de participar de cursos de formação política. Após 16 anos, encerra, ali, sua atuação à frente da *Tribuna*. A viagem, organizada pela direção nacional do PCB, pegou Maria de surpresa. Àquela altura, a líder comunista enfrentava alguns problemas internos ao partido, no Maranhão. Conflitos. Segundo declarou: “Andava meio desiludida, tinha havido uns choques com alguns companheiros, coisas desagradáveis mesmo”. (Aragão, 1992, p. 133). Além disso, estava muito cansada, estava “[...] trabalhando quase que só, porque o Partido tinha passado por crises, tinha enfraquecido bastante” no Maranhão. (Aragão, 2015, p. 178). Resolveu, então, ir embora do estado, e chegou a escrever para a direção do partido a respeito do assunto. O partido lhe pediu que continuasse. E, pouco depois, a indicou para a viagem à URSS. Maria, inicialmente, ficou indecisa, mas pensou que “[...] dificilmente teria outra oportunidade de ir à URSS”, uma vez que o partido nunca havia se lembrado de a mandar para fora do Maranhão ou do Brasil, para lugar algum, tanto que “[...] achava que isso era realmente uma discriminação”. (Aragão, 1992, p. 135).

Nunca na vida tinham pensado em me chamar pra uma reunião fora, nunca na vida tinham pensado num curso na União Soviética. Todo gato e todo cachorro foi pra União Soviética, foi pra vários países socialistas, mas, nunca se lembraram de mim. Só lembraram quando ameacei sair [...]. (Aragão, 2015, p. 179).

A viagem de Maria à URSS durou um ano e três meses e, segundo seu depoimento:

Foi a experiência mais interessante que passei, pela oportunidade que tive de ver como era o socialismo na prática. Eu me encontrei com tudo, a educação gratuita, a saúde gratuita, vi preço de passagem paga em frações de rublo, em copeques. Vi um povo alegre, enquanto diziam que o russo era triste. Um povo que cantava e dançava na rua, que bebia muito, tudo isso me incentivava a continuar lutando pelo socialismo. (Aragão, 1992, p. 135).

Maria esteve em Moscou, Leningrado, Polônia, Ucrânia e Letônia. De Moscou, enquanto seus companheiros rumaram para a Alemanha, Maria partiu para a Polônia, sozinha. “Eu era apaixonada pela Polônia, havia lido muito sobre esse país, sobretudo acerca do massacre dos judeus, no episódio do levante o gueto de Varsóvia”, relatou. (Aragão, 1992, p. 137). Gostou bastante do palácio de cultura: “Era uma beleza! Havia de tudo, música, literatura, aulas de desenho, no terraço havia professores olhando a cidade e pintando”. (Aragão, 1992, p. 137). Suas impressões gerais, porém, não fora das melhores. Ao contrário da URSS, entre as coisas que chamaram sua atenção, estava a presença de certa desigualdade, a preservação de grande parte das propriedades comerciais privadas e o profundo enraizamento do catolicismo entre a população. (Aragão, 1992, 2015).

Ilustração 16 – Foto enviada e Moscou por Maria: “Para Sônia e Simone com muito carinho – sobre a neve, num carro que não é meu. Abraços. Maria. 3/3/62”.



Fonte: Moreira Neto (2015)

Quanto ao curso sobre o marxismo, lecionado em russo, mas que contava com uma tradutora, “[...] apesar de muito bom”, Maria o achou muito teórico. Segundo pensava, “[...] deveria ser mais prático, haver mais visitas a fábricas, que nos permitissem observar melhor sua organização”. (Aragão, 1992, p. 139). De todo modo, como ressaltou Maria, este curso, ou “estágio político”, como também o chamou, lhe serviu muito, “[...] sobretudo, porque eu me convenci mais da necessidade de continuar lutando até a última gota da vida pelo socialismo”. (Aragão, 2015, p. 181). E, no todo, toda esta experiência na URSS seria decisiva para a atuação de Maria Aragão dali por diante. Quando ao Maranhão, em outubro de 1962, a *Tribuna* já estava em seus últimos dias de atividade. É importante dizer, porém, que a ligação de Maria com os jornais não se encerrou com sua saída à URSS e o fim da *Tribuna*. (Aragão, 1992).

Durante todo o período que compreende a década de 1960 a 1980, Maria atuou como representante/vendedora de outros jornais ligado político-ideologicamente ao PCB, como a *Voz Operária* e a *Voz da Unidade*. Era a principal responsável pela circulação deste material no Maranhão. E fazia isto abertamente, recomeçando a atividade partidária do PCB após o golpe de 1964. Segundo informou: “Toda a possibilidade de ligação com a massa era pela venda de jornais, por aí eu colhia as informações, fazia a ligação com as pessoas, ia fazendo a reorganização do partido mesmo com um certo aspecto legal, porque eu era representante de jornais também legais”. (Aragão, 1992, p. 158). Neste mesmo período, e antes, a dirigente do PCB foi também representante da *Editora Vitória*⁹³. Já na década de 1980, Maria participou da organização e foi diretora do jornal *O Popular Democrático*, um jornal vinculado à chamada

⁹³ Editora brasileira de orientação marxista vinculada ao PCB.

“Corrente Prestista”, um grupo de dissidentes do PCB que se reuniram ao redor de Prestes após sua saída do PCB em 1980. (Aragão, 1992, 2015; Azevedo, 2016). No Maranhão, Maria Aragão “[...] liderou os dissidentes”. (Azevedo, 2011, p. 181).

De todo modo, com o seu retorno ao Maranhão após sua viagem à URSS, Maria se concentraria, agora, nos trabalhos de formação política dos jovens quadros do partido. Ao mesmo tempo, se dedicaria a trabalhos na área da saúde nos bairros populares e junto aos trabalhadores de São Luís. (Aragão, 1992, 2015; Araújo, 2012). Nas suas palavras: “A estada na URSS e o curso que fiz lá me trouxeram um bem imenso, voltei sensivelmente melhor. Resolvi afastar-me de outras atividades no Partido, quis mudar, deixar de ser a agitadora que eu era e dedicar-me a um trabalho sério na linha da educação”. (Aragão, 1992, p. 144). E logo começou a organizar atividades de formação política.

Os cursos tinham duração de quatro ou cinco dias e eram dados em sítios localizados nos arredores da cidade, cedidos por amigos. O pessoal ficava em regime de internato e havia um esquema rígido de segurança. O curso versava sobre marxismo, aquilo que havia aprendido na URSS, a história do socialismo, essas coisas. Era só para despertar o interesse, logicamente não eram cursos tão aperfeiçoados, tratava-se de um começo, um estímulo para estudos mais aprofundados, com indicação de onde poderiam adquirir livros. Eram dirigidos apenas para a militância do Partido, não tínhamos condições de abri-los para o público. Demos cursos também no interior, onde existia o Partido – Pedreiras, Itapecuru, Caxias. (Aragão, 1992, p. 145).

Toda esta atividade era feita de maneira aberta. Segundo Maria, trabalhavam com se o partido estivesse realmente na legalidade e acreditavam mesmo que esta estava por vir. No âmbito de sua profissão como médica, já a partir de 1963, Maria começou a trabalhar no Centro de Saúde do Anil, “[...] como ‘serviços prestados’, sem vínculo empregatício”. (Aragão, 1992, p. 146). Pouco depois, foi convidada pelo então secretário de saúde do estado, o médico Josélio Carvalho Branco, para dirigir o posto de saúde do Anil. Antes de aceitar o convite, Maria foi, pessoalmente, ao posto de saúde, explicar a sua filosofia de trabalho a todos os funcionários do local. Caso concordassem, aceitaria a tarefa de dirigir o Posto. (Aragão, 1992).

Fui logo avisando: “Não sou flor que se cheire, mas gosto de trabalhar e trabalho de forma consciente e gosto que as pessoas que trabalham comigo também reajam desse jeito”. Disse o que estava pensando, que deveríamos modificar os serviços do posto, fazer dele realmente um centro de saúde coisa que naquele momento não era, que teríamos vergonha de trabalhar numa bagunça daquela.

Andei pela casa com eles, determinando – essa cozinha deve desaparecer, não há necessidade disso aqui, a gente vai aproveitar o espaço para fazer um laboratório, porque quando se quer um exame de sangue ou de urina tem que se mandar o doente à cidade. Desse outro lado, já que há muito leite, a gente vai fazer um Centro de Puericultura, uma das médicas ficará responsável por ele. Ali vai ser o Centro de Vacinação, mandamos treinar duas moças para fazerem o serviço e todos nós ajudaremos.

Disse ainda que todos deveríamos constituir uma equipe, desde o diretor até o servente, não deveria ser só de médicos. Como sempre acreditei na educação, propus

que fizéssemos um programa de palestras, cada um ficaria responsável por um dia, para esclarecer as pessoas que viessem se consultar sobre questões como alimentação, desnutrição, diarreia, etc. (Aragão, 1992, p. 147).

Os funcionários do posto concordaram e disseram que gostariam de trabalhar com Maria. O trabalho incluía visitas periódicas aos bairros, em atividades que envolviam ativamente a população. No Pão de Açúcar, por exemplo, havia um Clube de Mães e um de Jovens, e as pessoas envolvidas nestes espaços eram todas mobilizadas para trabalhar.

Fazíamos vacinação mensalmente, envolvendo as mães, as professoras e os jovens, todos ajudavam. Os jovens saíam com megafone conclamando as mães a levarem os filhos para vacinar, outros organizavam as filas pela idade das crianças, outros faziam as anotações.

Nos fins de semana, fazíamos palestras nos bairros, eram verdadeiros comícios, vinha gente pra porra. O problema maior era saneamento básico, era a poluição que existia, não havia água encanada, não havia fossas sanitárias, o pessoal tomava água sem ser filtrada. Havia naturalmente muitos problemas de saúde, vinha muito gente se consultar. (Aragão, 1992, p. 149).

Este trabalho, porém, foi bruscamente interrompido com o golpe de 1964. Neste período, Maria seria presa outras quatro vezes. No Maranhão, logo após o golpe, a sede do PCB foi cercada e casa de Maria passou a ser vigiada pelas forças policiais. (Azevedo, 2011). Àquela altura, a dirigente do PCB morava num sobrado localizado na esquina da rua São Pantaleão, nº 126, onde havia também um posto policial. “Da janela, eu os via vigiando minha casa. Sabia que eles esperavam que eu fugisse, para me prenderem”. (Aragão, 1992, p. 153). Não fugiu. No dia 5 de abril de 1964, à noite, “[...] dois oficiais, um sargento e dois soldados, todos armados”, anunciaram a prisão de Maria. (Aragão, 1992, p. 154).

Era sua segunda prisão. No cárcere, já havia outros comunistas, como o médico William Moreira Lima. Mas havia também outros amigos de Maria: “Bastava ser oposição para ser preso”, lembrou. (Aragão, 1992, p. 154). O primeiro interrogatório ocorreu logo após sua prisão. (Aragão, 1992, 2015).

Fui interrogada por um capitão, jovem, respondi apenas questões ligadas às atividades legais – que era médica, só trabalhava no consultório, vendia jornais, era agente da “Voz Operária” e da Editora Vitória, tudo atividade legal.

Quando ele começou a perguntar coisas do Partido, eu disse: “Agora o senhor vai para com o interrogatório, porque não vou falar mais nada”. – “A senhora vai falar sim” – insistiu ele. – “Não vou falar” – respondi.

Ele deu um murro na mesa: “A senhora vai falar!” Eu berrei também dando outro murro na mesa: “Quem é o senhor para gritar comigo?” – “Eu sou uma autoridade, um oficial do Exército!” – gritou ele. E eu berrei em cima dele: “E eu sou outra autoridade, sou uma líder comunista!”. (Aragão, 1992, p. 154).

E, então, um oficial superior resolveu interromper o interrogatório, que, depois, foi retomado “[...] lá na cela, com mais tranquilidade, não me perguntaram mais nada sobre o Partido”. (Aragão, 1992, p. 155). Maria ficou presa por três meses. Sequer houve julgamento.

Não havia crime algum. Fora presa por ser comunista, o que o era e assumia abertamente. (Aragão 1992). Sua terceira prisão ocorreu ainda no final de 1964, quando Maria e outros comunistas foram novamente presos. Passaram o natal e o ano novo na prisão. A quarta prisão da líder comunista maranhense ocorreu em 17 de maio de 1973, logo de manhã, às 6 horas. A polícia federal foi até sua casa, entrou e revirou tudo. Acharam exemplares da revista “Problemas da Paz e do Socialismo”. Além disso, encontram músicas “subversivas”, como a música “Noite em Moscou”, uma versão brasileira da música popular soviética “Por Moscou à noite”, gravada pelo grupo Farroupilha. (Aragão, 1992).

Os policiais disseram a Maria que iriam levá-la a Polícia Federal para prestar algumas declarações, mas que a líder comunista logo retornava, seguindo normalmente para o seu trabalho, no Posto de Saúde do Anil. Maria não percebeu, naquele momento, que estava sendo presa. De São Luís, foi levada para Teresina, sob a justificativa de que o homem que iria lhe interrogar estava lá. Os policiais disseram-na que a trariam de volta à São Luís ainda àquele dia. Ao chegarem em Teresina, os policiais a informaram que seu interrogador estava em Fortaleza e que a levariam para lá. E só então Maria se deu conta de que estava efetivamente sendo presa pela ditadura. Pela sua demora em se dar conta disso, teve muita raiva de si mesma. (Aragão, 1992).

Na época com 63 anos de idade, Maria ficou presa por sete meses e foi muito torturada. Depois de dois ou três dias na sede da Polícia Federal, a vendaram, colocaram-na dentro de um carro, a transferiram para um quartel do exército e deram início as torturas físicas. (Aragão, 1992).

Começaram a me fazer perguntas, eu continuava com a venda nos olhos. Levei muito choque elétrico, porque não dizia o que eles queriam.

Queriam saber coisas do Maranhão e eu não dizia nada. Dizer saber que havia partidos, mas não sabia nome de ninguém. Fulano de tal? Não se quem é! E lá vinham choques. Passaram a interrogar sobre uma reunião de que eu teria participado.

Durante quase uma hora eu levei choque por dizer que não havia participado de tal reunião. Já cansada, me questionei: “Que mal faz eu dizer que estava nessa reunião?”

Admiti, portanto que tinha estado, aí quiseram saber quem estava lá, disse que não sabia. Vi que tinha errado em dizer aquilo.

Quiseram saber quantas pessoas haviam participado da reunião. Ora, quase uma hora me sacaneando para que eu desse informação sobre tal reunião, então era porque havia sido uma reunião muito grande e respondi com o primeiro número que me veio à cabeça: “Cinquenta”. Ele me deu um bofetão tão forte que eu caí, não estava mais sentindo minhas pernas. Meio desacordada, ouvi dizerem: “Esse nome é quente”.

Foram me arrastando, porque eu não conseguia me levantar. Colocaram-me encostada no canto da parede, eu fiquei me sentindo mal.

Veio um homem que devia ser médico, tomei um susto quando ele me tocou, botando o aparelho de medir pressão. Perguntei: “Você é médico?” Ele respondeu: “Não, vou apenas tirar sua pressão”. Pedi: “Tire a venda para eu olhar”. Ele disse: “Não tenho ordem para fazer isso, mas prometo-lhe uma coisa, vou dizer o resultado”. Então ele tirou a pressão e me informou que estava 23 x 12.

Senti que estava perdida, pois nunca tinha tido pressão nessa altura. Trouxeram uma coisa para eu tomar, não aceitei, com medo que me envenenassem. Levaram-me para um lugar que parecia ser uma área externa, pois havia muita gente falando, embora não entendesse o que diziam. Depois tornaram a me trazer para o local onde estava anteriormente. (Aragão, 1992, p. 162).

À noite, Maria foi levada de volta à sede da Polícia Federal. Pediu o chefe que lá estava que lhe comprassem um remédio para pressão. O que foi feito. De lá, com prisão preventiva decretada, foi transferida para uma prisão de mulheres, um sanatório judicial, onde ficou até dezembro. Sua família só soube onde estava após cerca de um mês sem novas notícias. Sabiam apenas que Maria tinha sido levada para Teresina, porque, antes de partir, Maria pediu à sua empregada que avisasse sua filha, Simone. A localização de Maria só veio a lume após a intervenção do marido de Simone, Roberto Macieira, que era cunhado de José Sarney. Macieira pediu à Sarney, que era da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que localizasse Maria, pois, Simone estava grávida e sofrendo muito sem saber onde a mãe estava. (Aragão, 1992).

Ao fim de sete meses, o advogado de Maria conseguiu revogar sua prisão. Mas ainda se aguardava o julgamento, que era marcado e desmarcado. A condenação não demorou a sair e a pena foi fixada em um ano e um mês. Inicialmente, os demais seis meses de pena, pois já havia estado presa por sete, seriam cumpridos na Polícia Federal de Fortaleza, onde nem direito a banho de sol Maria tinha. Quando faltavam 52 dias para o término da pena, no entanto, a militante comunista foi transferida para a penitenciária de Pedrinhas, em São Luís. Em 1977, Maria retornara ao cárcere, pois foi avisada pela Polícia Federal de que fora condenada pelo Supremo Tribunal Militar (STM) a mais 11 meses de prisão, completando um período de dois anos. Cumpriu quase a integralidade da pena em Pedrinhas. Saiu um pouco antes, em liberdade condicional, “[...] porque tinha boa conduta e já havia cumprido mais da metade” (Aragão, 1992, p. 168). No dia 8 de março de 1978, Maria saiu da prisão, comemorando sua libertação no Dia Internacional da Mulher. (Aragão, 1992; Escola Nacional Florestan Fernandes, Expressão Popular, 2014).

2.6. Médica do estado, a ruptura com o PCB, a luta contínua e as homenagens

A partir de dezembro de 1970, Maria começou a trabalhar como médica do estado no Maranhão. A função lhe fora arrumada após a intervenção de alguns amigos seus, que, preocupados com o fato de Maria estar envelhecendo e ainda não possuir um emprego estável, atendendo apenas em seu consultório, na sua casa, foram até o então governador Antônio Dino. Pediram-lhe para ver a possibilidade de providenciar uma nomeação à Maria. Antônio Dino e

Maria eram também amigos. Ambos estudaram juntos em São Luís e também no Rio, no curso de medicina. Maria foi nomeada e começou os trabalhos no Posto do João Paulo, trabalhando também no Posto do Anil. Trabalhou assim até 1973, quando foi presa pela quinta vez. (Aragão, 1992).

Ilustração 17 – Maria Aragão trabalhando no Posto de Saúde do Anil, quando nomeada em seu primeiro emprego público no Maranhão



Fonte: Moreira Neto (2015)

Ao sair da prisão, embora houvesse muita pressão para que Maria fosse demitida, conforme lhe dissera seu amigo Josélio Carvalho Branco, que à época dirigia a secretaria de saúde, foi transferida para o hospital Aldenora Belo, pioneiro no tratamento de câncer no Maranhão. Lá, Maria permaneceu trabalhando por dez anos. Atuava juntamente com Antonio Dino.

Trabalhava muito, das sete e meia da manhã às três da tarde, vinha gente de todo o Estado se consultar comigo. Isso não me dava vaidade nem orgulho, mas me dava prazer saber que meu Estado reconhecia meu trabalho como médica, vencidos aqueles preconceitos iniciais desencadeados pela reação. (Aragão, 1992, p. 170).

E foram muitos os atendimentos. Muitos pacientes, a maioria mulheres, vinham dos municípios do interior do Maranhão para se consultar. Às vezes, tinham apenas o dinheiro da passagem. E Maria dava um jeito de atender a todos. Sabia que, mesmo excedendo o número

de vagas num determinado dia, caso não atendesse a todos, os pacientes dificilmente voltariam ao hospital. Pelos custos, pelo trabalho de deslocamento, pela descrença na saúde pública. (Aragão, 1992).

Em fins da década de 1970, as divergências entre Prestes e a direção nacional do PCB se recrudesceram. E Maria criticava bastante a postura adotada pela direção do partido, atacando publicamente Prestes e permanecendo numa espécie de imobilismo político ante os eventos da conjuntura nacional. Depois de Prestes, Maria e outros jovens do PCB decidiram romper com o partido, e passaram a compor o grupo político de Prestes, a “Corrente Prestista”. Naturalmente, Maria se desligara também da posição de distribuidora do jornal do PCB, *Voz da Unidade*, editado pela *Editora Juruá*. (Aragão, 1992).

Como mencionamos anteriormente, neste período, atuando pelo grupo de Prestes, Maria participou da organização e foi diretora do jornal *O Popular Democrático*. Inicialmente, o jornal era editado em Fortaleza, Ceará. Mensalmente, Maria se deslocava, de ônibus, até lá. Apenas de ida, eram cerca de 18 horas de viagem. E muitas outras de volta. As vezes ia e voltava no mesmo dia, saindo de São Luís às zero horas e saindo de Fortaleza também às zero horas. Cansada, Maria propôs que o jornal fosse editado em São Luís. O trabalho, porém, continuava enorme. (Aragão, 1992).

Pouco tempo depois, a militante comunista pediu que a substituíssem na direção do jornal. E, “[...] não demorou, o jornal deixou de sair. Foi uma pena, porque já estava circulando em todo o país, tinha colaboradores de Brasília, de Minas Gerais, de São Paulo, do Rio Grande do Sul”, declarou. (Aragão, 1992, p. 184). A última década da trajetória de Maria Aragão pode ser caracterizada pelo mesmo compromisso ético-político dedicado às classes trabalhadoras durante toda sua vida. Além de se envolver ativamente nas campanhas pela reforma agrária e pela conquista de moradias populares, no âmbito da luta pelos direitos das mulheres no estado do Maranhão, fundou, em 1982, junto à outras mulheres, o *Grupo de Mulheres 8 de Março*. (Aragão, 1992; Escola Nacional Florestan Fernandes, Expressão Popular, 2014).

No ano seguinte, além de participar da fundação da CUT, elegeu-se tesoureira desta no Maranhão, cargo para o qual foi reeleita em 1991. Na mesma década, de 1980, participou também das “*Diretas Já*”, marcando presença na manifestação de 1984, na Praça da Sé, em São Paulo. No campo médico, criou o grupo de estudos “Clube do Embrião”, tendo participado ainda da *Associação das Médicas do Maranhão* (AMMA), da *Sociedade de Obstetrícia e Ginecologia do Maranhão* (SOGIMA) e da *Sociedade Brasileira de Patologia Cervical Uterina e Colposcopia*. (Aragão, 1992, 2015; Araújo, 2012; Azevedo, 2016, Escola Nacional Florestan Fernandes, Expressão Popular, 2014).

Nos anos que antecederam seu falecimento, em 23 de julho de 1991, assim como os anos posteriores, diversas homenagens foram prestadas em homenagem a sua trajetória. Em 1989, no carnaval de São Luís, sua vida foi tema do enredo da escola de samba *Favela do Samba*, ocasião em que a própria Maria desfilou na passarela. Euclides Barbosa Moreira, um dos melhores amigos de Maria, foi o responsável pela homenagem. Houve uma ala intitulada “O sonho de Maria”, “[...] que ostentava painéis com figuras de Marx, Lênin, Mao, Fidel Castro, Prestes, Agostinho Neto e Mandela. A massa os aplaudiu e me aplaudiu”, relatou Maria. (Aragão, 1992, p. 200). Mais do que tudo, era “[...] o socialismo que estava na rua, os aplausos era para essa luta de tantos anos. Por isso, acho que foi o acontecimento mais importante aqui no Maranhão, naquele ano de 89”, salientou a comunista maranhense. (Aragão, 1992, p. 200).

Em 1990, Maria foi condecorada com a *Medalha Manoel Bequimão* pela *Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão* (ALEMA), honraria dada àqueles que contribuíram de maneira ímpar para o desenvolvimento do Maranhão e do Brasil. Após seu falecimento foram projetados e inaugurados, em São Luís, diversos espaços memorialísticos voltados para a preservação da memória de sua trajetória de vida e de luta. Foi o caso da *Praça Maria Aragão* (1993), projetada por Oscar Niemeyer, do *Instituto Maria Aragão* (IMA) (2001), fundado e dirigido por amigos de Maria, e do *Memorial Maria Aragão* (2004), também projetado por Oscar Niemeyer. No âmbito político-institucional, a mais recente homenagem a Maria Aragão gira em torno da possibilidade da escritura de seu nome no “*Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria*”, depositado no *Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves*, em Brasília, por meio do Projeto de Lei nº 378/2019, de autoria do deputado Bira do Pindaré (PSB/MA). (Aragão, 1992, 2015; Araújo, 2014; Caldas, 2014; Ribeiro, Ribeiro, Silva, 2019; Silva, 2017, 2021; Sousa, 2018).

3. A *Tribuna do Povo*, o PCB e a circulação das ideias comunistas no Maranhão

3.1. A URSS, a Internacional Comunista e as teses do PCB entre 1945 e 1955

Entre 1945 e 1955, de maneira basilar, as teses do PCB incorporaram linhas de forças herdadas das elaborações da Internacional Comunista (IC), uma organização política internacional de trabalhadores, vinculada ao movimento operário e comunista. (Del Roio, 2008). A IC, fundada em 1919 e que existiu até o ano de 1943, surgiu como o marco de uma importante inflexão no campo socialista internacional, fruto de uma série de eventos históricos e políticos que se processaram na Europa e no interior do próprio campo socialista europeu⁹⁴.

Aliada aos influxos da *Primeira Guerra* e da *Revolução Russa*, a fundação da Internacional Comunista (IC), demarca o apogeu do processo de “[...] refundação do comunismo crítico e de resgate do marxismo”, num processo que envolveu o resgate da dialética marxista, a cisão com o reformismo e reafirmação de uma contraposição polar à ordem do capital. (Del Roio, 2003, p. 65). Na prática, estes fenômenos representaram o desenlaçar de uma transmutação político-organizativa do campo socialista internacional, que terá no horizonte do leste europeu o seu mais novo centro de inspiração e orientação político-ideológica. Será a Rússia revolucionária a sua mais nova referência. Figuras como Lênin, Trotsky, Bukharin, Stálin, entre outros, serão os mais novos protagonistas do terreno comunista que germina, enfeixado por divergências diversas e longe de conformar homogenia. (Netto, 1981).

A fração bolchevista leniniana, que traduziu as teses marxianas para as condições histórico-sociais russas, construiu e consolidou a sua hegemonia no interior do Partido Comunista da Rússia (PCR), do campo comunista europeu e da IC, alçando-se ao papel de organizadora do campo comunista internacional. Com os eventos revolucionários na Rússia e as perspectivas de uma pujante ofensiva revolucionária na Europa deram nova propulsão global ao marxismo, levando ainda a bandeira da revolução e da luta contra o imperialismo por quase toda parte do planeta. (Del Roio, 2002, 2003, 1998).

⁹⁴ As múltiplas cissuras teóricas já presentes desde a conformação germinal do marxismo, na Alemanha da década de 1880, a eclosão da *Primeira Guerra Mundial* (1914-1918), o racha derradeiro entre social-democratas e comunistas, a vitória, em 1917, da construção revolucionária num “elo fraco” do modo de produção capitalista, a Rússia. Tudo isto colocou na ordem do dia a necessidade de superação do marxismo conformado pelo *Partido Social-Democrata da Alemanha* (SPD), hegemonizado pela fração político-teórica *marx-engelsiana* e regulado pelo partido através dos aparatos institucionais da Internacional Socialista (IS) (1889-1914). (Andreucci, 1989; Netto, 1981).

No nível político-partidário, como em cascata, Partidos Comunistas (PCs) foram fundados em vários quadrantes do globo, processo que contou com o estímulo da IC, que impunha critérios aos partidos interessados em suas filiações à instância internacional do comunismo. Nos principais países latino-americanos de vanguarda do movimento operário tiveram origem, então, novas siglas partidárias, cujas filiações à IC lhes renderam a designação oficial de Partidos Comunistas⁹⁵. No Brasil, a fundação do Partido Comunista ocorreu em 1922, mas sua filiação à IC só foi efetivada em 1924. No caso do PCB, do fato da vanguarda político-cultural estar centrada na URSS e na IC derivava que o “[...] vínculo internacional era a condição mesma para a legitimação do novo partido diante da massa operária do país e para seu enraizamento nacional”. (Del Roio, 2003, p. 90).

Como braços da IC no continente latino-americano, entre as décadas de 1920 e 1930, foram criadas, uma em substituição à outra: 1) a Agência de Propaganda para a América do Sul da IC, fixada em Buenos Aires, Argentina; 2) em 1925, o Secretariado Sul-Americano da IC (SSA/IC), com sede também em Buenos Aires; 3) em 1930, o Bureau Sul-Americano da IC (BSA/IC), com sede em Montevideu, Uruguai, transferido depois, em 1934, para o Brasil. Estas instâncias, em conformidade com a matriz russa, atuavam como canal oficial de acompanhamento e transmissão das teses, orientações e determinações da IC aos comunistas no continente latino-americano. (Del Roio, 2003; Konder, 2003).

Para os PCs filiados, “paridas das mais consagradas cabeças pensantes da Grande URSS”, as teses aprovadas nos congressos da IC sobre os rumos do movimento comunista internacional serviam de fundamento para a leitura das condições históricas, da correlação de forças e do processo revolucionário a ser realizado em cada país, ainda que tal instância tenha dedicada atenção majoritária ao terreno político europeu. É claro, contudo, que isto não ocorria sem oposições, conflitos e fraturas, com expulsões e dissidências, o que, no caso brasileiro, não se processou diferentemente. Todavia, como ressaltam Areco e Aliaga (2023), é crucial ter em mente que os PCs não fugiam do compartilhamento de uma cultura internacional comunista, difundida pela IC aos PCs filiados. Conforme sustentam as autoras:

Considerar a existência dessa cultura comunista não significa atribuir homogeneidade às abordagens dos diferentes partidos comunistas que integravam a Internacional; mas também é necessário admitir que os debates e a produção da IC não foram meras exterioridades impostas aos partidos nacionais. (Areco, Aliaga, 2023, p. 7).

⁹⁵ Foi este o caso, por exemplo, na Argentina (1920), Uruguai (1921), México (1921) e Chile (1922). (Del Roio, 2003).

E, em se tratando do PCB, como ressalta Ramos (2016, p. 116), mesmo que não fosse mera [...] transposição mecânica e acrítica das diretrizes do marxismo soviético, as elaborações dos comunistas brasileiros nelas se embasavam; delas partiam para a análise; para elas voltavam quando o momento parecia esgotar seu repertório político”. Desta maneira, no período em que esteve em atividade e mesmo após sua dissolução, a IC, controlada pelo PCR, influenciou e interviu direta e indiretamente nos rumos tomados pelo PCB, de maneira que suas teses e táticas políticas incorporaram profundamente as teses da matriz soviética. (Del Roio, 2003).

Acontece, porém, que as leituras da IC para os países da periferia do imperialismo “[...] fora sempre muito genérica e esquemática”. (Del Roio, 2008, p. 11). “Etapista”, em outros termos, característica do “[...] esquematismo terceiro-internacionalista”. (Ramos, 2006, p. 116). Em linhas gerais, com base nas premissas defendidas pela IC, já a partir do final da década de 1920 a leitura que se imporá no PCB, até 1955, será a da necessidade do enfrentamento conjugado ao imperialismo e ao latifúndio, devendo esta luta ser empalmada por uma frente única antiimperialista e antifeudal, a ponta de lança da libertação nacional. Nesta chave de leitura, ao longo do tempo e à par das releituras da IC, que não deixou de manifestar implicações diretas das lutas políticas travadas no interior do PCR e do posterior controle de Stálin, haverá variações na composição das forças políticas revolucionárias da frente única revolucionária. Preservada será, contudo, a primazia da aliança operário-camponesa e a hegemonia, a priori, da classe operária e do seu partido, o PCB (até o programa de 1958). (Del Roio, 2003; Filho, 2007; Ramos, 2016).

De todo modo, já em 1928, os dois grandes inimigos identificados pelo PCB serão o da penetração cada vez maior do imperialismo, notadamente o norte-americano, e o da existência predominante de “resquícios feudais” na realidade agrária brasileira, problemas que, interligados, estariam esterilizando e atrofiando o desenvolvimento nacional e bloqueando a melhora nas condições de vida do povo brasileiro. Já o caráter da revolução brasileira, era o de uma revolução “burguesa-democrática”, uma vez que a passagem à “ditadura do proletariado” só seria possível, regra geral, “[...] depois de uma série de etapas preparatórias, esgotado todo um período de transformação da revolução burguesa-democrática em revolução socialista”. (Ramos, 2016, p. 115, apud Internacional Comunista, 1928, s/n).

O conjunto destas assertivas constam no Programa aprovado no IV Congresso da IC, realizado em 1928. No documento, o Brasil, como a Argentina, era então classificado como um país “dependente”, compartilhando, em bloco, ao lado dos países “coloniais e semicoloniais” (China, Índia, etc.), características como:

[...] um embrião de indústria, por vezes mesmo uma indústria desenvolvida, insuficiente embora, na maioria dos casos, para a edificação independente do socialismo; países em que predominam as relações sociais da Idade Média feudal ou o – modo asiático de produção, tanto na vida econômica como na sua superestrutura política; países, enfim, em que as principais empresas industriais, comerciais, bancárias, os principais meios de transporte, os maiores latifúndios, as maiores plantações, etc., se encontram nas mãos de grupos imperialistas estrangeiros. Aqui têm uma importância primordial, por um lado, a luta contra o feudalismo, contra as formas pré-capitalistas de exploração e a consequente revolução agrária e, por outro lado, a luta contra o imperialismo estrangeiro, pela independência nacional. (Ramos, 2016, p. 115 apud Internacional Comunista, 1928, s/n).

Segundo Ramos (2016, p. 116), esta leitura da IC foi plenamente incorporada pelo PCB já em seu III Congresso, realizado em 1929, numa “[...] espécie de inflexão stalinista” que fez o pensamento político do partido “[...] majoritariamente doutrinário e incapaz de uma leitura mais crítica da realidade brasileira”. Para o autor, especialmente em se tratando da questão agrária, esta “[...] leitura limitada permaneceu praticamente inalterada na trajetória intelectual do partido”, até, pelo menos, o seu programa de 1960, ainda que mudanças importantes tenham se efetivado a partir de 1958, com a chamada *Declaração sobre a política do PCB*. Filho (2007, p. 85), por outro lado, ressalta que a *Declaração de Março de 1958* foi, na verdade, “[...] um novo programa político, com análises e propostas que diferiam radicalmente dos projetos revolucionários anteriores”, concretizando uma interpretação mais fecunda do PCB sobre a realidade brasileira, a correlação de forças e o processo revolucionário no país.

De qualquer maneira, na parte que aqui nos interpela, o mais importante é notar que, embora a IC tenha sido dissolvida em 1943, no caso do PCB, suas heranças teóricas permaneceram fortemente enraizadas, compondo largamente o terreno de onde emergiram as teses adotadas pelo partido entre os anos que perfazem o nosso recorte de pesquisa. Em 1945, PCB adotava a tese que fora aprovada na “Conferência da Mantiqueira”, realizada em 1943, conferência nacional do partido⁹⁶. No encontro, com apoio de Prestes, preso pela ditadura Vargas, mas que, naquela oportunidade, mesmo ausente, foi escolhido como Secretário-Geral, o PCB optou por “[...] uma proposta política de união nacional na luta contra o nazi-fascismo. Prevalecia a idéia de que era preciso compor a mais ampla aliança, incluindo o governo ditatorial existente, o mesmo que havia torturado, massacrado e assassinado muitos comunistas”. (Filho, 2007, p. 70); o mesmo também que havia entregado aos nazistas Olga

⁹⁶ Após os eventos traumáticos do levante revolucionário da Aliança Nacional Libertadora, em novembro de 1935, que se desdobrou em violenta repressão aos comunistas, com a prisão de Prestes e outras lideranças comunistas, recrudescida ainda mais com a decretação do Estado Novo (1937), a Conferência foi parte de um lento e árduo processo de reorganização partidária após o quase desaparecimento do partido entre 1939 e 1940. Num cenário de forte repressão e clandestinidade, o PCB estava “[...] reduzido a algumas centenas de militantes e simpatizantes, desorientados, dispersos, dispersados”, de modo que a Conferência simbolizou, enfim, “[...] uma reconquista, a do direito de existir, embora na clandestinidade”. (Filho, 2007, p. 70).

Benário, esposa de Prestes, para ser assassinada. Apoiaram, assim, o próprio carrasco, apesar de tudo, em nome de um objetivo mais urgente e com esperança num futuro mais promissor para as esquerdas e o partido. (Filho, 2007).

É importante lembrar que, desde 1938, diante da crescente ameaça nazi-fascista, a IC orientou os PCs no mesmo sentido tomado pelo PCB. “A política de união nacional passou a ser a linha da IC tanto para a França, quanto para a China, para a Espanha e para o Brasil”. (Del Roio, 2008, p. 11). Assim, desde antes do fim da *Segunda Guerra Mundial*, a política geral do PCB era a da “unificação nacional”. Depois, com o fim da guerra e a redemocratização no Brasil, a anistia e soltura de Prestes e a legalidade do PCB, tal postura foi preservada: os “[...] comunistas batiam na tecla que assegurara o sucesso durante a guerra: manter e aprofundar a união nacional, liquidar os restos de fascismo existentes na sociedade e no Estado”. (Filho, 2007, p. 72).

Ao mesmo tempo, atento à perspectiva nacional-estatista que se processava entre os trabalhadores urbanos, a política de união nacional figurava para os comunistas como a força propulsora da possibilidade de desenvolvimento econômico nacional em bases mais autônomas, sem abrir mão da proteção social, cujo exemplo tácito materializava-se na Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), em 1943. Disto, e, por outro lado, os comunistas se apresentavam, agora, “[...] como paladinos da ordem política e da paz social. Queriam mudanças, mas não a desestabilização do país”. (Filho, 2007).

Vargas foi deposto em outubro de 1945. Dutra, eleito em dezembro daquele mesmo ano. A leitura e tática política do PCB, por sua vez, permaneceu inalterada. A partir de 1946, porém, tudo começou a mudar. Num cenário de exasperação da *Guerra Fria*, o governo Dutra alinhou-se irrestritamente aos Estados Unidos, atacando as bases do projeto de desenvolvimento lançadas por Vargas. “Em vez da ênfase industrialista, a nostalgia agrário-exportadora. Em relação aos trabalhadores, não mais as propostas de integração e conciliação, mas a repressão bruta aos sindicatos e às lutas sociais”. (Filho, 2007, p. 73). Pouco depois, em 1947, o registro legal do PCB foi cassado pelo TSE. No ano seguinte, em janeiro, os mandatos dos parlamentares eleitos pelo partido foram cassados pelo Congresso. E, então, de volta à clandestinidade, a união nacional fora abandonada como linha política do partido. E os “[...] comunistas reagiram com a radicalização revolucionária”. (Filho, 2007, p. 76).

Dois documentos exprimem bem isto, especialmente o segundo: o *Manifesto de Janeiro de 1948* e o *Manifesto de agosto de 1950*. (Filho, 2007). O governo Dutra era classificado como um governo “de traição nacional”, submisso aos interesses econômicos e políticos dos monopólios “anglo-americanos”, especialmente dos Estados Unidos. Era,

portanto, “traidor dos interesses da nação”, representante de uma minoria de latifundiários e grandes capitalistas subservientes ao imperialismo. Com Dutra, entendia o PCB, marchava-se “[...] no caminho da escravidão colonial e da perda total” da soberania nacional brasileira⁹⁷. (Voz Operária, 5 de agosto de 1950, p. 1).

No polo oposto da contradição fundamental brasileira, estaria um bloco nacional e revolucionário, composto pela “esmagadora maioria da nação”. Tal contraposição polar de forças encontraria sua solução numa necessária “[...] revolução agrária, antiimperialista, a ser conduzida por uma Frente Democrática de Libertação Nacional, sob a direção do proletariado e de seu partido”, o PCB. (Filho, 2007, p. 76). Um novo programa foi elaborado, prevendo nove pontos:

Prevê um governo democrático, popular e democrático, que substituiria a “[...] atual ditadura feudal-burguesa, serviço do imperialismo [...]”; a paz e a luta contra a guerra imperialista; a nacionalização imediata de todos os interesses imperialistas com a anulação da dívida externa; o confisco da terra, sem indenização, e a distribuição aos que nela trabalhavam; o desenvolvimento independente da economia nacional; as mais amplas liberdades democráticas, com eleições de juizes e tribunais do povo; imediato melhoramento das condições de vida do povo, incluindo instrução e cultura a todos; e, finalmente, mas não em último lugar, a formação de um exército popular de libertação nacional. (Filho, 2007, p. 76).

Neste novo contexto, todos os partidos eram desqualificados, UDN, PSB, PTB, etc., enquadrados, todos, como comprometidos com a defesa dos interesses reacionários no país. A aproximação política com os trabalhistas do PTB, em particular, fora implodida, estes, classificados, agora, como “fura-greves”, “traidores da classe operária”. Mais tarde, no IV Congresso do PCB, realizado em fins 1954, estas formulações, mais rebuscadas, porém, dariam corpo ao novo programa do partido, cuja redação foi também fortemente inspirada na vitória da Revolução Chinesa, em outubro de 1949. O projeto deste novo documento programático fora lançado em fins de 1953. (Filho, 2007).

“Vivendo num país tão rico, o povo brasileiro vegeta na miséria, em consequência da política de rapina dos monopólios norte-americanos e da dominação dos latifundiários e grandes capitalistas brasileiros”⁹⁸. (Tribuna do Povo, edição nº 146, 1 de janeiro de 1954, p. 1). O arremate, feito logo no fim do segundo parágrafo do projeto de programa do PCB, já adiantava as premissas então defendidas na leitura do partido à época, confrontando férteis possibilidades e bloqueios podadores. A afirmação aparece logo em seguida à descrição e contraposição entre, de um lado, as grandes riquezas e o enorme potencial da economia brasileira, e, do outro, a dura

⁹⁷ “Manifesto de Agosto de 1950”. (Voz Operária, 5 de agosto de 1950, p. 1, 2 e 4).

⁹⁸ “Projeto de Programa do Partido Comunista do Brasil”. (Tribuna do Povo, edição nº 146, 1 de janeiro de 1954, p. 1, 2, 3 e 4).

realidade vivida pelos trabalhadores no Brasil, marcada, em geral, pela miséria, exploração, enfermidades e a morte.

No centro desta contradição, tirando proveito da pilhagem e da exploração do povo e piorando de maneira sempre crescente as suas condições de trabalho e vida, e isto tudo com a chancela do poder político brasileiro, à época ocupado Vargas, o PCB localizava o imperialismo norte-americano, controlando, de maneira sempre crescente, os setores econômico, social, cultural e político no Brasil e reduzindo o país “[...] por completo à situação de colônia dos Estados Unidos”. (Tribuna do Povo, edição nº 146, 1 de janeiro de 1954, p. 1). O cenário catastrófico apresentado na leitura do PCB, presente em seu balanço das condições gerais da realidade vivida na cidade e no campo do Brasil, permanecia sendo o reflexo de uma “[...] política de traição nacional”, exercida por intermédio de Vargas em favor dos interesses políticos e econômicos do imperialismo norte-americano. (Tribuna do Povo, edição nº 146, 1 de janeiro de 1954, p. 2).

De acordo com esta leitura, “[...] os latifundiários e grandes capitalistas” se submetiam ao imperialismo norte-americano por interesses puramente econômicos e políticos, à despeito da soberania nacional, do “progresso do Brasil” e do bem-estar “[...] da maioria da nação”. (Tribuna do Povo, edição nº 146, 1 de janeiro de 1954, p. 2). Na possibilidade de novas guerras, visualizariam a obtenção de maiores lucros. A *Guerra Fria* estava a todo vapor e aconteciam tratativas entre o governo dos Estados Unidos e o Brasil para o estabelecimento de um acordo militar que discutia a possibilidade do envio de tropas brasileiras para lutar na *Guerra da Coreia*. Daí as classes dirigentes voltarem-se “[...] para os incendiários de guerra americanos na esperança de fazer bons negócios com novas guerras, de obter grandes lucros com a venda de matérias primas e gêneros alimentícios por preços exorbitantes e de ganhar bilhões neste negócio sangrento”. Por outro lado, nesta leitura, os latifundiários e grandes capitalistas trabalhavam para preservar sua posição política e seus privilégios econômicos e sociais. (Tribuna do Povo, edição nº 146, 1 de janeiro de 1954, p. 2)

Logo, através do governo Vargas, “[...] apoiados nos imperialistas americanos”, em seus “[...] dólares e armas”, os latifundiários e grandes capitalistas se constituiriam como as forças sociais que impediam o “progresso do Brasil”, condenando “[...] a maioria da nação à miséria e à escravidão e o próprio país ao estancamento, ao atraso crescente e à decomposição”. Em certa altura do documento do PCB, toda a política do governo Vargas era assim resumida: “arrastar o Brasil à guerra, vendê-lo aos imperialistas americanos a fim de conservar o latifúndio e as sobrevivências feudais e escravagistas na agricultura”. (Tribuna do Povo, edição nº 146, 1 de janeiro de 1954, p. 2).

Havia, portanto, muitas permanências teóricas do centro irradiador que foi a IC, compondo a base da concepção geral da leitura feita pelo PCB. O partido permanecia compreendendo a realidade brasileira como uma formação social composta pela dualidade capitalismo-feudalismo, dominada pelo imperialismo e entravada pelo latifúndio e suas relações de “tipo feudal”, pré-capitalistas. O principal inimigo era o agressor estrangeiro, o imperialismo norte-americano, ao mesmo tempo que resistiam, no campo, os “restos feudais”, expressos no conjunto das relações de trabalho e vida impostas pelos latifundiários aos camponeses. (Filho, 2007; Ramos, 2016).

O caráter da revolução brasileira, por sua vez, permanecia a mesma: a empreitada contra o imperialismo norte-americano e os “restos feudais” remetia à um processo mais profundo, que interpelava pela composição de uma ampla frente única e pelo advento de uma revolução democrático-burguesa, de característica anti-imperialista e agrária antifeudal. O PCB, em seu programa, permanecia radicalizado: havia uma debilidade estrutural no regime estabelecido no Brasil. Embora Vargas tenha sido eleito pelo voto direto em 1950, o partido alegava que aquelas eleições e a política adotada pelo governo, longe de expressar os “[...] interesses da maioria esmagadora da população” e dos “[...] supremos interesses da nação”, correspondia aos interesses “[...] de uma minoria reacionária”. Isto, pois, a Constituição e o processo eleitoral apresentavam sérias limitações, que atrofiavam o regime democrático e garantiam o monopólio do poder político nas mãos dos latifundiários e grandes capitalistas, ligados ao imperialismo norte-americano. Entre as limitações apontadas pelo PCB, estavam a negação do direito de voto aos analfabetos, que eram a maioria da população, e a cassação do registro legal do PCB (1947), que o impossibilitava de participar das eleições. (Tribuna do Povo, edição nº 146, 1 de janeiro de 1954, p. 2).

Além disso, no campo, o PCB afirmava que as “[...] grandes massas camponesas”, vivendo “[...] reduzidas à servidão”, praticamente não podiam “[...] participar de eleições senão para votar nos candidatos impostos pelos proprietários das terras” em que viviam. Disto decorria que, no bojo dos processos eleitorais, e embora as eleições tivessem de “[...] ser aproveitadas pelo povo em sua luta”, estas não passariam, “[...] nestas condições, de uma farsa para tentar esconder o caráter despótico” daquele regime. Diante disso, a síntese do problema geral apresentado pelo partido se achava resumida no fato de que a política de “traição nacional”, exercida pelo governo Vargas, mais do que um problema contornável por medidas de reforma, seria oriunda, imanente mesma, do próprio regime estabelecido no Brasil. (Tribuna do Povo, edição nº 146, 1 de janeiro de 1954, p. 3).

Não obstante estarem se fazendo representar por Vargas, o PCB alegava que as classes sociais dominantes, os latifundiários e grandes capitalistas ligados ao imperialismo norte-americano, poderiam ainda se fazer representar “[...] por outro instrumento da mesma minoria opressora”, sem que isso mudasse a situação do Brasil. Ao mesmo tempo, dizia o partido, “[...] seria também errôneo supor que por meio de golpes de Estado ou militares, de reformas parciais ou de eleições, sem tocar nas bases” do “[...] regime reacionário, fosse possível livrar o Brasil da catástrofe” que o ameaçava e “[...] libertá-lo do jugo dos imperialistas americanos”. (Tribuna do Povo, edição nº 146, 1 de janeiro de 1954, p. 4).

Tal explicação é sucedida pela defesa do partido de que a única alternativa capaz de findar verdadeiramente os problemas econômicos e sociais enfrentados pelo povo brasileiro seria a substituição daquele regime por outro. Era indispensável “[...] acabar com o regime dos latifundiários e grandes capitalistas a serviço dos imperialistas americanos, derrubar o governo de Vargas”. Lutavam pelo socialismo, mas, entendiam que as condições históricas brasileiras não possibilitavam a realização de “[...] transformações socialistas”. Seria, no entanto, “[...] perfeitamente realizável” a tarefa de substituir o governo “[...] anti-popular e anti-nacional” de Vargas “[...] por um governo do povo”, que libertasse “[...] o Brasil do domínio do imperialismo americano, dos latifundiários e dos grandes capitalistas, serviços do imperialismo”. (Tribuna do Povo, edição nº 146, 1 de janeiro de 1954, p. 3).

Este novo governo será chamado pelo partido de “[...] governo democrático de libertação nacional”. Deste, participariam, “[...] além da classe operária, os camponeses, a intelectualidade, a pequena e a burguesia nacional”. Seria um governo “[...] autenticamente democrático e popular”; “[...] patriótico e de paz, de defesa da soberania e da independência nacional”; um governo “[...] de salvação do Brasil e da felicidade do povo brasileiro”. (Tribuna do Povo, edição nº 146, 1 de janeiro de 1954, p. 3). E viria a lume por intermédio da “[...] mais ampla frente única anti-imperialista e anti-feudal, a frente democrática de libertação nacional”. (Tribuna do Povo, edição nº 146, 1 de janeiro de 1954, p. 4).

Na sua liderança, a classe operária. Mas, nesta “luta libertadora” da frente única, os operários e os camponeses, as duas classes mais atingidas pela situação “semicolonial e semifeudal” do Brasil, constituiriam “[...] a força principal e indestrutível”. Esta era uma aliança “[...] possível e necessária”, dizia o PCB. Em torno da frente única, dever-se-iam reunir “[...] todas as forças progressistas do Brasil”, sem distinções de situação social, partidárias, religiosas e/ou filosóficas, enfim, “[...] todos os democratas e patriotas” que desejassem “[...] uma pátria livre e poderosa”. (Tribuna do Povo, edição nº 146, 1 de janeiro de 1954, p. 4).

A vitória do processo revolucionário, por sua vez, se concretizaria na formação de um regime democrático-popular, em suma, uma “[...] uma ditadura das forças revolucionárias antifeudais e anti-imperialistas, [...] a maioria esmagadora da nação – operários, camponeses, pequena burguesia e burguesia nacional – sob a direção da classe operária e do seu partido comunista”. (Filho, 2007, p. 77). No item III do projeto de programa do PCB estão previstos 45 pontos, perfazendo um conjunto de transformações “democráticas e progressistas”, a serem realizadas pelo novo governo na estrutura econômico e social brasileira. Os pontos estão distribuídos em cinco subitens: 1) “Política Externa e Defesa da Independência Nacional”; 2) “Regime Político Democrático Popular”; 3) “Desenvolvimento Independente da Economia Nacional”; 4) “Melhoria Radical da Situação dos Operários”; 5) “Reforma Agrária e Ajuda aos Camponeses”.

Diante do projeto de programa do PCB, por determinação da direção nacional, a difusão das teses defendidas no documento ficava a cargo de todas as organizações e de todos os militantes do partido. Esta era uma “[...] tarefa primordial e importantíssima, uma tarefa permanente”, cuja realização constituiria “[...] dever de honra de cada militante, parte integrante da razão de ser de sua própria vida”, atividade através da qual estes revelariam “[...] suas verdadeiras qualidades de combatente revolucionário, dirigente político de massas, que confia no poder criador das massas e sabe conquista-la com paciência e tenacidade”⁹⁹. (Tribuna do Povo, edição nº 152, 13 de fevereiro de 1954, p. 3).

Era preciso levar o programa às massas. Permanecer atento às reivindicações e mobilizações travadas na dinâmica da vida cotidiana para transformá-lo num programa do povo, difundindo e explicando as suas teses e propostas. Nesta tarefa, atenção especial deveria ser dedicada ao trabalho de agitação e propaganda, com destaque para a rede de imprensa ligada ao partido.

Necessitamos agora dedicar uma atenção especial ao trabalho de agitação e propaganda que passará a ter como centro de toda a sua atividade a luta organizada pela mais ampla difusão entre as grandes massas populares o projeto de Programa do Partido. Trata-se não apenas de levar às massas o documento impresso, mas de organizar o debate e a explicação do documento no seu todo e de cada um de seus pontos. Nesse sentido, a imprensa do Partido é o principal instrumento de que dispomos para fazer chegar ao conhecimento de todas as classes e camadas sociais o nosso projeto de Programa. Em todo o partido, de cima-a-baixo, é ainda muito grande a subestimação do papel da imprensa como instrumento decisivo e insubstituível, capaz de levar às mais amplas massas a palavras de nosso Partido. Esta subestimação precisa ser rapidamente vencida se quisermos fazer com que o Programa do Partido chegue efetivamente e no menor prazo possível ao conhecimento de todo o nosso povo. Através da imprensa poderemos fazer a explicação diária dos diversos pontos

⁹⁹ “Sobre o programa do PCB (Informe apresentado por Luiz Carlos Prestes ao Pleno do Comitê Central do PCB)”. (Tribuna do Povo, edição nº 152, 13 de fevereiro de 1954, p. 3).

do Programa, orientar o debate público, difundir em todo o país o resultado de conferências, mesas redondas, etc., publicar “enquetes” e entrevistas, assim como divulgar as diversas questões tratadas no Programa por meio de artigos esclarecedores e de defesa do Programa. Enfim, é necessário e indispensável que com a difusão do Programa do Partido façamos a nossa imprensa dar um passo à frente no sentido de transformar-se em verdadeira imprensa do povo, especialmente da classe operária e das grandes massas camponesas, capaz de responder com presteza às indagações do povo, de difundir os sentimentos e as reivindicações das amplas massas populares, passe a cumprir a sua tarefa precípua de educador de massas, mobilizador e organizador do povo¹⁰⁰. (Tribuna do Povo, edição nº 152, 13 de fevereiro de 1954, p. 3).

Em novembro de 1954, o projeto de programa do PCB foi aprovado no IV Congresso do PCB. As premissas e as propostas presentes no documento permaneceram inalteradas. Em tese, a linha política do partido continuava a mesma. Porém, apesar do conteúdo programático radicalizado, na prática, o PCB trabalhava para se “reinsserir” na atmosfera sociopolítica brasileira, fomentando a participação de seus quadros nos movimentos sindicais e nos processos político-eleitorais. (Filho, 2007).

3.2. *Circulação, recepção e tradução das ideias*

Em termos metodológicos, no campo de estudo da história das ideias políticas, para pensar o que Bianchi e Góes (2023) chamaram de “translação temporal e espacial” destas ideias numa escala internacional, duas “metáforas”, ou abordagens, são bastante profícuas: a da *circulação* das ideias e a da *tradução* ou *tradutibilidade* das ideias. As duas metáforas têm sido empregadas para nomear e examinar processos diferentes, embora possam ser utilizadas de maneira complementar. (Bianchi, 2016; Bianchi, Góes, 2023). Antes de mais nada, é importante situar que os processos a que nomeiam são movidos por relações de força, contradições, hierarquias, interesses.

São estas relações que “[...] determinam o que pode e o que não pode circular, o que deve e o que não deve ser traduzido, a direção na qual esses processos ocorrem. E são estas relações de força também que determinam as formas que estes processos assumem”. (Bianchi, 2016, p. 15). Acrescentamos, ademais, que nos deteremos aqui mais diretamente à exposição do uso destas metáforas no âmbito dos estudos que tomaram os processos de produção e difusão do marxismo como objeto de análise, que é também objeto de nosso trabalho.

¹⁰⁰ Mais adiante, ainda neste capítulo, veremos como, sendo um jornal que funcionou como um órgão de imprensa do PCB no Maranhão, atuando como canal oficial de comunicação do partido, a *Tribuna* inteirou-se ativamente no cumprimento destas tarefas partidárias, trabalhando, no Maranhão, pela difusão das teses e propostas defendidas pelo partido.

A metáfora da *circulação* refere-se aos processos de “[...] transferência ou migração de ideias de um contexto para o outro” (Bianchi, 2016, p. 3), nomeando os caminhos percorridos entre a produção, a difusão e a *recepção* de um texto ou corpo de ideias para outro contexto que não o seu originário. Assim, este primeiro enfoque “[...] permite dimensionar os processos de difusão e intercâmbio de ideias entre diferentes contextos nacionais”, mas “[...] mostra-se mais limitado quando se trata da produção de novos significados e sentidos constitutivos desses processos”. (Bianchi, Góes, 2023, p. 218). A noção de *recepção* é pensada por Tarcus (2018), que, ao refletir sobre a circulação das ideias marxistas e as condições de sua chegada à Argentina em fins do século XIX e início do seguinte, a entendeu como parte constitutiva e inseparável do processo mais amplo de produção/difusão das ideias, a nível global. Nesta dinâmica de exportação-importação de ideias, participam muitos agentes, operando por muitos meios e em medidas diversas.

Analicamente, com base no papel desempenhado pelos agentes no processo de circulação das ideias, Tarcus distingue pelo menos quatro momentos, em uma “cadeia” que não é fechada, onde os momentos não se realizam de maneira necessariamente sucessória e com um mesmo agente podendo vir a desempenhar mais de uma função. São os momentos da *produção*, *difusão*, *recepção* e *apropriação* ou *consumo* das ideias. O momento da *produção*, seria levado a cabo durante o processo mesmo de produção de um texto ou “corpo” de ideias, tendo como protagonista os chamados “intelectuais conceptivos”, que formulam suas teses dentro de um contexto histórico particular. No caso das teses marxianas e marxistas, seriam Marx e Engels à medida da produção de sua concepção materialista da história.

O momento da *difusão*, por seu turno, é identificado quando tal corpo de ideias é editado e difundido através de “[...] livros, folhetos, periódicos, revistas, cursos, conferências, resenhas, debates, resumos, escolas, traduções etc”. (Tarcus, 2018, p. 36). Neste caso, a difusão pode ser efetuada tanto pelos próprios “intelectuais conceptivos”, como também por agentes interessados comercial, cultural e/ou politicamente em fazê-lo, como editoras, “[...] editores e coletivos editoriais de periódicos e revistas, tradutores profissionais e divulgadores, ‘publicistas’ e propagandistas, partidos ou movimentos”, que podem assumir determinada teoria e dirigi-la “[...] para diversas vias sua difusão”. (Tarcus, 2018, p. 36). No caso das teses marxianas, os próprios Marx e Engels assumiram, em vida, o papel de difusores de suas ideias. Já no caso do marxismo, conformato a partir da década de 1880 na Alemanha, seu centro de irradiação, atuaram pela sua difusão Kautsky, Bernstein, por exemplo, além do *Partido Social-Democrata da Alemanha* e da *Internacional Socialista*.

Já o momento de *recepção* das ideias, do ponto de vista do sujeito receptor, seria o momento de “importação” de um corpo de ideias para um contexto nacional diferente do qual fora originalmente produzido. “É um processo ativo, no qual determinados grupos sociais sentem-se interpelados por uma teoria produzida em outro campo, intentando adaptá-la ao (recepção-na em) seu próprio campo”. (Tarcus, 2018, p. 37). Disto decorre que “[...] nenhuma recepção é neutra nem total: todo processo de recepção implica um certo grau de seleção e adequação”. (Tarcus, 2018, p. 53). Os meios são também a tradução ou reedição das obras em formato de livros, folhetos, artigos, revistas, jornais, etc. Ao mesmo tempo, estão incluídos aqui todo o conjunto das produções que surgem ou podem surgir do corpo de ideias que fora recepcionado. Assim, neste processo, põem-se “[...] em evidência toda uma cadeia de recepção e difusão, que envolve uma rede crescentemente complexa de tradutores, editores, distribuidores, livreiros”. (Tarcus, 2018, p. 38).

O momento da *apropriação* ou *consumo* das ideias, por sua vez, é aquele em que um suposto leitor “final”, ao término da “cadeia de circulação” das ideias, as consome. Como ressalta Tarcus (2018, p. 39), as “[...] aspas estão para nos recordar que a distinção é sempre analítica, pois nunca há um leitor ‘final’, na medida em que esse leitor que está no final da cadeia, converte-se eventualmente em um novo difusor, receptor, ou inclusive produtor...”. (Tarcus, 2018, p. 39). No interior do processo de difusão/recepção das ideias, de circulação, ou seja, de migração de um texto ou corpo de ideias para um contexto geográfico e/ou temporal diverso do de sua origem, é que a metáfora da *tradução* demonstra sua fecundidade. É utilizada para referir-se aos novos significados que surgem entre a emissão originária e a recepção das ideias, num trabalho que se afastaria da noção de “aplicação esquemática” ou “adaptação mecânica” e passaria necessariamente pela apropriação crítica e criativa do texto, teoria e/ou conceitos recepcionados. (Bianchi, 2016).

Logo, de acordo com Bianchi (2016, p. 9), “[...] a tradução nunca é uma simples transferência nem um consumo passivo de informações produzidas em outro contexto. Implica sempre em uma negociação entre diferentes culturas, um processo no qual o resultado não está necessariamente previsto no original”. É permanência, mas é também renovação. E o “novo que surge” tem origem do confronto entre as formulações originárias e as interpelações que se impõem pela realidade concreta do novo contexto onde tais ideias são acionadas. A tradução seria, assim, produto orgânico de uma operação permanente de consumo, atrito, desconstrução e reconstrução, num processo que, segundo Cortés (2016, p. 152), remete “[...] à produção de uma *novidade teórica*, evitando exercícios de mera transposição ou aplicação de conceitos já estabelecidos”. A metáfora da tradução surge, então,

[...] como um bom recurso para compreender as formas como novas matrizes de ação e pensamento se originam no processo de negociação entre diferentes contextos linguísticos e culturais. Em particular, é útil para refletir sobre a vida intelectual dos países com um passado colonial, que estão sempre diante das ideias provenientes da metrópole, assumindo que a "circulação internacional" de ideias não ocorre sem pressões nem obstáculos, mas faz parte de um movimento constitutivo do conflito hegemônico¹⁰¹. (Bianchi, Góes, 2023, p. 218).

Pensando a recepção das ideias marxistas na América Latina, por exemplo, Cortés toma parte no debate sobre a validade da díade *marxismo latino-americano*, em vez de um marxismo *na América Latina*, este último entendido como um corpo de ideias “excêntricas”, sem raízes mais fecundas no continente. Diante da problemática, o autor foi cristalino ao condicionar a existência de um *marxismo latino-americano* à *tradução* da teoria marxista às especificidades históricas do continente: pode ser pensado, “[...] desde que haja um exercício de tradução que articule organicamente a vocação universal do primeiro termo com os dilemas específicos apresentados pelo segundo”¹⁰². (Cortés, 2016, p. 151).

Ou seja, o fato de o capitalismo e suas relações, objetos do marxismo, se expressarem globalmente, traçando aspectos ou linhas de força incontornáveis, uma vez que constituem partes inegociáveis do modo de produção capitalista, não explica as formas particulares que assumem fora das condicionantes europeias, seu berço de origem e onde foram tomados a priori como matéria de análise de Marx e Engels. A busca por apreender a singularidade histórica do novo contexto analisado, condicionada pela íntima articulação entre teoria e a prática políticas no presente que urge, reivindicaria um trabalho permanente de “exumação” do marxismo, que não teria um caráter fechado, acabado, cristalizado, mas aberto, passível de desenvolvimentos, terreno de onde pode germinar renovada teorização. Ou, como acentua Schlesener (2022, p. 82) referindo-se à noção de *tradutibilidade* em Gramsci, que já o abordava nos Cadernos do Cárcere: traduzir “[...] supera em muito os limites restritos da linguística ou da filologia: significa mostrar a articulação intrínseca entre teoria e prática acentuando a centralidade da política e tomando interpretação como tradutibilidade para a realidade histórico-política presente”.

No caso do marxismo latino-americano, Cortés (2016) reconhece na trajetória do argentino José Aricó um exemplo exitoso deste trabalho de tradução, pelo papel que desempenhou entre os anos de 1960 e 1983, seja à frente da revista *Pasado y Presente*, seja através da publicação de artigos e livros autorais. Na leitura do autor, Aricó, negando a ortodoxia do marxismo ligado aos PCs e atento à dinâmica da atualidade de seu contexto

¹⁰¹ O texto de Bianchi e Góes foi por nós traduzido do espanhol para o português.

¹⁰² O texto de Cortés foi por nós traduzido do espanhol para o português.

geográfico, temporal e cultural, sintetizou e injetou muitas novidades teóricas, incorporando organicamente contribuições de Gramsci, Mariátegui, Lênin, de um Marx fora de suas obras mais consagradas, de outros marxismos e de outras expressões da cultura moderna, como Weber, Hans Kelsen e Carl Schmitt, por exemplo. Assim, como um “escultor”, Aricó teria se destacado de maneira singular no trabalho de renovação da teoria marxista, no continente latino-americano e na teoria marxista como um todo.

Góes (2017, p. 304), por sua vez, vê êxito nos *Subaltern Studies* como “[...] uma tentativa de traduzir o marxismo à realidade indiana” durante a década de 1980. No bojo das análises sobre as estruturas de dominação colonial inglesa e das particularidades da posterior formação do Estado pós-colonial na Índia, negando o decalque esquemático da teoria marxista então hegemônica nos PCs do país, de matriz “terceiro-internacionalista”, e recepcionando de maneira frutífera as contribuições de Gramsci, o esforço teórico dos intelectuais *subalternistas* teria culminado na “[...] produção de *algo novo*”. (Góes, 2017, p. 304, grifos da autora), trazendo contribuições importantes tanto para uma historiografia dos grupos subalternos na Índia, ao mesmo tempo que indicando novos caminhos promissores para o mesmo exercício em outras geografias do globo.

Ambas as metáforas, portanto, circulação ou tradução, nos permitem analisar este amplo e complexo processo de produção, difusão, recepção e consumo das ideias, particularmente, das marxistas, no qual a *Tribuna* também esteve inserida.

3.3. *Mergulhando na Tribuna: o vitorinismo e o governo Eugênio Barros como "sustentáculos do imperialismo norte-americano" no Maranhão e como manifestações de um regime sociopolítico putrefato*

Neste tópico, exporemos alguns escritos da *Tribuna do Povo* com o intuito de que nos indiquem elementos acerca das interpretações do jornal sobre a dinâmica política estadual. No período em que esteve em atividade e que compreende o nosso recorte de pesquisa (1945-1955), isto pode ser verificado, sobretudo, nos escritos em que a *Tribuna* denuncia os impactos do governo *vitorinista* de Eugênio Barros (1951-1955). Dentro do conjunto documental atualmente disponível para nossa consulta, isto aparecerá nas edições publicadas entre os anos de 1953 e 1955, através das quais tentaremos extrair a maneira como o semanário comunista compreendia o *vitorinismo* e o governo Eugênio. Antes, porém, precisamos trazer alguns elementos contextuais que nos permitirão realizar bem o nosso objetivo.

Primeiro, precisamos entender que, para *Tribuna*, os governos Dutra (1945-1950), Vargas (1950-1954) e Café Filho (1954-1955), embora guardassem suas particularidades conjunturais, compartilhavam muitas características em comum: todos eram compreendidos como associados ao imperialismo norte-americano, governos de “traição nacional”, tidos como expressões de um regime sociopolítico putrefato, que, dentro da perspectiva programática do PCB, compartilhada pela *Tribuna*, precisava ser substituído. Nesta leitura, atuavam contra a soberania nacional e contra o povo. Contra a soberania nacional, pois, favoreciam os interesses dos monopólios econômicos estrangeiros, especialmente dos Estados Unidos, diante das transações envolvendo os setores estratégicos da economia brasileira, como o petrolífero, o energético e o mineral. Além disso, porque mantinham suspensas as relações comerciais e diplomáticas com a URSS e Democracias Populares. E contra o povo, pois, permitiam a crescente exploração e carestia de vida, intensificavam a repressão às organizações sindicais e aos movimentos grevistas, e, ademais, impediam o retorno do PCB, o “partido da classe operária”, à legalidade democrática¹⁰³.

¹⁰³ Além do que será exposto ao longo deste trabalho, chegamos a esta conclusão ao compararmos a maneira como o PCB, Prestes e a *Tribuna* se referiam aos governos Dutra, Vargas e Café Filho. O vocabulário utilizado pelo PCB, em sua forma e conteúdo, será compartilhado pela *Tribuna*. As análises mais pormenorizadas a respeito do cenário nacional e internacional aparecem no semanário maranhense, em maior medida, nos textos elaborados sob a chancela do PCB, como por Prestes, em documentos de análise de conjuntura, ou nos programas do partido. Este material, que era publicado pelos principais jornais do PCB, como a *Voz Operária* e a *Classe Operária*, também chegava à redação da *Tribuna* para ser reproduzido/republicado. A *Tribuna* tomará de empréstimo estas formulações da instância central do partido, acionando seu vocabulário para referir-se aos governos Dutra, Vargas e Café Filho, geralmente ao abordar algum aspecto da dinâmica sociopolítica estadual, apontando o núcleo duro do problema para o centro do regime estabelecido no Brasil ao mesmo tempo em que fazendo a defesa das teses revolucionárias do PCB. Isto não significa, contudo, que a temática mais ampla, refletindo sobre a situação nacional-internacional, não tenha sido objeto direto da reflexão do jornal. João Bispo Furtado, por exemplo, o fez em *A carta de Getúlio e a situação nacional*, texto onde ressaltou que, do atentado à Carlos Lacerda “[...] até o suicídio forçado do presidente Vargas, uma coisa está cada vês mais clara aos olhos de todo o povo brasileiro: a [dominação] cada vês mais acentuada de nosso país pelos imperialistas norte-americanos”. (*Tribuna do Povo*, edição nº 182, 25 de setembro de 1954, p. 2 e 5). Para fundamentar sua afirmação, além da Carta deixada por Vargas, Bispo Furtado recorreu a um texto de André Silva Paragassu, publicado na revista *Problemas*, edição nº 43 (nov-dez), de 1942, sob o título de *A luta dos trabalhadores do Brasil contra o jugo do imperialismo dos Estados Unidos, pela independência nacional e pela paz*. De todo modo, nas produções autorais da *Tribuna*, o governo Dutra foi tratado, por exemplo, como “ditadura Dutra”. (*O ‘Bate-Fundo’ da Copa e Cozinha não interessa ao povo*. *Tribuna do Povo*, edição 43, 23 de julho de 1949, p. 1); um governo submisso aos “monopólios anglo-americanos”, particularmente aos Estados Unidos. (*Illegal rebaixamento de salário na fábrica Santa Amelia*. *Tribuna do Povo*, edição 51, 17 de setembro de 1949, p. 4). Já o governo Vargas, foi chamado de “[...] ex-ditador, fascista e inimigo número um da classe operária”. (*Alimentação Sadia e Barata*. *Tribuna do Povo*, edição nº 144, 19 de dezembro de 1953, p. 6 e 5); Vargas será o executor de uma “política de traição nacional”, em favor do imperialismo norte-americano. (*A criança e o país do socialismo*. *Tribuna do Povo*, edição nº 144, 19 de dezembro de 1953, p. 4). O governo Café Filho, por sua vez, será tratado pela *Tribuna* como uma “[...] ditadura americana do Sr. Café Filho” que “[...] assaltou o poder à 24 de agosto de 1954” e que rumava para um golpe de estado no país, tendo, por detrás, o imperialismo norte-americano, aspirando pelo monopólio das riquezas nacionais e preconizando a intensificação da “[...] preparação de nosso país para a guerra (*Manifesto Eleitoral do Comitê Regional do Maranhão do Partido Comunista do Brasil*, *Tribuna do Povo*, edição nº 243, 3 de setembro de 1955, p. 1 e 2).

Fazer este apontamento é importante porque esta compreensão atravessará o conteúdo do jornal em seu conjunto, de maneira que as leituras de Prestes e da direção do PCB sobre o cenário nacional e internacional serão tomadas pela *Tribuna* como base para interpretação do cenário sociopolítico internacional, nacional e estadual e para a formulação de suas orientações aos trabalhadores. Segundo, quanto à dinâmica sociopolítica do Maranhão, muitas foram as suas características nos anos que compreendem o período de atividade da *Tribuna* e que perfazem o recorte de nossa pesquisa. Duas, no entanto, imbricadas na sua tessitura mais íntima, nos parecem integrar o universo mais amplo dos contornos políticos no período em questão: 1) as acirradas disputas travadas entre as oligarquias maranhenses pelo poder político estadual, situação que, por vezes, lançou o Maranhão, especialmente sua capital, São Luís, em caos generalizado, recrudescente as crises econômicas e sociais que incidiam sob o estado; 2) a presença do pernambucano Vitorino de Brito Freire¹⁰⁴, construindo e consolidando a hegemonia de sua frente política no poder político do Maranhão, conformando o que viria a ser chamado de *vitorinismo*. Esta frente política, liderada por Vitorino, hegemonizará o poder político maranhense até 1965, elegendo os governadores, vice-governadores e se fazendo maioria entre os deputados e senadores pelo estado¹⁰⁵.

¹⁰⁴ Vitorino Freire nasceu no município de Pedra do Buíque, em Pernambuco. Foi por intermédio de Martins de Almeida, interventor nomeado por Vargas no Maranhão na primeira metade da década de 1930, que Vitorino Freire foi introduzido na cena política maranhense. Ao ser indicado para interventor, Martins de Almeida trouxera Vitorino, que conhecera na revolução constitucionalista de São Paulo, em 1932, delegando-o a chefia de sua Secretaria de Governo, cargo que ocupou de 1933 a 1935. Ademais, Vitorino veio ao Maranhão com o objetivo de organizar o PSD no estado, tendo em vista as eleições de outubro de 1934. (Buzar, 1998). Com a derrota do PSD naquele pleito, antes mesmo do golpe de Vargas, em 1937, Vitorino retornou ao Rio de Janeiro, em 1936, passando a exercer funções junto ao Ministério da Educação e Cultura. Logo depois, transferiu-se para a função de oficial de gabinete do deputado federal Antonio Carlos de Andrade. E em 1939, passou a exercer funções no Ministério de Viação e Obras Públicas, desta vez junto ao general João Mendonça de Lima. Antes de vir ao Maranhão, no início da década de 1930, Vitorino já havia integrado o gabinete daquele Ministério, sob a chancela do general José Américo de Almeida, que conhecera durante a revolução de 1930. Segundo Costa (2004), e isto configuraria uma das peculiaridades da história política do Maranhão, no período de abertura democrática de 1945, o ex-interventor Paulo Ramos não obteve êxito em criar uma engrenagem de sustentação política ao seu nome e partido no Maranhão, diferentemente do que ocorreu em outros estados da federação com outras figuras diretamente vinculadas ao *Estado*. Paulo Ramos renunciou ao cargo em 8 de abril de 1945, agregando-se no PTB, que possuía pouca expressão no Maranhão. Mais do que isso, o ex-interventor de Vargas rumou para o lado da oposição, apoiando a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes. O motivo, como aponta Buzar (1998), consistia na afirmação de que a vitória eleitoral de Dutra representaria o retorno de Vitorino ao Maranhão, e, com este, a volta do retrocesso político no estado. A vacância no executivo estadual resultou na retomada de acirrados embates intra-oligárquicos e interpartidários pela nova composição do bloco no poder no Maranhão. E, de fato, como receava Paulo Ramos, não tardou e Vitorino retornou ao Maranhão, costurando acordos com velhas figuras da política local e reorganizando o PSD no estado, em consonância com a nova legislação eleitoral, que previa a organização dos partidos em bases nacionais. Transferiu-se para o Maranhão, ademais, para viabilizar a candidatura de Dutra à presidência da República. (Buzar, 1998; Costa, 2004). De qualquer maneira, era o limiar da ascensão e domínio político de um “preposto civil do poder central” no Maranhão. (Micle, 1991 apud Costa, 2004, p. 31).

¹⁰⁵ Nesta empreitada, foram cruciais a Vitorino os vínculos que possuía e que desenvolvera com diversos atores políticos influentes no cenário político e social nacional, especialmente àqueles que integraram a estrutura estatal durante as décadas de 1930 e 1960. Como com Dutra, que era seu amigo pessoal, Juarez Távora, João de Mendonça

Em oposição à frente política *vitorinista*, organizou-se uma conjugação partidária fluída, que reuniu legendas diversas a depender da conjuntura política e dos acordos ante os períodos eleitorais. A esta frente política, que marcaria presença em todas as eleições entre 1950 a 1965, nominou-se de *Oposições Coligadas*. Reunia, segundo Costa (2004, p. 33), [...] os grupos políticos tradicionais aliados do poder pelo vitorinismo e seus dissidentes”. Mas, não somente. Em meados da década de 1950, extraoficialmente e de maneira crítica, os comunistas e a *Tribuna*, em sintonia com as orientações políticas da direção nacional do PCB, também se somaram às Oposições. Objetivavam, com isto, a derrota do *vitorinismo* através da composição de uma ampla frente única¹⁰⁶. Quanto as Oposições Coligadas, o mais importante, por agora, é saber que

Conforme definição elaborada pelo jornalista Neiva Moreira, a coligação não era de esquerda, porém “representava um passo à frente no quadro político e social do estado, dominado então pelas oligarquias rurais”. Seria “inegavelmente um movimento progressista”, apoiado por todos os sindicatos de São Luiz (“inclusive os mais atuantes, como o dos Estivadores e Comerciantes”) e desfrutando de “uma grande simpatia no seio da classe média e das populações marginalizadas dos subúrbios”. (Moreira, 1989 apud Costa, 2004, p. 33).

E serão os embates entre estas duas principais forças políticas, *vitorinistas* e oposicionistas, nada homogêneas, com dissidências e aderências dos dois lados, que delimitarão as disputas político-eleitorais durante todo o período de atividade da *Tribuna*. Ao mesmo tempo, será sobre este terreno que a *Tribuna* buscará influir. Para lançar as bases do que pensava a *Tribuna* sobre o *vitorinismo* recorreremos aqui, antes de mais nada, a dois registros importantes, um de William Moreira Lima, dirigente do PCB no Maranhão, e outro de Maria Aragão, dirigente do PCB no Maranhão e diretora da *Tribuna*. Como ressaltou William Moreira Lima, o *vitorinismo* representava, no Maranhão, “[...] opressão, corrupção e violência”¹⁰⁷. (*Tribuna do Povo*, edição n° 244, 8 de setembro de 1955, p. 1). Nesta toada, Maria Aragão, em uma de

Lima, José Américo Almeida e Gustavo Capanema, por exemplo, dos quais recebia proteção e com os quais tecia costuras políticas e acordos. (Grill, 2012). Todos os citados ocuparam cargos junto ao poder político federal: Dutra como presidente, os demais como ministros. Ademais, importante liderança dentro dos quadros do PSD, e, pela posição que o partido ocupou no cenário político nacional após a abertura democrática de 1945, o aparato e poderio partidário lhe garantiria os trânsitos necessários para tornar exequível o projeto de dominação política no Maranhão. (Costa, 2004).

¹⁰⁶ Extraoficialmente até porque, lembremos, o PCB estava com seu registro cassado desde 1947. Ao passo disto, o apoio aberto dos comunistas maranhenses também não era bem aceito por frações dos oposicionistas. Veremos isto mais detalhadamente no tópico em que abordamos as lutas político-eleitorais de 1955 e a *Tribuna*.

¹⁰⁷ As afirmações de Moreira Lima foram dadas em entrevista à *Tribuna* em setembro de 1955, oportunidade em que o dirigente do PCB justificava a posição tomada pelo partido durante as eleições de 1955 no plano estadual, somando forças à frente única contra o *vitorinismo*. A reportagem foi intitulada “Dr. William Moreira Lima à *Tribuna do Povo*: ‘luto e lutarei sempre contra os golpistas’”. (*Tribuna do Povo*, edição n° 244, 8 de setembro de 1955, p. 1 e 2).

suas obras autobiográficas, caracterizou o *vitorinismo* como “[...] o atraso, o caciquismo, o coronelismo, o império dos currais eleitorais”. (Aragão, 1992, p. 129).

Isto posto, passemos agora à descrição do governo Eugênio Barros, um representante direto do *vitorinismo*, sob o ponto de vista da *Tribuna*, que o denunciará com toda força. A maneira como foi alçado ao poder político, em 1951, as fraudes eleitorais, a perseguição aos comunistas maranhenses e a truculência de suas forças policiais contarão de maneira singular para isto. Após as eleições de 1950, Eugênio assumirá o governo do Maranhão, ante protestos, pancadaria, depredação, tiroteios e incêndios, após acordo firmado entre o grupo *vitorinista* e Vargas, passando “[...] por cima do sangue e dos cadáveres do povo maranhense”, como dissera Azevedo (2016, p. 200). Para melhor compreendermos isto, precisamos visitar, ainda que brevemente, àqueles eventos da história política do Maranhão. À época das eleições de outubro de 1950, Eugênio era um empresário industrial que se estabeleceu em Caxias, onde era dono da fábrica de tecidos “Sanharó”. Era também prefeito daquele município. (Buzar, 1998).

Sua vitória nas eleições de 1950, contra o candidato das Oposições, Saturnino Bello, foi marcada por fraudes eleitorais e por forte suspeição da Justiça Eleitoral, que tinha contra si o estigma de ser conivente com as ações fraudulentas em favor do *vitorinismo*. Naquela ocasião, muitos recursos foram impetrados junto ao TRE e ao TSE, tanto pelos *vitorinistas*, quanto pelos oposicionistas¹⁰⁸. Enquanto ainda ocorriam apurações, em janeiro de 1951, o que parecia rumar no sentido da vitória de Saturnino Bello, de repente, veio abaixo: o TRE anulou cerca de 16 mil votos da capital, reduto dos oposicionistas, de modo que os votos em Eugênio Barros ultrapassaram os de Bello em cerca de 6.000 votos. (Buzar, 1998).

A anulação, é claro, terminava por lançar mais dúvidas ao já intranquilo processo eleitoral. Ademais, numerosas seções foram anuladas, o que indicava a impossibilidade de qualquer alteração nos rumos do resultado como este já se apresentava. Para piorar, pouco depois, em 16 de janeiro de 1951, Saturnino Bello veio à óbito por um enfarto cardíaco fulminante. Rapidamente, as circunstâncias da morte de “Satú” foram creditadas pelo eleitorado ludovicense aos juízes do TRE: o candidato das Oposições teria falecido de puro desgosto. (Azevedo, 2016; Buzar, 1998; Costa, 2004). Em seguida ao ocorrido, o TRE, que não previa qualquer medida em sua legislação para um caso como aquele, declinou à realização de eleições

¹⁰⁸ A alegação, todavia, era a mesma: teriam ocorrido inúmeras fraudes eleitorais. Os *vitorinistas*, tentavam impugnar urnas da capital maranhense, onde os oposicionistas preponderavam; os oposicionistas solicitavam a impugnação de urnas do interior maranhense, onde os votos e as fraudes em favor dos *vitorinistas* prevaleciam. (Buzar, 1998).

suplementares, “[...] sob o argumento de que o eleitorado não poderia votar num candidato morto”. (Buzar, 1998, p. 98).

Assim, sem aguardar a decisão dos recursos que corriam no TSE, o TRE declarou e diplomou Eugênio Barros como novo governador do Maranhão. Para todos os efeitos, chegava-se ao fim de um conturbado processo eleitoral. Uma coisa, porém, era a declaração e diplomação de Eugênio pela Justiça Eleitoral, outra era a sua posse como novo governador. As circunstâncias que levaram à sua eleição acabaram produzindo um cenário de intensas mobilizações populares na capital, puxadas pelas Oposições, com o intuito de impedir, a qualquer custo, a sua posse. As manifestações ocorriam no Largo de São Carmo e na Praça João Lisboa, no centro de São Luís, reunindo os líderes das Oposições, trabalhadores, estudantes, segmentos da classe média e até empresários vinculados a *Associação Comercial do Maranhão*. Os números dão conta de que tais manifestações, que ocorriam diariamente, reuniam um contingente de cerca de 3 a 4 mil pessoas. (Azevedo, 2016; Buzar, 1998; Costa, 2004).

O falecimento de Satú e o seu cortejo fúnebre pelo centro de São Luís, reunindo algo em torno de 30 mil e 40 mil pessoas - o que representava aproximadamente 1/3 da população total da capital, de 120 mil habitantes - contribuiu para amalgamar a revolta popular na cidade. Criou-se um carregado ambiente em que se misturavam comoção e revolta popular, pela morte de “Satú”, mas também pela própria atmosfera política radicalizada na capital, a recrudescer ainda mais. Certamente, pode-se dizer, as nulidades do TRE e a diplomação de Eugênio tendo por justificativa categórica a morte de Saturnino, também não ajudaram a arrefecer os ânimos. Por outro lado, as oposições souberam articular, mobilizar e canalizar a comoção e a revolta popular, centrando-a numa luta pela “libertação do Maranhão”, contra o *vitorinismo*. (Costa, 2004).

Disto, desdobraram-se os eventos da chamada *Greve de 51*, que lançou São Luís, e o Maranhão, aos holofotes nacionais, rendendo à capital o título de “Ilha rebelde” ou “Ilha indomável”. (Costa, 2004). Articulada pelas Oposições para impedir a posse de Eugênio, a greve se estendeu por praticamente todo o ano de 1951 (com momentos mais acirrados entre janeiro e março e entre setembro e outubro daquele ano), envolvendo dois confrontos abertos, com mortes e muitos feridos, entre populares e as forças policiais e federais, estas solicitadas pelos *vitorinistas* ao TSE a fim de garantir a posse de Eugênio. (Buzar, 1998; Costa, 2004).

Os momentos mais acirrados caracterizam as “duas fases” da *Greve de 51*. Em janeiro, logo no início do movimento, manifestantes depredaram as casas de dois dos integrantes do TRE, a do juiz Rui Moraes e a do desembargador Henrique Costa Fernandes. Foi também ateado fogo no jornal *vitorinista Diário de São Luís* e chegou a ser tirada do ar a rádio oficial

do governo, a *Rádio Timbira*, impedindo a transmissão da posse de Eugênio. O primeiro confronto entre populares e as forças militares ocorreu dia 28 de janeiro, nos arredores do Largo do Carmo. A polícia abriu fogo contra os manifestantes, ferindo dezessete pessoas e matando o jovem operário José Ribamar Prado, de 17 anos, que logo foi transformado num símbolo da resistência, “mártir” da “luta de libertação do Maranhão”. (Buzar, 1998; Costa, 2004).

A mobilização transformou-se em greve geral. Fábricas paralisadas. O mesmo para o comércio. Segundo Costa (2004, p. 41), a “[...] insegurança, a perplexidade e o medo fizeram com que a indústria, os transportes urbanos, o comércio, os bancos, o porto – enfim, tudo permanecesse parado”. A greve produziu ainda problemas no fornecimento de água e energia elétrica e a “possibilidade de colapso total” era uma realidade. (Costa, 2004, p. 41). Com o impasse, as Oposições e os *vitorinistas* aguardavam os novos encaminhamentos políticos da capital federal: ou o resultado em definitivo do TSE, em cujos processos contra a diplomação de Eugênio ainda tramitavam, ou, da parte de Vargas, a ordem de intervenção federal ou de retirada das tropas federais do Maranhão, comandadas pelo general Edgardino de Azevedo Pinta, da 10ª Região Militar, com sede em Fortaleza. (Buzar, 1998; Costa, 2004).

Neste primeiro momento, Vargas optou por manter as tropas federais na capital e enviou ao Maranhão também o seu Ministro da Justiça, Negrão de Lima, para ensejar um acordo entre o grupo *vitorinista*, Eugênio Barros e as Oposições. O que disso resultou foi um licenciamento temporário de Eugênio do cargo de governador, que se retirou para o Rio de Janeiro. Enquanto isto, outro apadrinhado político de Vitorino, mas com bom diálogo com os setores de oposição, e que era o então presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, César Aboud (PST), um dos mais importantes comerciantes e industriais de São Luís (Reis, 2007), assumiu interinamente o governo do estado até que o TSE julgasse os recursos impetrados pelas Oposições. Em 15 de março de 1951 formou-se um governo de coalização. (Costa, 2004).

O que era para ser um governo temporário perdurou até 3 de setembro de 1951, quando o TSE, enfim, deu seu veredito: por unanimidade, decidiu pela legalidade das eleições e pela legitimidade da diplomação de Eugênio pelo TRE do Maranhão. Em meio a uma onda de novas negociações, Eugênio decidiu reassumir o governo do estado, anunciando que voltaria ao Maranhão no dia 18 de setembro de 1951. A derrota imposta pelo TSE às Oposições desencadeou uma nova onda de revolta popular, recrudescendo o estigma sobre a Justiça Eleitoral e a revolta popular. Registrou-se, então, um segundo grande confronto entre populares e as forças militares. As Oposições, mobilizadas junto aos populares, permaneceu concentrada no Largo do Carmo. A previsão de chegada de Eugênio, estava prevista para as 17 horas. Por

volta deste mesmo horário, deflagrou-se um intenso confronto: tumulto, pancadaria, tiroteio, mortes e feridos tomaram conta do centro da capital. Os números davam conta de cerca de 39 feridos e 3 mortes. A sede do TRE foi incendiada e completamente destruída. (Azevedo, 2016; Buzar, 1998; Costa, 2004).

Outro acontecimento que marcou este segundo momento mais acirrado da *Greve de 51* foi o início de uma série de incêndios criminosos nos bairros populares da cidade de São Luís¹⁰⁹, deixando muitos sem abrigo e criando um novo clima de insegurança, medo e revolta. Medidas de vigilância popular tiveram de ser organizadas, como o caso das “Brigadas Populares Contra o Fogo”, que articularam barricadas na entrada dos bairros visando impedir o acesso de pessoas desconhecidas, que sofriam sério risco de linchamento. “Pessoas vigiavam as casas dia e noite, comendo e dormindo nas calçadas. Enquanto a periferia ardia em chamas, governistas e oposicionistas trocavam acusações. Não tardou e os militantes comunistas logo viraram os “bodes expiatórios” para Eugênio, que os acusava de serem os incendiários. (Costa, 2004, p. 53).

Destas acusações, desdobrou-se a primeira prisão de Maria Aragão, que, sob a ordem da Lei de Segurança Nacional, foi acusada de ter comandado os ataques incendiários na cidade. (Azevedo, 2016; Costa, 2004). “Maria, que chegou ao atrevimento de colocar uma placa na Praça João Lisboa dizendo que o partido apoiava a greve, ficou presa por mais de dois meses”. (Azevedo, 2011, p. 176). Sem culpa comprovada e a única dos oposicionistas a não ser anistiada por Eugênio, Maria Aragão ficou presa de 5 outubro a 25 dezembro de 1951. Sua libertação só veio após a direção nacional do PCB, e Luiz Carlos Prestes, pessoalmente, enviar ao Maranhão o advogado Mario Chermont. (Aragão, 1992, 2015).

Em 26 de setembro, o próprio Negrão de Lima, a mando de Vargas, veio à capital observar a situação. Caberia ao ministro a elaboração de um relatório recomendando ou não a intervenção federal no Maranhão. Dois dias depois, o ministro recomendou a não intervenção, permanecendo a greve geral. Ao passo que as oposições agiam pelos seus veículos de imprensa incitando novas agitações populares, Eugênio Barros

[...] procurava desarticular a greve geral, buscando entendimentos com lideranças sindicais e propondo um governo de coalizão com os partidos coligados, através da oferta de cargos em seu secretariado e outras benesses. O governador também autorizou a Prefeitura a proceder a levantamentos dos prejuízos causados pelos incêndios, abrindo as portas do Palácio dos Leões para receber as vítimas e prestar-lhes ajuda financeira. A tática de esvaziamento da luta oposicionista produziu resultados. (Costa, 2004, p. 61).

¹⁰⁹ Caratatiua, Lira, Goiabal, Cavaco, Madre Deus e Floresta. (Costa, 2004).

No dia 5 outubro de 1951, as forças federais retiraram-se de São Luís, após aproximações de Vitorino com Amaral Peixoto, governador do Rio de Janeiro, presidente nacional do PSD e genro de Vargas, e do próprio Eugênio com Getúlio Vargas, para o qual declarou seu apoio e do PST, que à época aglutinava os *vitorinista* no Maranhão, ao presidente da república. O receio de novas agitações violentas não se confirmou e, no dia 8 de outubro, o clima era de normalidade em São Luís. (Costa, 2004). Eugênio Barros governaria o Maranhão até janeiro de 1956. Vitorino e a frente política *vitorinista*, por sua vez, afirmavam, de vez, sua hegemonia no estado.

Todo este conjunto de eventos da história maranhense se refletirá decisivamente no bojo das produções da *Tribuna*, na sua contraposição ao *vitorinismo* e ao governo Eugênio Barros. Recepcionado o arcabouço interpretativo do PCB, o semanário comunista encarará, ambos, como a própria manifestação do domínio e da defesa dos interesses do imperialismo norte-americano no Maranhão, logo, no Brasil. Como Dutra, Vargas e Café Filho, o *vitorinismo* e o governo Eugênio Barros serão também a manifestação de um regime político em acelerado processo de apodrecimento, urgindo a necessidade de substituição. Carestia, fome, desemprego, fraude, corrupção e violência estarão no rol das características dadas pela *Tribuna* a ambos, que serão alçados, tratados e denunciados repetidas vezes nas páginas do jornal como “grandes inimigos do povo maranhense e do povo brasileiro”.

Na *Tribuna*, em sintonia com a leitura assumida pelo PCB a partir de 1948, a manifestação, no Maranhão, da situação negativa e estruturalmente comprometida do regime então em vigência pode ser verificada, por exemplo, quando, em outubro de 1953, o jornal resolveu se debruçar sobre uma notícia recente, que envolvia desdobramentos da *Greve de 51*: Eugênio, no bojo das articulações de Vitorino e seu grupo político, nomeara Eduardo Viana Pereira para prefeito de São Luís, substituindo Otávio Passos¹¹⁰. Seria, digamos, mais uma distribuição de cargos entre os pares mais íntimos do *vitorinismo*, não fosse o fato de Viana Pereira ter desempenhado, durante a *Greve de 51*, o papel de “[...] um dos mais exaltados inimigos” de Eugênio, figurando como “[...] um dos dirigentes ‘oposicionistas’” durante o movimento, alegava o jornal¹¹¹. (Tribuna do Povo, edição n° 134, 10 de outubro de 1953, p. 1).

O título dado à reportagem já adiantava o tom do tratamento dado à ambos: *Inimigos do povo – Eugenio e V. Pereira*. Naquele momento, para a *Tribuna*, tal costura política, acordada entre *vitorinistas* e oposicionistas, só vinha a comprovar o que há muito os comunistas maranhenses afirmavam, antes e depois dos eventos de 1951:

¹¹⁰ Neste período, o cargo de prefeito era ocupado por indicação do governador.

¹¹¹ “Inimigos do povo – Eugenio e V. Pereira”. (Tribuna do Povo, edição n° 134, 10 de outubro de 1953, p. 1 e 5).

[...] os partidos políticos das classes dominantes diferem entre si, apenas pelas letras que formam suas legendas. Não têm princípios. Querem os postos-chaves – o tesouro, a prefeitura, os S. A. E. L. T. P. A¹¹², a polícia, para explorar e oprimir o povo e apossar-se das verbas e do erário público. Os acordos feitos em 51 assim o demonstraram. A nomeação de Viana Pereira assim o confirma. (Tribuna do Povo, edição nº 134, 10 de outubro de 1953, p. 1).

Logo, o fato em nada surpreendia a *Tribuna*. Segundo o jornal, a própria escolha do nome de César Aboud para ocupar interinamente o governo do Maranhão trazia explicitamente a condição de que “[...] os postos-chave ficassem com a ‘oposição’”. (Tribuna do Povo, edição nº 134, 10 de outubro de 1954, p. 1). No entanto, na leitura da *Tribuna*, os conchavos políticos até então realizados ganhavam um novo elemento interpretativo: a “[...] reconciliação de Eugenio com Viana Pereira” era “[...] mais do que um cambalacho”. (Tribuna do Povo, edição nº 134, 10 de outubro de 1953, p. 1). Nas suas raízes, representaria algo de mais sério.

Ambos são representantes no Estado do imperialismo americano, nosso maior inimigo, desorganizador de nossa economia, que nos insulta, intrometendo-se na nossa vida política e administrativa mantendo junto às repartições uma espionagem constante, o que impõe aos governantes o que convem à sua ganância de lucros máximo. A liquidação da nossa indústria de óleo a conservação do Babaçu fóra do regime das operações vinculadas, enfim a política contra nossa economia, representava um interesse para o imperialismo que impôs a vitória eleitoral de Eugenio através de Getúlio, seu dócil servo. (Tribuna do Povo, edição nº 134, 10 de outubro de 1953, p. 5).

Nesta chave de leitura, Eugenio era, portanto, um representante direto dos interesses do imperialismo norte-americano no Maranhão, cuja diplomação e posse fora uma imposição deste à Vargas, que teria acatado “docilmente” as ordens e garantido o apoio necessário à Eugenio diante da crise de 1951. Conforme assinalava a *Tribuna*, assim como Eugênio, Viana Pereira, “[...] à frente da Sociedade Nacional de Alimentos Congelados” (SNAC), órgão responsável pelas operações e abastecimento de pescados no estado, atuava como “[...] um inimigo do povo, a serviço dos trustes americanos”, afinal, a “[...] tal sociedade ‘nacional’ nada tem de nacional e vem esfomeando o povo, pois açambarca todo o pescado para exportação”. Por traz da SNAC havia “[...] o imperialismo, a frente, o sr. Viana Pereira como testa de ferro”. (Tribuna do Povo, edição 134, 10 de outubro de 1953, p. 5). Até 1955, para a *Tribuna*, está será uma das principais formas de manifestação do imperialismo norte-americano no Maranhão.

Diante do problema, do qual os maiores vitimados eram os trabalhadores das camadas mais populares, que sofriam constantemente com o desabastecimento de carne e peixe e com a sempre crescente carestia de vida, a *Tribuna*, recorrendo a elementos do programa do PCB, afirmou:

¹¹² Serviço de Água, Esgotos, Luz, Tração Elétrica e Prensa de Algodão. (Mendes, 2005).

Fatos como estes, mostram ao povo a necessidade de se unir em uma frente única em defesa de seus interesses e dos interesses do Estado. Como uma tal frente única, poderosa, invencível, o povo poderá ter um governo que atenda aos interesses do Brasil e do Estado. E aí acabará a dança das letras e a luta pelos postos-chaves. (Tribuna do Povo, nº 134, 10 de outubro de 1953, p. 5).

Então, apenas para recapitular, como frisara a *Tribuna*, outra vez e em outra oportunidade¹¹³, o governo Eugênio Barros se expressava [...] por todos os modos o inimigo nº 1 dos maranhenses. E nem poderia ser de outro modo”, pois, na concepção do jornal, Eugênio era “[...] um representante do imperialismo americano em nosso Estado”, o Maranhão. (Tribuna do Povo, edição nº 136, 24 de outubro de 1953, p. 4). O jornal maranhense muito baterá nos órgãos responsáveis pelo abastecimento e pelas definições dos preços dos alimentos no Maranhão, a SNAC, como já citamos, e a Comissão de Abastecimento e Preços (COAP). A SNAC será acusada de “açambarcar” todo o pescado para a exportação, com destino majoritário aos Estados Unidos. A *Tribuna* denunciará, inclusive, a administração da SNAC de ser controlada diretamente pelos “trustes”, através da Empresa Maranhense de Pescas e Alimentos Congelados¹¹⁴.

A COAP, por sua vez, será acusada de estrangular o nível de vida dos trabalhadores com recorrentes altas nos preços dos produtos, em geral, especialmente os de primeira necessidade. Em certa oportunidade, quando fora chamada, ironicamente, de “Comissão Organizadora da Alta de Preços”¹¹⁵, o órgão, criado durante o governo Vargas e responsável por garantir a distribuição necessária ao consumo da população, foi assim definido pela *Tribuna*:

A COAP, repartição oficial criada para salvaguardar os interesses da classe dominante, proteger seus lucros fabulosos e a exploração escorchantemente desencadeada contra a classe operária maranhense, continua cumprindo sua missão de inimiga das massas que é. Todos sabemos que essa instituição, criada pelo governo de traição de Vargas, jamais esteve a serviço do povo, pois de suas constantes reuniões, somente altas e mais altas de preços são aprovadas. (Tribuna do Povo, edição 134, 10 de outubro de 1953, p. 1).

Entre 1950 e 1955, ambas, a SNAC e a COAP, estarão, para o semanário comunista, sob a batuta do governador Eugênio Barros e do *vitorinismo*, e, estes, por sua vez, sob a tutela, primeiro, de Vargas, depois, de Café Filho. Ao mesmo tempo, todos estarão sob o pesado

¹¹³ “Contra funcionários públicos o govêrno”. (Tribuna do Povo, edição nº 136, 24 de outubro de 1953, p. 4).

¹¹⁴ “Alimentação Sadia e Barata”. (Tribuna do Povo, edição nº 144, 19 de dezembro de 1953, p. 6 e 5). Não conseguimos obter maiores informações sobre as atividades da SNAC, de maneira que não foi possível verificar a sua relação/vinculação com o capital internacional.

¹¹⁵ “O completo golpe contra a economia popular”. (Tribuna do Povo, edição 134, 10 de outubro de 1953, p. 1 e 5).

controle político e econômico do imperialismo norte-americano, que acusavam de intromissão nos assuntos internos do Brasil e do Maranhão. De todo modo, como um representante direto do regime político estabelecido, atravessado por uma escala de hierarquias e trocas entre o regional, o nacional e o internacional, em que as explorações e opressões recaíam de maneira avassaladora sobre os trabalhadores das camadas populares, o governo Eugênio Barros era acusado de cancelar as ações da SNAC e da COAP.

Em outubro de 1953, por exemplo, em reportagem intitulada *O governo espalha a fome*, a *Tribuna* afirmou que a cidade de São Luís vivia uma situação “[...] calamitosa, devido à irresponsabilidade do govêrno que sempre demonstrou ser inimigo do Povo”. Segundo a reportagem, já não se encontrava um meio para suavizar a “[...] situação alimentar” da cidade, que, de acordo com o jornal, sofria com uma crise severa de escassez de alimentos, especialmente quanto ao abastecimento de carne. (*Tribuna do Povo*, edição n° 134, 10 de outubro de 1953, p. 1). A *Tribuna* chegou a classificar a situação como “[...] desesperadora, pois quase todos os gêneros de produção do estado” estariam sendo “[...] exportados com o consentimento criminoso govêrno”. (*Tribuna do Povo*, edição n° 134, 10 de outubro de 1953, p. 1).

Daí a afirmação, feita logo em seguida, de que o governo Eugênio Barros demonstrava “[...] nada ter com a necessidade do Povo, só se interessando pelos lucros fabulosos dos Tubarões”. Era, ele próprio, “[...] um grande industrial, assim sendo, devido à falta de obrigação com o Povo”, não iria “[...] deixar de ganhar milhões de cruzeiros, para satisfazer às necessidades da população”¹¹⁶. (*Tribuna do Povo*, edição n° 134, 10 de outubro de 1953, p. 1). De qualquer maneira, sustentava a *Tribuna* em outra reportagem¹¹⁷, por mais que “[...] o governo e seus lacaios da COAP e da Prefeitura” trocassem acusações sobre a responsabilidade pelo desabastecimento de alimentos e pela carestia, o problema estava no regime político: “[...] nem de leve dizem ser por culpa deste regime no qual eles se cevam, que os gêneros alimentícios desaparecem”. (*Tribuna do Povo*, edição n° 144, 19 de dezembro de 1953, p. 6).

Ao contrário, acrescentava o jornal, “[...] procuram incutir na cabeça do povo que esta crise é universal, portanto não é um fenômeno puramente maranhense ou brasileiro”. Na

¹¹⁶ Como já dissemos, Eugênio Barros era proprietário da fábrica de tecidos *Sanharó*, localizada em Caxias. De sua fábrica, contra Eugênio e seus encarregados, muitas denúncias de exploração e opressões praticados contra os operários chegavam à redação da *Tribuna*, que prontamente as publicava. Tais fatos, assim como os eventos da *Greve de 1951*, certamente, contribuíam para que o jornal incorporasse ao governador a pecha de explorador e inimigo dos trabalhadores. Era um industrial atrás de “fabulosos lucros”, no jargão dos comunistas de então. No tópico em que trataremos do universo fabril e do operariado maranhense, veremos o teor de algumas destas denúncias.

¹¹⁷ “Um dia de salário por um quilo de carne”. (*Tribuna do Povo*, edição n° 144, 19 de dezembro de 1953, p. 6).

verdade, explicava-se, não o era: “[...] a miséria é fruto do regime capitalista aonde quer que ele se encontre”, pois, não se podia dizer e provar “[...] que na URSS e as Democracias Populares” também se sofria “[...] da mesma masela que já se tornou crônica em nosso país e em todo o mundo capitalista”. (Tribuna do Povo, edição n° 144, 19 de dezembro de 1953, p. 6).

Vivenciando de perto a questão do desabastecimento e da carestia em São Luís, que creditavam, em grande medida, às exportações pelos “trustes” norte-americanos, canceladas pelo governo Eugênio, e, no cenário mais amplo, ao regime político, quando, em dezembro de 1953, a *Tribuna* noticiou a “[...] visita de técnicos norte-americanos em alimentação” ao presidente Vargas, o jornal reagiu de maneira irônica¹¹⁸. A visita dos técnicos envolvia uma suposta disposição em oferecer “alimentação sadia e barata” ao Brasil, transferindo “[...] várias empresas norte-americanas especialistas, para o fornecimento de alimentação”, como teria dito Vargas. (Tribuna do Povo, edição n° 144, 19 de dezembro de 1953, p. 6). Vejamos o que disse a *Tribuna*:

Francamente, já temos exemplo da alimentação sadia e barata que poderão nos fornecer os norte-americanos com a Empresa Maranhense de Pescas e Alimentos Congelados, que tem como testa de ferro o prefeito Viana Pereira, na pessoa de seu filho, o que açambarca para si todo o pescado maranhense, chegando mesmo à ousadia de discriminar ao pescador maranhense as zonas de que deverão se servir para a pesca. Essa sociedade americana exporta o que de melhor tem e vende para o consumir local apenas o imprestável para o seu comércio externo por preços exorbitantes. Portanto, podemos chegar à conclusão do que não poderá ser um truste geral de alimentação com amplos poderes dentro do país. (Tribuna do Povo, edição n° 144, 19 de dezembro de 1953, p. 6).

Logo, para a *Tribuna*, a ampliação do domínio norte-americano no setor alimentar brasileiro só poderia culminar na democratização dos problemas vivenciados no Maranhão, vide “[...] o exemplo dado pelo [caso] maranhense”. Mergulhar-se-ia “[...] ainda mais na inflação, na fome e miséria, pois os americanos importarão os nossos e nos venderão sob forma de ‘alimentação sadia’, o produto enlatado, ao preço que lhe convier”. A *Tribuna* defendia, então, que o que se deveria fazer, noutra direção, era “[...] lutar pelo livre comércio, pelo reatamento das relações com a URSS, pelas vantagens oferecidas”. E concluía: “o reatamento deve ser o desejo de todos os patriotas, pois será um e caminho para nos livrarmos da crise e nos libertarmos da opressão dos Estado Unidos”¹¹⁹. (Tribuna do Povo, edição n° 144, 19 de dezembro de 1953, p. 5).

¹¹⁸ “Alimentação Sadia e Barata”. (Tribuna do Povo, edição n° 144, 19 de dezembro de 1953, p. 6 e 5).

¹¹⁹ Nesta toada, aliás, a *Tribuna* buscará mobilizar e influenciar, a sua maneira, as discussões sobre a retomada das relações diplomáticas e comerciais do Brasil com a URSS e as chamadas Democracias Populares, os países aliados à URSS. Desde que o presidente Dutra, no cenário da *Guerra Fria*, cortara estas relações, em 1947, alinhando-se irrestritamente aos Estados Unidos, para os comunistas, esta será uma medida que figurará sempre como decisiva para a melhora das condições de vida dos trabalhadores e das condições socioeconômicas do Brasil, em geral. A

Noutra reportagem, de maio de 1954¹²⁰, recorrendo às teses do PCB, a *Tribuna* classificará Eugênio como um “[...] governador latifundiário capitalista”, acusando-o de ser “[...] o representante dos latifundiários e demais forças que mantêm Vargas no poder” e que eram “[...] o sustentáculo do imperialismo ianque no país”, para, em seguida, afirmar expressamente a necessidade de derrubada de Vargas e Eugênio.

A indiferença pela sorte do homem simples, pela sorte do povo é uma característica do regime que Vargas e Eugênio representam. Derrotar este govêrno, substituí-lo por um governo democrático de libertação nacional composto da classe operária, de camponeses, pequena burguesia, burguesia nacional é uma tarefa de nosso povo, que passará a ser o ponto central das cogitações do novo govêrno democrático de libertação nacional. No seu programa estão as reivindicações de todas as camadas sociais. (Tribuna do Povo, edição n° 164, 8 de maio de 1954, p. 2).

Esta problemática, que, para a *Tribuna*, configuraria uma das formas mais imediatamente sentidas da dominação do imperialismo norte-americano pela população maranhense, será abordada pelo jornal em muitas outras oportunidades até 1955¹²¹. Mas, como sugerimos antes, a *Tribuna* não deixou de registrar outros eventos que julgava significar a penetração do imperialismo norte-americano no estado. Em reportagem intitulada *10 milhões de cruzeiros com o aval do Estado*, por exemplo, o semanário denunciou um empréstimo, no valor de 10 milhões de cruzeiros, feitos pela “Cia Telefônica do Maranhão”, que, através da

Tribuna do Povo insistirá também com esta medida. Entrevistará, assim, figuras públicas as mais diversas, entre políticos, juízes, desembargadores, representantes dos setores comerciais, professores e trabalhadores maranhenses, em geral, sobre o que pensavam a respeito da retomada das relações do Brasil com a URSS e países que orbitavam o campo socialista. Assim como outros jornais do PCB, ao fazê-lo, e ao publicar estas opiniões, que sempre eram favoráveis, a *Tribuna* trabalhava para mobilizar a opinião pública em favor das posições do partido, isto é, pela retomada das relações. Foi assim, por exemplo, em novembro de 1953, quando a *Tribuna* publicou a opinião do deputado maranhense Gonçalo Moreira Lima e de Antenor Abreu, “diretor da Colonia Achilles Lisboa”, na reportagem intitulada *Pelo reatamento das relações comerciais*. (Tribuna do Povo, edição n° 139, 14 de novembro de 1953, p. 3). Ou em dezembro de 1953, quando trouxe à lume a opinião de “[...] sr. Jeferson Cunha, pessoa muito acatada” no meio comercial maranhense, “[...] por [sua] capacidade como guarda-livro, chefe de um escritório de representação”, em reportagem intitulada *Um passo em benefício da economia nacional. Mais uma personalidade maranhense manifesta-se em favor do reatamento das relações comerciais e diplomática do Brasil com a U.R.S.S.* (Tribuna do Povo, edição 142, 5 de dezembro de 1953, p. 4). Ou ainda, em janeiro de 1954, quando publicou as opiniões favoráveis do “sr. Linhares, chefe de um escritório de representações” em reportagem intitulada *Pelo Reatamento das Relações Comerciais com a U. R. S. S.* (Tribuna do Povo, edição n° 147, 9 de janeiro de 1954, p. 1). Ou, para citar apenas mais um exemplo, quando, a *Tribuna* deu publicidade a um telegrama enviado pela Associação Comercial de Caxias ao presidente Café Filho, onde era feita solicitação pela “[...] reabertura dos portos do Brasil para todos os países indiscriminadamente” como solução para a crise em que se debatiam o “[...] nosso Comércio e nossa Indústria”. A esta reportagem, o semanário nomeou Relações comerciais com todos os países. Telegrama da Associação Comercial de Caxias. (Tribuna do Povo, edição n° 200, 12 de fevereiro de 1955, p. 1).

¹²⁰ “Editorial. Mensagem vaga e demagógica”. (Tribuna do Povo, edição n° 164, 8 de maio de 1954, p. 2).

¹²¹ Como por exemplo em: “O truste americano de pescado esfomeia o povo maranhense”. (Tribuna do Povo, edição n° 156, 13 de março de 1954, p. 6); “O frigorífico anula a tabela da COAP”. (Tribuna do Povo, edição n° 213, 16 de abril de 1955, p. 2); e “Contrato que aliena a soberania do Estado”. (Tribuna do Povo, edição m° 213, 16 de abril de 1955, p. 2).

empresa *Ericksen*, “[...] de propriedade dos americanos”, pretendia instalar “[...] 4 mil telefones em S. Luiz”. (*Tribuna do Povo*, edição nº 166, 22 de maio de 1954, p. 6).

Acontece, porém, dizia a reportagem, que a Companhia só iria “[...] instalar mil, embolsando o resto do dinheiro”. Além disso a Companhia estaria “[...] cobrando 3 mil cruzeiros por telefone sem ao menos ter iniciado os serviços de extensão das linhas”. A denúncia afirmava ainda que teria sido a própria *Ericksen* que orientara à transação. Isto, para a *Tribuna*, só vinha provar “[...] que a cada dia” que se passava, avançava “[...] a penetração imperialista norte-americana em nosso Estado”. Não tardaria muito, entretanto, alertava-se, “[...] o dia em que o povo maranhense e de todo o Brasil, saberá expulsar esta malta de assaltadores da nossa economia, seguindo o exemplo grandioso do povo chinês e outros”. E concluía: “só assim o povo brasileiro poderá viver uma vida próspera e feliz”. (*Tribuna do Povo*, edição nº 166, 22 de maio de 1954, p. 6).

Em outra ocasião, em fevereiro de 1955, era vez da *Tribuna* denunciar uma suposta *Espionagem americana no interior do Maranhão*, promovida pela empresa italiana, “[...] com capitais norte-americanos”, *Curzi*, do ramo da construção civil¹²². Esta, ajudada “[...] diretamente pelo governador Eugênio Barros e muitos dos seus auxiliares, entre os quais o seu secretário particular, Raimundo Bacelar, e o secretário do Interior, Justiça e Segurança, Alexandre Costa, e ainda pelo deputado federal brigadeiro, Hugo da Cunha Machado”, teria montado, “[...] no interior do Maranhão, um centro de espionagem”. (*Tribuna do Povo*, edição nº 201, 19 de fevereiro de 1955, p. 6). Para explicar o caso, a *Tribuna* resolveu expor a história da *Curzi* e de sua chegada ao Brasil e ao Maranhão. Antes de mais nada, afirmava o jornal,

[...] saibamos o que é a *Curzi*. Trata-se de uma empresa de origem italiana, com capitais norte-americanos, que operava na Indo-China, há muitos anos. Com a chegada dos exércitos de libertação de Viet-Nam, mudou-se para o Brasil através das facilidades conseguidas pelo brigadeiro Hugo da Cunha Machado, que se tornou seu interessado e patrono e colocou como seu gerente, um irmão, sr. Alcindo da Cunha Machado.

O destino real da *Curzi* era, porém, o interior do nordeste e, prontamente, fixou-se no Maranhão sob a proteção direta dos Srs. Eugênio Barros, Raimundo Bacelar e Alexandre Costa, que lhe deram grandes somas de dinheiro, resultando no célebre escândalo dos 14 milhões de cruzeiros do Banco do Estado¹²³. A escolha de Barra do Corda para sede coincide com a existência lá de uma missão de padres-italianos, de “catequese de índios”, mas que, entre eles, há, extranhamente, geólogos e até arquitetos. (*Tribuna do Povo*, edição nº 201, 19 de fevereiro de 1955, p. 6).

¹²² “Espionagem americana no interior do Maranhão”. (*Tribuna do Povo*, edição nº 201, 19 de fevereiro de 1955, p. 6).

¹²³ A *Tribuna* acusava Eugênio Barros e ter concedido à *Curzi*, via empréstimo, 14 milhões de cruzeiros, para que fossem tocados os projetos pelos quais a empresa se responsabilizara, entre estes “[...] a construção do porto marítimo” do Itaqui, em São Luís, a construção da “represa de Batatam”, também na capital, e a construção do “balneário de Veneza”, no município de Caxias. O assunto foi abordado em: “Quase 100 milhões pela obra do porto do Itaqui”. (*Tribuna do Povo*, edição nº 204, 9 de março de 1955, p. 4 e 3).

Ainda segundo a denúncia do jornal, embora se apresentasse como do ramo da construção civil, o que a *Curzi* fazia, na verdade, era “[...] levantamentos de terreno e procura minas de materiais preciosos e estratégicos. Daí ter fixado sua séde em Barra do Corda, onde há regiões de subsolo muito rico”. Naquele município, a empresa teria feito “[...] numerosas explosões, inclusive dentro de lagos, e recolhido grande quantidade de minerais”. Ramificou-se, ademais, “[...] rapidamente por quase todo o Estado, tendo abandonado um sem número de construções sem concluir, como o balneário de Veneza, em Caxias, e a estrada Anil-Olho D’água, nesta capital”, São Luís. (Tribuna do Povo, edição nº 201, 19 de fevereiro de 1955, p. 6).

Para explicitar a força da *Curzi*, a *Tribuna* assegurava que bastava saber que o engenheiro agrônomo Eliézer Moreira, “[...] demitido [acusado por corrupção] e admitido no governo do sr. Getúlio Vargas”, fora “[...] a única pessoa atacada pessoalmente por êle”, Vargas, “[...] em um dos seus discursos de propaganda eleitoral” no Maranhão¹²⁴. Ou seja, como dissera em outra oportunidade, era o poder político brasileiro acatando “docilmente” as vontades dos monopólios estrangeiros. A suspeita de espionagem ganhava respaldo ademais porque, segundo a *Tribuna*, “[...] a construção, por exemplo, de uma fábrica de cimento em Barra do Corda”, como fizera a *Curzi*, era “[...] ante-econômica e, sobretudo, contra indicada, pois ficaria a 600 quilômetros de São Luís através de péssimas rodovias ou pela não menos precária navegação do rio Mearim”. Somado a isto, “[...] estaria em lugar pouco habitado, muito atrasado, que, portanto, não consumiria nem a décima parte de sua produção”. (Tribuna do Povo, edição nº 202, 26 de fevereiro de 1955, p. 8).

Além destas denúncias feitas pela *Tribuna*, como já mencionamos, a fraude, a violência e a opressão cometidas pelos governos brasileiros e pelo governo de Eugênio Barros contra o povo e suas organizações, como contra o PCB, os comunistas, os seus jornais, as organizações e movimentos sindicais e as greves, serão interpretadas, pelo PCB como para a *Tribuna*, como fatores indissociáveis para a garantia da reprodução do regime instaurado no Brasil, de “latifundiários e grandes capitalistas, associados ao imperialismo norte-americano”. Ora, no Maranhão, as fraudes eleitorais praticadas massivamente pelo *vitorinismo* nos municípios do interior do estado, convalidadas pela Justiça Eleitoral, a posse de Eugênio Barros, o massacre na *Greve de 51*, os ataques à *Tribuna* e aos comunistas, a prisão de Maria Aragão,

¹²⁴ “Centro de espionagem montado no interior do Maranhão”. (Tribuna do Povo, edição nº 202, 26 de fevereiro de 1955, p. 8).

tudo isto figurava como alguns exemplos tácitos da veracidade das teses do PCB, defendidas pela *Tribuna*.

Em mais de uma vez, a *Tribuna* denunciou as fraudes e a brutalidade do governo Eugênio Barros. Sobre os eventos incendiários de 1951, acusavam o próprio governo de ter comandado os ataques. Segundo argumentavam, os incêndios, que ocorriam justamente nos períodos eleitorais, eram estratégia dos *vtorinistas* para botar as “[...] populações suburbanas em pânico”, impedindo-as de votar ou dificultando seu deslocamento para os locais de votação, uma vez que precisavam ser organizados, pela própria população, grupos de defesa dos bairros (como em 1951)¹²⁵. (*Tribuna do Povo*, edição nº 247, 22 de setembro de 1955, p. 1).

Quando, por exemplo, já próximo às eleições de outubro de 1954, os incêndios voltaram a ser praticados em São Luís, e o governo Eugênio Barros parecia ventilar nova possibilidade de culpar os comunistas, a direção do PCB no Maranhão, através da *Tribuna*, publicou nota em que afirmava abertamente o que dissemos: *Responsável o govêrno pelo crime de incêndios*¹²⁶. Prestava-se “[...] profundo sentimento de solidariedade, de modo especial aos que tiveram suas casas queimadas pelas mãos criminosas de um govêrno impopular e incapaz, que só desgraças e miséria trouxe à nossa terra”. Os comunistas maranhenses, repeliam fortemente “[...] a calúnia que o govêrno e a polícia procuram espalhar, responsabilizando os comunistas pelos incêndios. A responsabilidade dos incêndios de hoje, como os de 51”, afirmavam, cabia àquele “[...] govêrno criminoso, repellido pelo povo” de São Luís “[...] em duas greves memoráveis”. (*Tribuna do Povo*, edição nº 183, 30 de setembro de 1954, p. 1).

Ademais, “dezenas de famílias” se achavam “[...] ao desabrigo e o desassossego” infelicitava “[...] os lares dos trabalhadores. Os comunistas pertencem ao povo, vivem ao seu lado, com ele e por ele, utilizando o esclarecimento político, para a luta organizada pelas reivindicações; nunca o terrorismo”. (*Tribuna do Povo*, edição nº 183, 30 de setembro de 1954, p. 1). Prosseguindo ainda:

O PCB tem um programa de luta pela libertação nacional para o qual chama o povo, com o fim de substituir este regime de latifundiários e capitalistas que o sr. Eugênio representa, por um regime democrático popular, que significa paz, prosperidade, garantia das liberdades democráticas, salários dignos para os trabalhadores e suas famílias.

Isso não se consegue com o terror.

Terrorismo é método de desesperados, como é o caso do atual govêrno e do que ele representa. (*Tribuna do Povo*, edição nº 183, 30 de setembro de 1954, p. 1).

¹²⁵ “Recomeçam os incêndios no bairro N. S. de Fátima”. (*Tribuna do Povo*, edição nº 247, 22 de setembro de 1955, p. 1 e 2).

¹²⁶ “Responsável o govêrno pelo crime de incêndios. Manifesto do C.R. do PCB”. (*Tribuna do Povo*, edição nº 183, 30 de setembro de 1954, p. 1 e 5).

Este seria um método de muitos outros empregados pelo *vitorinismo*. Em outubro de 1954, após as eleições, na qual o PCB orientara a ativa participação dos comunistas, a *Tribuna* veio a público denunciar as fraudes cometidas naquele pleito, sobretudo, em São Luís. “O governador Eugênio Barros revelou-se mais uma vez um inimigo ferrenho das liberdades democráticas e do povo maranhense”, dizia a *Tribuna*¹²⁷. “Como sustentáculo do imperialismo norte-americano”, Eugênio Barros aplicava, no Maranhão, “[...] a orientação da ditadura americana de Café Filho”, utilizando “[...] um golpe contra o povo, com o fim de impedir o seu pronunciamento livre nas urnas de 3 de outubro”. (Tribuna do Povo, edição n° 184, 9 de outubro de 1954, p. 1).

A denúncia dizia que, “com medo de ser repellido nas urnas”, pois sabia o “[...] quanto era impopular”, o governo Eugênio teria prendido “[...] milhares de títulos”. Além disso, teria se utilizado de “processos ignominiosos”, “[...] como desorganização propositada do serviço eleitoral” e a “[...] criminoso publicação [atrasada]¹²⁸ ou troca dos locais de votação e das listas de eleitores. Somente 10 horas de 2 de outubro, a menos de 24 horas das eleições, saiu a lista dos eleitores da 1° zona e em número reduzidíssimo¹²⁹, tendo havido atrito para sua aquisição”. O resultado, explicava a *Tribuna*, foi uma abstenção eleitoral de cerca de 60% na capital.

Para a *Tribuna*, todos esses “[...] processos vergonhosos, postos em prática pelo govêrno”, nada mais revelavam “[...] que o estado de desespero” em que se encontrava “[...] uma sociedade agonizante”. Nestas circunstâncias, só poderia “[...] vencer com a fraude, com a violência contra o povo”, como vinha “[...] fazendo em todo o Estado, visto esta ser a alma dos fracos”. Frente a isso, o jornal assegurava que o povo podia e deveria dar fim aquele estado de coisas: “Organizando-se solidamente em sindicatos e organizações de bairros, os trabalhadores e povo” aprenderiam “[...] a acreditar em suas próprias forças”. Quando isto acontecesse, concluía o jornal, “[...] govêrno algum se atreverá a torturar, a massacrar o povo como êste vem fazendo”. (Tribuna do Povo, edição n° 184, 9 de outubro de 1954, p. 1).

Desta maneira, a *Tribuna* argumentava que no Maranhão, “[...] como em todo o Brasil, a fraude eleitoral transformou a eleição de 3 de outubro na mais vergonhosa e revoltante

¹²⁷ “Eugênio Barros liquida as liberdades democráticas”. (Tribuna do Povo, edição n° 184, 9 de outubro de 1954, p. 1).

¹²⁸ A palavra “atrasada” foi aqui acrescentada por nós ao avaliar o contexto da fala e as informações que se seguiram. No texto original do material documental a que tivemos acesso, a palavra que ocupa o referido lugar não está completamente legível.

¹²⁹ É provável que a palavra aqui seja “reduzidíssimo”, mas está escrito desta maneira no texto original.

farsa”¹³⁰. O seu resultado não teria expressado, “[...] de modo algum, a vontade popular”, pois, como dissera, todos “[...] os processos foram usados para fazer liquidar a importante conquista popular que é o sufrágio universal”. Tais fatos seriam um “espelho do próprio regime”, servindo apenas para confirmar o que há muito a *Tribuna* afirmava “[...] ao povo maranhense: governo de latifundiários e grandes capitalistas a serviço destas mesmas classes retrógradas, sustentáculo, em nosso país, do imperialismo norte-americano”. A esta afirmação, o jornal adicionava outra: “o povo maranhense, entretanto, tem tôdas as condições para derrubar êste governo que aí temos, cuja principal preocupação consiste apenas em aumentar o sofrimento do povo, para se vingar do ódio que êste mesmo povo sempre o devotou”. (*Tribuna do Povo*, edição n° 187, 30 de outubro de 1954, p. 2).

3.4. A situação do campo maranhense e as mobilizações dos trabalhadores rurais na perspectiva da Tribuna

Outro dos aspectos da vida sociopolítica maranhense coberto pela *Tribuna do Povo*, com atenção especial, foi o da situação vivenciada pelos trabalhadores rurais, chamados à época, pelo PCB, de camponeses ou lavradores. Nas páginas do jornal podem ser encontradas muitas reportagens com denúncias sobre as formas de exploração e violências cometidas pelos latifundiários contra os trabalhadores rurais nos municípios do interior do estado. As reportagens abordaram os conflitos agrários nos municípios de Caxias, Codó, Coroatá, Itapecuru, São Bento, Ipixuna, Pedreiras, Lima Campos, Bacabal, Vargem Grande, Rosário, Timbiras e Timon. Insegurança jurídica, grilagem e expulsões das terras ocupadas pelos trabalhadores rurais, baixíssima remuneração do trabalho, apropriação das produções agrícolas dos trabalhadores, ameaças, agressões, assassinatos, miséria e analfabetismo, tudo isso era veiculado pela *Tribuna*.

A leitura da *Tribuna* sobre a situação vivenciada no campo maranhense e suas orientações aos trabalhadores rurais dialogam com as leituras elaboradas pelo PCB a respeito da “questão agrária” brasileira. Embora isto nem sempre seja diretamente citado em suas reportagens, ao nosso ver, esta é uma relação que não se perde. E isto pode ser verificado, sobretudo, a partir do lançamento do projeto de programa do PCB, em fins de 1953, e de sua aprovação, em fins de 1954, quando o semanário comunista, não só intensificará a cobertura dos conflitos agrários, como, ao abordá-los, passará, muitas vezes, a fazer referência direta às

¹³⁰ “32 eleitores votaram com 400 títulos eleitorais”. (*Tribuna do Povo*, edição n° 187, 30 de outubro de 1954, p. 2).

teses e propostas defendidas pelo partido, como possíveis saídas para os problemas vivenciados pelos trabalhadores no campo.

Antes de entrarmos propriamente nas reportagens da *Tribuna* sobre os conflitos agrários no Maranhão, é necessário que tomemos ciência de como a questão agrária figurava nos documentos oficiais do PCB à época. Se, no perímetro urbano, para o operariado da cidade, a situação descrita era de elevada exploração, carestia, privações e violências diversas, a realidade no campo aparecia como infinitamente pior:

A população camponesa, constituída pelos milhões de meeiros, agregados, arrendatários, sitiantes, posseiros, colonos, assalariados agrícolas, vaqueiros, peões, etc., que representa 70% da população brasileira, na sua maior parte não possui terra e vive brutalmente explorada, privada de quaisquer direitos e submetida ao arbítrio dos donos dos latifúndios, seja nas fazendas, estâncias de criação de gado, engenhos ou usinas de açúcar. Abandonadas ao analfabetismo, vítimas de endemias, descalços e semi-nús, morando em choupanas, dispendo apenas da enxada como ferramenta agrícola, milhões de camponeses vivem na miséria. Esta situação agrava-se cada vez mais em consequência do continuado aumento dos preços das ferramentas, dos adubos e inseticidas, com a especulação crescente dos intermediários protegidos do governo e que dispõem de crédito fácil no Banco do Brasil, com a elevação dos impostos, das tarifas ferroviárias, com a arbitrária e unilateral fixação dos preços dos produtos agrícolas e pecuários. Os assalariados agrícolas ganham salários de fome. Os pequenos e médios proprietários, expoliados pelos grandes fazendeiros e usuários, não têm garantias de posse da terra que é constantemente ameaçada pelos latifundiários e pelas autoridades governamentais. Os pequenos e médios arrendatários são vítimas de contrato leoninos, não podem dispor da própria produção que é praticamente confiscada pelos latifundiários e são frequentemente expulsos das terras. As secas do Nordeste e as inundações em diversos pontos do país são verdadeiras calamidades para a população pobre que se vê na contingência de emigrar para outras regiões na maior miséria e sem o menor auxílio do governo, para morrer aos milhares pelos caminhos ou, finalmente, cair nas garras de outros exploradores. A luta dos camponeses pela posse da terra e contra o arbítrio e a exploração dos latifundiários é violentamente esmagada e afogada em sangue pelo governo. (*Tribuna do Povo*, edição nº 146, 1 de janeiro de 1954, p. 2).

Como vimos no tópico em que tratamos das teses do PCB, o cenário descrito como sendo as condições gerais da realidade de vida no campo brasileiro era o reflexo da “política de traição nacional”, àquela altura exercida por Vargas, mas, antes, por Dutra, e, depois, por Café Filho, de subserviência ao imperialismo norte-americano. Da postura assumida pelo PCB deste 1948, a leitura era de que o regime político instituído no Brasil, estruturalmente comprometido, precisava ser substituído. Por esta explicação de consequência estrutural, é que, no âmbito da realidade agrária brasileira, o PCB explicava que a reforma agrária colocada à baila nas discussões e projetos por Vargas não poderiam efetivamente corresponder aos problemas e às demandas dos trabalhadores no campo.

Para tentar iludir os camponeses, Vargas promete realizar uma reforma agrária. Mas a reforma agrária proposta por Vargas é para uma insignificante minoria, pois somente uma parte mínima das terras improdutivas seria utilizada nessa reforma. E os poucos camponeses que recebem um lote de terra teriam ainda que pagar pesada indenizações

ao governo. Além disso, com essa reforma, o governo procura legalizar o atual sistema de arrendamentos. É evidente que tal “reforma” nada pode dar à maioria esmagadora dos camponeses, que necessitam de terra e desejam liberta-se dos arrendamentos escravizadores. Aos camponeses é necessária, não essa falsa reforma agrária, mas uma reforma agrária verdadeiramente revolucionária que lhes entregue as terras dos latifundiários e as do Estado, assim como os instrumentos de trabalho nelas existentes. Todas essas manobras de Vargas são realizadas com o objetivo de defender os privilégios da minoria reacionária, de garantir o monopólio da terra e de conservar as relações semi-feudais na agricultura. (Tribuna do Povo, edição nº 146, 1 de janeiro de 1954, p. 3).

Diante disto, compreendendo os camponeses como parte crucial do processo revolucionário, a questão agrária e os camponeses receberam atenção especial no conjunto das transformações “democráticas e progressistas” previstas no item III do projeto de programa de 1953 do PCB, a serem realizadas pelo Governo Democrático de Libertação Nacional. No item “Reforma Agrária e Ajuda aos Camponeses”, estavam previstas nove medidas:

- 37 – Confiscação de todas as terras dos latifundiários e entrega dessas terras, gratuitamente, aos camponeses sem terra ou possuidores de pouca terra e a todos que nelas queiram trabalhar, para que as repartam entre si. A divisão das terras será reconhecida por lei e a cada camponês será entregue o título legal de sua posse. A lei reconhecerá as posses e ocupação de terras, tanto dos latifundiários como do Estado, anteriormente realizadas pelos camponeses, que receberão os títulos legais correspondentes.
- 38 – Abolição de todas as formas semi-feudais de exploração dos camponeses, meiação, terças e todas as formas de prestação de serviços gratuitos, abolição do vale e barracão e obrigação dos pagamentos em dinheiro a todos os trabalhadores agrícolas.
- 39 – Garantia de salário suficiente aos assalariados agrícolas, não inferior ao dos operários industriais não especializados, como também garantia da terra aos que a desejarem.
- 40 – Garantia legal à propriedade dos camponeses ricos. Tanto a terra cultivada por eles ou por assalariados agrícolas, como suas outras propriedades, serão protegidas contra qualquer violação.
- 41 – Anulação de todas as dívidas dos camponeses para com os latifundiários, os usuários, os bancos, o governo e as companhias imperialistas norte-americanas.
- 42 – Concessão de crédito barato e a longo prazo aos camponeses para a compra de ferramentas e máquinas agrícolas, sementes, adubos, inseticidas, construção de casas, etc. Ajuda técnica aos camponeses. Estimulo ao cooperativismo.
- 43 – Construção de sistemas e irrigação, particularmente nas regiões do Nordeste assoladas pelas secas, de acordo com as necessidades dos camponeses e do desenvolvimento da agricultura.
- 44 – Abolição de todas as restrições ao livre trabalho dos pescadores. Ajuda pelo Estado aos pescadores por meio da concessão de créditos para a construção de casas, entrepostos, etc. e fornecimento de instrumentos e embarcações para a pesca.
- 45 – Garantia pelo Estado de preços mínimos para os produtos agrícolas e pecuários necessários ao abastecimento da população, de modo que permitam aos camponeses desenvolver suas atividades econômicas e aumentar a produtividade de suas terras, sem deixar de defender ao mesmo tempo os interesses da grande massa consumidora. (Tribuna do Povo, edição nº 146, 1 de janeiro de 1954, p. 4).

A par das teses defendidas pelo PCB, e diante das determinações da direção nacional do partido às suas organizações e aos militantes comunistas, em geral, para difundi-las, a *Tribuna* trabalhará, no Maranhão, pela difusão das teses e propostas do partido. Sua percepção sobre as condições de vida no campo maranhense terá nas leituras oficiais do PCB o seu

fundamento de análise. As viagens de Maria Aragão e outros militantes comunistas aos municípios e povoados do interior maranhense, para executar as tarefas partidárias e elaborar reportagens para a *Tribuna*, trarão a percepção da justeza do que afirmava o partido. Para o jornal, assim como para o PCB, numa compreensão que precede o programa de 1953, como vimos, o latifúndio, associado aos imperialismo norte-americano, era parte central das forças que impediam o desenvolvimento econômico e social do país. Criavam e conservavam um cenário de extrema exploração e violências no campo, impondo um sistema de relações de tipo “semifeudais”, impedindo a posse da terra e a melhora das condições de trabalho e vida aos camponeses.

Na *Tribuna*, o conjunto destas teses do PCB aparecerá nitidamente em setembro de 1953, em reportagem onde faz menção ao “7 de setembro” para reforçar a necessidade de lutar contra a colonização do Brasil pelos Estados Unidos¹³¹. No Maranhão, o jornal comunista maranhense afirmava que as implicações da dominação dos Estados Unidos, representada pelo governo Vargas, no plano nacional, e pelo governo *vitorinista* de Eugênio Barros, no plano estadual, estrangulavam econômica e socialmente o estado, recaindo de maneira avassaladora sob suas grandes massas camponesas.

Nosso Estado, um dos mais ricos e privilegiados do país, a situação tornou-se insurportável - em virtude dessa dominação sobre nosso país. Podemos produzir tudo e nada produzimos.

A economia maranhense encontra-se asfixiada e a carestia, a falta de gêneros de primeira necessidade, o desemprego chegaram a um ponto nunca atingido anteriormente.

A grande massa camponesa do Estado, utilizando os métodos mais rudimentares da lavoura, é oprimida e explorada pelos grandes latifundiários e representa uma massa humana [sub] alimentada, sem qualquer assistência médica, duramente castigada pela boubá, pelo tracoma, pelo impaludismo, pela lepra, pela tuberculose, pela ignorância, pelo obscurantismo. Esse é o resultado de nossa dependência política e econômica dos Estados Unidos. (Tribuna do Povo, edição nº 131, 19 de setembro de 1953, p. 4, grifo nosso).

Com exceção da parte em que fala que as grandes massas camponesas do Maranhão eram, em função da dominação estrangeira, “duramente castigadas pela ignorância e pelo obscurantismo”, a leitura acima será a leitura que será preservada pela *Tribuna* até 1955. O latifúndio como atraso, as duras condições de vida no campo, a exploração e violência crescente dos latifundiários, os esparsos recursos técnicos dos camponeses, a ausência de assistência médica e o analfabetismo. Além de denunciar detalhadamente este cenário, expondo o aumento do latifúndio, as grilagens de terras devolutas do estado e as formas de exploração aos

¹³¹ “Levantemos a Bandeira de Independência ou Morte”. (Tribuna do Povo, edição nº 131, 19 de setembro de 1953, p. 3 e 4).

camponeses, de maneira interligada, a *Tribuna* orientará e atuará junto aos trabalhadores rurais pelo menos em dois sentidos: fomentando a organização política autônoma, incentivando a sindicalização rural; difundindo entre os trabalhadores rurais as teses e propostas aos camponeses presentes no programa do PCB, este, entendido como a saída definitiva para o conjunto dos problemas enfrentados.

Em fevereiro de 1954, por exemplo, ao tratar da situação dos camponeses no município de Codó, a *Tribuna* já adiantava muito da sua leitura no título dado à uma série de duas reportagens: *O regime dominante garante a grilagem das terras no país*¹³². Nesta oportunidade, Moreira Leda, autor da reportagem, denunciava a grilagem de terra e a ameaça de despejo de aproximadamente 500 famílias camponesas, residentes na “zona do Riacho do Saco, em Codó”. Explicava que os povoados da referida zona, “Centro do Meio, Bôa Hora, São Luiz, Barra e Esperança”, eram “[...] terras nacionais e riquíssimas ‘onde tudo que se planta dá’”, como diziam “[...] os lavradores pertencentes ao município de Codó”. Toda esta área se estendia “[...] ao longo do limite deste município [Codó] com o de Caxias”. (*Tribuna do Povo*, edição nº 152, 13 de fevereiro de 1954, p. 4).

Nesta localidade, afirmava Moreira Leda, “[...] a maioria absoluta dos ‘posseiros’”, que habitavam “[...] aquelas terras há mais de 30 anos”, já haviam adquirido “[...] o direito de propriedade das mesmas pela lei do ‘Uso Capião’”, como podiam “[...] provar os talões de fóros pagos à Prefeitura Municipal de Codó”. Acontece, porém, que, no Vale do Itapecuru, “o ‘negócio’ de terras” era “[...] um dos mais lucrativos”. Por isso, “[...] verdadeiras quadrilhas de ladrões de terra” andavam “farejando as ‘posses’ dos lavradores”. Estas “quadrilhas”, denunciava-se, eram compostas, geralmente, pelos “[...] latifundiários, abastados ‘proprietários’ de terras e políticos dominantes nos municípios e seus sócios menores, os promotores públicos, advogados, escrivães e aventureiros”, que pela região se instalavam. (*Tribuna do Povo*, edição nº 152, 13 de fevereiro de 1954, p. 4).

Além destes, contavam “[...] ainda os ‘cabeceiros’, com muito acertadamente os chamam os lavradores, com o ‘serviço’ da policia para cujos cargos são nomeados as pessoas de absoluta confiança dos grileiros”. O processo de grilagem, por sua vez, aconteceria da seguinte maneira:

O assalto às terras dos camponeses só é feito no momento em que eles consideram oportuno, isto é, após as terras nacionais terem sido valorizadas com as benfeitorias dos “posseiros”.

¹³² “O Regime Dominante Garante a Grilagem das Terras no País”. (*Tribuna do Povo*, edição nº 152, 13 de fevereiro de 1954, p. 4).

Esse aspecto caracteriza muito bem o parasitismo do regime atualmente dominante no país, o regime de grandes latifundiários e grandes capitalistas associados aos imperialistas norte-americanos.

Como eles vivem do usufruto do trabalho alheio, enquanto as terras são matas virgens, nada querem com elas. Esperam pacientemente que os lavradores se instalem nas terras pertencentes ao Estado, com suas famílias, as desbravem e à custa de um trabalho sobrehumano de vários anos vencendo tudo, a natureza, a falta de utensílios, ferramentas, de ajuda dos governos, tudo enfim, realizando um trabalho quase que com as unhas na ânsia de sobreviverem como entes humanos, as terras se valorizarem com as benfeitorias produzidas pelos “posseiros”.

Esse é o movimento escolhido pelos grileiros para o assalto às terras dos posseiros. O ataque, no entanto, é previamente traçado nos Cartórios de Registro de imóveis, verdadeiros antros de grilagem de terras, nessa zona é onde os latifundiários, a promotoria pública e os aventureiros de todos os matizes fazem a repartilha. (Tribuna do Povo, edição nº 152, 13 de fevereiro de 1954, p. 4).

Segundo a denúncia da *Tribuna*, era isto o que estaria acontecendo com os posseiros da “zona do Saco”, onde a ação dos grileiros ameaçava de despejo cerca de 500 famílias, aproximadamente 2.000 camponeses.

Cerca de 2.000 camponeses, estão diante o seguinte dilema: ou reconhecem o novo “proprietário” das terras – o “cabeceiro” Zé da Silva – fabricado no Cartório de Imóveis no município de Codó pelo promotor-grileiro Armandino, de conluio com o industrial latifundiário Sebastião Archer da Silva, ex-governador do Estado e homem de confiança de Eugenio Barros, passando a trabalhar, nas terras, como simples “agregados” sem direito a nada e sujeitos ainda a todas as formas de explorações semi-feudais ou serão despejados das terras.

É o que reza, por exemplo, uma das cláusulas do contrato de agregação forjada pelo ganancioso latifundiários e que diz o seguinte: “O agregado que deixar de cumprir qualquer uma das cláusulas do presente contrato de agregação será obrigado a se retirar das terras sem nenhum direito a benfeitorias dentro de 30 dias. (Tribuna do Povo, edição nº 152, 13 de fevereiro de 1954, p. 4).

Os posseiros da zona do Saco teriam se recusado a aceitar a imposição do contrato de agregação do latifundiário, que apelou “[...] em seu favor para o regime dominante”, conseguindo que os posseiros assinassem o documento sob violenta ameaça. (Tribuna do Povo, edição nº 152, 13 de fevereiro de 1954, p. 4). Na ação, dois lavradores foram assassinados.

Conseguiu com as “autoridades”, em Codó, que pusessem à sua disposição a polícia, e acompanhado de um agente fiscal da Prefeitura de nome Gondin, instaurou o terror obrigando às caladas da noite a boca de fuzis, que os “posseiros” assinassem o contrato de agregação que lhe dava o direito ao assalto das terras, em nome das leis, do promotor público, do regime, enfim.

Dois pobres lavradores que tiveram a “audácia” de não reconhecê-lo como “o proprietário” das suas terras, recusando-se a pagar o arrendamento exigido de 2 alqueres de arroz, por roça, foram barbaramente assassinados em nome da lei e do regime. (Tribuna do Povo, edição nº 152, 13 de fevereiro de 1954, p. 4).

Apesar de terem sido obrigados a assinar o documento, a *Tribuna* assegurava que os “posseiros” estavam “[...] dispostos a se unir e organizar para prosseguirem na luta pelo reconhecimento dos seus direitos miseravelmente esbulhados, em nome da lei e do regime dominante”. (Tribuna do Povo, edição nº 152, 13 de fevereiro de 1954, p. 4). A cobertura feita

pela *Tribuna* sobre a questão agrária no Maranhão foi continuada na segunda, de duas reportagens, da série *O Regime Dominante Garante a Grilagem das Terras no País*¹³³. Nesta, o jornal comunista maranhense denunciou que “[...] a ofensiva dos grandes latifundiários em açambarcar as terras devolutas do Estado e, principalmente as pequenas propriedades”, vinha se intensificando naqueles últimos três anos. Neste período, crescia “[...] a imigração de dezenas de milhares de nordestinos vítimas do flagelo da seca”, que para o Maranhão se dirigiam “[...] a procura de pão e de trabalho”. (*Tribuna do Povo*, edição nº 153, 20 de fevereiro de 1954, p. 4)

Segundo a *Tribuna*, “[...] os grandes proprietários de terra” viam nisso [...] “um grande negocio, a possibilidade auferirem fabulosos lucros à custa da exploração da mão de obra, quase gratuita”. Como veremos mais adiante, esta situação será melhor descrita pela *Tribuna* em outra reportagem, publicada em fins de agosto de 1954. De todo modo, a *Tribuna* seguia denunciando a “[...] composição das quadrilhas de ladrões de terra”, com suas “[...] filiais espalhadas nos vários municípios do interior do Estado e seu estado maior instalado no Catete e no Palácio dos Lesões”. Seguia expondo os seus métodos de grilagem e o “[...] avanço às terras dos ‘posseiros’ e do Estado”. Nesta segunda reportagem da série *O Regime Dominante Garante a Grilagem das Terras no País*, o jornal trazia a lume novas denúncias, que alegava confirmar “[...] cabalmente as conclusões” a que chegaram na reportagem anterior. Outras 500 famílias de “posseiros”, na mesma situação daquelas residentes na zona do Saco, em Codó, estavam tendo suas terras griladas e sofrendo ameaças de expulsão. (*Tribuna do Povo*, edição nº 153, 20 de fevereiro de 1954, p. 4).

Desta vez, o caso acontecia no Município de Coroatá. A denúncia informava que uma quadrilha estaria atuando na grilagem das terras que se estendiam “[...] ao longo da margem direita da E.F.S.L.T¹³⁴”, compreendo a área que ia “[...] do km 241 ao 250”. Segundo a *Tribuna*, esta quadrilha era “[...] capitaneada pelo tubarão-latifundiário Chilon Lobo, chefe político do sr. Eugênio Barros no município, e seus sócio menores os ‘cabeceiros’, Raimundo Gomes e Sebastião Carneiro e o celebre promotor-grileiro Armandino, advogado do latifundiário¹³⁵”. As terras que estariam “[...] sendo assaltadas pelos latifundiários” compreendiam os “[...] povoados de Côrte do Rei, Boavista, Limão, Centrinho, Mefumbo, Paraíso, Manelão e Flôres”. Segundo a *Tribuna*, por direito do Usucapião, as referidas terras já pertenciam aos “posseiros” lá

¹³³ “O Regime Dominante Garante a Grilagem das Terras no País”. (*Tribuna do Povo*, edição nº 153, 20 de fevereiro de 1954, p. 4 e 5).

¹³⁴ Estrada de Ferro São Luís-Teresina.

¹³⁵ Armandino, era Armandino Teixeira Nunes, o mesmo promotor público que estaria envolvido no caso dos povoados da zona do Saco de Codó, conforme denunciou a *Tribuna*.

residentes, valorizadas ainda “[...] com inúmeras benfeitorias”. (Tribuna do Povo, edição nº 153, 20 de fevereiro de 1954, p. 4). Os meios empregados pelos grileiros eram os mesmos: repartilha das terras nos Cartórios de Registro de Imóveis e o “[...] fator suprêssas, como tática, a fim de impedir que os ‘posseiros’” pudessem “[...] oferecer a menor resistencia”. (Tribuna do Povo, edição nº 153, 20 de fevereiro de 1954, p. 4).

O “maior absurdo”, porém, disse a *Tribuna*, “[...] é que nem as benfeitorias produzidas pelos ‘posseiros’” os grileiros queriam indenizar. E quem não se sujeitasse as “[...] suas absurdas imposições”, como a proibição de venda dos produtos coletados sem a permissão dos grileiros, era “[...] miseravelmente expulsos das terras e até assassinados. Para tanto, os ladrões de terra” contavam “[...] em seu apoio com o regime dominante”. Era o que vinha acontecendo, “[...] com os pequenos proprietários do km. 241”, que já haviam recebido a “[...] intimação dos ‘cabeceiros’ de que não” podiam “[...] mais vender côco babaçu sem a sua permissão”. No caso da “[...] repartilha das terras dos lavradores do km. 241” pelos grileiros, o próprio Armandino Teixeira Nunes, promotor público de Codó, o “promotor-grileiro”, teria ficado com “[...] uma faixa de terra do povoado Limão. (Tribuna do Povo, edição nº 153, 20 de fevereiro de 1954, p. 5).

Armandino, aliás, em meio às reclamações das arbitrariedades pelos “posseiros”, teria prometido “[...] vender a parte que lhe coube”. Dessa forma, “[...] os pequenos proprietários que não quiserem ser expulsos das suas terras” teriam que “[...] recompra-las do grileiro com toga de promotor público”. Diante da situação narrada, a *Tribuna* explicava que os lavradores não podiam, de modo algum, permitir que suas terras fossem “[...] miseravelmente entregues” a quadrilha de “salteadores”, devendo impedir por todos os meios que o “esbulho” fosse consumado. Esclarecia, no entanto, que a luta dos posseiros pela posse de suas terras extrapolava a luta particularizada contra os latifundiários, mas que esta estava ligada a uma luta mais ampla, conforme e nos termos previsto nas teses do PCB.

A luta dos “posseiros” no entanto, pela garantia legal de suas propriedades, está ligada à luta pela conquista de um novo regime, pela conquista de um governo Democrático de Libertação Nacional, que lhes garanta a posse das terras do Estado e liquide o poder dos grandes latifundiários através da distribuição gratuita de “suas” terras aos camponeses como lhes aponta o Programa do Partido Comunista do Brasil. Os camponeses compreendem e sentem isso cada vez que travam lutas pela posse de suas terras, uma vez que essas lutas não são apenas contra os latifundiários, mas, contra o próprio regime dominante. (Tribuna do Povo, edição nº 153, 20 de fevereiro de 1954, p. 5).

Em julho de 1954, a situação agrária no município de Codó voltava a ser abordada pela *Tribuna*, em reportagem intitulada *No município de Codó o latifúndio espalha a fome e a*

*escravidão*¹³⁶. Nesta, o jornal comunista maranhense denunciava os métodos de exploração e as atrocidades cometidas pelo “[...] latifundiário Joaquim Cardoso” contra cerca de “[...] 300 famílias camponesas naquele município. “O referido latifundiário”, dizia a *Tribuna*, residia “[...] em Salva-terra, possuindo ainda Campo Grande, Olho D’água, Burití, Santa Rita, S. Benedito, Altamira, Baixão e Capoeira, num total de 4 léguas quadradas, ou seja, 14.400 hectares”. Entre as formas de exploração estavam a cobrança de “um alqueire de milho e um de arroz por cada linha de roça (25 braças quadradas)” cultivada pelos agregados, a obrigação de “[...] vender-lhe toda a produção de que dispõem, por preços vís”. (*Tribuna do Povo*, edição n° 173, 17 de julho de 1954, p. 4).

Sob a comercialização do babaçu recaíam “[...] as mais duras restrições”. O preço do produto, que em Codó, era vendido “[...] Cr\$ 10,00 o quilo”, “[...] o explorador” comprava dos seus agregados a Cr\$ 5,00. E ainda lhes dizia: “‘não estou comprando côco; estou, sim, pagando a quem quebre o que tenho em minhas terras’. É esta a linguagem cínica do perverso latifundiário”, dizia a *Tribuna*. Outro problema enfrentado pelos camponeses era a invasão do gado do latifundiário às suas roças. Quando o gado invadia “[...] a roça das pobres vítimas” e estas reclamavam, a resposta era “[...] a seguinte: ‘o gado está no pasto’. Depois de dizer que lavoura para ele não” interessava “[...] e sim o gado”, o “[...] petulante explorador” ainda afirmava: “não dou uma vaca por dez camponeses”. (*Tribuna do Povo*, edição n° 173, 17 de julho de 1954, p. 4).

Ainda segundo a *Tribuna*, “[...] por qualquer coisa que os camponeses” fizessem “[...] em desacordo com sua mentalidade retrógrada de senhor feudal, Joaquim Cardoso” mandava “[...] espancar a torto e a direito”. Para isso contava com um grupo de “[...] capangas, sob a chefia de um tal de Manoel Faustino, armados com rifles, revólveres e punhais, desacatando com toda sorte de insultos e palavrões até as famílias”. Por exemplo, em certa ocasião, Manoel Macelino dos Santos, José Marcelino dos Santos e Lourival, apontados pela *Tribuna* como capangas de Joaquim Cardoso, teriam invadido “[...] a casa de Raimundo Batista da Silva, quiseram assassinar o menor de 15 anos, Benedito de Souza Lima”, e “[...] espancaram Raimundo Nena e outros”. Além de todo “[...] o terror e exploração” a que estavam “submetidos aqueles homens e mulheres do município, o latifundiário Joaquim Cardoso ainda proibia “[...] até se caçar, pescar e tirar madeiras”. (*Tribuna do Povo*, edição n° 173, 17 de julho de 1954, p. 4).

¹³⁶ “No município de Codó o latifúndio espalha a fome e a escravidão”. (*Tribuna do Povo*, edição n° 173, 17 de julho de 1954, p. 4).

Diante de tudo isso, questionava a *Tribuna*: “como viver em tais circunstâncias? O fruto do trabalho do camponês é assaltado na metade pelo latifundiário e ainda lhe é negado até o direito de procurar o que comer”. (*Tribuna do Povo*, edição nº 173, 17 de julho de 1954, p. 4). Na mesma linha da reportagem citada anteriormente, para o jornal dirigido por Maria Aragão, tudo isso tinha solução, que passava pela sindicalização rural e pelos objetivos programáticos do PCB:

O Programa do Partido Comunista do Brasil aponta o caminho para a salvação nacional de todas as classes e camadas sociais. Devem os camponeses organizarem-se em Sindicatos Rurais.

Levando em consideração a aliança que precisa fazer com a classe operária e sob a direção desta, realizar a missão histórica que lhes cabe, é necessário mais do que nunca, esta organização.

No Sindicato, estarão em condições de lutar pela posse da terra, sementes, inseticidas, ferramentas, assistência técnica e financeira inteiramente grátis.

É isto o que irá fazer um governo democrático de libertação nacional, pelo qual devem lutar todas as pessoas honestas que não estejam de acordo com este governo de latifundiários e grandes capitalistas, ligados ao imperialismo americano que aí temos. (*Tribuna do Povo*, edição nº 173, 17 de julho de 1954, p. 4).

Do município de Caxias, também chegavam denúncias sobre as situações enfrentadas pelos camponeses naquele município. Em reportagem nomeada *Camponeses de Caxias explorados pelos donos de terras*, a *Tribuna* dava publicidade a uma denúncia chegada de “correspondência do interior de Caxias”¹³⁷. No “lugar Almada”, “cerca de mil camponeses sem terra” eram “[...] vítimas da mais brutal exploração”. (*Tribuna do Povo*, edição nº 155, 6 de março de 1954, p. 6). Os níveis e os casos de exploração estariam se recrudesendo à medida que as terras do local eram vendidas e compradas por novos proprietários.

O sr. José Delfino da Silva comprou dos Almadás as terras do lugar Almada que ficavam à beira do rio e que pertenceram a Cesário Lima.

Por ação judicial as terras de Cesário Lima vieram às mãos dos Almadás.

O novo proprietário passou a cobrar de cada camponês 15 cruzeiros por linha de roça e 25 cruzeiros por linha de capoeira (roça velha que de dois anos e mais que só já tem algodão e mandioca).

TERCEIRO DONO – MAIS EXPLORAÇÃO

Motivos de ordem financeira levaram o sr. José Delfino a vender suas terras a um novo proprietário.

Este passou a cobrar 50 cruzeiros por linha, indistintamente, tanto de roça como de capoeira.

Além da exploração, o novo tatuíra desrespeitava as mulheres nas festas da localidade. (*Tribuna do Povo*, edição 155, 6 de março de 1954, p. 6).

A situação teria levado muitos camponeses de Almada a abandonarem as terras “[...] em que muitos viviam há mais de 15 anos, porque não suportavam mais a exploração. E

¹³⁷ “Camponeses de Caxias explorados pelos donos de terras”. (*Tribuna do Povo*, edição nº 155, 6 de março de 1954, p. 6 e 5).

começou o exodo”. Muitos tiveram de deixar “[...] criações, porcos e até galo”. Para piorar a situação, observando a migração e buscando tirar proveito desta, ainda foi instalado “[...] uma cancela na estrada por onde passam os caminhões” de mudança, cobrando o valor de “[...] 200 cruzeiros para a passagem”. (Tribuna do Povo, edição n° 155, 6 de março de 1954, p. 6) E, assim, “[...] os camponeses que abandonavam as terras e transportavam suas bagagens em caminhões, tiveram de ser explorados até para sair”.

Frente à situação, o jornal assegurava aos camponeses que o programa PCB lhes garantia “[...] uma vida feliz, sem a exploração de que são vítimas”. (Tribuna do Povo, edição n° 155, 6 de março de 1954, p. 5), para em seguida transcrever três de suas medidas previstas no item “Reforma Agrária e Ajuda aos Camponeses”.

37 - Confiscação de todas as terras dos latifundiários e entrega dessas terras, gratuitamente, aos camponeses sem terra ou possuidores de pouca terra e a todos que nelas queiram trabalhar, para que as repartam entre si. A divisão das terras será reconhecida por lei e a cada camponês será entregue o título legal de sua posse. A lei reconhecerá as posses e ocupações de terras, tanto dos latifundiários como do Estado, anteriormente realizadas pelos camponeses, que receberão os títulos legais correspondentes.

38 – Abolição de todas as formas semi-feudais de exploração dos camponeses: meação, terça e todas as formas de prestação de serviços gratuitos, abolição do vale e barracão e obrigação de pagamento em dinheiro a todos os trabalhadores.

39 – Garantia de salário suficiente aos assalariados agrícolas não inferior ao dos operários industriais não especializados, como também garantia de terra aos que a desejam. (Do Programa do P.C.B.)

(Tribuna do Povo, edição n° 155, 6 de março de 1954, p. 5).

Mais tarde, em maio de 1954, a *Tribuna* voltará a abordar a situação dos lavradores em Caxias. Àquela altura, em reportagem intitulada *Latifúndio – causa do atraso no campo*, o jornal denunciava que “o sistema de latifúndio” no Maranhão, a cada dia que se passava, mais se constituía “[...] uma séria ameaça à estabilidade dos nossos lavradores”¹³⁸. (Tribuna do Povo, edição n° 164, 8 de maio de 1954, p. 6).

Ora tomam propriedades camponesas até de 50 anos, utilizando para isso “leis” forjadas nos Cartórios de Registro de Imóveis, expulsando em seguida os proprietários que não se sujeitam a lhes servir de escravos, ora obrigam os mesmos a só vender seus produtos aos ditos latifundiários-grileiros pelos preços que entendem. (Tribuna do Povo, edição n° 164, 8 de maio de 1954, p. 6).

Em Caxias, o principal denunciado pela *Tribuna* será “[...] o latifundiário Antonio Bruno”, que alegava ser “[...] proprietário dos lugares Cocal, Feitosa, Bananal e S. Gonçalo, e arrendatário de Diamante, Mandacarú e Centro”. Antonio Bruno estaria “[...] empregando os mais cruéis métodos de exploração feudal aos seus ‘agregados’”. Exigia “[...] dois dias de

¹³⁸ “Latifúndio - causa do atraso no campo”. (Tribuna do Povo, edição n° 164, 8 de maio de 1954, p. 6).

serviço por semana, de cada um de seus agregados, apesar de embolsar a exorbitante quantia de Cr\$ 50,00 por cada tarefa de roça que cultivem, como pagamento de foros”. Com isso, segundo a *Tribuna*, o lavrador dificilmente conseguia “[...] tratar bem sua roça, uma vez que seu tempo tem de ser dividido entre suas obrigações e as do latifundiário”. Ademais, Antonio Bruno estaria pagando apenas Cr\$ 12,00 pelo “[...] dia de serviço do pobre trabalhador”, enquanto vendia, aos seus agregados, “[...] a carne a Cr.\$ 14,00, farinha a 5,00, arroz a 6,00, etc”. (Tribuna do Povo, edição nº 164, 8 de maio de 1954, p. 6).

O coco babaçu, que Antonio Bruno estaria comprando dos “[...] não agregados a Cr.\$ 8,00”, forçava aos seus agregados “[...] a lhe venderem por 4, sob pena de serem expulsos das terras. Enquanto isso, em Caxias, o quilo do produto” estava “[...] dando Cr.\$10,60”. Antonio Bruno, além de “cerca de mais de 20 hectares de terra” que dizia “[...] ser de sua propriedade ou arrendada”, estaria, ademais, avançando “[...] nas terras devolutas próximas”, como no “lugarinho Baixão do Curral”. (Tribuna do Povo, edição nº 164, 8 de maio de 1954, p. 6). Diante desse cenário, a conclusão a que chegava a *Tribuna* era a de que “[...] aqueles lavradores já” estavam “[...] submetidos ao regime da ‘meia’ e da terça”, uma vez que tinham que “[...] trabalhar 2 dias por semana para o patrão, e vender côco, que em Caxias” custava “[...] 10,60, a Cr.\$ 4,00”. (Tribuna do Povo, edição nº 164, 8 de maio de 1954, p. 5).

Além disso, ainda tinham de vender “[...] obrigatoriamente os outros produtos ao mesmo explorador, também pela metade dos preços reais”. Por isso, a *Tribuna* afirmava que “[...] quando muito”, aqueles trabalhadores só desfrutavam “[...] da metade do fruto do seu trabalho”, isto é, estavam “[...] submetidos, como dissemos acima, ao regime da ‘meia’”. (Tribuna do Povo, edição nº 164, 8 de maio de 1954, p. 5). Para enfrentar a exploração a que estavam submetidos, o semanário comunista maranhense orientava: deviam os camponeses se organizarem, sindicalizarem e lutarem pela concretização do programa do PCB.

Ante tal situação, só resta um caminho àqueles trabalhadores: organizarem Ligas Camponesas¹³⁹. Dentro delas, então, serão discutidos os caminhos a tomar para lutar contra o explorador.

¹³⁹ O incentivo à criação de Ligas Camponesas, será outras das formas de organização política/sindicalização que a *Tribuna* buscará fomentar entre os trabalhadores rurais maranhense. As Ligas, segundo Schwarcz e Starling (2015, p. 545), “a primeira experiência de organização dos camponeses num tipo de associação civil”, surgiram, entre 1945 e 1947, no âmbito das atividades de mobilização política do PCB. Segundo as autoras, objetivavam mobilizar os trabalhadores do campo, conhecer as suas reivindicações, trabalhando por uma aliança com os setores operários da cidade. Com a clandestinidade a que fora lançado o PCB pelo governo Dutra, em 1947, a experiência das Ligas foi interrompida. Sua retomada se dará, com maior força, em 1955, com a criação da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco (SAPPP), fundada em Engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão, Pernambuco. O objetivo inicial da SAPPP será impedir a expulsão de foreiros e arrendatários das terras de um engenho, mas a experiência logo se ampliará significativamente, reeditando a experiência das Ligas Camponesas e conformando um movimento social mais amplo. Atuarão pela defesa e ampliação dos direitos civis e sociais dos trabalhadores rurais, judicializando os conflitos sociais. (Schwarcz, Starling, 2015).

Os lavradores devem lutar pelo Programa do PCB, que [garante] a posse da terra aos camponeses e lhes possibilita cultivá-las. (Tribuna do Povo, edição n° 164, 8 de maio de 1954, p. 5).

Em outra reportagem, de junho de 1954 e, desta vez, denunciando as implicações do latifúndio no município de Itapecuru, a *Tribuna* voltará a descrever a situação geral dos camponeses no Maranhão¹⁴⁰. Em reportagem intitulada *O latifúndio espalha fome, terror e miséria*, assim prosseguiu:

Os camponeses maranhenses, além do abandono em que se encontram, vegetando, sem a menor assistência do governo, sem médicos, sem remédio, sem escolas para os filhos, sem instrumento de lavoura, sem sementes selecionadas, vítimas de terríveis endemias e de verminoses, vivem sem garantias de qualquer natureza, sujeitos a perder suas plantações e seus casebres a qualquer momento. Os latifundiários têm o apoio do governo e por isso praticam toda sorte de roubo e deixam na miséria milhares de famílias. (Tribuna do Povo, edição n° 169, 12 de junho de 1954, p. 8).

Para exemplificar o que dizia, a *Tribuna* relatava que “o latifúndio” fizera, em abril daquele ano, mais uma vítima em Itapecuru, desta vez, uma família de dez pessoas, que “[...] ficou ao desabrigo, morando debaixo das árvores e com a perspectiva de negros dias de fome”. O fato teria se passado no “[...] lugar S. Leopoldo, à margem esquerda do rio Itapecurú, entre Cachimbos e Pirapemas”. “O latifundiário Manuel Antero”, relatava a *Tribuna*, costumava “[...] tomar terras dos camponeses” que moravam “[...] na sua vizinhança. Sua ganancia voltou-se para as terras e plantações da família Oliveira, residente nas proximidades de suas terras há 24 anos”. Como justificativa, Manuel Antero teria procurado “[...] inimizade com a família e a 23 de abril” mandado “[...] fazer uma intimação de despejo”, que culminou na expulsão da família Oliveira das terras em que habitavam. (Tribuna do Povo, edição n° 169, 12 de junho de 1954, p. 8).

No dia seguinte [24 de abril], dois oficiais de justiça acompanhados de capangas, armados de rifles, invadiram a casa do camponês Manuel Oliveira, arrancaram de dentro de casa todos os objetos e moveis e, não satisfeitos, puseram a casa abaixo.

FURIA SELVAGEM

Como selvagens, destruíram a casa, proferindo pesados insultos às pessoas da família, enquanto alguns capangas atiravam de rifles nos troncos das árvores.

DESPEJO DO FILHO DO CASAL

Dai rumaram para a casa de um filho dos Oliveira e ali também fizeram o despejo, mas não derrubaram a casa: fecharam-na e levaram a chave. (Tribuna do Povo, edição n° 169, 12 de junho de 1954, p. 8).

Depois do fato, as famílias vitimadas ficaram “[...] ao desabrigo, com seus pertences debaixo das árvores e dormindo ao relento, uns, outros hospedados em casa de outros camponeses”. Aquele episódio, sustentava a *Tribuna*, não era “[...] um caso isolado”. Repetia-

¹⁴⁰ “O latifúndio espalha fome, terror e miséria”. (Tribuna do Povo, edição n° 169, 12 de junho de 1954, p. 8).

se “[...] com frequência em todo interior do Estado. O latifúndio é o terror dos camponeses”. Por isso, defendia que era “[...] urgente a organização dos camponeses, em sindicatos agrícolas, em ligas camponesas, para defesa de seus interesses e garantia da própria vida. Assim organizados, os camponeses” constituiriam “[...] o feixe de varas, que nenhuma força pode quebrar”. Os camponeses poderão assim vencer os seus ferozes e deshumanos inimigos”. (Tribuna do Povo, edição nº 169, 12 de junho de 1954, p. 8).

Mais tarde, em julho de 1954, a *Tribuna* abordou as condições de vida dos camponeses no município de Ipixuna e também a apontar a precisão do programa do PCB diante da situação no campo maranhense. Em reportagem intitulada *Impera o regime da “meia” nos latifúndios maranhenses*, o semanário comunista denunciaria, desta vez, os atos de “dona Zizi e seu filho”, classificados como “[...] latifundiários que apesar de serem filhos da terra não é menor a agressividade com que se lançam contra os camponeses”¹⁴¹. Segundo denunciava a *Tribuna*, dona Zizi, uma “[...] antiga latifundiária”, era “[...] uma feroz exploradora daqueles camponeses” de Ipixuna, “[...] contando para isso coma eficiente colaboração de um filho seu”. (Tribuna do Povo, edição nº 172, 10 de julho de 1954, p. 4).

“Dona Zizi” estaria cobrando “[...] nada menos de Cr\$ 100,00 por cada roça feita em suas terras, mesmo que a mesma” só medisse “[...] uma linha”. Já seu filho, além de proibir qualquer iniciativa comercial além da sua nas suas terras”, teria estabelecido “[...] a multa de Cr\$ 5,00 por cada quilo de coco” vendido fora por seus agregados. Com isso, afirmava a *Tribuna*, viviam “[...] aqueles camponeses enfrentando as piores condições de vida”. Para o jornal, em conclusão, a situação camponesa em Ipixuna, e no Maranhão, em geral, só vinha a confirmar as teses e as propostas defendidas pelo PCB em seu projeto de programa, como podemos verificar a seguir:

Razão de sobra tem o PCB, quando, em seu projeto de Programa lançado ao povo brasileiro, a 1.º de janeiro deste ano, denunciava toda sorte de desprezo a que vive submetida a nossa população camponesa, quando dizia o seguinte: “A população camponesa, constituída pelos milhões de meeiros, agregados, arrendatários, sitiantes, posseiros, colonos, assalariados agrícolas, vaqueiros, peões, etc., que representa 70% da população brasileira, na sua maior parte não possui terra e vive brutalmente explorada, privada de quaisquer direitos e submetidas ao arbítrio dos donos dos latifúndios, seja nas fazendas, estâncias de criação de gado, engenhos ou usinas de açúcar. Abandonados ao analfabetismo, vítimas de endemias, descalços e semi-nús, morando em choupanas, dispondo apenas de enchada como ferramenta agrícola, milhões de camponeses vivem na miséria”, etc.

O mesmo Programa, entretanto, mostra sabiamente a saída, no seu item 37 quando mostra que irá fazer o governo democrática de libertação nacional, pelo qual o povo deve lutar:

¹⁴¹ “Impera o regime da “meia” nos latifúndios maranhenses”. (Tribuna do Povo, edição nº 172, 10 de julho de 1954, p. 4).

37 - Confiscação de todas as terras dos latifundiários e entrega dessas terras, gratuitamente, aos camponeses sem terra ou possuidores de pouca terra e a todos que nelas queiram trabalhar, para que as repartam entre si. A divisão das terras será reconhecida por lei e a cada camponês será entregue o título legal de sua posse. A lei reconhecerá as posses e ocupações de terras, tanto dos latifundiários como do Estado, anteriormente realizadas pelos camponeses, que receberão os títulos legais correspondentes. (Tribuna do Povo, edição nº 172, 10 de julho de 1954, p. 4).

A *Tribuna*, como vimos em nosso capítulo um, buscava acompanhar informar e participar do conjunto das mobilizações pertinentes ao campo à nível nacional, expondo-as em suas páginas para fomentá-las entre os trabalhadores rurais no Maranhão. Em meados de julho de 1954, por exemplo, o jornal anunciava que já estavam em andamento os preparativos para a II Conferência dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil, a ser realizada nos dias 17, 18 e 19 de setembro daquele ano, em São Paulo¹⁴². O Manifesto convocatório da comissão de organização do encontro foi, inclusive, integralmente publicado pelo jornal¹⁴³. Segundo afirmava, a Conferência representava “[...] mais um passo avançado na organização dos camponeses, para a conquista de seus direitos e de suas reivindicações”. (Tribuna do Povo, edição nº 155, 31 de julho de 1954, p. 4). Com vistas à participação dos trabalhadores rurais no encontro, assim afirmou a *Tribuna*:

A união dos camponeses em cada município, em cada localidade, lhes dará força para lutar contra seus inimigos, derrota-los. *Um camponês isolado é uma vara. Os camponeses unidos são um feixe de varas que ninguém pode quebrar.* Em todos os recantos do Estado devem ser organizados comissões de apoio à II Conferência de Trabalhadores Agrícolas que trabalham na preparação da Conferência Estadual, de onde deverão sair os delegados para o grande conclave. Mãos à obra, camponeses¹⁴⁴. (Tribuna do Povo, edição nº 155, 31 de julho de 1954, p. 4, grifo nosso).

¹⁴² “II Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas”. (Tribuna do Povo, edição nº 175, 31 de julho de 1954, p. 4).

¹⁴³ “II Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas. Manifesto de Convocação”. (Tribuna do Povo, edição nº 176, 7 de agosto de 1954, p. 3).

¹⁴⁴ Após a II Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas, o semanário comunista maranhense logo tratou de dar publicidade às resoluções aprovadas no encontro. Segundo informou, após os delegados de quase todos os setores do país terem denunciado extensamente os “latifundiários e as formas feudais de exploração no campo”, a Conferência deliberou por um conjunto de medidas em favor dos camponeses no Brasil. Entre estas, destacava a aprovação de uma Carta de Direitos e Reivindicações dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil e a criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil. Ressaltava que várias teses foram aprovadas, sobre a “[...] reforma agrária, sindicalização rural, aplicação da legislação trabalhista no campo, estabelecimento de relações comerciais com todos os países, etc”. Ressaltava ainda que “[...] nem um só problema atinente a cada região deixou de ser discutido, denunciando-se a situação de penúria e abandono em que vivem as grandes massas camponesas, em geral submetidas cruelmente a um regime feudal de trabalho”. (Tribuna do Povo, edição nº 186, 23 de outubro de 1954, p. 1). Como parte das medidas aprovadas na Conferência em questão, teve início também a “Campanha de 5 milhões de assinaturas pela Reforma Agrária do Brasil”, destinada a exigir e pressionar o presidente da República, a Câmara Federal e o Senado no sentido de serem criadas medidas efetivas para pôr fim ao latifúndio no Brasil. O anteprojeto do documento foi publicado na mesma edição em que a *Tribuna* veiculou a Carta de Direitos e Reivindicações dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil.

Outro ponto tocado pela *Tribuna* no âmbito da realidade agrária maranhense, foi o da situação dos migrantes nordestinos que, devido à seca, partiam em mudança para o Maranhão. Para a *Tribuna*, o referido processo migratório se constituía num [...] “grande negocio” para os latifundiários do Maranhão, pois lhes davam “[...] a possibilidade auferirem fabulosos lucros à custa da exploração da mão de obra, quasi gratuita”¹⁴⁵. Em agosto, em reportagem intitulada *Famílias nordestinas vítimas da fome, abandono e exploração*, a *Tribuna* trazia ao conhecimento de seus leitores um exemplo concreto do que afirmavam. Nesta oportunidade, narrará o caso do “[...] camponês cearense Sebastião Rodrigues Carneiro”, que, em fins de 1953, veio ao Maranhão “[...] acompanhado de sua companheira, e mãe, 8 filhos e mais um no ventre, que meses depois veio a nascer”¹⁴⁶. (Tribuna do Povo, edição nº 179, 28 de agosto de 1954, p. 6).

Segundo afirmava a *Tribuna*, “como os demais nordestinos imigrados, Sebastião procurou o nosso Estado, com esperança de em pouco poder melhorar suas penosas condições de vida”. Se estabeleceu na vila Lima Campos, no município de Pedreiras. Sem ter outra alternativa “[...] para dar o pão aos filhos, o camponês, ao mesmo tempo que procurava serviço assalariado, lutava por arranjar um pedacinho de roça, cuja capina e plantio, na sua maior parte, teriam de ser realizados pelos garotos mais velhos”. Com tal plano, “[...] aliás justíssimo, Sebastião pretendia cedo logo, colher algum legume para matar sua fome e de seus filhos e esposa”. Não demorou muito e, “[...] aproveitando o estado de extrema miséria” por que passava o camponês, “[...] o indivíduo de nome Félix Alves Costa, protegido por um dos Brauná, [de] Pedreiras, ofereceu-lhe 18 linhas de roça queimada para tratar de ‘meia’, que mais tarde foram reduzidas para apenas 8”. (Tribuna do Povo, edição nº 179, 28 de agosto de 1954, p. 6).

O camponês, não tendo a quem mais recorrer, “[...] aceitou a proposta, tendo imediatamente entrado em ação com toda a família. Félix Alves Costa, ao combinar o roçado com Sebastião, teria ainda lhe prometido “[...] um empréstimo de Cr\$ 1.000.00 para que Sebastião pudesse cumprir sua tarefa com êxito”. Mas o dinheiro prometido não foi entregue, nem mesmo quando a companheira de Sebastião deu à luz. E é preciso notar”, ressaltava a *Tribuna*, que a pobreza era “[...] tão grande na casa de Sebastião que durante os 40 dias de dieta da parturiente, somente meio quilo de carne foi conseguido pelo camponês, para alimentar a

¹⁴⁵ “O Regime Dominante Garante a Grilagem das Terras no País”. (Tribuna do Povo, edição nº 153, 20 de fevereiro de 1954, p. 4 e 5).

¹⁴⁶ “Famílias nordestinas vítimas da fome, abandono e exploração”. (Tribuna do Povo, edição nº 179, 28 de agosto de 1954, p. 6).

pobre mãe. Nos outros dias, o prato invariável era mingáu nágua e sal”. Mas a situação ainda pioraria. No combinado entre Felix e Sebastião, este teria de trabalhar nas 8 linhas de roça, para ter direito à metade”, por isso, “[...] não poupou esforços no sentido de cumprir sua tarefa, apesar da fome que o atormentava”. (Tribuna do Povo, edição nº 179, 28 de agosto de 1954, p. 6).

“Depois das 4 linhas que pertenciam a Sebastião estarem prontas e que êste se preparava para capinar a parte de Félix”, este lhe propôs que, “[...] em vês destas 4 linhas em terreno limpo, fosse limpar 2 de uma roça já plantada. Apesar do trabalho destas duas ser mais difícil do que o das quatro, o camponês aceitou”. Mas, logo em seguida, Sebastião teve de recuar, uma vez que “[...] Félix exigiu-lhe que tinha de tratar as duas linhas dentro de uma semana, o que era impossível visto Sebastião ser obrigado a trabalhar fora a metade da semana para arranjar algum tostão para alimentação da família”. Em face disso, Felix teria esbulhado Sebastião de sua roça, “[...] depois de estar próximo de colher os primeiros frutos. Inutilmente, Sebastião apelou por tôdas as formas, no sentido de lhe ser devolvida a roça”, o que só foi feito, em partes, mais tarde, “[...] depois de colhida a roça. Pela “[...] interferência de terceiros, o explorador foi forçado a dar uma migalha ao camponês, temendo uma desagradável represália”. (Tribuna do Povo, edição nº 179, 28 de agosto de 1954, p. 6).

Segundo a *Tribuna*, era este “[...] o tratamento dado pelos algozes dominantes aos nossos homens do campo”, naquele “[...] regime de latifundiários e grandes capitalistas”. Para o jornal, era “[...] somente organizados em Ligas ou outro qualquer tipo de organização” que os camponeses estariam “[...] aptos a defender suas reivindicações por cima da vontade dos seus exploradores”. (Tribuna do Povo, edição nº 179, 28 de agosto de 1954, p. 6). Em seguida, como saída para os problemas enfrentados, apontava novamente para o programa do PCB.

Vejamos o que diz:

37 - Confiscação de todas as terras dos latifundiários e entrega dessas terras, gratuitamente, aos camponeses sem terra ou possuidores de pouca terra e a todos que nelas queiram trabalhar, para que as repartam entre si. A divisão das terras será reconhecida por lei e a cada camponês será entregue o título legal de sua posse. A lei reconhecerá as posses e ocupações de terras, tanto dos latifundiários como do Estado, anteriormente realizadas pelos camponeses, que receberão os títulos legais correspondentes.

38 – Abolição de todas as formas semi-feudais de exploração dos camponeses; meiação, terça e todas as formas de prestação de serviços gratuitos, abolição do vale e barracão e obrigação dos pagamentos em dinheiro a todos os trabalhadores agrícolas.

39 – Garantia de salário suficiente nos assalariados agrícolas, não inferior ao dos operários industriais não especializados, como também garantia de terras aos que a desejarem.

40 – Construção de sistemas de irrigação, particularmente nas regiões do Nordeste assoladas pelas secas, de acôrdo com as necessidades dos camponeses e do desenvolvimento da agricultura. (Tribuna do Povo, edição nº 179, 28 de agosto de 1954, p. 6).

Em novembro de 1954, era a vez da *Tribuna* trazer à público denúncias sobre o cenário agrário no município de Bacabal, recorrendo, outra vez, às teses do PCB. Neste, “prossequindo na criminosa tarefa de desapropriar os camponeses pobres de suas terras, protegidos do govêrno e até mesmo das chamadas “oposições”, estariam se lançando “[...] no mais descarado roubo de terra no interior do Estado”, denunciava a *Tribuna*¹⁴⁷. “Qualquer um dêsses indivíduos, para desapropriar legítimos donos de terra”,

[...] é bastante adquerir uma pequena faixa, em um terreno qualquer. Isto é o bastante para contratarem agrônomos e imediatamente caírem em campo com as célebres “demarcações” que nada mais representam que assalto “legal” às propriedades alheias. (Tribuna do Povo, edição nº 189, 13 de novembro de 1954, p. 6).

Em Bacabal, segundo o informante da *Tribuna*, a ação dos grileiros teria se direcionado a uma terra indígena. Àquela altura, “[...] um senhor Emiliano, há pouco tempo” completara “[...] o assalto às terras da antiga aldeia denominada de Santo Antonio, doada aos índios ainda pelo primeiro governador republicano do Maranhão”, dizia a denúncia. A “trama” teria começado em 1947, ano da “[...] primeira ofensiva dos grileiros, contra as terras dos índios”. (Tribuna do Povo, edição nº 189, 13 de novembro de 1954, p. 6). Naquela ocasião, explicava a *Tribuna*:

[...] com o protesto dos índios, o sr. Sebastião Archer, então governador, foi obrigado a recuar pelo menos em parte em atender o plano lesivo de Emiliano. Não permitiu que os expulsasse e nem que pagassem fôros, mais reconheceu a terra como propriedade do invasor. (Tribuna do Povo, edição nº 189, 13 de novembro de 1954, p. 6).

Mas a situação, em fins de 1954, teria piorado, e muito.

Se os índios e os camponêses que habitam todo aquele território de 6 léguas quadradas quiserem cultivar a terra têm que pagar fôros caríssimo a ainda vender toda a produção ao explorador ou a quem êle mandar, como o fazem todos os outros incursos nos mesmos crimes.

Ou se sujeitam a servir de escravos para o falso dono da terra, ou serão expulsos, deixando tudo o que tem. (Tribuna do Povo, edição nº 189, 13 de novembro de 1954, p. 6).

Ora, para a *Tribuna*, casos como esse de Barra do Corda eram mais um exemplo de manifestação da essência do “regime de latifundiários e grandes capitalistas” instaurado no país, do qual Eugênio Barros e, à essa altura, Café Filho, eram representantes. Diante do recrudescimento dos casos de grilagem de terras no Maranhão, a *Tribuna* permanecia

¹⁴⁷ “Espoliados índios e camponeses pelos afilhados do govêrno Eugênio Barros”. (Tribuna do Povo, edição nº 189, 13 de novembro de 1954, p. 6).

destacando a importância da organização política dos camponeses e atrelando a solução de suas demandas ao programa do PCB.

Os camponeses, entretanto, podem e devem derrotar os assaltadores de suas terras desde que se organizem e lutam para impedir o assaltado. E caso já tenham tomado, lutar pela devolução da mesma aos seus legítimos donos. Sem esquecer de que é necessário lutar sempre por um governo democrático popular, onde a terra será distribuída gratuitamente “aos camponeses sem terra ou possuidores de pouca terra”, como preceitua o projeto de Programa do PCB. (Tribuna do Povo, edição nº 189, 13 de novembro de 1954, p. 6).

A *Tribuna* seguiu nesta maneira de abordagem durante todo o ano de 1954¹⁴⁸. Em novembro, o projeto de programa do PCB foi aprovado no IV Congresso do PCB. Muito embora, na prática, os comunistas buscassem sua reinserção na vida sociopolítica brasileira, nos movimentos sindicais e nos processos políticos eleitorais, as premissas e as propostas presentes no documento programático do partido permaneceram inalteradas ao do projeto de programa lançado em fins de 1953: era preciso derrubar o governo e acabar com aquele regime; substituí-lo por um Governo Democrático de Libertação Nacional e por um regime democrático-popular, fruto da construção revolucionária de uma Frente Democrática de Libertação Nacional, liderada pela classe operária e seu partido, o PCB. (Filho, 2007).

A par das leituras do PCB, tomando-as como parâmetro de análise e orientação, a *Tribuna*, ao longo de todo o ano 1955, seguirá denunciando os casos de exploração e violências no campo maranhense. Mas, outras condicionantes sociais, como a fundação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e sua campanha por uma reforma agrária democrática também se refletirão nas produções e orientações feitas pela *Tribuna*.

Já em janeiro de 1955, por exemplo, a *Tribuna* denunciará os avanços do latifúndio no município de São Bento e os impactos disto na vida dos camponeses. Em *Expulsas das terras e de suas próprias casas*, o jornal comunista maranhense trará a público o caso da “[...] fazenda Bom Retiro, onde “[...] protegidos do governo”, estariam semeando “[...] sem cessar, o pânico e a inquietação, entre os moradores, a exemplo do resto do Estado”, que estava “[...] todo transformado em campo semi-feudais de gananciosos latifundiários”¹⁴⁹. (Tribuna do Povo, edição nº 196, 15 de janeiro de 1955, p. 6).

¹⁴⁸ Foi assim, por exemplo, em: “Latifundiários de São Bento avançam nas terras devolutas”. (Tribuna do Povo, edição nº 167, 19 de maio de 1954, p. 6); “Pagam 540 cruzeiros por cada linha de roça”. (Tribuna do Povo, edição nº 170, 19 de junho de 1954, p. 6); “Formas variáveis de exploração no campo. (Tribuna do Povo, edição nº 176, 7 de agosto de 1954, p. 6); “Explorados por todos os meios os camponeses de Vargem Grande”. (Tribuna do Povo, edição nº 177, 14 de agosto de 1954, p. 6).

¹⁴⁹ “Expulsas das terras e de suas próprias casas”. (Tribuna do Povo, edição nº 196, 15 de janeiro de 1955, p. 6).

Numa retrospectiva do recrudescimento das perseguições impostas aos camponeses em Bom Retiro, a *Tribuna* afirmou que o próprio ex-governador Archer da Silva, antecessor de Eugênio Barros, com o objetivo declarado de perseguir os camponeses, foi quem “[...] cedeu ilegalmente a seu protegido Carlos Pereira, cêrca de 1 légua quadrada de terra, da qual se utilizavam as 36 famílias que a habitavam”. Desde então, “[...] todos os processos de exploração e perseguições foram postos em prática por parte do pretense ‘dono’ das terras, tudo no sentido de forças àquelas famílias a se retirarem, sem nada poder levar consigo do que possuem”. (Tribuna do Povo, edição n° 196, 15 de janeiro de 1955, p. 6).

Como os camponeses não se deixavam “[...] levar tão facilmente por ameaças e intimidações, a cada vez que insistia pela desocupação das terras, resolveu o insolente ‘grileiro’ lançar mão da violência aberta”, disse a *Tribuna*. (Tribuna do Povo, edição n° 196, 15 de janeiro de 1955, p. 6).

Expulsou tôdas as famílias, e como esta continuassem morando em suas casas, capangas e policiais armados, obedecendo ordens de um suplente de juiz, derrubaram, não apenas as casas das vítimas, mas também as cercas de suas roças, para serem invadidas por assumir.

Com isso, o fruto do trabalho extenuante de dezenas de anos, em que o pai, mãe e filhos esgotaram tôdas as suas fôrças físicas, iam-se de águas abaixo, sob as ordens dos chamados poderes constituídos, cuja missão deveria ser a de defende-las e nunca lançá-los à fome, à negra miséria, por falta de um pedaço de terra. (Tribuna do Povo, edição n° 196, 15 de janeiro de 1955, p. 6).

Para a *Tribuna*, o que estava acontecendo com aquelas 36 famílias, entre as quais, destacavam-se “[...] Camilo Costa e seus 4 filhos casados”, estava “[...] acontecendo em todo o Maranhão e em todo o Brasil”. Isto, pois, representava “[...] a essência de um regime em decomposição, cujos dirigentes só encontram um meio para descarregar suas dificuldades: oprimir os trabalhadores, quer das cidades, quer do campo”. Tal situação, entretanto, defendia o semanário comunista, podia e deveria “[...] ser eliminada em nosso país”. Mas isto só seria “[...] possível com a derrubada” daquele “[...] govêrno de latifundiários e grandes capitalistas e sua substituição por um govêrno democrático de libertação nacional, sob a direção do proletariado, previsto no Programa do Partido Comunista do Brasil”. (Tribuna do Povo, edição n° 196, 15 de janeiro de 1955, p. 6).

Em fevereiro de 1955, “[...] às vésperas do lançamento da campanha da reforma agrária, que empolga todo o país”, afirmava a *Tribuna*, era “[...] oportuno denunciar a situação dos camponeses” que viviam no município de Caxias¹⁵⁰. O caso denunciado, desta vez, envolvia

¹⁵⁰ “Camponeses expoliados no município de Caxias”. (Tribuna do Povo, edição n° 202, 26 de fevereiro de 1955, p. 7).

os arrendamentos de “Dona Filomena Labre de Lemos, proprietária de várias propriedades” no “lugar S. Benedito”. Segundo veiculava a *Tribuna*, dona Filomena, estava arrendando suas propriedades “[...] a exploradores” que estavam transformando “[...] a vida dos camponeses em verdadeiro inferno”. Em S. Benedito, uma destas “[...] propriedades dos Lemos”, fora “[...] arrendada para o sr. Tomé de Lima”, que estaria impondo “[...] as piores perseguições” aos trabalhadores. (*Tribuna do Povo*, edição n° 196, 15 de janeiro de 1955, p. 6).

Para exemplificar o que estava afirmando, a *Tribuna* citou o caso de Martins Vitorier, ou “Martinho”, um “camponês [...] recentemente chegado ali” em S. Benedito. “Vindo de outra propriedade dos Lemos, onde muito sofrera, com quatro filhos menores e do cunhado Arcelino Negrão, eram três filhos também menores”, estes logo “[...] atiraram-se à lavoura com fé e coragem, visando melhorar a situação, agravada pelo arrendatário da fazenda onde trabalhara”. Assim, Martins e seu cunhado “[...] fizeram quatro linhas de roça e tomaram a deliberação de trabalhar como assalariado para terem o que comer enquanto não” chegava “[...] a colheita. O arrendatário Tomé, precisando de mão de obra, não proibiu que os moradores fossem trabalhar em outra propriedade e estipulou a irrisória diária de quinze cruzeiro, sem direito a comida. Dessa forma, “[...] o sr. Tomé dispõe da vida do trabalhador como um escravo”, alegava a *Tribuna*. (*Tribuna do Povo*, edição n° 202, 26 de fevereiro de 1955, p. 7).

Além disso, Tomé teria ainda imposto a norma de que “o côco babaçu quebrado pelos camponeses na propriedade” fosse vendido apenas a ele próprio. Para piorar, não comprava “[...] por dinheiro: troca[va] pelas mercadorias existentes no barracão”. E, “quando a roça de Martinho e Arcelino já estava a ponto de colher, o explorador Tomé” resolveu “[...] apoderar-se dela. A mulher de Tomé procurou Martinho. Êste discutiu com ela. Tanto bastou para que Tomé lhe derrubasse a casa e lhe tomasse a roça, os utensílios, até panelas, pratos e uma leitôa”. E, ainda por cima de tudo isso, Tomé teria jurado “[...] matar o espoliado e seu cunhado, o que os obrigou a mudarem-se de lugar, carregando consigo apenas a roupa e os filhos”. Diante de um caso como esse, “qual a solução?”, questionava a *Tribuna*. “Reforma agrária”. (*Tribuna do Povo*, edição n° 202, 26 de fevereiro de 1955, p. 7).

Uma outra reportagem, de meados de março de 1955, o jornal comunista maranhense nos apresenta, de maneira mais descritiva, o que afirmava serem as condições gerais de trabalho e vida dos camponeses no Maranhão:

Sem qualquer ajuda técnica ou financeira é como trabalham os camponeses maranhenses. Não têm terras, não têm instrumentos agrícolas modernos, não têm nada. Vivem em terras dos outros, plantam roças por processos os mais rudimentares, com o auxílio de facão, da enxada e do machado.

Vivem de forma miserável. Seus lares (se assim se pode chama-los...) são taperas cobertas de palha de babaçu, e de chão de barro batido. Moveis, nenhum. Apenas algumas rêdes rôtas, uns “bancos”, feitos de paus apoiados pelas extremidades em forquilhas, um fogão de barro, a “trempe” de três pedras, um pilão. Nada mais. Não há luz elétrica, nem armários. Há lamparinas e côfos pendurados nas paredes.

TRABALHO

De modo geral, o camponês maranhense ou é agregado vaqueiro ou palheiro e está sujeito a uma séria de obrigações para com o dono das terras. Se for agregado, pode plantar roçados, contanto que dê ao dono da terra, a título de “imposto”, certa quantidade do que colher. Em geral, uns dois alqueires de arrôz ou milho.

Sendo vaqueiro, o trabalho é cuidar do gado. Seus instrumentos são, além da roupagem especial de couro, o facão e o vidro de criolina, que usa, sempre que encontra animal ferido. Sai de casa ainda de madrugada e só regressa noite já, depois de ter percorrido toda a fazenda em que trabalha.

O palheiro é quem corta palha de carnaúba e prepara a cêra, que é vendida exclusivamente ao dono da terra.

[...]

Claro que, para o camponês, não existe garantia ou proteção. Abandonados, trabalham doentes ou em outro estado, que não permita grandes esforços. (Tribuna do Povo, edição nº 204, 9 de março de 1955, p. 4)¹⁵¹.

Segundo a *Tribuna*, era esse o caso de alguns camponeses na “Fazenda Melancia”, em Caxias. Nesta, o semanário denunciava a exploração sofrida pela grávida de quatro meses Alzira Mota e pelo senhor de 110 anos Cassiano José Ribeiro, que seguiam trabalhando em seus roçados e não gozavam de absolutamente nenhum direito trabalhista.

Na Fazenda Melancia, encontramos Alzira Mota, grávida de quatro meses, plantando mandioca, em um roçado. Perguntamos se não se sentia mal:

- A gente acostuma...

Nota-se a fôrça que fazia, para fender a terra com a enxada. O sol estava quente e a camponesa, suando e ofegante, ia percorrendo, vagarosamente o roçado.

FAZ ROÇA AOS 110 ANOS

Ainda na Fazenda Melancia, mora Cassiano José Ribeiro, preto velho, nascido em plena época da escravidão. Perdeu a conta dos anos, que tem de vida.

- Quando o velho “Fulô” nasceu, eu era homem feito – diz.

O velho “Fulô” foi um sr. Flôr, que morreu, em Caxias, aos 90 anos. Calcula-se que, quando ele nasceu, Cassiano tinha já 20 anos, daí concluímos que tenha, agora, 110... Cassiano faz roçado todos os anos, embora reumático e já quase cêgo. Nunca teve férias. Assistência médica ou outro direito do trabalhador. (Tribuna do Povo, edição nº 204, 9 de março de 1955, p. 4).

Em Caxias, no âmbito dos conflitos agrários, o principal alvo da *Tribuna* continuará a ser Antônio Bruno, que é classificado pelo semanário como “o famigerado perseguidor de camponeses e ladrão de terras”¹⁵². Antônio Bruno, segundo o correspondente da *Tribuna* em Caxias, residia “[...] no lugar Cocal” e era “proprietário de várias posses de terras”. Conforme já denunciado em 1954, estaria este utilizando “[...] métodos verdadeiramente escravagistas

¹⁵¹ “Abandonados os camponeses maranhenses. Vivem de forma miserável. Dão ao dono da terra parte do que plantam. ‘A gente acostuma’, diz a camponesa. Cassiano têm 110 anos e ainda planta”. (Tribuna do Povo, edição nº 204, 9 de março de 1955, p. 4).

¹⁵² “Regime escravagista no município de Caxias. Os moradores do latifundiário Antonio Bruno além de serem coagidos por todas as formas, não gosam o direito de pegar em dinheiro”. (Tribuna do Povo, edição nº 221, 21 de maio de 1955, p. 4 e 2).

contra os seus agregados”, que eram “[...] uma média de 400 famílias”. Além “[...] das sujeições que sempre impoz aos seus moradores”, afirmava a *Tribuna*, agora, Antônio Bruno, “[...] por intermédio do seu capataz e sobrinho Antonio Cícero Moraes”, vinha introduzindo “[...] outras inovações na maneira de torturar os agregados: não permitir que os mesmos peguem em dinheiro”. (Tribuna do Povo, edição n° 221, 21 de maio de 1955, p. 4).

Os moradores, em troca dos gêneros vendidos, recebem vales que somente tem valor no barracão do Bruno, isto para evitar que comprem em outras casas, que por final vendem mais barato.

Diante desta imposição miserável, os agregados de Antonio Bruno além de sofrer tôda sorte de privações, nem ao menos podem tomar parte nas festas que se realizam na redondeza, porque não possuem dinheiro para pagar a “cota” das mesmas. No dia 17 de abril último, o sr. Heráclito Santos, pequeno proprietário e residente no lugar Santa Maria, abateu um reis para vender. Os moradores de Antonio Bruno, pretendendo comprar de carne, recorreram a êle para lhes dar o dinheiro.

Este, montado em um burro foi até a casa de Heráclito e pagou a carne, mas não permitiu que os seus agregados vissem a côr do dinheiro. (Tribuna do Povo, edição n° 221, 21 de maio de 1955, p. 4).

Além disso, a reportagem da *Tribuna* denunciava que Antonio Bruno, “[...] contando com a convivência do inspetor de polícia e seu compadre Patúcio Medeiros”, mandava espancar os moradores que protestavam “[...] contra as suas arbitrariedades. A mais recente vítima dos desmandos do atrabiliário Antonio Bruno”, fora “[...] o camponês Trindade Piaçaba que, pelo “crime” de protestar contra o roubo de 3 quilos numa sua pesada de babaçu, no barracão do Bruno, foi, por ordem dêste barbaramente espancado”. Para a *Tribuna*, as explorações de que eram “[...] vítimas os moradores de Antonio Bruno, como os camponeses de todo o Brasil”, somente seriam “[...] terminadas com a Reforma Agrária apontada no Programa do Partido Comunista do Brasil”, este apresentado, naquela oportunidade, como a “salvação para os camponeses”. (Tribuna do Povo, edição n° 221, 21 de maio de 1955, p. 4). Abaixo da afirmação feita pelo jornal, os 9 pontos previstos no programa do partido para os camponeses:

38 — Confiscação de todas as terras dos latifundiários e entrega dessas terras, gratuitamente, aos camponeses sem terra ou possuidores de pouca terra e a todos que nelas queiram trabalhar, para que as repartam entre si. A divisão das terras será reconhecida por lei, e a cada camponês será entregue o título legal de sua propriedade. A lei reconhecerá as posses e ocupações de terras dos latifundiários e do Estado, anteriormente realizadas pelos camponeses, que receberão os títulos legais correspondentes.

39 — Abolição das formas semifeudais de exploração dos camponeses — meação, terça e todas as formas de prestação de serviços gratuitos —, abolição do vale e barracão, e obrigação de pagamento em dinheiro a todos os trabalhadores agrícolas.

40 — Garantia de salário suficiente aos assalariados agrícolas, não inferior ao dos operários industriais não especializados, como também garantia de terra aos que a desejarem.

41 — Garantia legal à propriedade dos camponeses ricos. A terra cultivada por eles ou por assalariados agrícolas assim como seus outros bens serão protegidos contra qualquer violação.

42 — Anulação de todas as dívidas dos camponeses para com os latifundiários, os usurários, o Estado e as companhias imperialistas norte-americanas.

43 — Concessão de crédito barato e a longo prazo aos camponeses para a compra de ferramentas e máquinas agrícolas, sementes, adubos, inseticidas, construção de casas, etc. Ajuda técnica aos camponeses. Amplo estímulo e ajuda ao cooperativismo.

44 — Construção de sistemas de irrigação, particularmente nas regiões do Nordeste assoladas pelas secas, de acordo com as necessidades dos camponeses e do desenvolvimento da agricultura.

45 — Garantia de preços mínimos para os produtos agrícolas e pecuários necessários ao abastecimento da população, de modo que permitam aos camponeses desenvolver suas atividades econômicas e aumentar a produtividade de suas terras, salvaguardando-se ao mesmo tempo os interesses da grande massa consumidora.

46 — Abolição das restrições injustas ao livre trabalho dos pescadores. Ajuda aos pescadores por meio da concessão de créditos para a construção de casas, entrepostos, etc., e fornecimento de instrumentos e embarcações para a pesca. (Tribuna do Povo, edição nº 221, 21 de maio de 1955, p. 4).

Ainda em maio de 1955, na mesma edição em que denunciou as ações de Antônio Bruno em Caxias, edição nº 221, a *Tribuna* ressaltava, diante do cenário do campo brasileiro e maranhense, a importância da “Campanha dos cinco milhões de assinaturas pela reforma agrária” lançada pela ULTAB. Fundamentando-se na leitura do PCB sobre as condições de vida no campo brasileiro, o jornal chamava a atenção para a urgência da realização de uma reforma agrária no país, pedindo, naquela ocasião, “[...] por uma reforma agrária democrática”, isto é, viabilizada pela ação do Parlamento, dos representantes eleitos, imposta pela vontade popular no bojo de suas reivindicações¹⁵³. Por isso, interpelava seus leitores e o eleitorado maranhense para que a bandeira da reforma agrária fosse uma bandeira de primeira ordem imposta aos candidatos políticos no âmbito das eleições de outubro de 1955.

O lançamento pela “União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil” (ULTAB), de uma grande campanha nacional por cinco milhões de assinaturas pela reforma agrária, é um acontecimento da mais alta importância política e social para o país. Cerca de 63% da população brasileira vive no campo. São cerca 35 milhões de camponeses — meeiros, agregados, arrendatários, sitiantes, posseiros, colonos, assalariados agrícolas, vaqueiros, etc, na sua maioria sem terra e brutalmente explorados nos latifúndios, nas fazendas, nas extâncias da criação de gado ou nos engenhos de açúcar. “Milhões de camponeses — diz o Programa do PCB — vivem na miséria, abandonados ao analfabetismo, vítimas de endemias, descalços e semi-nus, morando em choupanas”.

No Maranhão, é maior ainda a população camponesa: quase 80%. Mais de um milhão e trezentos mil camponeses. E desse número, apenas 93 mil são proprietários. A esmagadora maioria é, portanto, de camponeses sem terra. Predomina os grandes latifúndios, alguns com mais de 100 mil hectares. O próprio Governador do Estado é um latifundiário-aburguesado. Imperam as formas semi-feudais de exploração: a meia, a terça, o vale e o barracão. Ao lado disso, o terror através da polícia do governo ou dos capangas que são a política particular dos coronéis.

Portanto, também aqui no Maranhão, a campanha de cinco milhões de assinaturas pela reforma agrária está destinada a ter a mais ampla repercussão. Não é apenas aos camponeses que interessa a reforma agrária; a indústria e o comércio, com o aumento do poder de compra das massas camponesas, receberão um enorme impulso.

¹⁵³ “ULTAB. Por uma reforma agrária democrática”. *Tribuna do Povo*, edição nº 221, 21 de maio de 1955, p. 1.

Cabe a todos os patriotas e democratas tomarem nas mãos com vigor e entusiasmo a bandeira de uma reforma agrária democrática. Que os candidatos a postos eletivos em três de outubro sejam chamados a definir diante do problema tão importante para o progresso do país. Que sejam ouvidos os líderes sindicais, estudantis, populares, para que se formem as amplas comissões pela reforma agrária. E que milhões de camponeses maranhenses juntem-se suas vozes às dos milhões de brasileiros que exigem em tôdas as partes a realização imediata de uma reforma agrária democrática. TP.

(Tribuna do Povo, edição n° 221, 21 de maio de 1955, p. 1).

No início de julho de 1955, diante da complacência das instituições estatais com o avanço e as violências dos latifundiários, a *Tribuna* tomou dois casos de encontros protagonizados pelos camponeses em outros estados como exemplos a serem seguidos pelos lavradores maranhenses. Isto vem, aliás, expresso no título da reportagem, onde consta a frase “Exemplo para os lavradores maranhenses”. O primeiro caso narrado pelo jornal foi o da resistência armada dos camponeses “[...] ao banditismo dos grileiros” em Goiânia¹⁵⁴.

Os lavradores de Formoso, no município de Amaro Leite, travaram diversos encontros armados contra grupos de policiais e jagunços, os quais, por ordem de diversos grileiros, tentam expulsá-los das terras em que vivem e trabalham há mais de 20 anos. No encontro, ocorrido no dia 5 último, morreu um jagunço e o indivíduo Mozart Camapum, filho do grileiro Antonio Capapum, que também é comerciante na cidade de Uruaçu.

ANTECEDENTES

Formoso era, antes, terra devoluta e inabitada.

Os lavradores, seus atuais ocupantes, foram expulsos de outras terras, situadas no sul do Estado e, durante muito tempo solicitaram ao governo terras para trabalhar e morar. Não foram atendidos. Daí terem emigrado para lá onde construíram bemfeitorias, residências, etc. Com a construção da Rodovia Federal, as terras se valorizaram enormemente e logo apareceram diversos grileiros, dizendo-se seus “verdadeiros donos”. Iniciaram verdadeiro terro, com incêndios de casas e plantações. Os lavradores, por muito tempo, recorreram a justiça e em comissões solicitaram providências aos homens do governo deste Estado, mais em vão. Não tiveram, portanto, outra saída, se não a da luta armada contra os ladrões.

CONIVÊNCIA

Os grileiros apresentavam, como prova de posse das terras de Formoso, escrituras falsificadas que não foram aceitas pela própria procuradoria Geral do Estado. Apesar disso, tão logo os lavradores recorreram as armas, o governador Pedro Ludovico enviou contra eles dois caminhões repletos de soldados da Força Pública, fortemente armados. Daí por diante, os encontros tem se verificado continuamente,

SOLIDARIEDADE

Os lavradores têm tudo franca solidariedade por parte do povo e dos trabalhadores goianos, principalmente dos operários. A União dos Lavradores Agrícolas de Goiânia, filiada à ULTAB, lançou um manifesto esclarecendo à opinião pública sobre as causas dos acontecimentos, apelando aos soldados e oficiais da Força Pública onde declara: “Não arrisqueis vossa vida, servindo de cabos de chicotes dos ladrões de terras”. (Tribuna do Povo, edição n° 228, 25 de junho de 1955, p. 3).

¹⁵⁴ “Exemplo para os lavradores maranhenses. Camponeses resistem ao banditismo dos grileiros”. (Tribuna do Povo, edição n° 228, 25 de junho de 1955, p. 3 e 2).

O segundo caso tomado como exemplo pela *Tribuna* para os lavradores maranhenses, se passou em “Logamar (Aerolândia)”, Fortaleza, onde os lavradores enfrentaram com paus e pedra um latifundiário que tentava avançar sob suas terras.

[...] o grileiro espanhol de nome Capelo, atacou a bala os moradores da região para expulsá-los das terras; os moradores reagiram com pedras e pau, obrigando o grileiro a fugir em carreira desabalada, depois de castigado por homens, mulheres e crianças. De há muito que o grileiro Capelo tenta expulsar das terras os moradores de Logamar, dizendo-se dono delas. Domingo último, conseguiu despejar um curtidor do barraco que ocupava, jogando-o com mulher e filhos na rua. Ao mesmo tempo, mandava fechar a porta da barragem construída na localidade, deixando os moradores sem água. Quando os habitantes foram pedir-lhes a abertura das comportas da represa, Capelo, de arma em punho, ameaçou o portuário José Severino da Silva, o que deu início à refrega. (Tribuna do Povo, edição n° 228, 25 de junho de 1955, p. 2).

Em suas publicações, a *Tribuna* seguia fomentando a unidade dos lavradores através da sindicalização rural, compreendida como um caminho para a defesa da vida e dos interesses dos trabalhadores do campo. Como podemos verificar na reportagem *Em Caxias: aumentam os latifundiários a opressão aos camponeses*. Nesta, a *Tribuna* denuncia a exploração e arbitrariedades cometidas “pelo ladrão de terra Antônio Bacelar”, no “[...] sítio ‘Achado’, uma faixa de terra do patrimônio nacional”, localizado no 1° Distrito de Caxias, supostamente apropriada por Antônio Bacelar. Novamente, Caxias é apresentada como “[...] alvo principal da sanha criminosos e latifundiários e ladrões de terras de toda espécie”. (Tribuna do Povo, edição n° 229, 2 de julho de 1955, p. 1).

Segundo a denúncia da *Tribuna*, “a partir da data em que Bacelar praticou o assalto, começou a cobrar o fôro extorçivo de um alqueire de arroz por linha de roça e proibir expressamente, a venda de qualquer produto da terra fóra do estabelecimento comercial do mesmo indivíduo, apesar dos seus preços serem mais baixos que os dos outros e sua mercadoria ser vendida mais cara”. (Tribuna do Povo, edição n° 229, 2 de julho de 1955, p. 2).

O quilo de arroz, com casca, por exemplo, comprado pelos outros comerciantes a Cr\$ 1,60, Bacelar paga apenas a Cr\$ 1,20. Os outros pagam o frasco de feijão a cinco cruzeiros ele somente paga cr\$ 3,00 e assim por diante.

As mercadorias vendidas no barracão do grileiro, além de serem mais caras que as dos outros, o indivíduo José Maria, encarregado do estabelecimento, manda espancar e prender qualquer pessoa que se recuse a atender as exigências do dono e em seguida são expulsos das terras, sem a mínima indenização. (Tribuna do Povo, edição n° 229, 2 de julho de 1955, p. 2).

Ao final da reportagem, a *Tribuna* tornava a explicar que uma situação como aquela não poderia continuar e que cabia “[...] aos próprios camponeses” procurarem “[...] uma saída para o problema”. (Tribuna do Povo, edição n° 229, 2 de julho de 1955, p. 2). Esta saída, por

sua vez, envolvia a organização e unidade política dos camponeses, sindicalizando-se, como, por exemplo, em Ligas Camponesas.

Organizando-se em Ligas Camponesas, os homens do campo darão um grande passo nesse sentido. Em suas organizações poderão lutar, igualmente, pela reforma agrária, único caminho para se libertarem da escravidão em que vivem, conseguindo terras para trabalhar, ajuda técnica e financeira, sementes, inseticidas, etc. (Tribuna do Povo, edição nº 229, 2 de julho de 1955, p. 2).

Além disto, para a *Tribuna*, era também através da organização política que os trabalhadores do campo teriam êxito na luta por seus direitos. Isto pode ser verificado, por exemplo, na reportagem intitulada *No município de Pedreiras: 1250 cruzeiros por uma “amostra grátis”*. Nesta, o jornal denunciava a falta de um posto médico no povoado de Capinzal, em Pedreiras e a cobrança excessiva nos medicamentos por parte de “[...] elementos inescrupulosos” que, aproveitando-se do estado de abandono em que vive a população camponesa”, lançavam-se “[...] impiedosamente contra os últimos recursos que esta possui”. (Tribuna do Povo, edição nº 237, 4 de agosto de 1955, p. 3).

Segundo o correspondente do jornal em Pedreiras, “[...] os moradores de Capinzal, como de todo o interior”, só se consultavam quando podiam ir até a cidade, que ficava distante, ou então teriam “[...] de morrer à mingua de tratamento, se as raízes de paus” não fossem “[...] suficientes para curá-los”. Os “elementos inescrupulosos” denunciados anteriormente, estariam vendendo medicamentos “[...] às vezes não indicado para a doença da vítima, por preços nunca vistos antes”. E foi dado nome ao indivíduo: “sr. Petrônio Correia Lima, proprietário da Farmácia ‘N. S. das Graças’”, de Tuntum. Segundo veiculou a *Tribuna*, o dono da referida farmácia “[...] vendeu a um camponês de nome Estevam, uma ‘amostra grátis de ‘Tabloid’ por nada menos que Cr\$ 1.250,00”. A referida amostra teria “[...] sido presenteado ao farmacêutico por um frade de Barra do Corda. O camponês em apreço, desembolsou de uma só vez para o explorador, tanto quanto Cr\$ 2.350, na tentativa de salvar o seu filho congestionado. Por um vidro de pílula, teve de dar Cr\$ 500,00”. (Tribuna do Povo, edição nº 237, 4 de agosto de 1955, p. 3).

Para a *Tribuna*, situações como estas se repetiam porque os camponeses continuavam “[...] desorganizados e impossibilitados, portanto, de exigir o que precisam”. Deviam “[...] por isso se organizar em Ligas para conquistar postos médicos, ambulatórios, farmacêuticos, escolas, etc”. Mas, como citou no subtítulo do parágrafo de encerramento da reportagem ora exposta, era “no programa do PCB [onde estava] a saída para esta situação”. Era, portanto, “lendo e estudando o Programa do Partido Comunista do Brasil e ao mesmo tempo procurando aplicá-lo” que o jornal comunista maranhense acreditava que seriam satisfeitos, em sua

plenitude, os interesses dos trabalhadores do campo. (Tribuna do Povo, edição n° 237, 4 de agosto de 1955, p. 3).

Por isso, quando denunciou casos de exploração aos camponeses no município de Timbiras, em julho de 1955, o jornal, na defesa da reforma agrária democrática, difundiu, outra vez, os pontos presentes no programa do PCB. Em *Exploração sem limites aos camponeses de Timbiras*, com informações trazidas à redação por um camponês de Timbiras, a *Tribuna* relatara as arbitrariedades ocorridas no “[...] feudo do sr. Catulo Alvim, onde camponeses de cerca de 20 lugares são explorados por todos os meios”, dizia a reportagem¹⁵⁵. Calculava-se que as terras de Catulo Alvim, “[...] chefe político vitorinista” em Timbiras, teriam aproximadamente “[...] 25 léguas”, compreendendo os lugares “Conceição, Alegria, Mamorana, Centrim, Santa Vitória, Capinal, Bôa-Hora, Axixá, Canalístula, Campestre, Abundância, Socó, Bexiga, Centrão, Macacos, Outeiro, Estiva, Camapú, e outros lugares do Município de Timbiras. (Tribuna do Povo, edição n° 236, 30 de julho de 1955, p. 4).

Segundo a *Tribuna*, os métodos de exploração de Catulo não diferiam “[...] dos latifundiários do resto do Maranhão”, embora fossem “[...] constantemente enriquecidos com outros, sempre visando o aumento de seus lucros, enquanto a miséria aumenta nos lares dos seus agregados”. Como em Caxias, no caso denunciado Antônio Bruno, em Timbiras Catulo também estaria impondo aos seus agregados um sistema que os impedia de pegar em dinheiro e de crescente endividamento. “Tocados pela fome sempre crescente em suas casas”, dizia a reportagem, os camponeses eram “[...] forçados a vender ‘na palha’, como chama, por menos da metade do valor real, quase tôda a sua safra de arroz, milho, etc., para o patrão explorador ou seus apaniguados, para depois compra-lo de novo por preço quatro vezes mais caros”. (Tribuna do Povo, edição n° 236, 30 de julho de 1955, p. 4).

Além disso, “qualquer mercadoria, os lavradores” eram “[...] forçados a comprar fiado pelo preço” imposto pelo “[...] patrão, escravizando logo a colheta do ano seguinte”, o que significava “[...] que nunca pegam em dinheiro para comprar o necessário”. Ainda de acordo com as denúncias, no âmbito dos processos político-eleitorais, “[...] quando Catulo pretendia arranjar a unanimidade de votos para as suas posições em Campestre e outros lugares citados acima, não cobrava nada de foros aos seus agregados”. Após alcançar os objetivos eleitorais, porém, Catulo já começava “[...] cobrando para começar, Cr\$ 5,50 por cada carga de qualquer legume que os moradores” retirassem de suas terras. Outro caso “insuportável” que enfrentavam os agregados de Catulo, era a “[...] perseguição de gado nas suas roças”. Inúmeras

¹⁵⁵ “Exploração sem limites aos camponeses de Timbira”. (Tribuna do Povo, edição n° 236, 30 de julho de 1955, p. 4 e 2).

famílias vinham ficando “[...] sem nada o que comer”. (Tribuna do Povo, edição nº 236, 30 de julho de 1955, p. 4).

Por exemplo, “o lavrador Tibúrcio Batista dos Reis, residente em Camapú”, tivera “[...] oito linhas de mandioca de sua propriedade devoradas pelo gado”. João Ricardo, por sua vez, residente em Santa Vitória, teve seu roçado “[...] invadido por mais de 30 vezes do mesmo Catulo, arrasando-a numa só noite”. Eram dois entre outros tantos casos da mesma natureza. E, quando os agregados reclamavam, Catulo dizia: “o gado está no pasto”. Para piorar a situação, o quilo de coco babaçu, vendido em Timbiras a 7 cruzeiros, Catulo estaria pagando 5 e ainda ameaçava “[...] com cadeia a qualquer um que” ousasse “[...] vender o produto a outro comerciante” que pagasse melhor. Ante aos problemas relatados, a *Tribuna* explicava que a saída estava numa “reforma agrária pela base”, prevista no programa do PCB.

Êste estado de miséria e perseguições por que passam os camponeses de Timbira, não é diferente do resto do Brasil, e só será modificado quando os camponeses lutarem por uma reforma agrária democrática que lhes assegure a garantia da aplicação dos seguintes pontos do programa do Partido Comunista do Brasil.

REFORMA AGRÁRIA E AJUDA AOS CAMPONESES

40 — Garantia de salário suficiente aos assalariados agrícolas, não inferior ao dos operários industriais não especializados, como também garantia de terra aos que a desejarem.

42 — Anulação de todas as dívidas dos camponeses para com os latifundiários, os usurários, o Estado e as companhias imperialistas norte-americanas.

43 — Concessão de crédito barato e a longo prazo aos camponeses para a compra de ferramentas e máquinas agrícolas, sementes, adubos, inseticidas, construção de casas, etc. Ajuda técnica aos camponeses. Amplo estímulo e ajuda ao cooperativismo.

45 — Garantia de preços mínimos para os produtos agrícolas e pecuários necessários ao abastecimento da população, de modo que permitam aos camponeses desenvolver suas atividades econômicas e aumentar a produtividade de suas terras, salvaguardando-se ao mesmo tempo os interesses da grande massa consumidora. (Tribuna do Povo, edição nº 236, 30 de julho de 1955, p. 2).

A *Tribuna* seguirá neste formato de reportagem, descrevendo conflitos, fomentando à sindicalização e indicando o programa do PCB como saída possível, por todo o ano de 1955¹⁵⁶.

¹⁵⁶ O fez também nas seguintes reportagens: “O latifúndio leva à ruína os camponeses caxienses”. (Tribuna do Povo, edição nº 228, 25 de junho de 1955, p. 3); “Coroatá. Morte a mando do latifúndio”. (Tribuna do Povo, edição nº 207, 19 de março de 1955, p. 2); “Latifundiário em Coroatá: matou o camponês e quer expulsar a família”. (Tribuna do Povo, edição nº 227, 18 de junho de 1955, p. 2); “Em Conceição-Pedreiras. Vitória dos lavradores contra os ladrões de terra”. (Tribuna do Povo, edição nº 225, 11 de junho de 1955, p. 1 e 2); “Vitória dos lavradores contra ladrões de terras”. (Tribuna do Povo, edição nº 226, 16 de junho de 1955, p. 1); “Vitória dos lavradores contra ladrões de terras”. (Tribuna do Povo, edição nº 227, 18 de junho de 1955, p. 1); “Catulo Alvim em Timbira redobra as perseguições aos camponeses seus moradores”. (Tribuna do Povo, edição nº 248, 24 de setembro de 1955, p. 3); “Invade paióis de legumes e arranca foros à força”. (Tribuna do Povo, edição nº 245, 15 de setembro de 1955, p. 1 e 2); “A Associação dos Lavradores de Caxias inicia a luta contra os opressores de camponeses”. (Tribuna do Povo, edição nº 248, 24 de setembro de 1955, p. 1 e 2); “Lavrador em Caxias: ameaçado de morte por ter reclamado seus direitos”. (Tribuna do Povo, edição nº 245, 15 de setembro de 1955, p. 3); “Obrigado o trabalho gratuito nos latifúndios de Pedreiras”. (Tribuna do Povo, edição nº 261, 11 de dezembro de 1955, p. 3 e 2); “Pelo arquivamento de processo-farsa contra a Dra. Maria Aragão”. (Tribuna do Povo, edição nº 261, 11 de dezembro de 1955, p. 1).

Já no final do ano, em novembro, em texto mais extenso, intitulado *Latifundiários, causa da miséria no campo*¹⁵⁷, assinado por Sebastião Rodrigues e Silva, um dos redatores da *Tribuna*, o jornal nos traz um balanço geral do cenário agrário brasileiro e maranhense naquele período segundo sua perspectiva.

Sustentáculo do imperialismo norte-americano, são os latifundiários a causa direta da miséria, do analfabetismo e da fome que predominam nos lares de milhões de brasileiros, particularmente nas zonas rurais, onde o número de camponeses sem terra se eleva a 31.091.819 em todo o país e que, não possuindo a terra para lavar, são brutalmente explorados pelos senhores de latifúndios.

De acordo com dados publicados pelo Conselho Nacional de Estatística, referentes ao Censo de 1950, nosso Estado nada tem a dever aos demais da federação brasileira na existência e na penetração cada vez mais profunda da praga do latifúndio, que dia a dia mais intensifica a perseguição aos camponeses sem terra ou aos pequenos e médios proprietários.

Existem em todo o Maranhão um total de 95.228 propriedades agrícolas, ocupando uma área de 3.008.576 hectares de terra, da qual 2.162.001 hectares são ocupados pelos 2.751 latifúndios existentes em todos os rincões do Estado, ficando a área restante que é 846.675 hectares para ser distribuída entre os 92.475 pequenos e médios proprietários, enquanto a maioria esmagadora, ou seja, 1.251.306 habitantes vivem no campo sem possuírem um palmo de terra, sequer.

Com efeito, uma reduzida minoria de 2,88% de latifundiários monopolizam exatamente 2.162.001 hectares de terra, enquanto a maioria (98,22%) da população rural maranhense vive brutalmente explorada, sujeita ao analfabetismo, sem direito a assistência médica, hospitalar e dispondo apenas da enxada, facão e machado como ferramenta agrícola.

Os latifundiários procuram, por todos os meios, dificultar ou impedir que os filhos dos camponeses frequentem escolas, que geralmente são distantes e insuficientes para atender as necessidades da população, haja vista que em todo o Maranhão existem apenas 1.815 escolas primárias, e destas, uma média de 80% são localizadas nas cidades e vilas, ficando a insignificante de 20% para atender a 1.308.960 pessoas e o resultado é que somente no campo existem 940.018 analfabetos.

Para os latifundiários filhos de camponeses não necessitam estudar, alegam que “para trabalhar na roça não é preciso ser doutor”, e assim o ensino no campo, passa a ser quase que exclusivamente privilégio dos filhos dos senhores de latifúndios, que tem interesse que os lavradores se criem analfabetos para mais fácil se submeterem ao regime de exploração semi-feudal, tais como a meia, a terça, o vale em vez de pagamento em dinheiro, a compra e venda obrigatória ao barracão, e o foro extorsivo para puderem roçar.

Quem quer que conheça o interior do Maranhão, sabe o quanto são explorados pelos latifundiários agrícolas, abandonados a sua própria sorte, vítimas de endemias, descálços, semi-nús e habitando em choupanas, sem poderem dispor da própria produção e condenados a não pagarem em dinheiro. (*Tribuna do Povo*, edição nº 155, 5 de novembro de 1955, p. 2).

Trazia, assim, na sua leitura, a concepção geral do programa do PCB. Naquele regime de “latifundiários e grandes capitalistas”, associados ao imperialismo norte-americano, também estavam incluídos os latifundiários maranhenses, ampliando o latifúndio e impondo relações de tipo semi-feudais aos camponeses, massificando a exploração, a miséria, a fome e o analfabetismo no campo maranhense. Ao mesmo tempo, e como condição fundamental para

¹⁵⁷ SILVA, Sebastião Rodrigues e. “Latifundiários, causa da miséria no campo”. (*Tribuna do Povo*, edição nº 155, 5 de novembro de 1955, p. 2).

reprodução do todo, a leitura era de que os latifundiários, no Maranhão, assim como no Brasil, ou concentravam o poder político em suas mãos, àquela altura hegemonizado pelo *vitorinismo* no plano estadual, que tinha sua força mais expressiva no interior do estado; ou contavam com a complacência das instituições do Estado para reproduzirem o seu domínio e a exploração sob os camponeses.

Nesta chave de leitura, era, portanto, um problema profundo, expressão mesma, como dissemos, da essência do regime. Daí a defesa irrevogável da *Tribuna* quanto a justeza do programa do PCB, em geral, e quanto à realidade agrária do país, em particular. A solução efetiva para os problemas enfrentados no campo estava condicionada assim a realização do programa do PCB e à aplicação prática das medidas de ajuda aos camponeses previstas no documento do partido. Nas palavras de Sebastião Rodrigues e Silva, referindo-se à saída para os problemas enfrentados pelos camponeses:

[...] qual o meio de liquidar esses males? Qual o caminho a tomar? Quais as medidas práticas a serem adotadas?

A solução para exterminar esses males que afligem os camponeses maranhenses como os de todo o país, está na aplicação do Programa do Partido Comunista do Brasil que estabelece a reforma agrária com a “Confiscação de tôdas as terras dos latifundiários e entrega dessas terras, gratuitamente, aos camponeses sem terra ou possuidores de pouca terra e a todos que nelas queiram trabalhar, para que as repartam entre si...”. Está na “abolição das formas semi-feudais de exploração dos camponeses”. Está na “garantia de salário suficiente aos assalariados agrícolas, não inferior ao dos operários industriais não especializados”. Está na instalação de uma ampla rede de hospitais e escolas em todo o país para exterminar com as doenças e o analfabetismo.

São essas, portanto, as medidas justas e práticas indicadas pelo Programa do Partido Comunista do Brasil para eliminar, de uma vez, com o atraso, a ignorância e a miséria que predominam nos lares dos 31 milhões de camponeses brasileiros. (*Tribuna do Povo*, edição nº 155, 5 de novembro de 1955, p. 2).

Esta percepção mais profunda do problema, que teria solução na revolução anti-imperialista e agrária (antifeudal) preconizada pelo PCB, contudo, não significava um menosprezo às atividades políticas e possíveis conquistas “dentro da ordem”. Como dissemos, o PCB e seus militantes, na prática, ressaltou Filho (2007), se reinseriam na atmosfera sociopolítica brasileira, envolvendo-se ativamente nos movimentos sindicais e nos processos político-eleitorais. No âmbito da questão agrária, e mais precisamente da luta da ULTAB pela reforma agrária democrática, a *Tribuna*, em reportagem transcrita da edição do dia 3 dezembro de 1955 do jornal *Voz Operária*, exprimia bem isto. Em *Explicando ao povo o Programa do PCB. Algumas questões em torno do caráter da reforma agrária*¹⁵⁸, o jornal explicava que a reforma agrária pela qual lutava a ULTAB não estava “[...] condicionada a nenhuma

¹⁵⁸ “Explicando ao povo o Programa do PCB. Algumas questões em torno do caráter da reforma agrária”. (*Tribuna do Povo*, edição nº 261, 11 de dezembro de 1955, p. 7).

transformação na superestrutura”. (Tribuna do Povo, edição n° 261, 11 de dezembro de 1955, p. 7).

Tratava-se “[...] de uma medida possível de ser conquistada através do Parlamento. Lutar por isso significava “[...] não perder de vista que essa possibilidade” não estava “[...] excluída. Sem ser uma democracia popular”, dizia a reportagem, “[...] o México realizou uma reforma agrária dos anos de 1922 e 1945, segundo foi estabelecido pela Constituição de 1917”. Logo, “a conquista de uma reforma agrária a ser votada pelo Parlamento brasileiro” estava “[...] ligada à força e ao desenvolvimento” que alcançassem “[...] o movimento camponês e a campanha promovida pela ULTAB”. Assim, “quanto mais potente” fosse “[...] o movimento camponês, tanto mais democrático” poderia “[...] ser esta reforma agrária”, tanto mais poderia “[...] corresponder as aspirações das massas camponesas”. (Tribuna do Povo, edição n° 261, 11 de dezembro de 1955, p. 7).

Diante disto, dizia a reportagem, era preciso que fossem levadas em conta a diferença existente entre “[...] a reforma agrária democrático-popular, preconizada no Programa, e a reforma agrária democrática” pela qual lutava a ULTAB. (Tribuna do Povo, edição n° 261, 11 de dezembro de 1955, p. 7). Não o fazer, representava dois perigos:

- 1° - o perigo de estreitar a campanha promovida pela ULTAB de impedir que dela participem todas as pessoas interessadas independentemente de suas convicções política. Isto se dará inevitavelmente sempre que a êsse movimento forem atribuídos objetivos aos quais não se propõe, como por exemplo, a democracia popular.
- 2° - o perigo das pessoas mais esclarecidas e combativas serem levadas a uma situação em que não possam contribuir para radicalizar o movimento camponês, para levá-lo a etapas mais altas. Isso se dará inevitavelmente sempre que esta situação se der em estreita ligação com a luta pelas reivindicações concretas, sempre tão diversificada não só de uma região para outra mas até mesmo de uma fazer para outra. O movimento democrático só pode ser radicalizado se estiver em desenvolvimento, se estiver em vista a conquista de objetivos parcial imediatos. A missão dos patriotas esclarecidos, dos comunistas, no campo, é contribuir de todos os modos para organizar os camponeses e ajuda-los a conquistar uma melhoria, por pequena que seja, nas difíceis condições de existência com que se defrontam, partindo as formas de lutas as mais simples. Só nesse processo poderão ser persuadidas da viabilidade das transformações radicais preconizadas no Programa. Não se trata, é claro, de criar uma muralha chinesa ali onde ela não pode existir: entre a luta pela reforma agrária democrática e a luta pela reforma agrária democrático-popular. Trata-se é de compreender que a conquista de uma ou de outra vai depender do grau de organização, de radicalização e de maturidade do movimento camponês. E a condição essencial para que êsse movimento avance no sentido de sua radicalização e maturidade é o desenvolvimento de um poderoso movimento em torno da bandeira levantada pelo ULTAB, bandeira que pode e deve mobilizar milhões de camponeses. (Transcrito de Voz Operária de 3/12/55). (Tribuna do Povo, edição n° 261, 11 de dezembro de 1955, p. 7).

Tomando tais inferências como base, podemos dizer que era este o papel que a *Tribuna* buscava desempenhar entre os trabalhadores rurais maranhenses àquela altura, e onde suas publicações pudessem chegar. Fincando suas raízes nos problemas mais sentidos e nas

reivindicações mais imediatas dos trabalhadores no campo, a *Tribuna* buscava contribuir, à sua maneira, com as lutas travadas pelos trabalhadores rurais na busca pela conquista de melhores condições de trabalho e vida, para si e para os seus. Trabalhava para ampliar suas vozes. Na luta pela reforma agrária, que virava uma bandeira de primeira ordem no debate político público, fomentava a organização política, a sindicalização, como um caminho para esta e para a defesa de seus interesses, mesmo que dentro dos limites postos, pela via parlamentar. E, no conjunto destas mobilizações, procurava explicar e difundir as teses de transformação mais profunda preconizadas no programa do PCB, tomando-as como *dever* em permanente construção.

3.5. O universo fabril e o operariado maranhense sob a ótica da Tribuna: unidade política e greve como armas

Entre os séculos XVI e a década de 1950, assim como o Brasil e a América Latina, o Maranhão encontrou-se inserido de modo subalternizado na divisão internacional do trabalho, perfazendo-se como empreendimento em grande escala de produção de bens agrícolas, como a cana de açúcar, algodão, arroz e o babaçu, direcionados à exportação. (Barbosa, 2006; Ferreira, 2008; Mota, 2015). O protagonismo econômico de um produto ou outro no estado, seja como colônia, império ou república, esteve sempre vinculado à lógica mais ampla de ampliação e circulação do capital à nível global, cuja característica estrutural foi a preservação da condição de subalternidade do Brasil frente aos países de capitalismo central e do Maranhão no bojo das disputas políticas intranacionais. Falamos, portanto, de uma periferia na periferia, que apresenta como particularidade histórica a superexploração do trabalho a que foram submetidos os trabalhadores maranhenses pelas classes dominantes no estado. (Filho, 2015).

As primeiras experiências atreladas ao mundo operário no Maranhão remetem à gênese de um incipiente setor industrial no estado, cuja instalação ocorreu no final do século XIX e início do século XX¹⁵⁹. A explicação historiográfica hegemônica registra que o Maranhão atravessava forte decadência econômica, explicada, por sua vez, por uma conjugação de fatores. Como, por exemplo, a crise econômica derivada da forte concorrência internacional em torno da produção e exportação do arroz e do algodão, travada principalmente contra os

¹⁵⁹ Para Mota (2015), laivos de unidades artesanais-fabris no Maranhão podem ser localizados ainda no século XVIII.

Estados Unidos¹⁶⁰; a abolição formal da escravização no Brasil, em 1888; a instauração da República no país (1889) e a subsequente promulgação da Constituição de 1891. Fatores que forçaram um reordenamento econômico, social e político no estado. Frente à decadência econômica, como alternativa de recondicionamento produtivo e de manutenção dos níveis de acumulação, uma fração das classes dirigentes locais, elites rurais, utilizando-se do capital que acumularam, investiram no ramo industrial, num reordenamento que ocorreu como uma espécie de “tábua de salvação” de si próprias. (Filho, 2015; Reis, 2007).

Nas palavras de Corrêa, o antigo senhoriato maranhense

Desapareceu renascendo – eis uma peculiaridade relevante, na história da burguesia maranhense, integrante da história da burguesia brasileira – na medida em que a hecatombe da condição de senhor permitiu a um segmento minoritário sobreviver materialmente, renovado na condição de burguês, inaugurada com a repentina implantação de um patrimônio industrial no Maranhão. (Corrêa, 2017, p. 213).

Este incipiente, mas, naquele momento, promissor parque industrial emergente no Maranhão do final do século XIX, chegou a ser chamado, à época, esperançosamente, de “Manchester maranhense”, ou, ainda, de “Manchester do Norte”. (Corrêa, 2017; Pflueger, Santos, 2019). Em 1895, dezesseis unidades fabris estavam em pleno funcionamento, a maioria atuando no ramo da indústria têxtil, principalmente de fiação e tecelagem, localizadas nos três principais núcleos urbano-industriais do Maranhão de então, São Luís, Codó e Caxias¹⁶¹. (Barbosa, 2006; Ferreira, 2008; Pflueger, Santos, 2019).

Nestas cidades, a nova organização do mundo do trabalho impactou significativamente sua dinâmica sociopolítica. Diferentemente da constituição do operariado de outros estados do Brasil, como o do Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, no Maranhão a mão de obra operária foi constituída de maneira quase integral por maranhenses, sendo muito pontual a presença de trabalhadores estrangeiros (Ferreira, 2018). A mão de obra fabril era majoritariamente feminina, mas também exerciam funções os homens e as crianças. A despeito de se constituírem a maioria nas fábricas, as mulheres recebiam salários inferiores ao dos homens. (Correia, 2006).

Para se ter uma ideia, em 1890, na fábrica *Companhia de Fiação e Tecidos*, os homens recebiam cerca de 400 a 500 réis pela diária de trabalho. As mulheres, por sua vez, geralmente

¹⁶⁰ O fim da *Guerra de Secessão* (1861-1865) marca a retomada da produção algodoeira estadunidense, de melhor qualidade em comparação com o algodão maranhense, o que teria agravado a situação econômica no estado.

¹⁶¹ Algumas das principais fábricas do ramo de tecidos existentes no estado foram: a *Companhia de Fiação e Tecidos Maranhense* (1888-1970); a *Companhia de Fiação e Tecelagem de São Luís* (1894-1960); a *Companhia Lanifícios Maranhenses ou Fábrica Santa Amélia* (1895-1969); a *Companhia Progresso Maranhense* (1892); a *Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão* (1893); a *Companhia Fabril Maranhense* (1893-1971); a *Companhia de Fiação e Tecido do Rio Anil* (1893-1966); a *Companhia de Fiação e Tecido do Cânhamo* (1891-1969); a *Companhia Industrial Maranhense* (1894). (Pflueger, Santos, 2019).

ocupadas nas funções de tecelagem, recebiam pela metragem de tecido que produziam, pagando-se em torno de 15 a 20 réis por metro. Desse modo, mesmo que produzissem uma peça de tecido inteira, medindo 22 metros, e que se pagasse o preço máximo de 20 réis, as mulheres recebiam ao final da empreitada 440 réis, valor inferior ao máximo pago para os homens. (Correia, 2006).

No limiar da década de 1950, embora já obsoleto¹⁶², o parque industrial maranhense surgido na virada do século XIX para o XX, continuava definindo significativamente os contornos do mundo do trabalho em São Luís e em Caxias. Fábricas como a *Companhia de Fiação e Tecidos Maranhense* (1888-1970), a *Companhia de Fiação e Tecelagem de São Luís* (1894-1960), a *Companhia Lanifícios Maranhenses ou Fábrica Santa Amélia* (1895-1969), a *Companhia Fabril Maranhense* (1893-1971), a *Companhia de Fiação e Tecido do Rio Anil* (1893-1966) e a *Companhia de Fiação e Tecido do Cânhamo* (1891-1969) seguiam ainda em plena atividade. (Pflueger, Santos, 2019). E não eram poucos os casos de exploração, acidentes, assédio e violências sofridos pelas operárias e operários maranhenses dentro das fábricas. (Araújo, 2012, 2014).

A *Tribuna do Povo* cobriu, de perto, todos estes casos, denunciando as ações que feriam ou ameaçavam a integridade física e os direitos dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, fomentou, sempre, para a conquista das reivindicações dos trabalhadores, a organização e a unidade políticas, concretizadas, àquela altura, nos sindicatos. Do conjunto documental relativo às produções da *Tribuna* atualmente disponível para nossa consulta, a primeira denúncia diante da realidade de trabalho e vida do operariado maranhense data de 1949. Nesta, a *Tribuna* disse ao operariado que *A luta por suas reivindicações constitui um dever sagrado da classe operária*¹⁶³. Em reportagem homônima, lançada em junho daquele ano, o jornal expunha a situação de trabalho dentro das fábricas têxteis, onde afirmava estar ocupada a “[...] grande massa trabalhadora do Estado”. (*Tribuna do Povo*, edição 41, 11 de junho de 1949, p. 6).

Segundo relatou, o operariado atravessava “[...] uma fase muito séria”, marcada, entre outras coisas, pela elevada precariedade do trabalho, por um ambiente violento existente dentro das fábricas e pelos seguidos descumprimentos dos direitos trabalhistas previstos na Constituição de 1946. Além, disso, o jornal denunciou também os baixos salários e a carestia

¹⁶² Segundo Barbosa (2005), o setor da indústria têxtil no Maranhão começara a definhar já na década de 1930. Além da distribuição desigual de incentivos fiscais por parte do governo federal, concentrados no eixo centro-sul do país, a decadência deste setor traz também como fatores explicativos a obsolescência dos equipamentos em uso, o baixo investimento em novas tecnologias e a má qualidade do algodão utilizado.

¹⁶³ “A luta por suas reivindicações constitui um dever sagrado da classe operária”. (*Tribuna do Povo*, edição nº 41, 11 de junho, p. 6).

de vida que atingia o operariado no Maranhão. (Tribuna do Povo, edição 41, 11 de junho de 1949, p. 6). Diante destes fatores, e de antemão, o jornal comunista maranhense alertava ao operariado:

Dir-se-ia que esqueceram a força que representam, os direitos que têm e estão conformados com a situação a que o arrastam. Dir-se-ia que perderam a capacidade de luta, o espírito combativo que caracteriza a classe operária.

Esta apatia, este conformismo com uma situação insustentável vem do fato de se encontrarem desorganizados. Vem do fato de terem esquecido que as vitórias já conseguidas foram resultantes da UNIDADE DA CLASSE ORGANISADA.

É muito fácil de compreender que nada conseguirão sem luta e que sua fome e a dos seus filhos não doe no estomago nem no coração dos patrões. (Tribuna do Povo, edição nº 41, 11 de junho de 1949, p. 6).

Em seguida, a *Tribuna* chamará a atenção para a contradição presente no fato de as fábricas serem “[...] todas elas prosperas, bastando analisar os balancetes publicados anualmente”, enquanto a situação do “tecelão maranhense” era “[...] simplesmente dolorosa. Além das injustiças, das perseguições dentro das fábricas, do verdadeiro regime de inquisição”, o tecelão recebia “[...] um salário irrisório, em face do custo elevado da vida”. Um diarista, recebia a quantia de “[...] Cr\$. 15,60 diários, descontando mensalmente 3,00 de Sindicato e 5% do I. A. P. I.”. E, isto, numa cidade onde a carne fresca custava [...] 7,00 o quilo, a farinha de segunda 3,00, o arroz 3,00, a carne seca 12 e 16 cruzeiros (com e sem osso), o café a 16,00, o pão a 6,80 o quilo”. Fora os valores gastos com transporte e habitação. Significava, portanto, “[...] passar fome e viver no mais duro desconforto”. (Tribuna do Povo, edição 41, 11 de junho de 1949, p. 6).

Além disso, em sua reportagem, o semanário denunciava que “os patrões”, os proprietários industriais e seus encarregados dentro das fábricas, tudo aproveitavam para tirar o que podiam dos operários, negando-lhes aquilo a que tinham direito. Como, por exemplo, o repouso semanal remunerado, cujo pagamento só foi iniciado após anos, depois da “regulamentação” pelo Congresso. Agora, os patrões aproveitavam “[...] a falta de meio dia de serviço para sonegar o pagamento do domingo”. Eram, portanto, “[...] múltiplas e sentidas as reivindicações dos trabalhadores das fábricas”, de maneira que “[...] a luta por suas reivindicações, por melhoria de salário e de condições de trabalho é um direito sagrado ao qual não devem abrir mão”. (Tribuna do Povo, edição nº 41, 11 de junho, p. 6).

Em outra reportagem, ainda em junho de 1949, o semanário comunista voltará a tomar parte nas reivindicações do operariado têxtil de São Luís, desta vez debruçando-se sobre uma antiga demanda: a equiparação do salário dos trabalhadores da *Fábrica de Fiação e Tecidos do*

Rio Anil ao do operariado “da cidade”, isto é, do centro de São Luís¹⁶⁴. Esta reivindicação, dizia a *Tribuna*, já teria, inclusive, movido uma carta do segmento têxtil à “classe patronal” em 1946. (Tribuna do Povo, edição 42, 18 de junho de 1949, p. 6).

Para a *Tribuna*, embora não tenham sido citados os valores, era “[...] uma flagrante e deshumana injustiça a desigualdade de salários”, pois, não havia qualquer justificativa para a divergência, uma vez que as “[...] horas de trabalho são as mesmas” e o “[...] trabalho é de idêntica natureza”. Ao contrário, o operariado do Anil contaria com enormes desvantagens, uma vez que, naquele bairro, região periférica ao centro de São Luís, tudo era “[...] mais caro que na cidade”, especialmente com a majoração do custo de vida que se processava. Logo, para a *Tribuna*, não se podia admitir que o operariado do Anil não procurasse lutar pela equiparação há anos almejada. “*Não basta desejar uma causa. É fundamental lutar para consegui-la*”, concluía. (Tribuna do Povo, edição 42, 18 de junho de 1949, p. 6).

Em outro momento, agora em agosto de 1953, ao abordar as lutas do operariado maranhense por aumento de salários, a *Tribuna* recorreu ao marxismo para destacar o que dizia ser a contradição fundamental do capitalismo¹⁶⁵.

Como afirma os mestres do marxismo o capitalismo conduz inevitavelmente a uma cada vez maior acumulação de riquezas nas mãos de meia dúzia de capitalistas, verdadeiros parasitas, e, ao mesmo tempo, um sempre crescente empobrecimento dos trabalhadores, força que realmente cria todas as riquezas. Vimos que realmente, assim se passa em uma séria de reportagens sobre os têxteis cuja situação é nada menos que de miséria, enquanto os tubarões donos das fábricas acumulam enormes fortunas numa exploração do homem pelo homem que atinge o máximo.

Não devemos, porém, surpreender-nos com a recusa dos patrões em, ao menos, minorarem a situação dos operários, já que, como afirmou o grande Stálin, em seu magistral livro “Problemas Econômicos do Socialismo na U.R.S.S.” a lei fundamental do capitalismo é o LUCRO MÁXIMO. Os tubarões não se contentam com qualquer lucro, exigem o lucro máximo e, para isso, aguçam sempre mais a exploração sobre os trabalhadores, seja aumentando os preços de venda de seus artigos, seja mantendo os salários em níveis de fome. (Tribuna do Povo, edição nº 127, 15 de agosto de 1953, p. 3).

Conforme afirmava, diante das mobilizações dos trabalhadores por aumento de salários, negando-os, os proprietários industriais alegavam que a elevação dos salários culminava num “[...] círculo vicioso: aumento de salários – aumento do custo de vida”, premissa que a *Tribuna* procurará refutar diante do seu público. Conforme explicava, era justamente o contrário: de 1943 a 1953 “[...] o custo de vida aumentou em 533% e os salários em apenas 253%, donde resulta uma queda de 280% no valor real dos salários”. Logo, “[...] não foi o

¹⁶⁴ “Pela equiparação do salário mínimo do Anil ao da Capital”. (Tribuna do Povo, edição nº 42, 18 de junho de 1949, p. 6).

¹⁶⁵ “Unidos e organizados os têxteis obterão a vitória”. (Tribuna do Povo, edição nº 127, 15 de agosto de 1953, p. 3 e 4).

aumento de salários que determinou o aumento do custo de vida”, mas o oposto. “O que os operários pleiteiam é um reajustamento de salários ao atual nível de vida”, defendia a *Tribuna*. (Tribuna do Povo, edição nº 127, 15 de agosto de 1953, p. 3).

O jornal comunista maranhense dizia que para alcançar o aumento dos salários, além de não se deixarem “[...] iludir pelas palavras bonitas dos tubarões ou pelas lengas-lengas de jornalistas alugados”, que pregavam a passividade, a classe operária tinha [...] também sua arma poderosa que é a greve”. Assim, “[...] organizados em torno de uma reivindicação justa”, como era “[...] o inadiável aumento de salários”, os têxteis alcançariam a vitória, da mesma forma que outros movimentos grevistas no Brasil. Até porque, como dizia o jornal, o reajustamento de salário era plenamente viável, uma vez que estariam os patrões “[...] obtendo enormes lucros, enquanto trabalhadores” assistiam “[...] suas famílias perecerem à mingua e a doença ronda os lares operários”. (Tribuna do Povo, edição nº 127, 15 de agosto de 1953, p. 3).

O que não podia continuar era o operariado ganhando Cr\$ 22,00 como salário-mínimo diário, “[...] enquanto os patrões” acumulavam “[...] até mais de mil vezes; uma só família embolsou Cr\$ 9.000:000.00 e 1.200 famílias operárias apenas Cr\$6.000.000,00”, dizia a *Tribuna*¹⁶⁶. Uma situação onde “os tubarões” moravam “[...] em palácios com todo luxo e os operários que criam suas riquezas” habitavam “[...] miseráveis casebres sem higiene”; ou, ainda, uma situação onde “os patrões” cobriam “[...] suas mulheres de joias caríssimas, enquanto os operários não tinham “[...] dinheiro sequer para comprar um frasco de remédio para seus filhos”. Diante do cenário descrito, a *Tribuna* assegurava:

[...] a classe operária é invencível se souber unir-se e combater, é o que nos ensina a experiência diária em todo o mundo. Este caminho de luta é o único que se oferece aos têxteis do Maranhão em sua luta pela sobrevivência. (Tribuna do Povo, edição nº 127, 15 de agosto de 1953, p. 3).

Prosseguindo com suas denúncias sobre as condições de trabalho a que estavam submetidos o operariado maranhense, em outra reportagem, intitulada *Verdadeira câmara de torturas a Fábrica Martins, Irmão&Cia*, publicada em meados de agosto de 1953, a *Tribuna* afirmou: “Homens de mentalidade feudal e ao mesmo tempo policial, transformam uma indústria - em pleno centro da capital do Estado - em verdadeiro campo de concentração”¹⁶⁷. A

¹⁶⁶ Provavelmente, a *Tribuna* estava se referindo aqui à família Aboud, proprietária da Fábrica Sta. Isabel. Em *Imediata Aplicação dos novos salários mínimos*, reportagem publicada pela *Tribuna* em janeiro de 1954, esta afirmava que a família Aboud “[...] abocanhou 9 milhões de lucros em 1952, enquanto seus 1.200 operários só ganharam 6 milhões de cruzeiros em igual período”. (Tribuna do Povo, edição nº 150, 30 de janeiro de 1954, p. 4).

¹⁶⁷ “Verdadeira câmara de torturas a Fábrica Martins, Irmão&Cia”. (Tribuna do Povo, edição nº 127, 15 de agosto de 1953, p. 3).

denúncia, desta vez, se debruçava sobre a realidade de trabalho na fábrica *Martins Irmão & Cia*, localizada no centro de São Luís, onde, segundo o semanário comunista:

[...] trabalhadores lutam em condições tão insuportáveis, num calor tão escaldante que cozinham seus nervos vivos e ficam aleijados, moços ainda e quando muito, recebem uma miserável migalha do Instituto¹⁶⁸, que nem de longe dá para comer. (Tribuna do Povo, edição n° 127, 15 de agosto de 1953, p. 3).

As afirmações da *Tribuna* tinham seu fundamento nos relatos dos próprios trabalhadores, que denunciaram à reportagem o cenário da mais pura insalubridade, terminando por ocasionar lesões irreparáveis.

Conforme nos disseram alguns trabalhadores daquela indústria, quem ali se dispõe a trabalhar, adquire logo a convicção de estar marchando a passos largos para o seu aniquilamento físico, visto serem insuportáveis ali, os meios de trabalho. Lá é todo um inferno escaldante, em toda parte se trabalha com soda caustica e outros produtos químicos prejudiciais à saúde dos trabalhadores, sem que se receba o salário-salubridade que a lei recomenda. Sem falar nas caldeiras, cujo calor é que serve para acionar as máquinas, em toda parte é quente. Na seção de algodão, por exemplo, tem uma panela de escaldar algodão, cujas pessoas que nela trabalham, são escaldadas quasi nas mesmas proporções que o próprio algodão. O calor é tão intolerável que os operários preferem trabalhar nus ou com um simples calção, pois não suportam outro tipo de roupas. O pessoal que trabalha nas caldeiras tem que, semanalmente, fazer limpeza nas mesmas, todos os sábados das 6 da manhã até as duas ou três horas da tarde, sem descanso.

Para o leitor avaliar o grau de calor que as referidas caldeiras vão oferecer àqueles trabalhadores as seis horas da manhã do dia seguinte é bastante lembrar que aquela fábrica, todos os dias funciona até às 24 horas (12 horas da noite).

Na secção de saboaria, acresce ainda um outro inconveniente. Trabalha-se sobre andaimes mal montados, aumentando mais ainda o perigo às vidas os operários. (Tribuna do Povo, edição n° 127, 15 de agosto de 1953, p. 3).

Entre os vitimados “[...] dos maus tratos sofridos naquele campo de concentração”, agora “[...] inutilizadas, com as pernas defeituosas - pois tiveram seus nervos cosidos pelo calor da já famosa saboaria”, estavam os seguintes trabalhadores: “Chico Cearense, com uma perna encolhida e Raimundo Nonato, com idêntico defeito adquirido quando fazia extraordinário numa secção estranha à sua, para poder completar um salário que desse ao menos para comer”. Além destes, outro, “[...] o operário Acácio Oliveira”, se encontrava na Santa Casa. “Seus colegas estão temendo pela sorte, e com muita razão”, advertia a *Tribuna*. (Tribuna do Povo, edição n° 127, 15 de agosto de 1953, p. 3).

Noutra reportagem, publicada na edição seguinte¹⁶⁹, ainda abordando o caso da *Martins Irmão & Cia*, a *Tribuna* fora à porta da fábrica ouvir os trabalhadores sobre a situação

¹⁶⁸ Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI).

¹⁶⁹ “Na Fab. Martins diariamente saem operários queimados”. (Tribuna do Povo, edição n° 128, 22 de agosto de 1953, p. 1).

que vinham enfrentando no trabalho. (Tribuna do Povo, edição nº 128, 22 de agosto de 1953, p. 1). A par das denúncias, assim publicou o jornal:

Grande parte dos trabalhadores trazem o “ferro” dos perversos patrões em seus corpos. Apresentam queimaduras de sabão quente pelos braços, pelas pernas, pelo rosto, no ventre, etc., e todo tempo tem operários nos hospitais e encostados no Instituto em poder trabalhar. Agora mesmo, chegou ao nosso conhecimento que se encontram hospitalizados os seguintes operários: Acacio Oliveira, o técnico Oscar L. França, “paulista”, que teve a mão direita quase decepada e por isso está com cerca de 3 meses encostado, e João de tal, vulgo cearense, que está fortemente atingido por queimaduras horríveis, sendo que, este último, a reportagem, pode ver quando viajava da fábrica para sua casa, sofrendo dores insuportáveis da enorme queimadura que recebera. (Tribuna do Povo, edição nº 128, 22 de agosto de 1953, p. 1).

Os acidentes diários, dizia a *Tribuna*, resultavam da “[...] absoluta falta de proteção de trabalho, apesar da Constituição de 46 tanto recomendar o cumprimento desse dever humano”. O caso específico “[...] do técnico paulista”, por exemplo, era o bastante para comprovar o que se afirmava, visto que “[...] a prensa em que o operário teve sua mão e ante-braço quase decepados” não possuía “[...] o menor amparo” que viesse “[...] a prever os possíveis descuidos de quem ali trabalha”. Diante dos fatos descritos e das condições gerais de trabalho e vida do operariado maranhense, para a *Tribuna*, só havia uma saída: “[...] reorganizar imediatamente o sindicato e em seu nome lutar, de qualquer maneira, por aumento de salários, por proteção ao trabalho e por qualquer outra reivindicação de que necessitem”. (Tribuna do Povo, edição nº 128, 22 de agosto de 1953, p. 1).

Como dirá mais tarde (em abril de 1954), quando os trabalhadores da *Martins Irmão & Cia* já haviam organizado seu sindicato e enfrentavam ataques dos administradores da fábrica, a *Tribuna* explicava isto ocorria porque sabiam que “[...] dentro do Sindicato os trabalhadores conseguem mais facilmente a sua unidade. Através do Sindicato, a luta pelas reivindicações se torna mais firme e vigorosa”¹⁷⁰. (Tribuna do Povo, edição nº 159, 3 de abril de 1954, p. 6). O jornal comunista maranhense seguirá insistindo, assim, na unidade política dos trabalhadores e apostando na arma da greve como artifícios para a conquista de suas reivindicações.

Uma *Greve de protesto na Fabrica Santa Izabel*, ocorrida em agosto de 1953, ainda que breve, será o exemplo concreto do que afirmava, pois indicava que os operários demonstravam não estarem “[...] dispostos a se deixar matar de fome” e que estavam “[...] resolvidos a lutar contra a exploração” de que eram vítimas¹⁷¹. A greve de protesto teria sido motivada por um atraso no pagamento dos operários, que já se estendia por seis dias, visto que

¹⁷⁰ “Todo apôio ao Sindicato”. (Tribuna do Povo, edição nº 159, 3 de abril de 1954, p. 6).

¹⁷¹ “Greve de protesto na Fabrica Santa Izabel”. (Tribuna do Povo, edição nº 129, 29 de agosto de 1953, p. 1).

era dia 21 de agosto e o pagamento era feito quinzenalmente. No sexto dia de atraso, a alegação para o não pagamento era, simplesmente, a “[...] falta de troco”. Logo pela manhã, a notícia já estava na lousa de avisos da fábrica e “[...] um raio não percorreria com mais velocidade as secções da Sra. Izabel”. (Tribuna do Povo, edição n° 129, 29 de agosto de 1953, p.1).

A *Tribuna* explicava que o atraso no pagamento significava, diretamente, a fome dos filhos do operariado, afinal de contas, todos sabiam “[...] que os salários recebidos por um operário têxtil”, já não era seu quando o recebia: “[...] nem chega para pegar o quintandeiro, a prestação, a casa, etc. Não receber o salário no dia marcado é correr o risco de ter seu crédito cortado na quintanda. E portanto a fome dos filhos”. O operariado da *Santa Izabel*, então, deparando-se com o informe na lousa da fábrica, resolveu se mobilizar para forçar o pagamento de seus salários naquele mesmo dia. (Tribuna do Povo, edição n° 129, 29 de agosto de 1953, p.1).

A combativa secção de tecelagem, agindo como se fora um só homem, paralisou as máquinas sem qualquer exitação, exigindo pagamento imediato da quinzena. Os patrões negaram e decidiram que atenderiam apenas aquela secção. Chegando a secção de fiação a notícia da vitória conseguida pelos seus companheiros da tecelagem, os operários resolveram seguir o exemplo, paralisando também o trabalho. Surgiu então, como por encanto, dinheiro trocadinho, e a quinzena foi paga para todos os operários. (Tribuna do Povo, edição n° 129, 29 de agosto de 1953, p. 1).

Na concepção da *Tribuna*, então, uma experiência como esta, além de expressar uma vitória imediata do operariado têxtil, conquistada através de sua unidade de classe e da utilização de sua principal arma, a greve, remetia a outras experiências vitoriosas da classe operária no Maranhão. Em *Memoráveis lutas dos têxteis maranhenses*, reportagem publicada em dezembro de 1953, a *Tribuna* resolveu fazer uma breve retrospectiva da história de lutas do operariado têxtil no estado, ressaltando como a unidade política e combatividade de ação já havia lhes trazido muitas conquistas importantes. “A greve tem demonstrado ser a arma mais eficiente para a classe operária conseguir suas reivindicações”, afirmou o jornal¹⁷², para em seguida narrar eventos do passado recente das lutas operárias no Maranhão. (Tribuna do Povo, edição n° 143, 12 de dezembro de 1953, p. 1).

Naqueles últimos três anos, de 1950 a 1953, dizia o jornal, [...] à medida que Vargas” se tornava mais impopular “[...] com o seu governo de esfomeamento, opressão, de liquidação da indústria nacional”, a luta dos têxteis maranhenses ia ganhando força. Contra a “[...] exploração dos patrões”, que descarregavam “[...] contra os seus operários pesadas dificuldades criadas pela política de Vargas”, os têxteis respondiam “[...] com lutas e com organização dentro

¹⁷² “Memoráveis lutas dos têxteis maranhenses”. (Tribuna do Povo, edição n° 143, 12 de dezembro de 1953, p. 1).

do sindicato”. Em agosto de 1951, por exemplo, Cesar Aboud, “[...] sócio gerente da Fábrica de Tecidos Santa Izabel, governador do Estado em virtude de um conchavo entre a ‘oposição’ e PST, se viu de braços com uma greve dos operários de sua empresa”. (Tribuna do Povo, edição n° 143, 12 de dezembro de 1953, p. 1).

Os operários “[...] exigiam o pagamento imediato dos salários”, atrasados já há “[...] mais de 50 dias. A empresa parou por meio dia e os tubarões tiveram de pagar os trabalhadores. Predominou o espírito de unidade dos textéis, derrotando os carrascos. Venceram os textéis”, recordava a *Tribuna*. (Tribuna do Povo, edição n° 143, 12 de dezembro de 1953, p. 1). Já em 1952, novas mobilizações:

Rebentou violentamente um movimento organizado na Fábrica de Tecidos Santa Izabel, onde as operárias tentaram linchar o pelêgo Pedro Aguiar, que agrediu barbaramente a operária Maria Raimunda Araujo, espancando-a criminosamente com um cabo de manilha.

Os operários foram à greve e conseguiram o afastamento do apaniguado do tubarão Cesar.

Foi em setembro de 1952.

Ainda em setembro, voltaram os textéis à carga, desta vez na Fábrica Cambôa, em solidariedade a uma companheira injustiçada pelos tubarões. Sete operárias foram, a esse tempo, dispensadas como demonstração de força dos patrões, a fim de amedrontar os operários, que em vez de recuarem foram à luta intensa, conseguindo a readmissão de suas sete companheiras, 24 horas após o lançamento de um boletim em que os textéis lançavam a palavra de ordem: “Readmissão das 7 operárias ou greve geral”. Os patrões da Cambôa recuaram, como seu companheiro Cesar, ante a unidade do operariado¹⁷³. Sentiu-se fraco e impotente, demonstrando com tal que os textéis têm possibilidades abertas para as lutas futuras. (Tribuna do Povo, edição n° 143, 12 de dezembro de 1953, p. 1).

No ano seguinte, em 1953, outra greve. Desta vez, por aumento de salários. “Conseguiram os textéis, pelas experiencias recebidas com os movimentos anteriores, compreender que somente com a greve teriam possibilidades de conseguir suas reivindicações, pois, por meios pacíficos os tubarões nunca os atenderiam”. A greve de 1953, segundo a

¹⁷³ Em livro que reúne os depoimentos de Maria Aragão a respeito de sua própria trajetória a dirigente da *Tribuna* relata terem sido nove as operárias demitidas. Conta, ademais, a movimentação por trás do ocorrido. “Vamos para rua, vamos fazer uma pichação – readmissão das operárias ou greve geral”, decidiram. “Lançamos boletim e fizemos outras formas de agitação. Lançamos a palavra de ordem mais louca, porque não tínhamos força nenhuma, mas aquela confusão toda que fizemos amedrontou os donos da fábrica. A Delegacia do Trabalho chamou as mulheres, que contaram haverem sido despedidas por bobagens, os donos da fábrica foram obrigados a readmitir as operárias, com isso fundamos uma base comunista na fábrica”. (Aragão, 1992, p. 87). Um amigo de Maria, Orestes Timbaúba, que insistia na necessidade de fundamentação teórica mais aprofundada com Maria, a criticou bastante por aquela ação. “‘Veja o erro que cometeu. Tudo deu certo, mas poderia não ter dado’. Para mim, entretanto”, disse Maria, “[...] o importante era as mulheres terem sido readmitidas, e termos nos organizado dentro da fábrica [que agora tinha uma “base” comunista], isso para mim era uma vitória, daí eu não aceitar a crítica que eu estava errada. Não conseguia ver qual o meu erro”. (Aragão, 1992, p. 88). E Timbaúba retrucava: “Deu certo por acaso. E se eles tivessem endurecido e não tivessem readmitidos as operárias? Não vê que aí desmoralizaria o Partido? Quer dizer, outras vez que fosse chamar para uma greve, mesmo que justa, não iria conseguir. Falta-lhe base teórica”. (Aragão, 1992, p. 88).

Tribuna, durou dois dias e chegou a envolver todo o operariado têxtil da capital maranhense, reunindo 3.700 trabalhadores das seis fábricas então em atividade.

Paralisaram todas as fábricas e saíram numa grande passeata, com faixas e cartazes, exigindo aumento de salário. O movimento que teve a duração de dois dias, foi marcado por várias lições que serão inegavelmente bem aproveitadas para os movimentos futuros. Os textéis exigiam 80% de aumento sobre os salários. Pela influencia perniciosa de pelêgos ministerialistas acertaram um acôrdo com os patrões e tiveram apenas 17,57% do exigido, sendo em caráter provisório. A vitória parcial dos tecelões, não deixou, entretanto, de ser uma grande vitória, pois vinham pleiteando o aumento há três meses, por entendimentos pacíficos. (*Tribuna do Povo*, edição nº 143, 12 de dezembro de 1953, p. 5).

As experiências do operariado têxtil, de suas lutas, greves e vitórias, eram relembradas para serem replicadas, de maneira que os trabalhadores pudessem acumular novas conquistas, como, por exemplo, a do aumento de salários. Naquele momento, no Brasil e no Maranhão, a *Tribuna* julgava ser esta uma das demandas mais urgentes aos trabalhadores, vide a crescente carestia de vida que atingia, sobretudo, as camadas mais populares do país. Naquele momento, o governo Vargas era pressionado pelos trabalhadores e suas organizações para elevar o salário mínimo, o que só viria a acontecer em 1º de maio de 1954. O PCB e a *Tribuna* também se somaram a estas reivindicações.

Em outra reportagem, publicada em fins de 1953, a *Tribuna* resolveu abordar outra das mais urgentes reivindicações do operariado maranhense: chamará a atenção para a ausência de creches dentro das fábricas de São Luís. Isto, explicava o jornal, impactava, diretamente, a vida das tecelãs, que compunham aproximadamente metade do funcionariado das fábricas de tecido, e também a vida dos filhos da classe operária¹⁷⁴. “A tecelã maranhense”, tinha “[...] centenas de reivindicações a serem feitas ante os responsáveis pelas empresas” onde atuavam e nos ministérios, para que realmente viessem “[...] a ter nos locais de trabalho, não o inferno ora reinante, dentro de um clima irrespirável de perseguições e arbitrariedades as mais revoltantes, mas um lugar onde o serviço” pudesse “[...] ser realizado com conforto”. (*Tribuna do Povo*, edição nº 143, 12 de dezembro de 1953, p. 6).

Todavia, para o semanário, a demanda que vinha sendo “mais sentida por elas”, era “[...] a falta de creche onde a mãe tecelã” pudesse deixar, em segurança, seus filhos enquanto trabalhava. Das seis fábricas em atividade em São Luís, apenas a de *Fiação e Tecidos Cambôa* possuía creche, e que, ainda assim, contava com “[...] normas internas prejudiciais”, como a de não aceitar “[...] crianças que não sejam filhos legítimos”. Naquele momento, por averiguação

¹⁷⁴ “Numa creche onde as crianças não têm alegria de viver”. (*Tribuna do Povo*, edição nº 143, 12 de dezembro de 1953, p. 6 e 5).

da *Tribuna*, a informação oficial era de que, nas horas de serviço das tecelãs, a creche da *Cambôa* estava se responsabilizando por trinta crianças, com idade de 0 a 7 anos. (Tribuna do Povo, edição n° 143, 12 de dezembro de 1953, p. 6).

O reporter encontrou, para bem dizer, não as 30 crianças, mas umas quinze que, pela constituição física, aparentavam não só um desânimo motivado pela marcante desnutrição, mas todo um estado de miséria espelhando a situação presente da classe operária. Quinze crianças que demonstram não serem desnecessárias as lutas que a classe operária desencadeia para conseguir melhores condições de vida.

Quinze crianças apenas entre as centenas de filhos de operários de outras empresas, que ficam, enquanto seus pais trabalham, ao desemprego, sozinhas nas casas, correndo vários perigos, sem as vezes, terem ao menos quem lhes dê alimentação nas horas certas, quando estão nos primeiros anos de vida.

E ainda patrões desalmados, dispensam, “por conveniência”, as “mulheres parideiras”, o que em palavras claras, quer dizer: obrigam a maior parte, à prática criminosa do aborto. (Tribuna do Povo, edição n° 143, 12 de dezembro de 1953, p. 5).

Em setembro, a *Tribuna* já tinha denunciado que nas Fábricas *São Luiz* e *Santa Izabel*, o regime de opressão e exploração tinha chegado “[...] ao mais alto ponto que se possa imaginar”: como a Constituição garantia “[...] a licença para a gestante”, as “[...] operárias fecundas” estavam sendo dispensadas¹⁷⁵. “E seis já foram dispensadas pelo crime de serem ‘parideiras’”, denunciou à época o jornal, acrescentando que, ao agirem assim, os proprietários daquelas fábricas, os Cavalcanti, se manifestavam, “[...] além de inimigos da classe operária, como inimigos e perseguidores da maternidade e da infância”. À perseguição às operárias grávidas, trazia “[...] consequências muito sérias para a saúde daquelas mulheres”, pois, as levavam ao aborto sem assistência médica adequada, feito por meios e procedimentos inseguros. (Tribuna do Povo, edição n° 143, 12 de dezembro de 1953, p. 6).

São operários. Precisam de trabalhar para subsistir. E para afastar o fantasma do desemprego, quando se sentem grávidas, lançam mão de todos os meios para abortar. Como não dispõem de dinheiro para recorrer aos habilitados “fazedores de anjo”, vão a qualquer curiosa e prejudicam seriamente a saúde, o que vem diminuir a sua produção na fábrica, quando não as obriga a ficar semanas prostradas em casa, sem assistência, sem medicação, correndo perigo de vida. (Tribuna do Povo, edição n° 130, 5 de setembro de 1953, p. 3).

Novamente, a orientação para o enfrentamento desta “[...] forma de opressão como todas as outras”, passaria pela organização da classe operária, “[...] desde que ela se convença de sua força, e faça do sindicato a sua fortaleza, levando para lá todos os têxteis, sindicalizando a classe para a luta por sua libertação”. (Tribuna do Povo, edição n° 130, 5 de setembro de 1953, p. 3). Este assunto voltou à baila noutra reportagem, publicada em dezembro de 1953. Desta vez, diante de suas denúncias sobre a “[...] situação de verdadeiro abandono à infância e

¹⁷⁵ “Inimigos da infância os donos da São Luiz”. (Tribuna do Povo, edição n° 130, 5 de setembro de 1953, p. 1 e 3).

à maternidade”, falará na necessidade de se ter, no Brasil, “[...] um govêrno democrático popular”, um governo que representasse “[...] realmente os interesses do proletariado e do povo¹⁷⁶. Lutar por esse governo democrático popular”, afirmava a *Tribuna*, era “[...] lutar pelo bem estar da infância”. (Tribuna do Povo, edição nº 144, 19 de dezembro de 1953, p. 4).

Para a *Tribuna*, “[...] a politica de traição nacional do govêrno” Vargas, no plano nacional, e do governo Eugênio Barros, no plano estadual, como expressões do regime sociopolítico estabelecido, “de latifundiários e grandes capitalistas, associados ao imperialismo norte-americano”, implicava para os filhos da classe operária a seguinte realidade:

Os filhos menores das operárias, nos primeiros 3 anos de vida ficam ao inteiro desamparo e, nos anos subsequentes, pela falta de posses dos pais, não frequentam colegios e iniciam a vida de trabalho, perdendo prematuramente os gozos da infancia. São crianças sem prazer na vida, vítimas de um regime degenerado.

Para a infância em geral do Estado, só existe um Hospital especializado, meia dúzia de ambulatorios mantidos pela LBA¹⁷⁷ e uma população infantil de algumas centenas de almas morrendo diariamente, vitimas das variadas moléstias. Só em 1952, morreram em nossa capital vitimas de tuberculose cêrca de 123 menôres. Ao todo, de 1950 a 1952, morreram das mais variadas doenças 2836 crianças, segundo os dados conhecidos através do Departamento de Estado. (Tribuna do Povo, edição nº 144, 19 de dezembro de 1953, p. 4).

Para a explicitar os avanços que poderiam ser alcançados caso se estabelecesse um governo democrático popular no Brasil, realizando, portanto, o programa do PCB, a *Tribuna* resolveu explicitar o que, na sua perspectiva, se constituía a realidade das operárias e da infância na URSS.

Na União Soviética a criança fica sob os cuidados de especialistas, quando ainda no ventre materno. Onde as creches nas fabricas e em todas as concentrações de massas são uma obrigação e a mãe operária não sente as preocupações que sufocam as brasileiras. Onde o filho do operario não tem necessidade de trabalhar prematuramente para seu sustento e vive realmente a sua vida de criança, feliz e bem tratada. (Tribuna do Povo, edição nº 144, 19 de dezembro de 1953, p. 4).

Era, portanto, o completo oposto. Nesse sentido, ao abordar a situação do operariado maranhense ao longo do ano de 1954, a *Tribuna*, além de sempre reforçar a necessidade de fortalecimento das instâncias sindicais, recorrerá outras vezes às teses do PCB, salientando a necessidade de substituição do regime estabelecido no Brasil por outro, um regime democrático popular, entabulado por um Governo Democrático de Libertação Nacional, fruto de uma ampla frente única anti-imperialista e anti-feudal, liderada pela classe operária e seu partido, o PCB, e aliançada, sobretudo, com os camponeses. Como fizera ao abordar a situação dos

¹⁷⁶ “A criança e o país do socialismo”. (Tribuna do Povo, edição nº 144, 19 de dezembro de 1953, p. 4).

¹⁷⁷ *Legião Brasileira de Assistência*. Foi fundada, por Darcy Vargas, ainda na década de 1940, no contexto da *Segunda Guerra*. À época, tinha como função prestar assistência às famílias dos soldados brasileiros enviados ao conflito. Com o fim da guerra, a LBA tornou-se um órgão público federal de assistência social.

trabalhadores rurais no Maranhão, e, também, ao realizar outras denúncias relativas a dinâmica sociopolítico no estado, a *Tribuna* seguirá elencando as propostas defendidas no programa do partido.

Em fevereiro de 1954, por exemplo, em reportagem denunciando as explorações e opressões ocorridas dentro da fábrica de Eugênio Barros, a *Sanharó*, localizada em Caxias¹⁷⁸, a *Tribuna*, além de lembrar que era a “[...] unidade dos trabalhadores dentro do sindicato” o fator que poderia “[...] obrigar o tubarão governador a recuar”, afirmou: “Eugenio Barros é verdadeiramente um representante deste regime de latifundiários e capitalistas que tem de ser derrubado e substituído por um regime democrático popular, para felicidade e bem estar do povo brasileiro”¹⁷⁹. Eugenio Barros, assim como Getúlio Vargas, era “[...] um sustentáculo do nosso maior inimigo – o imperialismo americano”. (*Tribuna do Povo*, edição nº 151, 6 de fevereiro de 1954, p. 6). A solução “definitiva”, portanto, passava pelo que preceituava às teses do PCB, apontando para o que previa o seu programa.

Em outra oportunidade, por exemplo, ao abordar a situação de precariedade da saúde e de recursos dos trabalhadores afastados por doença, o jornal citará a medida 35 do programa do PCB como solução para a situação enfrentada. Os principais alvos serão as próprias fábricas e o *Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários* (IAPI). Em *Operários doentes sem receberem auxílio do IAPI*, por exemplo, de março de 1954¹⁸⁰, a *Tribuna* narrará o caso, entre muitos outros, de três operárias da *Fábrica Fabril*, que, mesmo doentes, eram consideradas aptas para voltar ao trabalho, tendo seu auxílio, que já era pouco, cortado, sendo obrigadas a retornar aos trabalhos para sobreviverem.

Foi este o caso de Brígida, Bárbara e Alzira Barbosa. Brígida, que era operária tecelã, após alguns meses afastada do trabalho por motivos de doença, quando recebeu a quantia de Cr\$ 430,00 por mês, “[...] morreu a mingua, depois de uma semana que teve alta do Instituto”. Segundo a *Tribuna*, recebendo aquela quantia, “[...] era impossível dar para comer e ainda sobrar dinheiro para remédio. Quatrocentos e trinta cruzeiros, hoje, se gasta em uma semana devido ao alto custo de vida”. Já a operária Bárbara, também da tecelagem, bastava olhá-la “[...] para reconhecer a gravidade de seu estado”. Da “[...] mulher forte e fisicamente bela”, dizia o jornal, agora, só restava “[...] a sombra. Faz um esforço imenso para ir até ao médico ou ao

¹⁷⁸ Desta vez, a denúncia envolvia a recusa de Eugênio e seus encarregados em efetuarem o pagamento das férias aos operários e também o pagamento relativo ao período em que a fábrica ficou paralisada, “[...] por culpa do empregador”, isto é, devido à realização costumeira de manutenção nas máquinas no mês de dezembro. (*Tribuna do Povo*, edição nº 151, 6 de fevereiro de 1954, p. 6).

¹⁷⁹ “O tubarão governador burla a lei trabalhista”. (*Tribuna do Povo*, edição nº 151, 6 de fevereiro de 1954, p. 6).

¹⁸⁰ “Operários doentes sem receberem auxílio do IAPI”. (*Tribuna do Povo*, edição nº 156, 13 de março de 1954, p. 5).

Instituto. Em seu rosto, estão estampadas as dores torturantes que a deprimem”. Bárbara “[...] também teve alta do Instituto como ‘bôa’”. (Tribuna do Povo, edição nº 156, 13 de março de 1954, p. 5).

Alzira Barbosa, por sua vez, também operária tecelã, “[...] teve alta após três meses e poucos dias encostada, embora continuasse doente”. E, ao retornar “[...] ao médico da Empresa, solicitando nova ficha para continuar a receber os benefícios que a lei” lhe assegurava, “[...] foi-lhe negado aquele atestado, sob o pretexto de que o médico do Instituto não o aceitaria”. Segundo a *Tribuna*, o estado de saúde da operária só não era pior graças “[...] ao seu médico particular e às vezes até mesmo da Empresa”, que lhe arranjavam algumas amostras grátis de remédios. Diante da situação descrita, a *Tribuna* explicava que os trabalhadores deviam se organizar e lutar por uma vida melhor, citando um dos itens do projeto de programa do PCB como proposta de resolução para os problemas enfrentados:

Lendo o Programa do PCB no seu item 35, encontra-se o seguinte:
 “Assistencia e previdencia social por conta do Estado e dos capitalistas em todas as formas, incluindo os desempregados. Aposentadoria e pensão, bem como auxilio aos acidentados no trabalho, de acordo com as necessidades vitais dos trabalhadores e suas familias. Administração e controle dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões pelos sindicatos”. (Tribuna do Povo, edição nº 156, 13 de março de 1954, p. 5).

Noutra reportagem, de abril de 1954, no bojo das orientações da *Tribuna*, o jornal voltará a elencar outra das propostas prevista no projeto de programa do PCB¹⁸¹. E a fábrica *Martins* também voltará à discussão. Desta vez, a *Tribuna* acusava nova majoração nos preços dos produtos. Mancomunados com a Comissão de Abastecimento e Preços (COAP), que fixava os preços dos produtos, os proprietários da referida fábrica teriam atuado para aumentar o preço da borra, um sub-produto do algodão, “[...] utilizada como alimento básico do gado”. O produto teria passado por seguidos aumentos desde, pelo menos, 1951, passando de Cr\$ 18,00 o preço do saco de 60 quilos, para Cr\$ 90,00 em 1954. Os impactos desta majoração, no final de tudo, explicativa a *Tribuna*, impactava diretamente ao povo: “Com essa majoração, o abastecimento de leite da capital, já tão precario, será atingido. Isto é, o povo será atingido, pois o reduzido numero de pessoas que compra leite de gado, mais se reduzirá, pois será certo o aumento do preço do litro do precioso alimento”. (Tribuna, edição nº 162, 24 de abril de 1954, p. 5).

Diante do problema, o semanário comunista interpelava tanto aos criadores de gado, como ao povo, para que lutassem contra a ganância dos lucros da *Martins*. Aproveitava, ainda, para citar o projeto de programa do PCB, explicando que, defendendo o programa, o povo teria

¹⁸¹ “Novo assaltado dos irmãos da Fábrica ‘Martins’”. (Tribuna do Povo, edição nº 162, 24 de abril de 1954, p. 5).

“[...] leite barato para toda a população e não para uma minoria”. (Tribuna, edição nº 162, 24 de abril de 1954, p. 5), para, em seguida, transcrever o item 45 do projeto de programa do partido:

“garantia pelo Estado dos preços mínimo para os produtos agrícolas e pecuários necessários ao abastecimento da população, de modo que permitam aos camponeses desenvolver suas atividades econômicas e aumentar a produtividade de suas terras, sem deixar de defender ao mesmo tempo os interesses da grande massa consumidora”. (Tribuna, edição nº 162, 24 de abril de 1954, p. 5).

Em outro momento, ao abordar mais um caso de agressão dos patrões contra os trabalhadores, desta vez no âmbito das atividades do Serviço de Água, Esgotos, Luz, Tração Elétrica e Prensagem de Algodão (SAELTPA), a *Tribuna* foi clara: O administrador do SAELTPA, major Artur de Carvalho, encarnava em tudo o governo *vitornista* de Eugênio Barros, que, por seu turno, era expressão mesma do regime político instaurado no Brasil, tendo à frente Vargas e, por detrás, o imperialismo norte-americano¹⁸². “A exploração aos trabalhadores, a opressão, os fuzilamentos, o desrespeito às conquistas conseguidas na Constituição são a característica do governo de Vargas realizada em todo o país por seus prepostos”, dizia a reportagem. Artur Carvalho teria esbofetado o mecânico Angelo da Guarda Costa, o espancando com um cassetete e quase lhe furando “[...] o olho esquerdo com uma estucada”. (Tribuna do Povo, edição nº 161, 17 de abril de 1954, p. 5). E, depois disso, ainda teria mandado encarcerar o operário. Para o semanário comunista, a solução para situações como esta passava, novamente, pelo programa do PCB.

A substituição desse governo inimigo dos trabalhadores por um governo democrático de libertação nacional é uma necessidade imperiosa, para a felicidade do nosso povo. Com um tal governo, de que farão parte além da classe operária, os camponeses, a intelectualidade, a pequena burguesia e a burguesia nacional, os trabalhadores serão respeitados e viverão felizes. (Tribuna do Povo, edição nº 161, 17 de abril de 1954, p. 5).

Este formato de abordagem, descrevendo os conflitos, fomentando sempre a sindicalização e indicando elementos do programa do PCB como saídas possíveis, seguirá sendo empregado pela *Tribuna* ao longo de 1954¹⁸³. Já no ano de 1955, ao abordar aspectos do

¹⁸² “Instaurado nos S.A.E.L.T.P.A. o terror e a pancadaria”. (Tribuna do Povo, edição nº 161, 17 de abril de 1954, p. 5).

¹⁸³ Foi assim, por exemplo, nas seguintes reportagens: “Do IAPI direto ao vil desemprego”. (Tribuna do Povo, edição nº 165, 15 de maio de 1954, p. 1); “Dispensa em massa, eis o plano do patronato”. (Tribuna do Povo, edição nº 172, 10 de julho de 1954, p. 5 e 6); “Estiveram em greve os Tecelões Caxienses”. (Tribuna do Povo, edição nº 173, 17 de julho de 1954, p. 1 e 3); “Sabotagem e Exploração no Cotonifício Cândido Ribeiro”. (Tribuna do Povo, edição nº 173, 17 de julho de 1954, p. 1); “Espancamento em voga nas fábricas têxteis”. (Tribuna do Povo, edição nº 177, 14 de agosto de 1954, p. 6); “Dispensa arbitrária nas Fábricas da cidade de Caxias”. (Tribuna do Povo, edição nº 181, 18 de setembro de 1954, p. 4); “Em vés de aumento, rebaixam os salários em Lima Campos”.

universo fabril maranhense, a *Tribuna* centralizará suas orientações ao operariado, para resolução dos problemas enfrentados (precariedade do trabalho, baixos salários, violências, etc.), na organização e unidade política dos trabalhadores nos sindicatos. Desta maneira, as transcrições diretas das medidas de transformação previstas no programa do PCB deixarão de ser citadas¹⁸⁴.

É o que ocorre em *Verdadeira Escravidão na Fábrica de Codó*, por exemplo, reportagem publicada em fevereiro de 1955. Nesta, a *Tribuna*, denunciara que os operários da fábrica de fiação e tecidos de Codó sofriam, “[...] além de perseguição de toda espécie, as mais insuportáveis formas de exploração” na mão da administração Remy Archer, que teria instaurado na fábrica “[...] um regime semi-escravagista”. (*Tribuna do Povo*, edição nº 202, 26 de fevereiro de 1955, p. 8).

Segundo a denúncia enviada à redação da *Tribuna*, a partir de primeiro de fevereiro alguns operários estariam sendo obrigados “[...] a trabalhar até 15 horas por dia”. O horário de entrada para o trabalho teria passaria de 7h para 6h da manhã, com intervalo de apenas meia hora para o almoço. Ainda segundo a denúncia, era “[...] tão grandes as exigências do sr. Remy Archer”, que a operária dispunha apenas “[...] de 3 minutos no máximo para ir no aparelho sanitário”, de modo que passou “[...] dêsse limite, êle, quando não vai, manda saber o que a mulher está fazendo”. Archer já teria mandado “[...] até devassar as paredes do imundo compartimento onde as operárias são obrigadas a se servir”. (*Tribuna do Povo*, edição nº 202, 26 de fevereiro de 1955, p. 8).

Tal “[...] regime de opressão”, entretanto, poderia e deveria desaparecer, dizia a *Tribuna*: “Organização, caminho para libertação”; isto, porém só seria possível “[...] se os

(*Tribuna do Povo*, edição nº 182, 25 de setembro de 1954, p. 6); “Terror desencadeado na Fábrica ‘São Luiz’”. (*Tribuna do Povo*, edição nº 189, 13 de novembro de 1954, p. 6).

¹⁸⁴ Talvez, e isto é apenas uma suposição, a mudança de postura da *Tribuna* possa ser explicada por, pelo menos, dois fatores: 1) a mudança de postura que se registra, sobretudo desde a morte de Vargas, na prática política do PCB, que, muito embora preserve em seu programa recém-aprovado, de 1954, as teses revolucionárias imediatas, ou seja, de derrubada do governo e substituição do regime no Brasil, passará a buscar uma “reinserção” na atmosfera sociopolítica brasileira, participando mais ativamente das mobilizações de caráter nacionalista e das lutas sindicais, em torno da luta por aumentos de salários, congelamentos dos preços dos produtos de primeira necessidade, cumprimento de direitos trabalhistas, etc. Além disso, nesta mudança de postura, em face de um perigo maior, a saber, a possibilidade iminente do governo Café Filho desferir um golpe de estado no país, o partido trabalhará para compor forças numa frente única contra o golpe, de maneira que passará a defender o regimento democrático e a Constituição. (Filho, 2007); 2) assim como as vitórias já conquistadas através da unidade política do operariado maranhense, como vimos, também pode ter influenciado o reflexo do crescimento e das vitórias de outros movimentos sindicais e grevistas Brasil afora, tudo isto, tendo reforçado a percepção da *Tribuna*, dentro do novo contexto de reposicionamento do PCB, de que o caminho para a conquista das reivindicações do operariado maranhense, em torno de medidas urgentes, como a luta por melhores salários e por melhores condições de trabalho, por exemplo, era intensificar o incentivo à unidade política do operariado maranhense, fomentando a organização sindical. Isto não significa, é importante dizer, que a *Tribuna* tenha aberto mão do referencial do PCB para compreender a dinâmica sociopolítica do estado e do cenário nacional e internacional.

trabalhadores se organizarem em sindicatos e exigirem dos patrões, respeito dos seus direitos assegurados na Constituição e na Consolidação das Leis de Trabalho”. (Tribuna do Povo, edição n° 202, 26 de fevereiro de 1955, p. 7). Noutra reportagem, de julho de 1955¹⁸⁵, a *Tribuna* voltará a reforçar este posicionamento. Desta vez, denunciara que no *Cotonifício Cândido Ribeiro*, [...] “nem os acidentados em serviço, por incrível que pareça”, tinham “[...] sua estabilidade garantida”. Era este o caso dos operários Levino Torres da Cunha e Wilson Hermogenes Vale, por exemplo, que, “[...] ao regressarem do seguro, devido acidentes que sofreram naquela empresa, tiveram como premio o aviso prévio”. (Tribuna do Povo, edição n° 229, 2 de julho de 1955, p. 1).

Segundo a *Tribuna*, ações como esta, promovidas pela administração do Cotonifício, chefiada por Haroldo Cavalcanti, tinham o intuito de impedir a estabilidade no emprego, liquidando “[...] os já poucos direitos dos trabalhadores”. Segundo as denúncias chegadas à redação da *Tribuna*, a ordem era para que fossem demitidos da empresa todos os operários que contassem “[...] com menos de 9 anos de serviço”, lançando mão, para isto, “[...] de todos os processos de coação aos trabalhadores”. Para o semanário, “[...] tôdas essas medidas arbitrárias” poderiam “[...] ser liquidadas pela solidariedade dos operários”. Bastava “[...] se organizarem no sindicato de classe” e não permitirem que “[...] os tubarões do Cotonifício” continuassem “[...] lhes perseguindo e explorando”. (Tribuna do Povo, edição n° 229, 2 de julho de 1955, p. 1).

Mais adiante, em setembro de 1955¹⁸⁶, desta vez abordando a situação de trabalho no *Cotonifício de Sousa Machado*, em Caxias, a *Tribuna* voltará a centrar na organização sindical como fator de transformação social. Segundo informou, “[...] não satisfeitos com os salários miseráveis que pagam aos trabalhadores, os patrões” do *Sousa Machado*, os *vitorinistas* Alderico Machado e Antonio Francisco de Sousa, pioravam “[...] mais ainda a situação dos operários, não somente no sentido econômico-social, mas também no tocante à maneira brutal e desrespeitosa como os tratam”. Segundo a denúncia: “a matéria prima fornecida ao trabalhador é a pior possível. As exigências são em excesso, feitas pelos mestres e o fio dificilmente permite que o miserável salário mínimo de Cr. \$ 32,00 seja coberto pelas tecelãs”. (Tribuna do Povo, edição n° 247, 22 de setembro de 1955, p. 3).

¹⁸⁵ “Punidos na Santa Amélia os operários acidentados”. (Tribuna do Povo, edição n° 229, 2 de julho de 1955, p. 1 e 2).

¹⁸⁶ “Ameaça de espancamentos e de morte aos trabalhadores da Industrial”. (Tribuna do Povo, edição n° 245, 22 de setembro de 1955, p. 3).

Na sessão de fiação, porém, dizia a *Tribuna*, era muito pior. Existia ali o “mestre Nelson”, “[...] pôsto na secção pelos patrões, para humilhar por todos os meios os operários, para tornar insuportável o trabalho na fábrica”. Segundo denunciou o jornal:

Os instintos dêste indivíduo são os mais baixos possíveis. Prevalece-se da posição de mestre e da proteção recebida dos patrões, para lançar-se sobre os operários com as maiores ameaças.

As senhoritas e senhoras casadas que repelem suas constantes propostas desrespeitosas à sua honra e dignidade, passam, por isso, a ser perseguidas e por qualquer coisa ameaçadas de rua e espancamentos.

[...]

Em tudo isso, o mais chocante é a visível convivência dos patrões e do representante do Ministério do Trabalho, sr. Pedro Mendes.

A impunidade é tamanha que desfruta o insolente mestre, que por qualquer reclamação feita pelos sacrificados, a resposta do indivíduo é esta: “Prá operário eu tenho é taca”. Para um número maior de trabalhadores, ele vive a afrontar com balas. (Tribuna do Povo, edição nº 247, 22 de setembro de 1955, p. 3).

Ante a permissividade dos patrões e de Pedro Mendes diante das ações de Nelson, lembrava a *Tribuna*: “Os trabalhadores, entretanto, já devem saber que *unidos em torno do sindicato, não há força que os supere*”¹⁸⁷. (Tribuna do Povo, edição nº 247, 22 de setembro de 1955, p. 3).

3.6. A *Tribuna do Povo*, os comunistas e as eleições de 1955

Em 1955, no caminho de reinserção prática do PCB e dos comunistas na vida sociopolítica brasileira, que, embora na ilegalidade, voltavam a participar ativamente das campanhas político-eleitorais, os comunistas maranhenses e seu jornal, a *Tribuna do Povo*, se engajaram sobretudo em três campanhas: 1) a luta contra a candidatura de Assis Chateaubriand; 2) a campanha de frente única para eleger os candidatos das oposições contra o *vitorinismo*, Cunha Machado e Colares Moreira, para governador e vice-governador do Maranhão; 3) a campanha de frente única em favor da candidatura de Juscelino Kubitschek e João Goulart

¹⁸⁷ O jornal denunciou e orientou o operariado nestes termos ao longo de todo o ano de 1955. O fez, por exemplo, nas seguintes reportagens: “A fábrica do Anil não paga salário mínimo aos operários”. (Tribuna do Povo, edição nº 198, 29 de janeiro de 1955, p. 6 e 5); “Aumenta a escravidão no Cotonifício Cândido Ribeiro”. (Tribuna do Povo, edição nº 203, 5 de março de 1955, p. 6 e 5); “Não se ganha o salário-mínimo na fábrica Cambôa”. (Tribuna do Povo, edição nº 203, 5 de março de 1955, p. 2 e 5); “Explorados brutalmente os operários da Cambôa”. (Tribuna do Povo, edição nº 223, 28 de maio de 1955, p. 3); “Regime escravagista para os operários da fabril”. (Tribuna do Povo, edição nº 224, 4 de junho de 1955, p. 4 e 2); “William Aboud intensifica as perseguições aos operários da Santa Isabel”. (Tribuna do Povo, edição nº 227, 18 de junho de 1955, p. 4); “Punidos na Santa Amélia os operários acidentados”. (Tribuna do Povo, edição nº 229, 2 de julho de 1955, p. 1 e 2); “Vitoriosos os operários da Cândia”. (Tribuna do Povo, edição nº 235, 28 de julho de 1955, p. 1 e 2); “Foram à greve em Caxias os operários da ponte”. (Tribuna do Povo, edição nº 245, 14 de setembro de 1955, p. 4); “Na Boot Brasil LTDA demitem operários para não atingir estabilidade”. (Tribuna do Povo, edição nº 248, 24 de setembro de 1955, p. 4); “Os operários da Cambôa: não ganham salário-mínimo e são vigiados na saída”. (Tribuna do Povo, edição nº 261, 17 de dezembro de 1955, p. 1).

para presidente e vice-presidente da República.. Em todas estas, os comunistas maranhenses e a *Tribuna* tomaram como fundamento de suas ações as orientações de Prestes e da direção nacional do PCB.

Desde 1954, a determinação para as organizações e militantes do partido era para que participassem ativamente das campanhas eleitorais, buscando influenciar decisivamente em seus resultados, tanto em âmbito nacional, como estadual e municipal. Será levando em conta estas orientações que a direção do PCB no Maranhão, os comunistas maranhenses e a *Tribuna* se postarão na vida política do estado. Neste, o cenário político-eleitoral do ano de 1955 começou já com forte burburinho. O senador Antônio Alexandre Bayma e seu suplente Newton de Barros Bello renunciavam aos seus respectivos mandatos pelo Maranhão, forçando a realização de novas eleições para o preenchimento destes cargos. A ação era parte de um acordo mais amplo costurado pela cúpula do PSD, que projetava o retorno de Assis Chateaubriand ao senado. Nas eleições de outubro de 1954, na disputa pela senatoria, Chateaubriand perdera as eleições em seu estado natal, a Paraíba, para o candidato da UDN, Argemiro Figueiredo. Então proprietário da maior rede de comunicações do Brasil, os *Diários Associados*, Chateaubriand era peça fundamental nos planos do PSD, que pretendia entabular a candidatura de Juscelino Kubitscheck, então governador de Minas Gerais, à presidência da república. (Buzar, 1998).

A ampla capilaridade e influência dos meios de comunicação comandados por Chateaubriand seriam de grandessíssimo valor na empreitada do PSD rumo ao Palácio do Catete. Após analisar a situação do partido nos estados brasileiros, o palco escolhido pelo PSD para fazer voltar ao Senado o dono dos *Diários Associados* foi o Maranhão. Contribuiu para isso o largo poder e as esmagadoras vitórias do grupo político comandado por Vitorino Freire nas eleições anteriores. A decisão, que foi cancelada por Vitorino, dependia, contudo, da anuência do governador do estado, Eugênio Barros, que era o mais reticente. Temia novos desgastes para o partido e fracionamento das hostes *vitorinista*. (Buzar, 1998).

Até que aceitasse, foram necessárias tratativas diretas. Em setembro de 1954, Eugênio Barros recebeu a visita do ex-ministro da Justiça, Tancredo Neves, acompanhado de Vitorino Freire e do vice-governador Renato Archer. No encontro, Tancredo garantiu que, caso Kubitscheck se sagsse vitorioso nas eleições de outubro de 1955, um *vitorinista* seria nomeado ministro de seu governo, prometendo ainda a distribuição de outros órgãos federais ao Maranhão. Proposta aceita, em dezembro, o próprio Juscelino Kubitscheck foi até São Luís com o intuito de agradecer, e reafirmar, pessoalmente, os termos do acordo fechado com Eugênio Barros. O grupo *vitorinista* decidiu que Antônio Bayma e Newton Bello, cujos

mandatos de senador e suplente se estenderiam até 1959, deveriam renunciar a seus cargos, forçando, assim, a realização de um novo pleito para o Senado no Maranhão. (Buzar, 1998).

Os outros dois senadores pelo estado eram Vitorino Freire e Sebastião Archer da Silva, ambos do PSD e eleitos em 1954. Sem muitos rodeios, Bayma e Bello entregaram as renúncias de seus cargos ao Senado em 31 de janeiro de 1955. No decorrer deste processo, já no dia 8 de janeiro, o TSE marcava a data do novo pleito para o dia 20 de março. Antes e depois, o acordo e as renúncias, tomaram, pelas mãos dos oposicionistas, ares de escândalo. Bayma, Vitorino e Chateaubriand logo tornaram-se alvos de contundente campanha, na Câmara Federal, na Assembléia Legislativa do Maranhão e na imprensa. Eram acusados de protagonizarem “uma negociata”: Bayma teria vendido sua renúncia. E recebido em espécie. A imprensa ligada aos partidos de oposição ao *vitorinismo* no Maranhão, como o *Jornal do Povo* e *O Combate*, intensificava o coro e subia o tom. (Buzar, 1998).

Deste lado, também estiveram os comunistas maranhenses e a *Tribuna*, que, antes mesmo da renúncia de Bayma e Bello, iniciaram agressiva campanha contra a “a barganha Bayma-Vitorino-Eugênio-Chatô” e contra a candidatura de Chateaubriand, que concorreria ao lado do desembargador Raimundo Públio Bandeira de Mello, candidato à suplente de senador pelo PSD. Para o jornal comunista maranhense, se a eleição de “Chatô” representava uma grande ameaça para o país em seu conjunto, “[...] quer pelo sentimento antinacional do pretenso candidato, quer pela influência maléfica que sua argumentação capciosa possa influir na consciência política de nossa juventude”, maior ainda seria “[...] a decepção, a deshonra do povo maranhense em ter feito voltar ao senado, o mais cínico e descarado agente do imperialismo norte-americano em nosso país”¹⁸⁸. (*Tribuna do Povo*, edição nº 196, 15 de janeiro de 1954, p. 1).

O jornal argumentava que esse episódio da vida política maranhense se apresentava com dois aspectos que, “[...] apesar de diferentes na forma”, constituiriam “[...] partes integrantes de um mesmo sistema de govêrno em acelerado grau de apodrecimento”. (*Tribuna do Povo*, edição nº 196, 15 de janeiro de 1954, p. 1).

O Primeiro: a venalidade de Baima, já tão conhecida pelos maranhenses, bastando para isso lançar um olhar no passado, sempre envolvido em negociatas escandalosas. Mesmo porque para Baima, Vitorino e todos os representantes dêste regime, dignidade e patriotismo não passam de coisas insignificantes.

O segundo e fundamental: é justamente no que vem silenciando a imprensa de aluguel. Até mesmo a que se apresenta com ares de oposicionista, se aferra exclusivamente na indignidade de Baima, já por demais conhecida, para mais facilmente desviar a atenção do público do perigo maior, isto é, que Chateaubriand venha realmente a ser

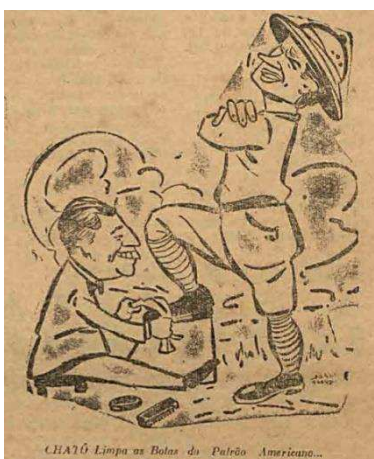
¹⁸⁸ “Derrotar o entreguista Chateaubriand é dever de honra dos maranhenses”. *Tribuna do Povo*, edição nº 196, 15 de janeiro de 1954, p. 1.

candidato por nosso Estado. (Tribuna do Povo, edição nº 196, 15 de janeiro de 1954, p. 1).

Era parte da argumentação da *Tribuna* de que a grande imprensa, em geral, e mesmo a de oposição ao *vitórinismo*, estava vinculada, direta ou indiretamente, aos interesses do imperialismo norte-americano no Brasil. O perigo maior, naquele momento, como frisava o jornal, era a eleição de Chateaubriand. Para a *Tribuna*, o povo há muito já acompanhava as ações públicas e privadas de Chatô, o “[...] indesejável traidor. Como jornalista e dono de uma cadeia de jornais e rádios no país, sempre os colocou a serviço dos piores inimigos de nosso povo: os trustes e monopólios norte-americanos”¹⁸⁹. Em seus sucessivos discursos, no Brasil e no exterior, dizia a reportagem, as falas de Chateaubriand “[...] sempre constituíram verdadeira profissão de fé ao ‘colosso do norte’ e seus amos da Standard Oil, Unid Stat Stell, Bond and Share, etc”. (Tribuna do Povo, edição nº 196, 15 de janeiro de 1954, p. 1).

E não fazia muito tempo que em um de seus discursos, Chatô teria dito, da tribuna do plenário do senado, em alto e bom som: “Sou o entreguista número um dêste país”, isto “[...] depois de já haver dito em outras ocasiões que se pudesse, ‘entregaria todo o petróleo e demais riquezas do país para serem exploradas pelos norte-americanos’. Na concepção da *Tribuna*, como se pode verificar na charge a seguir publicada pelo jornal (sem assinatura de autoria), Chateaubriand nada mais era que o candidato ao senado que os “trustes e monopólios norte-americanos” queriam impor ao Maranhão.

Ilustração 18 – Chatô limpa as botas do patrão americano



Fonte: Tribuna do Povo, edição nº 201, 19 de fevereiro de 1955, p. 1.

¹⁸⁹ “Derrotar o entreguista Chateaubriand é dever de honra dos maranhenses”. Tribuna do Povo, edição nº 196, 15 de janeiro de 1954, p. 1.

Em outra publicação, Otávio Gomes, um dos redatores da *Tribuna*, chamou a atenção para o significado pernicioso ao Maranhão caso a candidatura de Chatô prosperasse e se sagra-se vitoriosa¹⁹⁰. Para Otávio Gomes, a situação do estado, que afirmava já ser das piores, se recrudesceria. Dia a dia, dizia, a situação do povo maranhense se agravava. Bastava para isso olhar a situação existente em São Luís, cujos bairros populares da cidade enfrentavam constantes crises de desabastecimento de água e luz, “[...] sem a mínima preocupação do governo” para solucioná-las. E assim se sucedia “[...] com a maioria dos problemas do povo”. Tais condições, em geral, seriam, via de regra, expressão mesma do regime instaurado no país. Afinal, o que podia o povo esperar daqueles governantes,

[...] dos coveiros do nosso Estado como, Eugenio, Vitorino e Baima, que num verdadeiro insulto ao povo maranhense negocia um mandato dado pelo povo para servir aos interesses do imperialismo americano, que é manter no senado federal o maior traidor, vende-pátria, entreguista número um, o mais fiel laçao que a Standard Oil tem no Brasil, Assis Chateaubriand [?]. (Tribuna do Povo, edição nº 197, 22 de janeiro de 1955, p. 8).

Diante disso, Otávio Gomes questionava qual seria o significado, para o povo e para o Maranhão, da “[...] eleição de um tipo como Chateaubriand”. (Tribuna do Povo, edição nº 197, 22 de janeiro de 1955, p. 8).

Significa aumentar os roubos, as negociatas e a miséria em nosso Estado. Se os principais problemas do nosso Estado, transporte, água, luz, assistência médica e educação estão abandonados porque as verbas só chegam para os ladrões do nosso Estado, pior será com a entrada no grupo de Eugenio e Vitorino um ladrão da marca de Chateaubriand. (Tribuna do Povo, edição nº 197, 22 de janeiro de 1955, p. 8).

A própria eleição de Chatô na Paraíba, dizia Otávio Gomes, só teria se concretizado porque o povo paraibano fora “[...] enganado pelos latifundiários e grandes capitalistas”. Logo de início, entretanto, diante de sua atuação no parlamento, “[...] o povo paraibano compreendeu que este laçao não passava de traidor agente do imperialismo americano, pois toda sua ação era em defeza dos interesses da Standart Oil e dos monopólios americanos”. Por este motivo é que nas eleições de outubro de 1954 “[...] o povo da Paraíba deu a Chateaubriand a resposta que ele merecia derrotando-o nas urnas e impedindo a sua volta ao senado”. Todavia, “[...] o imperialismo vendo o papel importante que desempenhou Assis Chateaubriand em defesa dos interesses dos monopolios americanos”, tomava, agora, “[...] todas as medidas para fazer voltar ao senado este vende-pátria”. (Tribuna do Povo, edição nº 197, 22 de janeiro de 1955, p. 8).

Na explicação de Otávio Gomes, a solução encontrada pelos “[...] agentes da Standart Oil”, fora recorrer ao Maranhão, onde havia “[...] elementos da mesma laia de Chateaubriand,

¹⁹⁰ GOMES, Otávio. Derrotemos Chateaubriand. Tribuna do Povo, edição nº 197, 22 de janeiro de 1955, p. 8 e 7.

como Vitorino, Baima e Eugenio”. Para estes, só interessaria “[...] os dólares da Standard Oil, os bons empregos; o povo nada representa”. A negociata, mais do que uma “[...] falta de moral e de vergonha” daqueles políticos, representava “[...] uma verdadeira traição”, pois, “[...] vergonha e moral” há muito aquela “canalha” já havia perdido. (Tribuna do Povo, edição nº 197, 22 de janeiro de 1955, p. 7).

Por isto, o que Otávio Gomes aspirava era que o povo maranhense repetisse o feito do povo paraibano, impedindo o retorno de Chatô ao Senado. Dizia, para isto, que o povo maranhense “[...] sempre teve tradição de lutas em toda a sua história” e que jamais deixaria “[...] de lutar em defesa destas tradições”. E se, àquela altura, o agora ex-senador Bayma, se mostrara, de uma vez por todas, “[...] indigno de defender um mandato que o povo do Maranhão lhe confiou”, no Maranhão existiam homens que tinham o que Bayma não possuía: “[...] moral e respeito aos sentimentos anti-imperialistas do nosso povo”. (Tribuna do Povo, edição nº 197, 22 de janeiro de 1955, p. 7). A luta contra Chateaubriand, era, então, percebida como uma luta direta contra o imperialismo norte-americano.

Lutar contra a eleição de Chateaubriand é um dever de todo patriota que luta pela independência de nossa pátria, e contra a penetração e dominação do imperialismo em nosso país.

Precisamos no parlamento de patriotas e não de entreguistas; precisamos de democratas e não de traidores. A derrota de Chateaubriand representará uma vitória não só dos democratas e patriotas do Maranhão, mas uma vitória de todo o povo brasileiro que luta contra a dominação do imperialismo americano, do qual Chateaubriand é representante. A ele e a todos que participam desta negociata, devemos trata-los como traidores e indignos de participarem da família democrática do Maranhão. (Tribuna do Povo, edição nº 197, 22 de janeiro de 1955, p. 7).

Era esse o tom geral adotado pela *Tribuna* diante da candidatura de Chateaubriand. Em outra reportagem, o semanário comunista dizia que os maranhenses haviam recebido “[...] com a mais profunda revolta a vergonhosa notícia da compra do mandato do sr. Antônio Bayma pelos trustes americanos, para o vende-pátria Assis Chateaubriand”¹⁹¹. Na compreensão do jornal, a venda do mandato de Bayma e a candidatura de Chatô eram as “[...] provas do apodrecimento de homens públicos do atual regime”. Aquela barganha, afirmava-se, repugnava “[...] a todos os homens de bem de nossa terra”, quaisquer que fossem as “[...] suas tendências políticas ou religiosas a idéia de dar seu voto a um traidor da marca de Chateaubriand”. (Tribuna do Povo, edição nº 197, 22 de janeiro de 1955, p. 1).

A fim de transmitir o tal repúdio geral a Chatô, a *Tribuna* decidiu consultar e publicar a opinião de várias personalidades públicas e trabalhadores de São Luís a respeito do assunto.

¹⁹¹ “A candidatura Chatô é um achincalhe ao povo”. Tribuna do Povo, edição nº 197, 22 de janeiro de 1955, p. 1.

Em certa oportunidade, o desembargador Luiz Cortês, então líder do PSP local, declarou ao jornal que Chateaubriand era “[...] um candidato de achimcalhe”, acrescentando que não poderia ser a favor daquela candidatura, “[...] que apareceu em consequência de uma imoralidade, a venda de um mandato”. (Tribuna do Povo, edição nº 197, 22 de janeiro de 1955, p. 1). Em outro momento, o entrevistado da vez foi o motorista Astrolábio Caldas, candidato a vereador pelo PR. nas eleições de 1954¹⁹². À *Tribuna*, Astrolábio também se manifestou contra o dono dos *Diários Associados*, afirmando ser “[...] terrivelmente contra Chateaubriand, porque ele não é maranhense e não pode ter interesse pelo Maranhão” e também porque este era “[...] o maior dos defensores da entrega de nosso país ao estrangeiro”. (Tribuna do Povo, edição nº 202, 26 de fevereiro de 1955, p. 7).

Em outra ocasião, a *Tribuna* ouviu a opinião de quatro operários da construção civil sobre o assunto, João Ezequiel, Serapião Marcelo dos Santos, Raimundo Campos da Silva e Benedito Aguiar¹⁹³. À reportagem, João Ezequiel declarou que Chateaubriand deveria ser derrotado, pois, tinha “[...] transações sujas com o estrangeiro”. Serapião Marcelo dos Santos, concordou o colega. Já Raimundo Campos da Silva, disse que, como maranhense, não aceitava “[...] um candidato expulso de sua própria terra, a Paraíba”. Benedito Aguiar, por sua vez, declarou que Chatô não estava “[...] a serviço do Brasil”, e por esse motivo, repudiava a sua candidatura. Ademais, declarou: “sou operário, portanto, não posso abraçar um homem, que me chama de preguiçoso”. (Tribuna do Povo, edição nº 204, 9 de março de 1955, p. 4).

O então presidente da Câmara de São Luís, o professor Mata Roma, também foi consultado sobre o assunto¹⁹⁴. Mata Roma declarou ser contra a candidatura de Chatô por dois motivos: primeiro, porque defendia “[...] a soberania de nossa terra”, o Brasil; e, segundo, porque acreditava que no Maranhão havia “[...] homens dignos que poderiam preencher vagas para senador”. (Tribuna do Povo, edição nº 202, 26 de fevereiro de 1955, p. 1). Dias antes, a Câmara Municipal de São Luís, em sessão do dia 14 de janeiro, também teria se manifestado publicamente contra a candidatura de Chateaubriand¹⁹⁵. Segundo informou a *Tribuna*, a Casa teria tomado “[...] uma decisão patriótica: protestar em nome do povo de São Luís que eles

¹⁹² “No Maranhão há homens dignos que sabem honrar o mandato”. Tribuna do Povo, edição nº 202, 26 de fevereiro de 1955, p. 1 e 7.

¹⁹³ “Chateaubriand deve ser derrotado”. Tribuna do Povo, edição nº 204, 9 de março de 1955, p. 4.

¹⁹⁴ “Chateaubriand deve ser derrotado”. Tribuna do Povo, edição nº 204, 9 de março de 1955, p. 4.

¹⁹⁵ “A Câmara Municipal de São Luís repeliu o agente do imperialismo norte-americano”. (Tribuna do Povo, edição nº 197, 22 de janeiro de 1955, p. 1).

representam contra a venda do mandato do senador Antonio Baima e contra a candidatura de Chateaubriand”¹⁹⁶. (Tribuna do Povo, edição n° 197, 22 de janeiro de 1955, p. 1).

O fato é que, para a *Tribuna*, a candidatura de Chateaubriand, em si, já era danosa, devido à afinidade do político paraibano com os interesses dos Estados Unidos no Brasil. A viabilidade desta candidatura, no entanto, por meio de uma “barganha”, a compra, era inaceitável. Tanto que, em outra reportagem, em fins de janeiro de 1955¹⁹⁷, o jornal declarava que, dentre todos os “[...] fatos degradantes e vergonhosos da administração pública maranhense” presenciados àqueles anos em que o *vitorinismo* esteve em posse do poder político no Maranhão, nenhum ato teria atingido tão firmemente o brio e a dignidade do povo maranhense como a venda do mandato de Bayma. E estavam incluídos nesta lista a truculência policial, a corrupção e as recorrentes fraudes eleitorais. (Tribuna do Povo, edição n° 198, 29 de janeiro de 1955, p. 1).

“Nenhuma negociata, nenhuma das imoralidades administrativas do governo de Eugênio-Vitorino”, dizia a *Tribuna*, atingiu “[...] o brio e a dignidade do povo maranhense como a vergonhosa, aviltante barganha do mandato do sr. Antônio Baima”. (Tribuna do Povo, edição n° 198, 29 de janeiro de 1955, p. 1). Afinal, o agora ex-senador Bayma, recebera

[...] votos do povo maranhense e num negócio sujo, mais sujo que o comércio de prostitutas nos bordéis, vendeu seu mandato e renunciou para que o nauseabundo vende-pátria Assis Chateaubriand se aventurasse continuar no Senado, realizando sua negra tarefa de agente da Standard Oil. (Tribuna do Povo, edição n° 198, 29 de janeiro de 1955, p. 1).

A *Tribuna* denunciava, uma vez mais, que o imperialismo norte-americano, “[...] interessado em conservar o seu laçao”, atuara no sentido da renúncia de Bayma, intrometendo-se, portanto, no cenário político maranhense. À Bayma, como parte do acordo, Chateaubriand teria garantido “[...] um emprêgo de 50 mil cruzeiros mensais, na empresa Schering”, entregue à Chateaubriand pelos Estados Unidos.

A Schering confiscada aos alemães durante a última guerra, foi entregue a Chateaubriand, pelos Estados Unidos e os americanos abrem a bolsa sem nenhum pano, quando se trata de garantir a eleição do seu testa de ferro que vêm defendendo com todo o cinismo a entrega do nosso petróleo e demais riquezas minerais a Standard Oil e aos trustes americanos, quer no Senado, quer através de suas Cadeia de jornais e emissoras que empestam o país de norte a sul. (Tribuna do Povo, edição n° 198, 29 de janeiro de 1955, p. 5).

¹⁹⁶ Nesta ocasião, disse a *Tribuna*, os únicos a defenderem “[...] a vergonhosa barganha patrocinada pelos dólares dos trustes norte-americanos” foram os vereadores Moisés Silva e João Lobato. (Tribuna do Povo, edição n° 197, 22 de janeiro de 1955, p. 1).

¹⁹⁷ “Derrotar e expulsar Chateaubriand”. (Tribuna do Povo, edição n° 198, 29 de janeiro de 1955, p. 1 e 5).

Para que se impedisse a concretização destes planos, a *Tribuna*, compelia o povo maranhense a deixar de lado quaisquer distinções a fim de formar uma aliança política para derrotar Chateaubriand nas urnas.

Repelir Chateaubriand, o candidato dos americanos, é uma questão de honra para nós. Fomos insultados com a vergonhosa barganha Baima-Chatô-Vitorino.

O escárneo que Vitorino Freire e Assis Chateaubriand e os americanos atiraram aos maranhenses atinge todo o povo brasileiro, que nos tem em alto conceito já pelo nosso tradicional pendor às letras como pela combatividade que demonstramos em duas greves gerais contra o vitorinismo no espaço de dois meses¹⁹⁸.

Chateaubriand encontra-se no Senado porque concorreu só nas eleições na sua terra natal.

Mas foi fragosamente derrotado a 3 de outubro. A grande Paraíba, valorizou-se aos olhos do Brasil, repudiando o traidor.

Reunamos tôdas as nossas fôrças, homens e mulheres dignos do Maranhão.

Esqueçamos as divergências de qualquer ordem que possam existir entre nós. O insulto atingiu a todo o povo maranhense. Formemos uma sólida aliança contra a eleição do aventureiros e vende-pátria Chatô. Lancemos mão de tôdas as formas de lutas.

Em todos os lares, em tôdas as emprêsas, em todos os bairros e em cada coração de maranhense digno, seja esta palavra de ordem: derrotar e expulsar Chateaubriand. (Tribuna do Povo, edição n° 198, 29 de janeiro de 1955, p. 5).

Assim como para as oposições ao *vitorinismo*, em geral, para a *Tribuna* a estratégia da frente única era, àquela altura, a mais eficaz. Em outra publicação, o jornal sustentava que de todos “[...] os recantos do Maranhão, de todas as camadas populares”, brotavam “[...] a repulsa e a revolta patriótica dos maranhenses, contra a candidatura Chateaubriand”, imposta “[...] pela mais vergonhosa e degradante negociata de que se tem notícia na história política do Brasil – a barganha de um mandato”¹⁹⁹. (Tribuna do Povo, edição n° 201, 19 de fevereiro de 1955, p. 1). Bayma poderia até ter colocado a “[...] sua honra no mercado”, entregando-a “[...] por alguns milhares de cruzeiros da Standard Oil”, mas a *Tribuna* insistia que uma resposta à altura deveria ser dada. Para isso, era preciso ter a plena compreensão do problema.

Os partidos políticos e todos os homens de bem de nossa terra devem ter a perfeita compreensão de que a candidatura de Chetaubriand, imposta pelos americanos a peso de dólares, não é um assunto interno, que diga respeito só dos partidos. Essa candidatura representa um ultraje aos brios de nosso povo e de todo o povo brasileiro. Chateaubriand é o candidato que confessa que entregaria o Brasil a Standard, se dependesse dele. Chateaubriand é a corrupção, é a encarnação da traição nacional.

Derrotá-lo é tarefa de todo o povo brasileiro. Mas é em nosso Estado que se travará a batalha eleitoral. É ao nosso povo que cabe o principal papel. O apoio dos patriotas de todo o Brasil terá grande valor na nossa luta e nos ajudará a vencer. (Tribuna do Povo, edição n° 201, 19 de fevereiro de 1955, p. 1).

Diante disso, o jornal defendia só haver um caminho: “[...] formar uma ampla e vigorosa frente única de todos os partidos e de todo o povo, em torno de um candidato único,

¹⁹⁸ Referência à *Greve de 51*.

¹⁹⁹ “Derrotemos o traidor Chateaubriand”. Tribuna do Povo, edição n° 201, 19 de fevereiro de 1955, p. 1.

de oposição a candidatura infame de Chateaubriand”. Naquela hora decisiva, era preciso “[...] esquecer ofensas e divergência e estender as mãos a todos” os que queriam e podiam “[...] lutar pela derrota de Chateaubriand”. (Tribuna do Povo, edição n° 201, 19 de fevereiro de 1955, p. 1). As Oposições Coligadas, então compostas pelo PSP, UDN, PR, PL, PTN e PDC, reuniram-se em apoio as candidaturas do coronel Armando Menezes, oficial superior da Aeronáutica, e do jornalista Franklin de Oliveira²⁰⁰, para senador e suplente. (Buzar, 1998).

Os candidatos oposicionistas, Armando Menezes e Franklin de Oliveira, também contaram com o apoio declarado da *Tribuna*. O apoio estava em conformidade com as orientações da direção nacional do PCB em face das disputas eleitorais, que determinava às suas organizações e aos comunistas que não se abstivessem do direito de voto e que participassem ativamente das campanhas eleitorais, fomentando a participação e o voto popular. Armando e Franklin, residiam no Rio de Janeiro e só chegaram em São Luís à menos de vinte dias das eleições, marcadas para 20 de março. Devido ao pouco tempo que ainda restava até o pleito, e frente à negativa do TRE no sentido de adiá-lo, os municípios do interior do Maranhão não puderam ser visitados pelos dois candidatos oposicionistas. Isto piorava ainda mais o cenário para as oposições, reduzindo ainda mais as suas chances de vitória. (Buzar, 1998).

No interior do estado, o sufrágio ao *vitorinismo* demonstrava ser mais expressivo. Era lá, também, onde as fraudes eleitorais se concentravam. Diante da negativa do TRE, os esforços das oposições centraram-se na capital maranhense, reduto dos oposicionistas. (Buzar, 1998). Destes esforços, capitaneados pelas Oposições, foram organizados os chamados Comitês Populares de Oposição, experiências assim definidas pela *Tribuna*:

Iniciativas genuinamente populares, os Comitês Populares de Oposição são meios de o povo manifestar sua indignação e decisão de luta contra os negociastas de mandatos e a intromissão de interesses estrangeiros em nossa vida nacional. Assim é que, em cada fundação oradores saídos da massa presente, erguem sua voz de protesto e apelo pela unidade coesa de todos os maranhenses, sem olhar côr política ou credo religioso, em defesa dos nossos brios ofendidos. São verdadeiros comícios, que se realizam. (Tribuna do Povo, edição n° 204, 9 de março de 1955, p. 2).

Segundo veiculava o jornal comunista maranhense, estes Comitês se multiplicavam rapidamente pelos bairros populares de São Luís e, para acompanhá-los, a *Tribuna* chegou a criar a sessão “Vida de Comitê”. Em 5 de março, por exemplo, o semanário comunista maranhense veiculava a criação de mais um Comitê Popular em São Luís, desta vez, no bairro “[...] Alto da Vitória, na rua Santa Helena, na casa da senhora Raimunda Cavalcante Goldfard,

²⁰⁰ Franklin de Oliveira era da redação da revista carioca *O Cruzeiro*, que integrava os *Diários Associados* de Chateaubriand. A revista era então a de maior circulação nacional e, por se engajar nas campanhas oposicionistas e candidatar-se como candidato destas, Franklin acabou sendo demitido da revista. (Buzar, 1998).

mais conhecida por Boneca”²⁰¹. No referido ato de fundação, “[...] pessoas de todos os partido e profissões ali se encontravam, compartilhando da campanha patriótica e prometeram tudo fazer para derrotar o intruso que nos querem impingir”. Este era o terceiro comitê fundado por aqueles dias, sendo os outros dois “[...] o das Universitárias Maranhenses, e do bairro João Paulo”. (Tribuna do Povo, edição nº 203, 5 de março de 1955, p. 5).

Até o dia 9 de março, foram criados, pelo menos, mais três, nos bairros “[...] Cavaco, Lira e rua Teixeira de Melo (Jordôa)”, com a previsão de criação de outros mais nos dias que se seguiram²⁰². (Tribuna do Povo, edição nº 204, 9 de março de 1955, p. 2). Àquela altura, no bairro do João Paulo, disse a *Tribuna* em outra reportagem, cinco outros Sub-Comitês Populares estavam em plena atividade, “[...] todos vinculados ao Comitê Central Popular de Oposição, presidido por Maria José Gomes de Melo”. A *Tribuna* explicava que a função dos Sub-Comitês Populares ia além “[...] do trabalho fundamental de lutar contra a candidatura de Chateaubriand”. Voltavam-se também para a luta “[...] pela solução dos problemas dos locais”²⁰³. (Tribuna do Povo, edição nº 205, 12 de março de 1955, p. 2).

A frente de oposição à Chatô, dia a dia, ia ganhando novos adeptos, de pessoas e organizações. A *União Maranhense de Estudantes*, por exemplo, segundo veiculou a *Tribuna*²⁰⁴, também aderiu à campanha oposicionista, comprometendo-se, entre outras coisas, a “[...] entrar em entendimentos com os universitários das demais Escolas e a ela filiados”, no sentido de que o movimento contra Chateaubriand se concretizasse no seio de toda a classe estudantil. (Tribuna do Povo, edição ° 205, 12 de março de 1955, p. 4). Neste mesmo sentido, foi inaugurado ainda, em 11 de março de 1955, o Diretório Estadual da Liga de Emancipação Nacional (LEN), com sede na rua Osvaldo Cruz, 182²⁰⁵. O Diretório foi presidido pelo “[...] desembargador Bento Moreira Lima, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão”. (Tribuna do Povo, edição nº 204, 9 de março de 1955, p. 1).

No ato de fundação da LEN estiveram presentes os dois candidatos das Oposições, Armando Menezes e Franklin de Oliveira. Segundo veiculou a *Tribuna*, naquela oportunidade, “[...] todos os oradores denunciaram a tentativa de colonização da nossa pátria e de saque às nossas riquezas minerais pelos trustes norte-americanos”. Armando Menezes, o último orador, salientou as finalidades da LEN, concluindo: “A emancipação de nossa Pátria é contra os trustes

²⁰¹ “Mais um Comitê contra Chatô”. *Tribuna do Povo*, edição nº 203, 5 de março de 1955, p. 5.

²⁰² “Aumentam os Comitês Populares de Oposição”. *Tribuna do Povo*, edição nº 204, 9 de março de 1955, p. 2.

²⁰³ “Sub-Comitês de rua contra o vende-pátria”. *Tribuna do Povo*, edição nº 205, 12 de março de 1955, p. 2.

²⁰⁴ “UME contra Chatô”. *Tribuna do Povo*, edição ° 205, 12 de março de 1955, p. 4.

²⁰⁵ “Posse da diretoria da L. E. N”. *Tribuna do Povo*, edição nº 205, 12 de março de 1955, p. 1 e 2.

e contra os maus brasileiros, que, lá fora, são lacaios do capital estrangeiro”. (Tribuna do Povo, edição n° 205, 12 de março de 1955, p. 2).

No começo de março, uma reviravolta gerou certa animosidade entre as oposições. O TRE, por 4 votos a 2, chegou a impugnar o registro da candidatura de Chateaubriand. A decisão acolhia o pedido do deputado Clodomir Millet e teve como fundamento a justificativa “[...] de que Eugênio Barros, como procurador do PSD, assinara indevidamente a autorização para o delegado registrar os candidatos do partido”. (Buzar, 1998, p. 229). Segundo sustentou Millet, o documento não dava tal poder a Eugênio. Para a *Tribuna*, a impugnação era “[...] uma vitória do povo maranhense”, pois era o “[...] resultado de uma resistência decidida”, organizada em “[...] Comitês Populares de Oposição, em coalização de partidos políticos, etc”²⁰⁶. (Tribuna do Povo, edição n° 204, 9 de março de 1955, p. 2).

Ora, sustentava novamente o semanário dirigido por Maria Aragão,

[...] conceder o registro à concorrência a uma cadeira no Senado brasileiro a um homem que, abertamente se diz o “maior entreguista”, que não teve pudor de chamar nossa pátria de “mulata dengosa, cujo homem é os Estados Unidos”, que, enfim, proclamou, em um discurso, ser favorável a entrega do nosso petróleo a Standard Oil, seria atentar contra os mais sagrados brios do grande povo maranhense. (Tribuna do Povo, edição n° 204, 9 de março de 1955, p. 2).

Logo, a negação do registro à Chateaubriand era entendida como uma decisão acertada dos juízes do TRE, que, com tal atitude, teriam interpretado “[...] patrioticamente os mais sentidos anseios populares do Maranhão e de toda nossa pátria”. Mas, ressaltava a *Tribuna*, a mobilização política deveria continuar, pois, a luta entrava, agora, “em nova fase”: os “[...] padrões de Chateaubriand – os trustes norte-americanos – através dos seus declarados agentes, como Vitorino Freire e mesmo o sr. Eugênio Barros”, tudo fariam para lograr a vitória. “Mexerão com os “pausinhos” de toda forma, para que o TSE revogue a decisão do TRE. Daí a necessidade que tem o povo maranhense de continuar a luta”. Enfatizava-se a necessidade de que fossem criados “[...] novos e mais numerosos Comitês Populares de Oposição”; que fossem feitos mais comícios; “[...] que telegramas e abaixo-assinados” fossem “[...] enviados aos juízes do TSE”, a fim de que estes não tomassem decisão contrária à do TRE. (Tribuna do Povo, edição n° 204, 9 de março de 1955, p. 2).

Em meados de março, já próximo das eleições, em artigo intitulado *Continuar a luta contra o entreguista*, Maria Aragão resolveu reforçar aos seus leitores a necessidade de, mesmo diante “da vitória” no TRE, as forças oposicionistas permanecessem e intensificassem as

²⁰⁶ “Vitória do povo contra Chatô. A luta contra a infame barganha, entra em nova fase”. Tribuna do Povo, edição n° 204, 9 de março de 1955, p. 2.

mobilizações contra a Chatô²⁰⁷. No artigo, a diretora da *Tribuna* lia o cenário sociopolítico brasileiro e maranhense a partir do programa do PCB, aprovado em fins de 1954. E, pelo histórico da Justiça Eleitoral, considerada pelos oposicionistas, em geral, conivente com as fraudes eleitorais em favor do *vtorinismo*, Maria adiantava que a decisão do TRE dificilmente se sustentaria por muito mais tempo.

O Programa do Partido Comunista do Brasil ressalta a contradição, que existe, entre a exuberante riqueza do Brasil e a extrema pobreza do povo. Se voltarmos a atenção para o nosso Estado, podemos sentir a veracidade do que afirma o Programa.

Dotado de solo e clima privilegiado com invejável rede fluvial, o Maranhão produz tudo que se plante. E como vive o nosso povo? Não precisamos sair da Capital para notar o abandono e a dolorosa situação da população. Nos subúrbios, centenas de famílias morrendo à mingua em casebres, onde há o mínimo de conforto ou mesmo salubridade. A mortalidade infantil atingiu uma proporção assombrosa e em todo o Estado existe apenas um hospital infantil, com a capacidade de 50 leitos.

E a situação, no interior, é ainda mais grave.

O causador da miséria do nosso povo – o imperialismo ianque – impôs ao Maranhão o seu imundo agente Assis Chateaubriand, candidato à senatoria. Embora derrotado na primeira instância com o 4 a 2, não devemos abandonar a luta contra o candidato da Standard Oil. Ao contrário, devemos prosseguir com os comitês, fundar novos, intensificar a campanha de esclarecimento sobre o que representam Chatô e os trustes que ele defende e de que recebe milhões de dólares. (*Tribuna do Povo*, edição nº 205, 12 de março de 1955, p. 3).

Não tardou, e o TSE, após mandado de segurança impetrado pelo PSD, o partido de Vitorino, determinou ao TRE que examinasse o mérito do registro da candidatura de Chateaubriand, o negando ou validando. Ao final, o registro foi validado, terminando por lançar mais desconfianças entre os oposicionistas quanto à parcialidade da Justiça Eleitoral. Quando a candidatura de Chatô foi assegurada, a *Tribuna* não titubeou em dizer que a *Standard Oil* conseguira, enfim, “[...] fazer o seu candidato concorrer de qualquer forma, acima dos interesses do nosso povo e de nossa Pátria”²⁰⁸. (*Tribuna do Povo*, edição nº 207, 19 de março de 1955, p. 1).

Em janeiro, o TSE já havia negado o pedido do próprio TRE no sentido de adiar as eleições. O órgão estadual alegava à época não haver tempo suficiente para organizar o pleito, pois havia eleições complementares²⁰⁹ e suplementares²¹⁰ previstas para fevereiro, que tiveram de ser adiadas. Para as oposições, o adiamento das eleições era de fundamental importância, pois, com mais tempo, poderiam reforçar as campanhas contra Chateaubriand, especialmente no interior do Maranhão. Para a *Tribuna*, a posição do TSE ia no sentido de “[...] servir os

²⁰⁷ “Continuar a luta contra o entreguista”. ARAGÃO, Maria José. *Tribuna do Povo*, edição nº 205, 12 de março de 1955, p. 3.

²⁰⁸ “Esmaguemos a barganha. Votemos em Armando Menezes-F. de Oliveira”. *Tribuna do Povo*, edição nº 206, 19 de março de 1955, p. 1.

²⁰⁹ Ocorrem quando e nos locais em que eleições não puderam ser realizadas na data programada.

²¹⁰ Ocorrem em função da anulação de urnas e/ou votações impugnadas.

interesses da Standard Oil”, favorecendo “[...] o vende-pátria Chateaubriand”²¹¹. Não fosse isso, perguntava o jornal, “[...] por que o TSE manteve a data de 20 de março para as eleições?” (Tribuna do Povo, edição n° 207, 19 de março de 1955, p. 1).

Porque, conhecendo as dificuldades de transporte em nosso Estado, pretendeu impedir, utilizando o curto prazo, que a campanha patriótica de organização do povo e esclarecimento a respeito da vergonhosa barganha, que deu lugar à candidatura de Chateaubriand e sobre a vida desse repudiado vende-pátria, atingisse todo o Maranhão. (Tribuna do Povo, edição n° 207, 19 de março de 1955, p. 1).

Mesmo com as perspectivas de derrota iminente, as oposições não deixariam de fazer aguerrida contraposição. Muitas vezes, por meios extraleais. Há cinco dias das eleições, dia 15 de março, os comunistas ainda se envolveriam numa tentativa malsucedida de dar fim a toda uma edição especial da revista *O Cruzeiro*. A edição era um material de campanha em favor de Chateaubriand, que chegaria em São Luís e seria distribuído gratuitamente à população. Em seu conteúdo, uma reportagem sobre a vida e a obra do dono dos *Diários Associados*, intitulada *Velho Capitão* e assinada pelo jornalista David Nasser. O principal envolvido na ação de “rpto” dos exemplares foi o jovem Luís Almeida Telles, que pertencia aos quadros do PCB no Maranhão²¹². (Buzar, 1998).

O PCB, dias antes da ação, teria enviado dois membros de sua direção nacional para o Maranhão, a fim de ajudar na campanha promovida pelos oposicionistas. Eram Aristides Saldanha e Henrique Miranda. A cúpula do partido fez chegar às oposições todas as informações necessárias para que a operação contra a edição especial de *O Cruzeiro* fosse realizada: dia, hora, avião e a quantidade de exemplares (aproximadamente 3.600). Consultado, Telles, de pronto, aceitou a missão, da qual também participaram do planejamento Aristides Saldanha e Henrique Miranda. No dia da chegada do material, dia 15 de março, às 14:00 horas, Telles, acompanhado de dois outros amigos, dentre estes, o jornalista Ubiratan Teixeira, se direcionou ao aeroporto de São Luís. Lá chegando, em posse de uma câmera fotográfica, se identificou como funcionário da *O Cruzeiro* ao gerente da Nacional Transportes Aéreos, Francisco Pinto Lima, apresentando-se como o responsável encarregado pelo recebimento do material que chegava à capital. (Buzar, 1998).

²¹¹ “Nenhuma abstenção”. Tribuna do Povo, edição n° 207, 19 de março de 1955, p. 1.

²¹² Telles também integrava um comitê de oposição a Chateaubriand, fundado por jovens universitários da Faculdade de Direito e integrado também por José Mário Santos, Mário Leal, Kléber Moreira, Armando Quixadá, Wilson Lopes, entre outros. Era, a propósito, um dos mais “exaltados” de seus membros. (Buzar, 1998).

O jipe em que chegaram ao aeroporto²¹³, que ficava no Tirirical, no entanto, não comportava toda a carga. Se deparando com o problema, Telles pediu ao gerente da Nacional que levasse a carga à agência da Nacional, na Travessia da Passagem, edifício Chagas Aboud. Enquanto isso, articulou mais dois carros e outros auxiliares de sua confiança para completar a tarefa. Entre estes, estava o barbeiro Alcides Alves Cardoso. Da Travessia da Passagem, o material foi transportado para o bairro do João Paulo. Foram necessárias várias viagens e a tarefa só terminou por volta das 2:00 horas da manhã do dia 16 de março. A última parte do plano consistia na incineração de todo o material, o que seria feito logo nas primeiras horas do dia. Enquanto trabalhavam no transporte da carga, no entanto, Hamilton Costa, proprietário da livraria *A Colegial*, que ficava na praça João Lisboa e era distribuidora da *O Cruzeiro*, foi até à agência da Nacional para receber os exemplares da revista. (Buzar, 1998).

Ao chegar lá, Hamilton foi informado de que todo o material já havia sido transportado por um suposto fotógrafo funcionário da revista. A polícia foi chamada e logo deu início às investigações. Não demorou muito tempo e o delegado responsável, Benedito Penha, chegou ao paradeiro da carga e aos envolvidos na ação. Ao final, além de prender Luís Almeida Telles, a polícia ainda conseguiu salvar cerca de 2.000 exemplares da revista. Poucas horas depois, Bento Moreira Lima, que, como vimos, presidia o Tribunal de Justiça do Estado e o Diretório da Liga de Emancipação Nacional no Maranhão, concedeu *habeas corpus* à Telles, e “[...] o inquérito perdeu-se na poeira do tempo”. (Buzar, 1998, p. 236). O golpe praticamente não pesou contra o êxito da candidatura de Chateaubriand. O plano, mesmo se bem-sucedido, não teria força para ser decisivo, vide a força do *vitorinismo* no Maranhão.

Eleições não adiadas, “rapto” malsucedido da edição especial da revista *O Cruzeiro*, expectativas nada animadoras para os candidatos das oposições. Um dia antes das eleições, nada disso transparecia nas páginas da *Tribuna*, que, assim como as outras forças de oposição à Chateaubriand, fomentava a não abstenção, especialmente em São Luís. A ideia era levar o máximo de eleitores às urnas e, assim, fazer frente à vantagem eleitoral desempenhada pelos *vitorinistas* nos municípios do interior maranhense. Àquela altura, dizia a *Tribuna*, o povo maranhense já havia tomado pleno “[...] conhecimento de que a luta contra Chateaubriand” era “[...] uma luta contra a entrega de nosso petróleo e de nossas riquezas aos trustes norte-americanos”²¹⁴. (Tribuna do Povo, edição nº 207, 19 de março de 1955, p. 1).

²¹³ Segundo Buzar (1998), o veículo fora providenciado pelo próprio candidato das Oposições ao senado, Armando Menezes, em tratativas com o suplente de deputado José Sarney, que pertencia às fileiras *vitorinistas*, mas rumava para dissidência, e o presidente da UDN no Maranhão, Alarico Pacheco.

²¹⁴ “Nenhuma abstenção”. Tribuna do Povo, edição nº 207, 19 de março de 1955, p. 1.

Pedia, por isto, que, no dia das eleições, o povo reafirmasse “[...] com maior valor seu sentimento patriótico, impedindo qualquer fraude ou coação, por todos os meios”²¹⁵. Defendiam, ademais, que “[...] nenhum maranhense patriota” poderia “[...] deixar de votar. Votar a fiscalizar o seu voto, impedindo que a máquina vitorinista de eleger” o trocasse “[...] por outro favorável a Chateaubriand”. (Tribuna do Povo, edição nº 207, 19 de março de 1955, p. 1). Em outra reportagem, também do dia 19 de março, a orientação da *Tribuna* aos Comitês Populares de Oposição era para que travassem “[...] com entusiasmo a batalha das células, levando-as de casa em casa”, combatendo a abstenção, que significaria, segundo interpretavam, favorecer a Chatô²¹⁶. Cabiam, aos Comitês, a principal tarefa “[...] de combater a farsa, durante o pleito, e a mobilização de todo o povo para votar em massa em Meneses-Frankilin”. (Tribuna do Povo, edição nº 207, 19 de março de 1955, p. 1).

Antes do pleito, no bojo das mobilizações contra Chateaubriand, a *Tribuna* ainda transmitiu as palavras do deputado federal Leônidas Cardoso, que falava, naquela oportunidade, em nome do Diretório Nacional da Liga da Emancipação Nacional²¹⁷:

O povo maranhense, cioso de suas tradições de civismo, expressará seu patriotismo, derrotando, na próxima eleição para o Senado, o entreguista Assis Chateaubriand. Reafirmará, assim pelo resultado das urnas, a repulsa do eleitorado da Paraíba ao advogado confesso dos tristes.

O repúdio do eleitorado maranhense a Assis Chateaubriand será um golpe nas pretensões da Standard Oil, que perderá seu principal porta-voz no Senado. Essa repulsa esperada em todo país, será recebida jubilosamente pelo povo. Para isso, estão unidas no Maranhão todas as correntes políticas e populares, a fim de derrotar Assis Chateaubriand.

A Liga da Emancipação Nacional vê, nesse movimento, uma justa explosão dos brios maranhenses e estará presente no Maranhão para participar da grande campanha eleitoral, contra o candidato entreguista.

O povo derrotará a Standard Oil.

O povo impedirá que Assis Chateaubriand volte ao Senado. (Tribuna do Povo, edição nº 207, 19 de março de 1955, p. 3).

Embora difundissem otimismo quanto a derrota de Chateaubriand, a *Tribuna* alertava seus leitores para que não houvesse ilusões “[...] quanto ao funcionamento da máquina” eleitoral em favor do *vitorinismo*, pois ela estava “[...] engrenada com o TRE, com o TSE, com o Palácio dos Leões e com todos os demais brasileiros” que não presavam “[...] pelos interesses de sua pátria”²¹⁸. A “farsa eleitoral”, denunciavam, estava em pleno andamento: “[...] várias urnas foram enviadas a locais suspeitos, onde, com certeza, são adulteradas. Mapas de votação, com

²¹⁵ “Nenhuma abstenção”. Tribuna do Povo, edição nº 207, 19 de março de 1955, p. 1.

²¹⁶ “Esmaguemos a barganha. Votemos em Armando Menezes-F. de Oliveira”. Tribuna do Povo, edição nº 206, 19 de março de 1955, p. 1.

²¹⁷ “Ao povo do Maranhão”. Tribuna do Povo, edição nº 207, 19 de março de 1955, p. 3.

²¹⁸ “Esmaguemos a barganha. Votemos em Armando Menezes-F. de Oliveira”. Tribuna do Povo, edição nº 206, 19 de março de 1955, p. 1.

resultados pré-fabricados foram enviados para diversos lugares do interior”. (Tribuna do Povo, edição n° 206, 19 de março de 1955, p. 1).

Em face disso, o povo deveria “[...] confiar em suas próprias forças e em sua organização”, àquela altura, “[...] concretizada nos Comitês Populares de Oposição”, dizia a *Tribuna*. (Tribuna do Povo, edição n° 207, 19 de março de 1955, p. 1). E, depois das apurações, “[...] prosseguir na campanha de libertação” do Maranhão²¹⁹. (Tribuna do Povo, edição n° 207, 19 de março de 1955, p. 1)²²⁰. Era tempo de mudança, auspiciavam. Tempo de vencer à “máquina vitorinista fraudulenta”, ainda que esta não fosse uma tarefa fácil. Foi o que expressou Hélio Benévolo²²¹, em seu artigo *Os tempos mudam*, publicado pela *Tribuna* em sua edição de n° 207.

A concessão de registro a candidatura do sr. Assis Chateaubriand, pelo Tribunal Regional Eleitoral, que, assim, revogou sua própria decisão anterior, mostra que a máquina vitorinista de eleger está em pleno funcionamento.

Daí não se ter ilusões em um pleito livre. Pelo contrário, os homens da barganha tudo farão para transformá-lo em farsa semelhante aos anteriores, que deram vitória ao sr. Vitorino Freire, homem odiado pelo povo maranhense.

Desta vês, porém, a consciência popular, no Maranhão, mais esclarecida, tornará, sem dúvida, mais difícil o êxito da máquina. O povo, organizado em Comitês Populares de Oposição, fiscalizará a votação e apuração em todas as secções eleitorais desta Capital e em muitos outros lugares do interior, a fim de esmagar Chateaubriand. E, se os homens da barganha tiverem a ousadia de mesmo assim, insistir em vencer, poderão pagar bastante caro.

Uma mudança qualitativa a situação política maranhense, que, por certo, já fez o sr. Vitorino Freire coçar a cabeça. Sente, sem dúvida, que sua máquina fica, dia a dia, mais fora de uso. Seu principal sustentáculo – os latifundiários – estão sendo atacados diretamente pelo povo, que, através da Liga de Emancipação Nacional e outras iniciativas, luta pela reforma agrária, isto, é, pela confiscação dos latifúndios e sua entrega [aos] camponeses. E, breve, serão confiscados. Com eles, desaparecerão os coronelões do interior. E o que será da máquina vitorinista?

Realmente, os tempos estão mudando... (Tribuna do Povo, edição n° 207, 19 de março de 1955, p. 3).

Mas ainda não era chegada a hora. Segundo Buzar (1998) as oposições sabiam que a derrota de seus candidatos era certa. “A máquina eleitoral a serviço do *vitorinismo* estava afinada e engrenada para esmagar, mais uma vez, os candidatos oposicionistas, e levar para o Senado o jornalista Assis Chateaubriand”. (Buzar, 1998, p. 230, grifos do autor). Tanto era assim que este só desembarcou em São Luís às vésperas do pleito, dia 19 de março. Ao descer

²¹⁹ No discurso dos oposicionistas foi estabelecida uma contraposição polar: de um lado, o *vitorinismo*, representando um projeto autoritário, corrupto, fraudulento e adverso às boas tradições políticas e culturais maranhenses. Nessa perspectiva, em resumo, Vitorino Freire e seus correligionários encarnavam a chamada *Ocupação* do Maranhão, responsável pelo seu “atraso”; do outro lado, as Oposições Coligadas, herdeiras das boas tradições políticas e culturais maranhenses e representantes de um projeto liberal, progressista e “salvacionista” do Maranhão, a chamada *Campanha de Libertação*, projetando o estado rumo a “modernização” e o “progresso”. (Costa, 2004).

²²⁰ “Nenhuma abstenção”. Tribuna do Povo, edição n° 207, 19 de março de 1955, p. 1.

²²¹ Não foi possível saber se o autor foi redator da *Tribuna do Povo*.

do avião, “[...] proferiu, em alto e bom som, o seu único discurso de campanha eleitoral: ‘Viva o Maranhão!’”. (Buzar, 1998, p. 230). O clima das disputas políticas entre as Oposições e o *vitorinismo* era sempre de muito acirramento. A *Greve de 1951* fora um exemplo concreto disto. Segundo informou a *Tribuna*, o TRE, receando, provavelmente, novos confrontos acirrados em virtude das fraudes eleitorais no interior, chegou a atender o requerimento do deputado Clodomir Millet, solicitando força federal para garantir o bom andamento das eleições²²².

A convite do senador Sebastião Archer da Silva, Chateaubriand, após chegar em São Luís, rumou para a cidade de Codó, onde passou as eleições. Já no dia seguinte, porém, quando as apurações começarem a concretizar as expectativas dos *vitorinistas*, retornou ao Rio de Janeiro. Ao final do pleito, Chatô recebeu 99.995 votos e Armando Meneses apenas 21.480. E, assim, o *vitorinismo* demonstrava, uma vez mais, a sua força no Maranhão. Foram muitos os pedidos de impugnação das eleições por parte das Oposições, sob a justificativa de que teriam ocorrido inúmeras fraudes. Ao final, nenhum, porém, foi acolhida pelo TRE, e, no dia 1º de julho, Chateaubriand e Públio Bandeira de Mello tomaram posse como senador e suplente. (Buzar, 1998).

Apesar da vitória do dono dos *Diários Associados*, a *Tribuna do Povo* ressaltou a importância da derrota de Chateaubriand em duas cidades, São Luís e Caixas, nesta última, apenas em seu perímetro urbano. Duas coisas precisam ser ditas aqui. A primeira, como já dissemos, é que São Luís era o reduto das oposições. Era em São Luís onde a oposição ao *vitorinismo* era mais forte. A segunda, é que, no âmbito da cobertura feita pela *Tribuna* sobre a dinâmica sociopolítica nos municípios de São Luís e Caxias, o jornal recorrentemente ressaltava a presença de um operariado combativo, destacando as suas lutas contra opressões diversas ocorridas no interior das fábricas têxteis. Em São Luís, onde as forças oposicionistas eram mais fortes, o quadro geral do pleito teria registrado 10,029 votos para Armando Menezes e 2.774 votos para Chateaubriand²²³. Apesar da “[...] máquina de fraude ter funcionado também na capital”, dizia a *Tribuna*, “[...] a organização e vigilância do povo garantiram, por cima de tudo, a maioria esmagadora de votos da ilha para os candidatos de oposição”. E esse resultado, só veio a “[...] reafirmar que Armando Menezes e Franklin de Oliveira” eram “[...] os senadores da Ilha Rebelde”. (*Tribuna do Povo*, edição nº 207, 26 de março de 1955, p. 1).

²²² “Força Federal”. *Tribuna do Povo*, edição nº 205, 12 de março de 1955, p. 2.

²²³ “Senadores da ilha, apesar das fraudes”. *Tribuna do Povo*, edição nº 207, 26 de março de 1955, p. 1.

De Caxias, a situação geral do processo eleitoral chegou à *Tribuna* pelo seu correspondente na cidade²²⁴. Segundo informou, as eleições tinham transcorrido, “[...] como não podia deixar de ser, sob a mais absurda coação por parte dos agentes do governador”, tendo em vista que a cidade se encontrava cercada, “[...] por todos os lados, pelas grandes propriedades dos latifundiários, inclusive do próprio governador Eugênio Barros”, que forçavam “[...] seus agregados a votar nos candidatos por eles impostos sob a ameaça de expulsão das terras, prisões ou outras violências”. (*Tribuna do Povo*, edição nº 214, 23 de abril de 1955, p. 1).

Ainda assim, no perímetro urbano de Caxias, 1.222 eleitores votaram, dos quais “[...] 944 (77,8%) sufragaram os candidatos patriotas Armando Menezes e Franklin de Oliveira, e 278 (22,2%) o agente da Standard Oil Assis Chateaubriand”. Logo, explicava o correspondente, não podia “[...] haver nenhuma dúvida quanto ao repúdio do traidor e vende-pátria”, uma vez que o “[...] eleitor da cidade repeliu com independência e altivez desassombradas a candidatura do agente americano”. E se Chateaubriand recebeu os 278 votos, acrescentava-se, isto teria ocorrido devido as eleições não terem sido adiadas pela Justiça Eleitoral, sendo “[...] insuficiente a campanha de esclarecimento”. (*Tribuna do Povo*, edição nº 214, 23 de abril de 1955, p. 1).

No perímetro rural de Caxias, no entanto, o que se observou foi o inverso. Dos 5.907 eleitores, “[...] 4.862 [votos] para Chateaubriand (85%) e 1.045 para Armando Menezes (15%)”. Os 15% de votos no candidato da oposição, disse o correspondente da *Tribuna* em Caxias, não significava “[...] que os latifundiários tenham dado relativa liberdade aos camponeses”. Na verdade, isto teria ocorrido graças “[...] aos esforços dos pequenos e médios proprietários, em cujas terras não houve coação”. Nesta oportunidade, a *Tribuna* acrescentava que o caminho para combater o “[...] método de voto forçado” registrado na zona rural de Caxias passaria pelos trabalhadores da cidade, aos quais caberia “[...] unirem-se aos camponeses e levarem a êstes os esclarecimentos necessários para a luta pelo direito de votar em candidatos” que defendessem “[...] os legítimos interesses da classe operária e dos camponeses”, como “[...] a reforma agrária, tão necessária ao progresso da nação”. (*Tribuna do Povo*, edição nº 214, 23 de abril de 1955, p. 1).

Nas eleições para o senado, as oposições viram-se novamente derrotadas diante do *vitorinismo*, mas a história desta disputa ainda guardaria muitos outros elementos e episódios. O próximo capítulo eram as eleições complementares, suplementares, e, a mais importante e

²²⁴ “Em Caxias: latifundiários a serviço da Standard Oil”. *Tribuna do Povo*, edição nº 214, 23 de abril de 1955, p. 1.

acirrada, para o governo do Maranhão. Embora as oposições ainda não tivessem escolhido os candidatos para a sucessão de Eugênio Barros, o que só se efetivaria em julho de 1955, a ideia central era fortalecer a estratégia da frente única, unindo forças num programa comum para derrotar os candidatos do *vitorinismo*. Ainda em março, do seio destas mobilizações, e no bojo das lutas pela “Libertação do Maranhão”, ganhava força entre as oposicionistas a chamada “Campanha de Redenção do Maranhão” (CRM), da qual também se colocaram a par os comunistas e a *Tribuna*. O *Manifesto da Campanha de Redenção do Maranhão*, com os dez principais pontos defendidos na campanha, chegou a ser publicado pelo semanário comunista. Além de outras figuras das oposições, também assinou o documento William Moreira Lima, dirigente do PCB no Maranhão²²⁵.

Ao Povo Maranhense:

A luta pela redenção política, econômica e social do povo maranhense não pode e nem deve parar. A farsa monstruosa das últimas eleições foi utilizada para impor ao Maranhão e ao Brasil um advogado ostensivo dos interesses estrangeiros em nosso país. O último pleito eleitoral significa apenas um acidente na sucessão das etapas da luta pela redenção do Maranhão que o povo unido acima dos partidos e de grupos, e, organizado em comitês de residência, saberá vencer com enérgica determinação. O poder renovador desta frente única maranhense é decisivo.

A Campanha de Redenção do Maranhão – CRM – reunirá todos os patriotas, independentemente de sua condição social e profissão, num verdadeiro Exército Civil da Liberdade, que lutará fundamentalmente:

I. Contra a carestia de vida, a miséria, a fome, a mortalidade materna e a mortalidade infantil, as más condições de saúde, de educação e de habitação do povo; e pela elevação do degradante nível de vida das populações dos bairros e do interior do Maranhão.

II. Pela inviolabilidade da Constituição, em defesa das liberdades políticas e da verdade eleitoral e pela destruição da máquina de fraude, de corrupção e de opressão montada pelo Governo do Estado para servir a interesses anti-populares e anti-nacionais.

III. Pela autonomia política e administrativa do município de São Luís, cujo Prefeito deve ser eleito pelo povo e não sair dos conciliábulos palacianos;

IV. Pela melhoria da produção e sua diversificação; pela defesa do petróleo e demais riquezas naturais do Maranhão, alvo de cobiça dos trustes internacionais; pela recuperação das antigas culturas hoje em decadência, como a do arroz e do algodão, e, ainda, pela proteção à nossa pecuária;

V. Por medidas adequadas para indispensável valorização do trabalho, tanto nas cidades quanto nos campos, com a extinção das condições anti-sociais de exploração que prevalecem em certas regiões do Estado;

VI. Pela revisão, em base justas, do atual e exorbitante Código Tributário do Estado;

VII. Pelo desenvolvimento de uma política de transporte e de produção de energia atômica, indispensável ao progresso geral do Estado;

²²⁵ Assinaram o manifesto, Alarico Nunes Pacheco, presidente da UDN; Raimundo Viana Guará, Secretário geral da UDN; Jefferson Vidal da Cunha, presidente do PR; Luis Cortez Vieira da Silva, presidente do PSP; Maria de Lourdes Bacelar Viana, em nome do PDC; Eduardo Viana Pereira, presidente do PTN; Armando Serra de Menezes, candidato a senador; professor Franklin de Oliveira; o médico comunista William Moreira Lima, dirigente do PCB no Maranhão; os deputados estaduais Araújo Neto, Manoel Gomes, Vera Cruz Marques, Raimundo Bastos, Giordano Mochel, Raimundo Bogéa e José Maria de Carvalho; o deputado federal Neiva Moreira; general Henrique Cunha, “pelos Maranhenses do Rio”; o jornalista Amorim Parga e o professor Antonio Ribeiro (*Tribuna do Povo*, edição nº 209, 26 de março de 1955, p. 2).

VIII. Pela industrialização integral do babaçu capaz, inclusive, de fornecer combustível de primeira ordem para instalação e funcionamento das próprias usinas termo-elétricas e para a solução dos problemas do transporte ferroviário;
 IX. Pela defesa do patrimônio cultural de nossa terra e a proteção de iniciativas destinadas a elevar o padrão intelectual do nosso povo;
 X. Pela moralização da vida pública, o saneamento da administração, a punição dos culpados de crime contra os bens do povo e a dignidade das instituições.
 Êsses pontos serão ampliados no próprio desenvolvimento da Campanha que se realizará de rua em rua, de casa em casa, conquistando todas as consciências.
 Então, pois, convocados, os patriotas, para a CAMPANHA DE REDENÇÃO DO MARANHÃO. (Tribuna do Povo, edição n° 209, 26 de março de 1955, p. 2).

Segundo a *Tribuna*, o povo maranhense teria recepcionado muito bem a Campanha de Redenção²²⁶. No dia 24 de março, disse o jornal em reportagem, o povo, “[...] num memorável comício, no João Paulo, recebeu o manifesto da Campanha de Redenção do Maranhão com o mais vivo entusiasmo, manifestando com aplausos e apartes a decisão de realizar o programa patriótico da campanha”. No comício,

Os partidos políticos de oposição ao govêrno, demonstrando a compreensão de que nenhum deles isolado pode realizar o programa de redenção do Maranhão, comprometeram-se perante o povo, caminhar em sólida frente-única.
 E o povo avança para a unidade através dos seus Comitês Populares de Oposição.
 Esta unidade é o mais importante fator para a vitória. E quem se jogar para quebrá-la, para desunir o povo, qualquer que seja o pretexto alegado – é um inimigo – quer enfraquecer o povo para evitar que se realize a Redenção do Maranhão. (Tribuna do Povo, edição n° 209, 26 de março de 1955, p. 1).

No plano estadual, esta acepção da *Tribuna*, além de estar de acordo com a concepção compartilha pelos partidos de oposição ao *vtorinismo*, estava também em plena sintonia com a orientação geral da direção nacional do PCB. O partido reafirmava publicamente a determinação de que os comunistas não só se engajassem nas campanhas eleitorais, mas que levassem em conta, nos planos estaduais e municipais, as estratégias traçadas pelo partido no âmbito da disputa presidencial, que auspiciavam a composição de uma frente única para o lançamento de uma candidatura popular²²⁷. A orientação para a formulação de cada plataforma eleitoral regional, no entanto, era de que seria indispensável aos comunistas “[...] levar obrigatoriamente em consideração as reivindicações regionais, municipais e locais mais imediatas e sensíveis”. (Tribuna do Povo, edição n° 212, 9 de abril de 1955, p. 6).

À essa altura, num movimento defendido desde o ano anterior, quando Café Filho assumiu após o suicídio de Vargas, os comunistas já alertavam a sociedade brasileira para as

²²⁶ “Decisão do povo pela Redenção do Maranhão”. Tribuna do Povo, edição n° 208, 26 de março de 1955, p. 1.

²²⁷ O informe de Prestes, “*As eleições presidências de 1955 e as tarefas de nosso Partido*”, onde isto está expresso, foi publicado em março de 1955 e aprovado em reunião ampliada do Comitê Central do PCB, realizada entre os dias 19 e 21 daquele mês. A *Tribuna* publicou este documento em sua edição de n° 212, datada de 9 de abril de 1955. Segundo informou o jornal comunista maranhense em suas edições de n° 211 e 212, em “Resoluções”, a difusão, o estudo e a aplicação prática do documento era recomendado à todas organizações e militantes do PCB.

chances de o governo tentar desferir um golpe de estado no Brasil, em reincidente trama golpista que envolveria a UDN e setores da ala militar. Diante desta possibilidade, a defesa da Constituição, do voto e do regime democrático figurava agora aos comunistas como tarefa de urgência. Embora o texto de Prestes onde tal compreensão fora explicitada tenha sido publicado pela *Tribuna* somente no mês seguinte, dia 9 de abril, o reforço contra o abstencionismo eleitoral expresso no documento já aparece no conteúdo da *Tribuna* no primeiro sábado após as eleições de 20 de março no Maranhão. Em face da vitória de Chateaubriand e do elevado número de abstenções registradas, a *Tribuna* circulou com um artigo de Maria Aragão em estrita defesa do direito de voto. Em *Voto, um direito e um dever*, Maria argumentou que nada justificava a abstenção, interpretada como uma posição de comodismo, que só aos adversários favorecia.

Nas eleições de 20 de março, registrou-se uma elevada percentagem de abstenção. A certeza de que se realizaria uma farsa eleitoral, com resultados pré-fabricados no Palácio dos Leões, pelos agentes vitorinistas, a fraude, a coação, nada justifica esse fenômeno negativo, que é a abstenção.

O voto é um direito de cidadão e é, ao mesmo tempo, uma arma. É uma conquista de cunho altamente democrático. Mas, é também um dever a que ninguém se deve furtar, por nenhum pretexto. Abster-se de votar é não repudiar, na prática, com a arma do voto, os maus candidatos, representantes da prepotência, das imoralidades administrativas e da traição ao povo e a Pátria.

Abstenção é uma posição de comodismo, que ajuda aos inimigos do povo. Temos o dever patriótico de ir às urnas votar nos candidatos que lutam contra a barganha, pela emancipação nacional, pela redenção do Maranhão.

Mais expressiva seria a demonstração de ódio ao vitorinismo e ao candidato da Standard Oil, Assis Chateaubriand, por ele apoiado, se cada maranhense tivesse tido compreensão do sentido do voto.

Os candidatos Armando Menezes e Franklin de Oliveira teriam recebido, então, a quase totalidade dos votos do eleitorado maranhense, que o apoiou de modo tão vibrante nas praças públicas.

Para às urnas, nas eleições suplementares. (*Tribuna do Povo*, edição nº 209, 26 de março de 1955, p. 3).

As eleições complementares e suplementares eram os próximos páreos entre as oposições e o *vitorinismo*. Enquanto ainda julgava os recursos do PSP contra a eleição de Chateaubriand, o TRE determinara a realização das duas eleições. As complementares, estavam previstas para ocorrerem no dia 27 de abril e eram respectivas às eleições de 20 de março de 1955. Ocorreriam nos municípios de Presidente Dutra e Vitória do Mearim. Já as eleições suplementares, estavam previstas para ocorrerem entre os meses de abril e maio de 1955 e eram respectivas às eleições de outubro de 1954. Ocorreriam nos municípios de São Luís (nas 34 seções da 2ª Zona), Vitória do Mearim, Vitorino Freire, Arari, Lago da Pedra, Pedreiras, Turiaçu, Cururupu, Cantanhede, Passagem Franca, Presidente Dutra, Grajaú, Humberto de

Campos, Carutapera, Pindaré, Codó, São Bento, Barra do Corda, Caxias, Timon, Viana, Bacabal, Carolina, Axixá e Araiões.

Nas eleições suplementares, a *Tribuna* chegou a solicitar de seus leitores que votassem nos candidatos “[...] que lutaram contra o vende-pátria Chateaubriand, pela emancipação nacional e redenção do Maranhão”: Franklin de Oliveira, para deputado federal; Amorim Parga, Domingos Matos Pereira, Nilton Nogueira, Vera Cruz Marques, Reginaldo Teles, Sebastião Bandeira e Dagmar Brito, para deputados estaduais; e Juriceir Serra Cotrim e Manoel Fonseca, para vereadores de São Luís. (*Tribuna do Povo*, edição nº 211, 2 de abril de 1955, p. 1). Mas, os resultados de ambas as eleições, complementares e suplementares, pouco influenciaram na conformação partidária daquele momento, tendo se mantido a hegemonia política do *vitorinismo*. A abstenção foi enorme e apenas Antônio Enedino e Gonçalo Moreira Lima, do PSD, e Clementino Bezerra, do PSP, reafirmaram seus assentos conquistados na Assembléia Legislativa do Maranhão em outubro de 1954. (Buzar, 1998).

Quanto a plataforma eleitoral do PCB, defendida no informe de Prestes, a *Tribuna* não só deu publicidade, como reforçou a importância e a necessidade dos esforços no sentido de cumpri-la, tanto em âmbito nacional, como nas eleições do Maranhão e de São Luís. Num artigo em que cita diretamente à plataforma do partido, assim declarou o jornal²²⁸:

A plataforma eleitoral do PCB apresentada recentemente por Prestes, chama a atenção do povo brasileiro para a importância das eleições que se realizarão a 3 de outubro, para Presidente da República, Governador do Estado e Prefeito. E mostra a possibilidade de derrotar os candidatos reacionários serviçais do imperialismo norte-americano, que arrastarão o Brasil “pelo caminho criminoso da atual ditadura”. Diz Prestes, “O povo brasileiro unido pode colocar na Presidência da República um homem que mereça sua confiança, que se disponha a travar a luta eficaz contra a miséria, contra as crescentes privações do operário, do empregado, do artesão, do camponês, em defesa da indústria nacional, contra a degradação econômica do norte e nordeste do país, que se coloque sem subterfúgios da maioria esmagadora da nação, na defesa do petróleo e demais riquezas do Brasil, contra os assaltados dos monopólios norte-americanos, que combata sem desfalecimentos as negociatas e os escândalos administrativos, que cumpra a Constituição e garanta o respeito aos direitos dos cidadãos, que faça enfim uma política de eleições pacíficas e de defesa intransigente da paz no mundo inteiro”. (*Tribuna do Povo*, edição nº 217, 5 de abril de 1955, p. 1).

O conteúdo desta plataforma, para a *Tribuna*, expressaria “[...] as aspirações da maioria de nosso povo”, devendo por isso mobilizar a “[...] todos os patriotas”, dirigir-se “[...] a todos os partidos políticos e seus diretórios estaduais e municipais, propondo a frente única eleitoral, para lançamento e eleição de candidatos patriotas, democratas, para Governo do Estado e Prefeitura”. (*Tribuna do Povo*, edição nº 217, 5 de abril de 1955, p. 1). A *Tribuna* acreditava ser a mais ampla coalização o melhor caminho para derrotar o *vitorinismo* nas

²²⁸ “Falta-nos união, programa e ação”. *Tribuna do Povo*, edição nº 217, 5 de abril de 1955, p. 1 e 2.

eleições que se aproximavam. Mas era preciso haver unidade, e ação, ressaltavam. “Consoante com as idéias contidas na plataforma” do PCB, declarou o jornal em outro momento, estava um “louvável” discurso feito por Giordano Mochel na Câmara Estadual no dia 29 de março daquele ano. Giordano Mochel era então deputado e líder do PSP, e abordou, em sua fala, as características que deveria ter o candidato a ser escolhido pela coalização política das forças oposicionistas para o governo do estado.

[...] terá que ser um cidadão esclarecido, honesto, trabalhador e amigo de sua terra. Terá que ser um homem democrata e patriota, um respeitador de nossa Carta Magna, um nacionalista de envergadura, um homem que saiba fazer políticas sem oprimir, que saiba governar sem ofender, que possa mandar sem ter escravos.

[...]

Senhores, não é mais possível deter o avanço da ciência e do trabalho. Abre-se ao Maranhão larga estrada que pode nos conduzir a prosperidade e bem estar, desde que saibamos atender aos anseios das populações, desde que desenvolvamos nossas riquezas, explorando-as nós mesmos.

No Maranhão, há perspectiva de petróleo, grande riqueza se soubermos detê-la em nossas mãos como bons patriotas. No maranhão, há muito couro, muita balxita, muitos calcareos. No Maranhão há férteis vales, como Itapecurú, Pindaré e Mearim, onde fabulosas lavouras podem florescer. No Maranhão, há grandes campos abandonados. No Maranhão, já há uma pequena indústria nacional. (Tribuna do Povo, edição nº 217, 5 de maio de 1955, p. 2).

O que faltava, então, para que o Maranhão “prosperasse”? Questionava a *Tribuna*. “Falta-nos união, programa, ação”. (Tribuna do Povo, edição nº 217, 5 de maio de 1955, p. 2).

Senhores, estamos certos de que estaremos à altura dessas riquezas e dêsses problemas. Estamos certos de que estamos unidos, organizados, armados para vencermos a batalha do Maranhão. Não há, não pode haver sistemas, esquemas de compensação de má fé ou fraude que possa deter os homens de bem nesta arrancada.

UNIÃO EM TORNO DOS COMITES POPULARES

A realização de uma frente única das forças democráticas de nosso Estado, para a realização da plataforma eleitoral, só é possível com a organização do povo e com a disposição de lutas pelos seus direitos e reivindicações. Isto será conseguido com o trabalho paciente dentro dos comitês populares. (Tribuna do Povo, edição nº 217, 5 de maio de 1955, p. 2).

Esta era já uma estratégia utilizada pelas forças de oposição no enfretamento eleitoral ao *vitorinismo* e continuaria a ser empregada no âmbito as disputas eleitorais estaduais. A integração dos comunistas à esta frente única, crítica e de maneira autônoma, isto é, sem acordos e permissões previamente estabelecidos entre as Oposições e os comunistas, no entanto, parece ter despertado, em mais de um momento, inconformidade entre os oposicionistas. Neiva Moreira, por exemplo, que era destacada figura do PSP, então principal partido de oposição ao *vitorinismo*, e que comandava o *Jornal do Povo*, também ligado ao PSP, chegou, em determinado momento, a ser colocado pela *Tribuna* na mesma seara que Chateaubriand,

Vitorino, Eugênio e Café Filho²²⁹. O *Jornal do Povo* teria noticiado reportagens interpretadas pela *Tribuna* como de nítida “campanha anticomunista”²³⁰. Para a *Tribuna*, Neiva Moreira, ao fazê-lo, teria “investido” contra a frente única de oposição. E foi, por isto, duramente atacado pelo semanário.

Segundo informou, o *Jornal do Povo* havia investido “[...] furiosamente contra os comunistas e aqueles elementos de outros partidos”, que se engajaram e vinham se “[...] destacando na luta contra Chatô, contra a entrega do Petróleo à Standard Oil”. Por esse motivo, o jornal de Neiva, seguia “[...] o mesmo caminho do ‘O Imparcial’ de Chateaubriand e do ‘Diário Popular’ de Vitorino, procurando quebrar a poderosa frente única popular que se formou na luta contra o vende-pátria Chateaubriand”, luta esta que, frisava a *Tribuna*, dia a dia, se ampliava e reforçava “[...] em torno do Programa da Redenção do Maranhão, programa de luta pela libertação do Maranhão e do Brasil, contra a carestia, contra a corrupção do govêrno do sr. Eugênio Barros”. (*Tribuna do Povo*, edição nº 213, 16 de abril de 1955, p. 1).

A *Tribuna* alegava, contudo, que o povo do Maranhão rapidamente se convencia, “[...] pela própria experiência, de que a divisão só favorece aos seus inimigos” e de “[...] que só a união pode conquistar vitórias e modificar” a “dura realidade” do Maranhão. Àquela altura, distinguindo-as para colocar Neiva Moreira do mesmo lado dos *vitorinistas*, a *Tribuna* declarou que as distinções entre o *vitorinismo* e as forças oposicionistas eram bem nítidas e se contrapunham e excluíaam:

[...] a política do povo, de um lado, a sua unidade e organização para a luta em defesa dos seus interesses; e a política das classes dominantes, do lado oposto, política de reação e de guerra, de entrega do país aos monopólios americanos, de opressão e de dificuldades crescentes para o povo.

É a política do govêrno de Café Filho, Vitorino e Eugênio, de Chatô e Neiva. (*Tribuna do Povo*, edição nº 213, 16 de abril de 1955, p. 1).

E as consequências desta citada “política das classes dominantes”, para a *Tribuna*, podiam ser sentidas diretamente pelo povo maranhense no seu dia a dia:

O povo maranhense sofre de maneira brutal as consequências desta política. O salário-mínimo é desrespeitado sistematicamente. Na própria fábrica do governador, a Sanharó, em Caxias, há três anos não se pagam as férias a que os operários têm direito. O governador dá assim o exemplo na violação das leis, asseguradas pela legislação trabalhista. O pescado, alimentação básica do povo pobre de São Luiz, é monopolizado por uma empresa norte-americana, o S.N.A.C., entregue pelo govêrno através de um contrato vergonhoso aos americanos, Kleinberg. Como consequência

²²⁹ “A união do povo derrotará as manobras dos falsos líderes. A divisão favorece ao govêrno e demais inimigos do povo”. *Tribuna do Povo*, edição nº 213, 16 de abril de 1955, p. 1 e 4.

²³⁰ Segundo informa a *Tribuna*, estas reportagens foram publicadas nas edições dos dias 14, 29 e 30 de abril de 1955 do *Jornal do Povo*. Infelizmente, não foi possível consultá-las.

dêste contrato de traição, sobe o preço do pescado, o peixe de primeira desaparece porque é exportado para os Estados Unidos.

O último aumento do preço da gasolina já determinou aqui em São Luís, a elevação dos transportes em cerca de 50% e outros aumentos virão, se a luta popular não os impedir. O arrebestamento da represa do Batatan²³¹, em cuja construção a camarilha vitorinista fez as mais sujas negociatas, agravará, de maneira nunca vista a falta d'água, particularmente com a chegada do verão. A falta d'água se junta à falta de luz na maioria dos bairros pobres.

Contra resistência popular e esta política o governo lança mão da coação policial, violências de todo o tipo se repetem, domina a capangagem nos latifúndios do interior, desrespeita-se com a fraude eleitoral a vontade das urnas. (Tribuna do Povo, edição nº 213, 16 de abril de 1955, p. 1).

A *Tribuna* entendia que a luta contra os responsáveis por este “estado de coisas”, os *vitorinistas*, começava, mais e mais, a tomar forma e força no sentido da compreensão da necessidade de se forjar uma sólida frente única de oposição. E muitos elementos pareciam indicar isto. Por exemplo, a derrota de Chateaubriand na cidade de Caxias e em São Luís, fora para o semanário comunista maranhense “[...] uma demonstração da decisão popular de derrotar os traidores da pátria, os barganhistas e demagogos”; “os comícios realizados com a participação de milhares de pessoas”; a fundação do Diretório Estadual da Liga de Emancipação Nacional, “[...] com o apoio de amplos setores democráticos do Estado; além do surgimento da Campanha de Redenção do Maranhão, uma “[...] campanha unitária, patriótica e democrática, acima dos partidos e correntes políticas”. (Tribuna do Povo, edição nº 213, 16 de abril de 1955, p. 1).

Tudo isso levava a *Tribuna* a crer no “[...] amadurecimento da consciência política do povo maranhense”, que, afirmavam, começava a “[...] tomar nas suas próprias mãos a defesa dos seus interesses e aspirações”. (Tribuna do Povo, edição nº 213, 16 de abril de 1955, p. 1). Além disso, para a *Tribuna* o surgimento dos Comitês Populares, marcava “[...] uma nova página na história das lutas do povo maranhense e de sua libertação”, pois, representavam o “[...] esteios da campanha popular contra a carestia, contra a entrega do petróleo a Standard Oil, pelas liberdades, pela eleição de candidatos patriotas e democratas a presidência da República, ao governo do Estado, e à Prefeitura de São Luiz nas eleições de Outubro” de 1955. (Tribuna do Povo, edição nº 213, 16 de abril de 1955, p. 1).

Ademais, a *Tribuna* afirmava ainda que nas ruas ganhava força, contra o governo Eugênio Barros, “[...] o movimento popular contra a carestia, pela rebaixa do preço do pescado através da anulação do contrato ilegal com os americanos Kleinberg”, que acusavam de exportar

²³¹ A represa do Batatã rompeu na noite do dia 11 de abril de 1955. Segundo veiculou a *Tribuna*, “[...] acobertando mais uma negociata, que teve como beneficiários os principais auxiliares do governo, a construção da represa do Batatã não podia ter um fim diferente”, vide a deficiência técnica e material utilizada na sua construção. (Tribuna do Povo, edição nº 213, 16 de abril de 1955, p. 2).

todo o pescado, exigindo ainda “[...] a reconstrução da represa de Batatan sem negociatas, através de uma concorrência pública honesta”. (Tribuna do Povo, edição nº 213, 16 de abril de 1955, p. 1). Diante deste conjunto de elementos que se desenvolviam no âmbito das mobilizações em oposição ao *vitorinismo*, criticá-los, para a *Tribuna*, era o mesmo quer colocar-se [...] contra a união do povo em defeza dos seus direitos, contra os Comitês Populares, contra os patriotas” que levantavam “[...] a bandeira da emancipação”. (Tribuna do Povo, edição nº 213, 16 de abril de 1955, p. 1).

Daí as duras críticas à Neiva Moreira. Neiva Moreira não só foi acusado pela *Tribuna* de não ter condenado a “barganha Bayma-Chatô-Vitorino” - o que, segundo a *Tribuna*, só teria feito depois de sua demissão do jornal *O Cruzeiro* -, como foi chamado de “ex-integralista” e de “demagogo e aventureiro”. Na verdade, embora brigassem “[...] em torno de posições de privilégios”, para a *Tribuna*, havia um traço em comum, “[...] desde Vitorino e Chatô, até Neiva: o medo do povo, o combate à organização e ao esclarecimento do povo, a chantagem do anti-comunismo policialesco”. (Tribuna do Povo, edição nº 213, 16 de abril de 1955, p. 1).

Mas o semanário dizia, todavia, que o povo sabia exatamente o que se escondia por trás da “chantagem anti-comunista”: “[...] exploração, miséria, violência policial, negação dos direitos constitucionais, corrupção e fraude eleitoral”. (Tribuna do Povo, edição nº 213, 16 de abril de 1955, p. 1).

Anti-comunista é Chateaubriand, agente da Standard Oil, ladrão e degenerado. Anti-comunista é Vitorino e seu grupo, defensores do latifúndio, opressores do povo maranhense. Anti-comunista – não podia deixar de ser – é o Sr. Neiva Moreira, antigo integralista que em 1951 defendia da tribuna da Assembléia Estadual a tese do envio da juventude brasileira para os campos de morte da Coréia, em nome dos “compromissos diplomáticos” com a ONU²³². (Tribuna do Povo, edição nº 213, 16 de abril de 1955, p. 1).

O caminho, defendiam, era o da unidade, e este seria travado, paciente e necessariamente, “[...] nas ruas, nas praças públicas, nos comícios e passeatas”. (Tribuna do

²³² É ainda mais interessante notar esse repúdio da *Tribuna* à Neiva Moreira, em 1955, pois, mais tarde, nas eleições proporcionais de 1962, será o político do PSP quem será acusado de flertar com o comunismo. Em fins da década de 1950, Neiva Moreira, que era deputado federal pelo PSP de Ademar de Barros, se aproximou bastante das bandeiras nacionalistas e pró-reformas. Chegou a ser secretário-geral da Frente Parlamentar Nacionalista, o que lhe deu significativa projeção nacional. Esse seu novo alinhamento político-ideológico, mais à esquerda, que resultou num afastamento entre Neiva Moreira e Ademar de Barros, se desdobrou num declínio da força política de Neiva no Maranhão, particularmente em São Luís. De suas posições nacionalistas, defendidas com maior ênfase já a partir de 1958, em favor irrestrito da reforma agrária, de uma política externa independente, da nacionalização da economia brasileira e da liberdade sindical, por exemplo, tornou Neiva num dos principais alvos de uma campanha anticomunista encabeçada por setores empresariais e clericais durante as eleições de 1962. (Costa, 2004).

Povo, edição n° 213, 16 de abril de 1955, p. 1)²³³. Na concepção da *Tribuna*, era este o caminho que estava em plena sintonia com interesses do povo maranhense.

Esse é o caminho que interessa ao povo, o caminho da unidade e da organização dos Comitês Populares, de reforçamento da Campanha de Redenção do Maranhão, por eleições livres e por candidatos patriotas para Presidência da República, para governo do Estado e para a Prefeitura de São Luiz. Na vanguarda desta luta, ombro a ombro com os trabalhadores getulistas, que não podem aceitar aliança com Chateaubriand, com os membros e eleitores honestos do PSP, prejudicados por esta política divisionista e aventureira²³⁴ e com elementos de outros partidos estarão, como sempre estiveram, os comunistas.

Dia a dia o povo compreenderá melhor que não se trata de escolher entre Vitorino e Chatô, ou uma oposição demagógica e sem programa, mas de seguir o largo caminho independente da união para a defesa dos interesses nacionais e populares, contra a carestia e pela Redenção do Maranhão. Trata-se de seguir o caminho da verdadeira oposição em torno de um programa de frente única, com base nas organizações populares. É o caminho da luta diária contra este governo e tudo o que ele representa de corrompido, de anti-nacional e anti-popular, pela sua substituição por um governo que expresse e defenda as aspirações de liberdade e de Paz de todas as camadas e classe democráticas e progressistas do povo brasileiro. (Tribuna do Povo, edição n° 213, 16 de abril de 1955, p. 1).

A estratégia de frente única dos oposicionistas era já uma realidade, mas a escolha dos nomes de seus candidatos contra o *vitorinismo* só se concretizaria em julho, apresentados pelas Oposições Coligadas, que incluíam àquela altura o PSP, UDN, PR, PTN e PDC. Embora não integrasse oficialmente a coligação das Oposições, até porque o PCB estava com seu registro cassado desde 1947, e é muito provável que, mesmo se não o estivesse, as Oposições não concordassem, a direção do PCB no Maranhão apoiou publicamente os candidatos apresentados pelos oposicionistas. Os nomes escolhidos pelas oposicionistas foram os militares Cunha Machado e Colares Moreira, para governador e vice-governador do estado, e o mote de campanha foi a “*Libertação do Maranhão*”²³⁵. Os *vitorinistas* escolheram o médico Mattos

²³³ “Contra a chantagem política e contra o vitorinismo. Neiva Moreira lutando contra a unidade, enfraquece a resistência do povo contra o governo”. (Tribuna do Povo, edição n° 216, 30 de abril de 1955, p. 1, 4 e 3).

²³⁴ A *Tribuna* estava se referindo aqui a candidatura de Ademar de Barros para a presidência da República. Para o PCB, a candidatura do político paulista, que, no Maranhão, era também proprietário do *Jornal do Povo*, dirigido por Neiva Moreira, não só não tinha força suficiente para vencer as eleições, como dava margem para a vitória de Juarez Távora, apresentado como uma espécie de continuidade do governo Café Filho, ambos aliados ao “imperialismo norte-americano” e, portanto, tidos como “inimigos do povo brasileiro”.

²³⁵ Cunha Machado, que era oficial superior da Aeronáutica, era um recém-dissidente do *vitorinismo*, saído do PSD após o partido, em convenção para escolha do candidato à sucessão de Eugênio Barros, optar pelo nome de Mattos Carvalho. Com a escolha, o PSD queria ampliar a capilaridade do *vitorinismo* entre a classe média e as camadas populares de São Luís. Mas o fato é que a escolha do nome de Mattos selou a ruptura de Cunha Machado com o PSD. Já o candidato à vice das Oposições, Colares Moreira, era coronel do Exército e também um *ex-vitorinista*, que, naquele momento, estava vinculado ao PSP. Alexandre Costa, escolhido como candidato à vice-governador na chapa *vitorinista*, por sua vez, era cunhado de Eugênio e ocupava então a Secretaria do Interior, Justiça e Segurança. Dito isto, é importante mencionar também que, no âmbito das eleições presidenciais, os partidos que integravam as Oposições Coligadas tomaram posições distintas: a UDN, PR, PDC e PTN apoiaram a candidatura de Juarez Távora; o PSP apoiou a candidatura de Ademar de Barros. (Buzar, 1998).

Carvalho e o engenheiro Alexandre Costa como candidatos a governador e vice, que saíram pela coligação PSD-PTB-PL (Buzar, 1998).

O apoio dos comunistas maranhense e de seu jornal, a *Tribuna do Povo*, à candidatura de Cunha Machado e Colares Moreira tinha plena fundamentação nas estratégias e orientações traçadas nacionalmente pelo PCB. A plataforma eleitoral do partido, que, no início de 1955, aspirava por uma candidatura popular, não vingou, e, em agosto, o partido decidia apoiar publicamente as candidaturas de Juscelino Kubitscheck e João Goulart²³⁶. Diante das chances de vitória de Juarez Távora ou, pior, de um golpe de estado, o PCB defendia que era preciso concentrar os votos nos candidatos que haviam se comprometido publicamente a lutarem “[...] contra o golpe, em defesa da Constituição e das liberdades democráticas e pela melhoria de condições de vida do povo”, caso de Kubitscheck e Goulart. (*Tribuna do Povo*, edição nº 244, 8 de setembro de 1955, p. 3).

A vitória destes candidatos, por significar a derrota das forças golpistas, dizia o PCB, daria “[...] novo impulso às forças democráticas e patrióticas”, podendo determinar uma “[...] importante modificação na correlação de forças políticas, favorável à democracia, à paz, à independência e ao progresso do Brasil”. Estavam em jogo, agora, como bandeiras de mobilização política, a defesa da Constituição e das liberdades democráticas até então conquistadas. Era a mudança, na prática, do que o partido defendia em seu programa, que previa a derrubada imediata do regime. Agora, o partido pedia que fossem reunidas “[...] tôdas as forças anti-golpe, de operários e camponeses até grandes capitalistas e fazendeiros interessados na defesa da Constituição”, explicando que tais forças, unidas, poderiam “[...] isolar e bater as forças do golpe militar, impor a realização de eleições livres e garantir a vitória de seus candidatos nas urnas”, além de assegurar o respeito ao resultado do pleito. (*Tribuna do Povo*, edição 244, 8 de setembro de 1955, p. 3).

Os comunistas, ademais, estendiam “[...] fraternalmente a mão aos trabalhadores getulistas”. Juntos, trabalhistas e comunistas, constituíam, agora, a “[...] poderosa força entre os trabalhadores das cidades e do campo, força capaz de defender com êxito as leis sociais já conquistadas, a liberdade sindical, o direito de associação, as conquistas e reivindicações das massas trabalhadoras”. (*Tribuna do Povo*, edição nº 244, 8 de setembro de 1955, p. 3). Às

²³⁶ O posicionamento veio expresso no *Manifesto Eleitoral* do PCB de agosto, documento que foi publicado pela *Tribuna* em sua edição nº 244, de 8 de setembro de 1955. No *Manifesto*, escrito por Prestes e aprovado pelo C. C. do PCB, a leitura era de que as chances de golpe no Brasil, promovidas pela “[...] ditadura americana do sr. Café Filho”, que “assaltou o poder” à 24 de agosto de 1954, data do suicídio de Getúlio Vargas, eram mais que factíveis. O Manifesto do PCB foi, provavelmente, publicado ainda em agosto, mas as edições do mês em questão não estão integralmente disponíveis para nossa consulta.

organizações e militantes do PCB, a determinação era a mesma de antes: todos deveriam se lançar “[...] com entusiasmo à campanha eleitoral”, pela vitória de Kubitschek e Goulart. (Tribuna do Povo, edição n° 244, 8 de setembro de 1955, p. 3).

No Maranhão, também em setembro, e na mesma edição em que fora lançado o manifesto da direção nacional do PCB em apoio a Kubitschek e Goulart, de n° 244, a direção regional do PCB lançava, através da *Tribuna*, o *Manifesto Eleitoral do Comitê Regional do Maranhão do Partido Comunista do Brasil*²³⁷. No documento, difundia e reforçava a decisão do partido em apoiar, nacionalmente, Kubitschek e Goulart e posicionava-se também diante das eleições para o governo do Maranhão, em favor de Cunha Machado e Colares Moreira. Há aproximadamente um mês das eleições, o PCB maranhense explicava que aquele pleito, em âmbito nacional e estadual, se constituía “[...] o acontecimento mais importante dos dias” de então. Por esse motivo, o partido, “[...] que sempre esteve à frente do povo na luta por seus interesses”, concitava o povo maranhense a participar ativamente da campanha eleitoral.

“Organizado e unido”, o povo seria “[...] capaz de impor uma derrota esmagadora ao vitorinismo no Estado [do Maranhão] e aos traidores golpistas no plano nacional”. A abstenção, acrescentava-se, só favorecia “[...] ao vitorinismo e ao golpismo”. No âmbito das disputas para presidência da República, a direção do PCB no Maranhão alertava que no “[...] Brasil inteiro grandes forças populares, democráticas e progressistas” erguiam-se “[...] para impedir a consumação de um golpe militar fascista e impor a realização de eleições a 3 de outubro”. Explicava que, àquela altura, cresciam “[...] as ameaças de golpe contra a Constituição”, visando “[...] liquidar as liberdades conquistadas em duras lutas pela classe operária e o povo”. (Tribuna do Povo, edição n° 243, 3 de setembro de 1955, p. 1).

O objetivo “[...] do grupo de aventureiros golpistas, comandados pela embaixada americana e arregimentados em torno da candidatura do general Juarez Távora”, dizia o *Manifesto* do PCB no Maranhão, era, na realidade, “[...] implantar no Brasil uma ditadura terrorista, liquidar o salário-mínimo, anular a Consolidação das Leis do Trabalho, entregar de uma vez o petróleo brasileiro à Standard Oil”. (Tribuna do Povo, edição n° 243, 3 de setembro de 1955, p. 1).

Por este motivo, a direção do PCB no estado sustentava que somente a união de todas as forças “anti-golpe” poderia impedir a implantação de uma ditadura militar no país e a eleição do candidato de Távora. E que era “[...] em torno das candidaturas dos Srs. Juscelino Kubitschek e João Goulart, as candidaturas mais raivosamente combatidas pelos golpistas”,

²³⁷ “Manifesto Eleitoral do Comitê Regional do Maranhão do Partido Comunista do Brasil”. Tribuna do Povo, edição n° 243, 3 de setembro de 1955, p. 1 e 2.

que se reuniam, naquele momento, “[...] as grandes forças democráticas do país para fazer respeitar as liberdades constitucionais e os direitos conquistados pela classe operária e o povo”. Reiterava, ademais, que esses candidatos eram os únicos que, em repetidos pronunciamentos, se manifestaram “[...] dispostos a lutar contra o golpe, em defesa da Constituição e por melhores condições de vida para o povo”. Cerrava, assim, “[...] fileiras pela vitória de Juscelino-Jango”, dirigindo-se a “[...] todos os patriotas e democratas maranhenses”. (Tribuna do Povo, edição nº 243, 3 de setembro de 1955, p. 2).

Atenção especial foi dada aos eleitores ademaristas. Como dissemos, o PSP, no Maranhão, e, particularmente, em São Luís, reunia grande força política. Era, em 1955, o principal partido de oposição ao *vitorinismo*. Ademar de Barros possuía grande prestígio entre a população da capital. Diante disso, a direção do PCB no Maranhão fazia questão de explicar aos ademaristas que o voto em Ademar contribuiria tão somente para municiar um possível golpe militar e/ou a vitória eleitoral de Juarez Távora, pois, a dispersão dos votos enfraqueceria a força política dos candidatos da frente única, Kubitschek e Goulart.

Dirigimo-nos em particular aos eleitores ademaristas. Ombro a ombro. Impusemos em S. Luiz uma derrota esmagadora ao vende-pátria Chateaubriand nas eleições de vinte de março. Marchemos agora, unidos, em defesa da Constituição, façamos vitoriosas as candidaturas anti-golpistas dos srs. Juscelino Kubitschek e João Goulart, já que a candidatura do sr. Ademar de Barros, no momento atual, não pode [vencer], sendo dividir e enfraquecer as forças que precisam e devem aglutinar-se contra o golpe militar fascista. A dispersão de votos, contribui para o golpe e para a eleição do general golpista Juarez Távora. (Tribuna do Povo, edição nº 243, 3 de setembro de 1955, p. 1).

No âmbito das eleições para o governo do Maranhão, o PCB no Maranhão em seu *Manifesto* eleitoral justificava seu apoio à Cunha Machado e Colares Moreira em função da estratégia de frente única para derrotar o *vitorinismo*.

Depois de quatro anos de governo vitorinista, os principais problemas do povo continuam sem solução. Nenhuma medida foi tomada pelo governo para deter o aumento crescente do custo de vida, que rebaixa de maneira brutal o nível de vida da população trabalhadora do Estado. Gêneros de primeira necessidade, como a carne, o camarão, o açúcar, e o arroz que custavam em 1950, dez, oito, três e quatro cruzeiros, respectivamente, são hoje comprados por vinte e cinco, dezoito, seis e dez cruzeiros o quilo. Ao lado disso, cai o salário da classe operária, o salário-mínimo é desrespeitado, sucedem-se as punições injustas, a liberdade sindical é violada pela polícia e pelo ministério do Trabalho. A assistência médica é quase inexistente; o analfabetismo atinge 80% da população do Estado. No interior, com o apoio de autoridades vitorinistas, os latifundiários, grileiros e ladrões de terra, investem contra os camponeses, expulsam-nos, proíbem a venda do produto fora dos latifúndios, impõem o regime do vale e do barracão. A quota federal de um milhão de cruzeiros é dilapidada nos municípios do interior por verdadeiras quadrilhas acobertadas pelo governo. A autonomia de S. Luiz é negada e o seu povo sofre as consequências da administração corrupta e incapaz de um prefeito nomeado contra a vontade popular; falta luz nos bairros, falta água, o transporte é difícil e caro. (Tribuna do Povo, edição nº 243, 3 de setembro de 1955, p. 1 e 2).

Em face deste cenário, e muito embora Cunha Machado e Colares Moreira, até aquele momento, não tivessem se pronunciado publicamente “[...] sôbre os grandes problemas nacionais, decisivos para o futuro do Brasil como país independente e para a felicidade do povo, em particular, no momento, a luta contra o golpe e em defeza da Constituição”, o partido optava por apoiar e indicar “[...] os sufrágios dos trabalhadores e do povo maranhense” nos candidatos “[...] das forças anti-vitorinistas do Estado”. Acreditavam, porém, que “[...] unido e organizado, participando entusiasticamente dos comícios e manifestações”, o povo poderia “[...] modificar o rumo da campanha eleitoral, impor o debate dos seus problemas e reivindicações, exigir dos candidatos compromissos claros e definidos de lutas contra o golpe e pelos interesses populares”. (Tribuna do Povo, edição nº 243, 3 de setembro de 1955, p. 1).

Com a dissidência aberta no interior do PSD de Vitorino, da qual saíra o candidato das oposições, Cunha Machado, a direção do PCB no Maranhão acreditava, mais do que nunca, ser “[...] possível derrotar o vitorinismo no Maranhão”. (Tribuna do Povo, edição nº 243, 3 de setembro de 1955, p. 1). Aos militantes comunistas maranhenses, em particular, esta mesma direção dizia que, de “[...] sua coragem e combatividade, de sua capacidade de esclarecer, unir e organizar as massas”, dependia o êxito das candidaturas indicadas pelo PCB para presidência da república e para o governo do Maranhão. Deviam, por conseguinte, lançarem-se “[...] com entusiasmo e audácia à campanha eleitoral”! (Tribuna do Povo, edição nº 243, 3 de setembro de 1955, p. 2).

Em torno das posições tomadas pelo PCB, William Moreira Lima e Maria Aragão, dirigentes do PCB no Maranhão, trataram de justificá-la. Em entrevista concedida e publicada pela *Tribuna*, William Moreira Lima ressaltou que, tendo em vista o que representava o *vitorinismo* no Maranhão, “[...] opressão, corrupção e violência”, era “[...] lógico e justo, portanto, que os comunistas” se colocassem “[...] decididamente contra a continuação” daquele “[...] estado de coisas”, e que dessem “[...] o seu apôio mais decido às candidaturas Cunha Machado-Colares Moreira”²³⁸. (Tribuna do Povo, edição nº 244, 8 de setembro de 1955, p. 1).

Ainda segundo o que declarou, aquela era, pode-se dizer, dentro das condições políticas do momento, uma posição que correspondia a postura do PCB maranhense, uma vez que

Os comunistas sempre se colocaram na vanguarda de toda luta contra a opressão e pela democracia. Todos nós nos recordamos da memorável luta contra o agente americano Chateaubriand da qual participaram ativamente os comunistas, imprimindo

²³⁸ “Dr. William Moreira Lima à Tribuna do Povo: ‘luto e lutarei sempre contra os golpistas’”. Tribuna do Povo, edição nº 244, 8 de setembro de 1955, p. 1 e 2.

à campanha eleitoral um conteúdo novo, popular, de debate e esclarecimento das reivindicações populares. É uma experiência que [colou] fundo na consciência do povo da ilha rebelde. (Tribuna do Povo, edição nº 244, 8 de setembro de 1955, p. 1).

Para o dirigente do PCB no Maranhão, aquela era, novamente, uma oportunidade crucial para imprimir um caráter popular na campanha eleitoral, sendo para isso necessário “[...] mobilizar o povo para uma campanha entusiasta, exigir dos candidatos compromissos claros de luta contra o golpe e de defesa das reivindicações populares”. Enfim, “[...] dar um conteúdo novo à campanha, discutir ideias e programas que interessam ao povo já descrente por anos e anos de disputas personalistas, estéreis”. (Tribuna do Povo, edição nº 244, 8 de setembro de 1955, p. 1).

Quanto ao apoio do PCB à Kubitschek e Goulart, William Moreira Lima declarou à *Tribuna* estar de acordo, e “achar justo”, os pontos abordados e o posicionamento tomado pela direção nacional do partido. Estava certo de que ambos marchavam para a vitória nas urnas e ressaltava que aquela era realmente a chapa “[...] mais insistentemente combatida pelos golpistas declarados ou encapuçados” que procuravam “[...] arrastar o país à vergonha de uma ditadura”, tendo por trás de toda aquela “[...] agitação golpista: os americanos, a Standard Oil”, querendo a “[...] liquidação da Petrobrás (como já declarou o aventureiro Carlos Lacerda), o domínio total do país”. (Tribuna do Povo, edição nº 244, 8 de setembro de 1955, p. 1).

Tendo em vista os compromissos firmados por Kubitschek e Goulart, de luta em defesa do regime democrático e da Constituição, e do perigo de golpe iminente, William Moreira Lima achou acertado o apoio dado pelos comunistas.

É inegável que essa tem sido a posição dos Srs. Juscelino Kubitschek e João Goulart. O sr. Juarez Távora é candidato dos golpistas, saído do grupo de 24 de agosto, um entreguista declarado. A candidatura Ademar de Barros, sem nenhuma perspectiva de vitória, tem um papel definido na trama golpista: desviar votos populares para fortalecer a candidatura Juarez e o golpe. Não é por acaso que cessaram quase completamente os ataques da imprensa a serviço do golpe contra tal candidato. Ao contrário, todas as chantagens, infâmias e calúnias se lançam contra os candidatos das forças anti-golpe, inclusive, agora, depois de fracassada a chantagem da cédula oficial, simples pretexto para agitação [populista], tentam [tramar] uma nova provocação, falando em “acordos secretos” dos comunistas com Juscelino-Jango, acordo que não existe desde que o apoio dos comunistas a qualquer candidato é sempre claro, público, à luz do dia. Admira é alguns jornais que são, ou [se] dizem contra o golpe, abram as suas páginas para esse trabalho de provocação que tem um só objetivo: justificar as chamadas soluções extra-legais, a ditadura militar. É essa enfim, a minha opinião. Por isso mesmo votarei em Juscelino-Jango [...]. (Tribuna do Povo, edição nº 244, 8 de setembro de 1955, p. 2).

Pouco tempo depois, em 17 de setembro de 1955, era a vez de Maria Aragão sair em defesa das posições tomadas pelo PCB nas disputas eleitorais²³⁹. Em artigo intitulado *A justa posição dos comunistas*, a diretora do PCB e da *Tribuna do Povo* explicitava que o apoio, crítico e sem conchavos, dado pelos comunistas maranhenses à chapa *antivitorinista* Cunha Machado-Colares Moreira ocorria em função de um objetivo maior, que era a derrota do *vitorinismo* no Maranhão. Esta deveria ser, aliás, na concepção de Maria, uma tarefa política de primeira ordem do povo maranhense. E, ressaltava, uma tarefa estritamente particular ao Maranhão. A derrota de Vitorino e seu grupo político, explicava, não dependia da vitória de qualquer candidato à presidência e de qualquer que fosse o seu partido, afinal, caso o grupo *vitorinista* continuasse dominando a política local, o Maranhão continuaria no rumo que estava. Isto, pois, Vitorino logo trataria de tecer novas costuras e arranjos políticos com o futuro presidente, como fizera nos governos de Dutra, Getúlio e Café Filho.

A posição dos comunistas em relação às eleições de 3 de outubro, ainda não foi bem compreendida em nosso Estado. Isto acontece [a posição dos comunistas]²⁴⁰ dado o ódio das massas ao grupo Vitorinista do Maranhão. O povo maranhense precisa compreender que a derrota do Vitorinismo é uma tarefa nossa, uma tarefa de todos aqueles que não estão de acordo com a situação reinante em nosso Estado. A derrota do grupo Vitorinista não depende da vitória de qualquer dos candidatos à presidência da República. É um problema estadual. Precisamos compreender que tanto faz vencer Juscelino, Juarez ou Adhemar, Vitorino sempre continuará com a força que dispõe, como teve nos governos de Dutra do PSD, Getúlio do PTB e Café do PSP, se continuar dominante a política estadual. Por estas razões estamos nós, os comunistas do Maranhão, dispostos a tudo fazer, pela derrota do Vitorinismo. Porque compreendemos a necessidade de derrotar as forças governistas, resolvemos sem nenhum compromisso apoiar as candidaturas Cunha Machado e Colares Moreira, mesmo sabendo, como frisou o manifesto do Comitê Regional do PCB, que tais candidatos até o momento não se pronunciaram publicamente sobre os grandes problemas nacionais, como a luta contra o golpe, [a] defesa da constituição que nestes dias foi motivo de preocupação da maioria dos brasileiros. (*Tribuna do Povo*, edição nº 246, 17 de setembro de 1955, p. 4).

Pelo mesmo motivo, isto é, de aglutinamento de forças políticas visando derrotar um adversário político em comum, imediato e maior, é que Maria Aragão afirmou ainda em seu artigo coadunar com a decisão da direção nacional do PCB em apoiar às candidaturas de Kubitschek e Goulart. Para a diretora da *Tribuna*, a linha política adotada pelos comunistas, naquela conjuntura histórica, não poderia ser outra.

Se agimos assim em relação à política estadual, também achamos muito justa a decisão do Comitê Central em apoiar as candidaturas de Juscelino e Jango. Poderíamos nós os comunistas apoiar Juarez, o homem do golpe de 24 de agosto, agente do imperialismo americano, ENTREGUISTA declarado do nosso petróleo? Poderíamos apoiar um candidato como Adhemar de Barros, cuja candidatura foi

²³⁹ ARAGÃO, Maria José. “A justa posição dos comunistas”. *Tribuna do Povo*, edição nº 246, 17 de setembro de 1955, p. 4 e 2.

²⁴⁰ Tomamos a liberdade de explicitar, aqui, o objeto da matéria a que se referia Maria.

estimulada pelos próprios golpistas e dirige-se sobre tudo contra o PTB e as forças que apoiam Juscelino, e não contra Juarez e a UDN? Adhemar não tem condições de ganhar eleições sozinho, razões de apontarmos e mostrar ao povo o caráter diversionista e divisionista desta candidatura. O Estado em que ele reúne maior contingente eleitoral é São Paulo e foi derrotado pelo demagogo Jânio Quadros nas eleições para governador daquele Estado. Vemos a candidatura de Juscelino e Jango combatida desde o início pelos golpistas que assaltaram o poder em 24 de agosto. Candidato que soube resistir a todas as tentativas dos agentes americanos para lançar o país em uma ditadura. Estes candidatos [Kubitschek e Goulart] frente a convenção nacional do MNPT²⁴¹, prometeram cumprir o programa aprovado na convenção em que tomaram parte mais de 1200 delegados de todos os recantos do país. Por estas razões, não podia ser outra a nossa posição. (Tribuna do Povo, edição nº 246, 17 de setembro de 1955, p. 2).

²⁴¹ O Movimento Nacional Popular Trabalhista (MNPT), de amplitude nacional e que teria também suas expressões no Maranhão, surgiu em maio de 1955, no Rio de Janeiro, no bojo das campanhas eleitorais para as eleições daquele ano. O movimento foi integrado por amplos setores sindicais e também pelos comunistas do PCB. Foi concebido inicialmente com a finalidade entabular uma candidatura própria, de caráter nacionalista e popular, pretendendo influenciar decisivamente nas eleições para a presidência da República. O movimento, porém, não se resumiu a tarefa eleitoral, organizando-se em torno da defesa da soberania nacional e da ampliação dos direitos trabalhistas para os trabalhadores da cidade e do campo. (Wollmann, Ribeiro, 2016). A Convenção Nacional do MNPT ocorreu em São Paulo, no Estádio do Pacaembú, de 6 a 7 de agosto de 1955. Seu programa foi publicado na *Tribuna* em sua edição de nº 238 (6 de agosto) e 243 (3 de setembro). No âmbito das disputas político-eleitorais, “[...] considerando que os trabalhadores e as forças populares não conseguiram lançar um candidato independente”, diante das ameaças de golpe e calculando que deixar a questão em aberto “[...] seria estimular a abstenção e favorecer à corrente dos golpistas”, o MNPT resolveu apoiar a chapa Kubitschek-Goulart. No âmbito das eleições estaduais e municipais, o MNPT deixou em aberto para suas seções estaduais e municipais decidirem o seu apoio, dando-o aos candidatos que melhor correspondessem às aspirações do movimento. (Tribuna do Povo, edição nº 245, 15 de setembro de 1955, p. 4). Para assegurar a vitória dos candidatos da aliança PSD-PTB, os núcleos do MNPT trabalhavam “[...] promovendo, diariamente, centenas e centenas de conferências públicas, comícios relâmpago e discussões com os trabalhadores e o povo nas portas das fábricas, nas oficinas, nos bairros, nas concentrações operárias e de porta em porta”, explicando a posição tomada em apoio a referida chapa. (Tribuna do Povo, edição nº 247, 22 de setembro de 1955, p. 1). No Maranhão, o movimento teve suas expressões em Caixas e em São Luís, onde foram fundados núcleos do movimento. Em setembro, de Caxias, o correspondente da *Tribuna* informou a fundação, “[...] sob intensa vibração popular e com a presença de incalculável massa”, do núcleo do MNPT “[...] no bairro Ponte, em casa de residência do sr. José Calixto”. Naquela ocasião foram eleitos, para presidente e secretário, os líderes têxteis Raimundo Mendes e Erasmo Pereira. Nos dias 13 de 14 de setembro, também em Caxias, foram fundados dois outros núcleos do MNPT, “[...] o primeiro no bairro Pau-D’água e segundo em Tresidela”. Seguindo as orientações da coordenação do MNPT, os núcleos declaravam apoiar, “[...] no âmbito nacional, as candidaturas Juscelino-Jango, no Estadual Cunha Machado-Colares Moreira e no municipal Marcelo Tadeu-Nilton Nogueira, estes dois últimos para a Prefeitura Municipal de Caxias”. (Tribuna do Povo, edição nº 247, 22 de setembro de 1955, p. 1). Só em fins de setembro, porém, é que foi instalado o Diretório Estadual do MNPT no Maranhão, que foi alocado na mesma sede do Diretório da Liga de Emancipação Nacional no Maranhão. O evento de fundação deste diretório contou com “[...] a presença de várias dezenas de líderes sindicais e trabalhadores”. Na ocasião, um dos oradores, Mário Mendes, dirigente sindical, disse lamentar que somente naquele momento estivesse sendo fundado o movimento em São Luís, “[...] visto em Caxias já existirem 4 núcleos lutando pela vitória dos candidatos a serem apoiados pelo movimento”. A diretoria provisória da nova entidade foi composta pelos seguintes nomes: Raimundo Jenkins, bancário; Geraldo Ferreira, marítimo; Antonio José Cardoso, carpinteiro naval; Lauro Ferreira, comerciante; Mário Mendes de Macêdo, dirigente sindical; Nelson Castro, construção civil; Manoel Gonçalves, funcionário público; João Batista, sapateiro; Antônio, estivador marítimo; Sebastião Rodrigues e Silva, presidente eleito do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de S. Luís; Paulo Bandeira Moreira, funcionário público; Raimundo Ciriácodos Santos, Francisco Figuerêdo e José Gomes. (Tribuna do Povo, edição nº 249, 1 de outubro de 1955, p. 5). O evento de fundação do diretório do MNPT no Maranhão contou ainda com a presença de dois integrantes da *Tribuna*, Sebastião Rodrigues e João Bispo Furtado, que, assim como os demais trabalhadores, enalteceram a “[...] importância do MNPT e suas vantagens em favor dos trabalhadores”. Em face das eleições de outubro, e do curto período que ainda lhe restava antes do pleito (dois dias), o programa imediato do MNPT no estado previa “[...] comícios rápidos a serem realizados nas portas das empresas têxteis”. (Tribuna do Povo, edição nº 249, 1 de outubro de 1955, p. 5).

Desta maneira, Maria Aragão lançava seu apelo para o eleitorado maranhense, através da *Tribuna*, para que comparecessem “[...] em massas às urnas para votar contra o golpe e em defesa da constituição em Juscelino e Jango, e contra o Vitorinismo e pela Redenção do Maranhão, em Cunha Machado e Colares Moreira”. (*Tribuna do Povo*, edição nº 246, 17 de setembro de 1955, p. 2). Solicitando, então, o apoio de seus leitores aos candidatos escolhidos pelo PCB, a *Tribuna* veiculou figuras como as seguintes:

Ilustração 19 – Cunha Machado-Colares Moreira - Juscelino-Jango



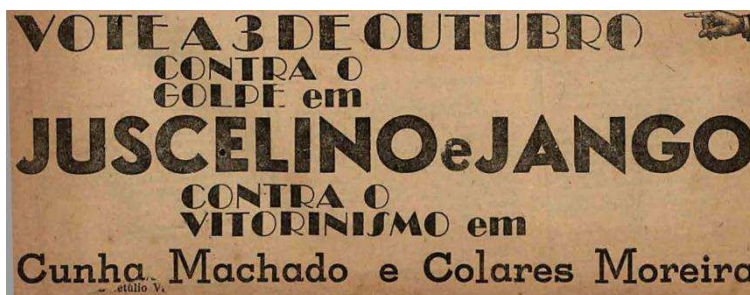
Fonte: *Tribuna do Povo*, edição nº 243, 3 de setembro de 1955, p. 1.

Ilustração 20 – Juscelino-Jango - candidatos anti-golpistas



Fonte: *Tribuna do Povo*, edição nº 247, 22 de setembro de 1955, p. 1.

Ilustração 21 – Vote a 3 de outubro contra o golpe em Juscelino-Jango, contra o vitorinismo em Cunha Machado e Colares Moreira



Fonte: Tribuna do Povo, 8 de setembro de 1955, p. 4.

O apoio público dos comunistas aos candidatos das Oposições Coligadas, porém, como dissemos anteriormente, terminavam, muitas vezes, criando situações de conflito interno ao campo oposicionista. Em determinada ocasião, o próprio candidato a vice-governador pelas oposições, Colares Moreira, teria entrado em choque com os militantes do PCB. Em plena praça da Liberdade, ao se deparar com os comunistas portando cartazes eleitorais em favor dos candidatos apoiados pelo PCB, Colares Moreira, “[...] rebentou à ponta-pés um quadro de propaganda eleitoral e mandou que apaniguados seus rebentasse outro”²⁴². (Tribuna do Povo, edição nº 249, 1 de outubro de 1955, p. 5).

Ao fazê-lo, dizia a *Tribuna*, Colares Moreira, que apoiava, no plano nacional, “[...] o golpista Juarez Távora”, teria se colocado “[...] na linha golpista do seu candidato, que defende uma ditadura militar, com a liquidação das conquistas democráticas”. Além de afirmar que o ato representava uma “[...] falta de educação política e desrespeito às liberdades asseguradas na Constituição”, a *Tribuna* ressaltava o seu posicionamento diante da frente única das Oposições. Afirmava ser “[...] justa a orientação contida no Manifesto Eleitoral do PCB” diante das eleições no Maranhão, visando a derrota do *vitorinismo* no estado. Mas, diante daquela situação, o jornal comunista maranhense fazia questão de esclarecer que a posição tomada pelos comunistas não era fruto de “[...] acordo com os candidatos da chapa Cunha Machado-Colares Moreira”, até porque o PCB não precisava “[...] de permissão para apoiá-los”. (Tribuna do Povo, edição nº 249, 1 de outubro de 1955, p. 5).

É bem conhecida do povo maranhense a posição dos comunistas que não defendem mesquinhos interesses pessoais mas se colocam ao lado dos interesses do povo. Não fazem cambalachos ou acordo secretos, mas apoiam às claras os candidatos que por esta ou aquela razão política mais consulta os interesses da massa. Estamos certos de que o sr. Colares desejava era o apoio secreto dos comunistas. (Tribuna do Povo, edição nº 249, 1 de outubro de 1955, p. 1).

²⁴² “O povo obrigará Colares a respeitar a Constituição”. Tribuna do Povo, edição nº 249, 1 de outubro de 1955, p. 1.

O fato não produziu ruptura na linha política do PCB no Maranhão, que permaneceu apoiando os candidatos da frente única das Oposições. Mas a *Tribuna* salientava: “não deve ser esquecido do povo maranhense a atitude do candidato Colares”. O povo que iria elegê-lo, disse o jornal, deveria “[...] manter-se vigilante e organizado para obriga-lo a cumprir e respeitar a Constituição”. (*Tribuna do Povo*, edição nº 249, 1 de outubro de 1955, p. 1).

No plano nacional, Kubitschek e Goulart foram vitoriosos nas urnas. Mas, se a trama golpista da UDN, em especial de Carlos Lacerda, e de setores da ala militar, decantaram contra a sua vontade em decorrência da forte comoção popular que se desdobrara do suicídio de Vargas em 1954, em fins de 1955 as forças golpistas tentariam desferir novo golpe contra os poderes democraticamente eleitos. (Schwarcz, Starling, 2015). Até a posse de Kubitschek e Jango, o Brasil veria os *udenistas*, Café Filho e seus ministros da Justiça, da Marinha e da Aeronáutica, Prado Kelly, Amorim Vale e Eduardo Gomes, protagonizarem os eventos que entraram para a história como a “Novembrada de 1955”²⁴³. (Schwarcz, Starling, 2015).

As eleições estaduais no Maranhão, foram, como de costume, “[...] com as irregularidades de sempre e ao arrepio da legislação”. A força federal, autorizada pelo TSE e espelhada pelos quatro cantos do Maranhão, não foi capaz de as impedir. No interior do estado, por parte dos oposicionistas, muitos pedidos de impugnação de urnas. As razões foram muitas: roubo de livros de inscrição eleitoral, rasuras nos mapas das apurações, falsificação de folhas de votação, término das votações antes do horário previsto por lei, entre outros. Na capital, a quantidade de votos ficou aquém das expectativas das Oposições. Esperavam que cerca de 40 mil eleitores comparecessem às urnas, mas apenas 25 mil sufragaram seus votos. Apesar dos apelos e recursos interpostos pelas Oposições, os candidatos *vitorinistas* Mattos Carvalho e Alves Costa foram declarados eleitos pelo TSE. (Buzar, 1998). Seriam necessários ainda mais alguns anos para que as Oposições conseguissem *substituir* o *vitorinismo*, num jogo de

²⁴³ Ao mesmo tempo em que tentavam impugnar o resultado das eleições de 1955, Café Filho e os ministros Prado Kelly, Amorim Vale e Eduardo Gomes tentaram desferir um golpe de estado no Brasil. Desta vez, porém, a trama golpista esbarrou no general legalista Henrique Teixeira Lott, então ministro da Guerra. Em novembro de 1955, Café Filho licenciou-se do cargo de presidente da República, alegando enfermidade. Abriu, assim, caminho para que Carlos Luz, então presidente da Câmara dos Deputados, simpático aos golpistas, assumisse interinamente a presidência da república. A primeira medida de Luz no cargo foi tentar afastar Lott do Ministério da Guerra. O general, todavia, contava com o apoio irrestrito dentro do Exército, de tal maneira que no dia 11 de novembro Lott reverberou pelas ondas de rádio que os quartéis de Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso e São Paulo continuavam sob seu comando. Em seguida, desferiu um “contragolpe”: botou tanques na rua e forçou o Congresso a depor Carlos Luz da presidência do país, de modo que o Congresso foi obrigado a nomear interinamente Nereu Ramos, então presidente do Senado. Pouco tempo depois, com o Brasil em estado de sítio, Café Filho tentou retornar ao cargo, mas o Congresso resolveu manter Nereu Ramos até a posse de Kubitschek e Goulart. Para todos os efeitos, o “contragolpe” de Lott foi o que acabou garantindo, por mais algum tempo, a vigência do regime democrático no Brasil. Nenhum envolvido foi punido, nem lado da ala oposicionista, que se envolvia novamente numa tentativa frustrada de golpe, nem do lado “contragolpista”. (Schwarcz, Starling, 2015).

reestruturação do sistema oligárquico no Maranhão desdobrado do golpe militar de 1964, que alçou José Sarney como seu preposto civil no poder político maranhense. (Costa, 2004).

Considerações finais

Quanto à estrutura organizativa da *Tribuna*, podemos dizer que entre 1945 e 1955, o jornal funcionou como um órgão de imprensa do PCB no Maranhão, atuando como canal oficial de comunicação do partido. Desta forma, o jornal não titubeava em afirmar, nitidamente, que fazia parte da rede de comunicações vinculada ao PCB. Sem abrir mão dos referenciais do partido (ainda que isto nem sempre tenha aparecido em todas as suas reportagens), denunciou opressões, violências e descasos de toda ordem praticadas no Maranhão, sempre tomando parte do lado dos trabalhadores. O jornal, que existiu entre 1945 e 1962, foi fundado e dirigido Maria José Camargo Aragão, maranhense, negra, de origem humilde, médica e, na época, recém filiada ao PCB. A fundação e atividades do jornal inserem-se num contexto de reorganização das bases do PCB no Maranhão.

Militante e dirigente do PCB no Maranhão, Maria Aragão, como diretora, repórter, principal redatora e vendedora, foi a protagonista intelectual e política da *Tribuna*, sendo o grande fator de decisão para continuidade das atividades do jornal. E fez isto enfrentando os piores cenários: enormes dificuldades financeiras, repressão, misoginia, conflitos intrapartidários e dissidências. Como dissemos outrora: muitas adversidades; uma causa, a defesa intransigente do povo. Foi devido à sua direção e protagonismo que a *Tribuna* seguiu circulando por longo período (permaneceu em atividade por cerca de 17 anos, dos quais Maria esteve à sua frente por 16). Como vimos, tendo em vista que o jornal não conseguia suprir-se materialmente apenas com as vendas de seus exemplares, as “atividades de finanças”, para arrecadamento de recursos, longe de serem exceção, eram a regra. E, no bojo destas atividades permanentes, Maria Aragão foi também a principal responsável e a que mais se destacou.

Sua paixão pelo partido, pelo jornal e pelos trabalhadores era o que lhe movia sobremaneira, trabalhando obstinadamente a fim de conseguir os recursos necessários para garantir a continuidade das atividades do jornal. E, isto, com quem quer que fosse: seja com sua rede de contatos pessoais, profissionais e políticos, seja por intermédio das festas realizadas no sítio “Ibitupan” e das rifas que promovia com os itens adquiridos, à prestação, no início de cada ano com o objetivo de rifá-los ao final. Deste ponto de vista, pelo papel nuclear de Maria Aragão no interior da *Tribuna*, evidenciamos como a trajetória política de Aragão e a trajetória da *Tribuna* estão intimamente articuladas, conformando uma relação orgânica, de evidente indissociabilidade.

No quadro de trabalhadores da *Tribuna*, “fixos” ou não, vimos como outros estiveram também entrincheirados, movidos pela paixão com que Maria encabeçava as tarefas partidárias,

dentre estas, o jornal, fazendo crer que a organização política dos trabalhadores poderia, sim, construir um futuro melhor, no Maranhão, no Brasil e no mundo. Este encontro, entre Maria e os outros trabalhadores da *Tribuna*, é por nós entendida como uma íntima colaboração entre companheiros de causa. Assim como Maria, pelo caráter e conteúdo veiculado pelo jornal, é possível afirmar que os outros integrantes, se não eram militantes do PCB, filiados, também auspiciavam por melhores condições de trabalho e vida para as classes trabalhadoras.

Assim, entre 1945 e 1955, integraram o quadro de trabalhadores da *Tribuna*: Abdergard Brasil Corrêa Filho, gerente do jornal; Euvaldo Rodrigues Leda, redator; Sebastião Rodrigues e Silva, redator (fixo); João Bispo Furtado, redator (fixo); Homero Higino, redator; Otávio Gomes, redator; Rodrigo da Silveira, redator; Walter Pereira Matos, conhecido como “Walter Veloz”, redator; R. Azevedo, redator; em 1954, Moreira Leda, também assinou a autoria de pelo menos duas reportagens; Francisco de Assis Marques Figueiredo, “colaborador”; Benedito Coimbra, gráfico; José Assunção Ferreira, gráfico linotipista; Nemesio Dias de Castro, gráfico. Joré Lima, repórter. Além destes, no âmbito das campanhas ou atividades de arrecadação de recursos com o intuito de viabilizar a continuidade das atividades do jornal, Norlí Fonseca e Aldenoura Lisbôa foram eleitas “Rainhas da Tribuna do Povo”, em 1953 e 1955, respectivamente.

No que toca propriamente o conteúdo do jornal, ou seja, o que foi e como foi publicado, foi possível saber que a *Tribuna*, como um órgão de imprensa do PCB, canal oficial de comunicação do partido no Maranhão, informava o seu público leitor sobre os acontecimentos políticos do Maranhão, do Brasil e do mundo a partir da perspectiva dos comunistas. Foi possível identificar que o conteúdo publicado pelo jornal possuía o que chamamos de “dois centros de produção”. Uma parte, geralmente abordando e/ou analisando mais profundamente o cenário sociopolítico nacional e internacional, tinha como centro de produção e difusão Prestes, Secretário-Geral do PCB, e a direção nacional do PCB.

Ao mesmo tempo, reportagens transcritas dos principais órgãos de imprensa do PCB entre 1945 e 1962, como a *Imprensa Popular*, a *Voz Operária* e a *Revista Problemas*, também eram republicadas pela *Tribuna*. Tais jornais também foram divulgados de maneira recorrente nas páginas da *Tribuna* e exemplares de a *Voz Operária* e da *Revista Problemas* podiam, inclusive, ser adquiridos na própria redação da *Tribuna*. Também foi possível identificar, ainda no que se refere à difusão deste material vindo “de fora”, a divulgação de livros de autores soviéticos e brasileiros atrelados ao campo comunista. Entre os títulos, constam: *Problemas Econômicos do Socialismo na URSS*, de Stálin; *Que Fazer?*, *Um passo adiante, dois passos atrás*, *O imperialismo, fase superior do capitalismo* e *O Estado e Revolução*, de Lênin; *O*

homem de verdade, de Boris Plevói; *Polônia 1939*, de Victor Grosz; e *Educação na URSS*, de Paschoal Lemme.

Outra parte do conteúdo publicada pela *Tribuna*, geralmente, mas não exclusivamente, abordando aspectos da dinâmica sociopolítica no Maranhão, provinha das atividades autônomas da própria redação do jornal. Resultavam do contato cotidiano de seus integrantes com “o chão” do mundo do trabalho em São Luís, nas portas das fábricas, nos sindicatos, no centro e nos bairros populares da cidade e nos municípios e povoados do interior do Maranhão. Ademais, esta parte das produções contou também com a colaboração ativa dos correspondentes do jornal nos outros municípios do Maranhão. Contou ainda com a colaboração de leitores e simpatizantes do jornal, de São Luís e de outros municípios do estado, que enviavam suas denúncias à redação da *Tribuna*.

Além disso, tendo em vista que a atividade da *Tribuna* era encarada como tarefa crucial dentro da organização partidária do PCB no Maranhão, vimos como as viagens conduzidas por Maria Aragão aos municípios do interior maranhense, com a finalidade de orientar politicamente e arregimentar forças ao PCB, se constituíram também em ocasiões não somente para a venda de exemplares da *Tribuna*, mas para a escuta e o diálogo com os trabalhadores da cidade e do campo, momentos em que se levantavam suas demandas e novas denúncias de exploração e violências. Ao nosso ver, numa perspectiva de totalidade, todo este material foi produzido sem abrir mão dos referenciais do PCB, ainda que isto nem sempre tenha aparecido em todas as suas reportagens. Analisando a experiência em seu conjunto, contudo, foi possível verificar que as “linhas de força” que orientavam política e ideologicamente o jornal tinham fonte nas teses do PCB.

Os documentos elaborados pela direção nacional do partido (programas, resoluções, informes, manifestos, etc.), eram sempre recepcionados e difundidos pelo semanário comunista maranhense, figurando como lastro norteador para ação dos comunistas no Maranhão, que tinham na *Tribuna do Povo* o seu órgão de imprensa. Vimos como, entre 1953 e 1955, o programa do PCB foi integralmente publicado pela *Tribuna* pelo menos doze vezes, em suas edições de edição nº 146, 149, 158, 163, 169, 180, 184, 197, 202, 214, 255 e 263. Além disso, na edição de nº 146, o jornal circulou também com o projeto de estatuto do PCB. E, em sua edição de nº 194, o exemplar do semanário comunista maranhense ganhou às ruas com material suplementar, contendo o “Informe de Balanço do Comitê Central do PCB ao Quarto Congresso do Partido Comunista do Brasil”, assinado por Prestes. Isto sem falar das recorrentes publicações de trechos do programa do partido, movimento que atravessa toda a experiência do jornal.

Ao nosso ver, havia sintonia entre as produções da *Tribuna* e as teses e orientações do PCB. Mais do que difundir “passivamente” as leituras do partido em suas páginas, a *Tribuna*, ao debruçar-se sob o conjunto dos problemas vivenciados pelos trabalhadores no Maranhão, na cidade e no campo, trabalhava para argumentar a favor das teses do partido. Sua leitura sobre o cenário internacional, nacional e estadual tinha no arcabouço teórico do PCB os elementos explicativos e os fundamentos de ação. Desta forma, suas leituras autorais sobre a dinâmica sociopolítica estadual e a forma como seus integrantes agiam e orientavam a ação recorriam ao conjunto político-ideológico do PCB, de maneira que o jornal atuara como um instrumento de “apropriação prático-política” das resoluções do partido para a realidade local.

Vimos como, no bojo das eleições de 1955, para o Senado e os Executivos federal e estadual, os comunistas maranhenses e seu jornal, a *Tribuna*, agiram em conformidade com as orientações de Prestes e da direção do PCB. Ao passo disso, vimos também como, em mais de uma vez e em casos diversos, o jornal transcreveu diretamente as propostas presentes no programa revolucionário do PCB como saídas possíveis, e, por vezes, definitivas, para os problemas enfrentados pelos trabalhadores no Maranhão e o Brasil. A *Tribuna* inteirou-se, assim e à sua maneira, da complexa rede de circulação das ideias comunistas Europa afora. Recepcionou, apropriou-se e difundiu, no Maranhão, as teses do PCB sobre o Brasil e o cenário internacional, que, naquele momento, traziam fortemente enraizadas as heranças da cultura comunista internacional, antes aglutinada na Internacional Comunista, mas que perdurou mesmo após sua dissolução no ano de 1943.

Trazendo à baila às contribuições metodológicas de Tarcus (2018) sobre a história da circulação das ideias marxistas na América Latina, a *Tribuna* configurou-se, no período por nós investigado (1945-1955), como o principal *suporte* (enquanto *organização* e *meio material*) da recepção, apropriação e difusão das ideias comunistas do PCB no Maranhão, ao passo que Maria Aragão se constituiu como o principal *sujeito* (enquanto *indivíduo*) de recepção, apropriação e difusão destas ideias no estado. Deve-se mencionar ainda que os jornais *Voz Operária* e a *Revista Problemas*, vendidos na redação da *Tribuna*, e os livros da *Editora Vitória*, vendidos, assim como os exemplares daqueles jornais, por Maria Aragão, também se constituíram suportes para circulação e apropriação das ideias comunistas no Maranhão.

Do ponto de vista metodológico empregado neste trabalho, a *Tribuna* teve mais um papel de mobilização política dos trabalhadores e de difusão das teses do PCB, do que de formulação de teoria nova. Isto, acrescentamos, não lhe implica inferioridade valorativa de qualquer tipo, tendo a *Tribuna*, um órgão de imprensa do PCB, feito por voltado para os trabalhadores, atuado exatamente naquele que, no nosso entender, era mesmo o seu objetivo:

estabelecer e permanecer em contato com os trabalhadores, atuando em suas defesas, trabalhando pela consecução de suas demandas e fomentando entre estes a organização e unidade políticas, vistas como instrumentos cruciais para a conquista de suas demandas e para a realização de transformações sociopolíticas de maior envergadura; difundir as teses dos comunistas do PCB entre os trabalhadores, arregimentando novos militantes para as fileiras do partido e, conseqüentemente, para os seus projetos revolucionários; e, observando o todo e do ponto de vista explicitado, influir decisivamente sobre a dinâmica sociopolítica local e nacional. Obviamente, é preciso levar em consideração que o centralismo democrático definido como forma de organização e meio para tomadas de decisão do PCB também recaía na composição textual da *Tribuna*. Do centralismo, nem a seção do partido no Maranhão, nem seu jornal e nem Maria Aragão excluía-se. Isto, é evidente, não significa a ausência de divergências e conflitos intrapartidários (como vimos em nosso segundo capítulo, a própria Maria Aragão, entre 1945 e 1980, em mais de uma oportunidade, demonstrou inconformidade com as decisões tomadas pela direção nacional do PCB).

Nesse sentido, analisando pela ótica das metáforas de *circulação e tradução* empregadas na historiografia das ideias, como evidenciaram Bianchi (2016) e Bianchi e Góes (2023), a *Tribuna* acha-se mais incluída na metáfora de *circulação*. Como frisamos em nossa introdução, para Tarcus, como para nós, não foi de nosso interesse aqui avaliar se a *Tribuna* leu correta ou incorretamente a Marx, mas saber *de que maneira o leu e por quê*. Investigar as trilhas deste todo complexo que foi e é a circulação das ideias marxistas. E o marxismo que chegava às praias maranhenses e era recepcionado, consumido e difundido entre nós por e através de Maria Aragão, da *Tribuna do Povo* e dos outros trabalhadores envolvidos com o jornal, era o marxismo de matriz pecebista (fortemente influenciado pela III Internacional), de seus líderes, de seus jornais, dos livros, autores e organizações que circundavam a experiência partidária do PCB.

Na perspectiva da *Tribuna* e de Maria Aragão, podemos inferir, a liga que unia toda esta rede de produção, recepção, difusão e consumo de ideias era, no horizonte, a possibilidade de conquista de melhores condições de trabalho e vida para os trabalhadores e trabalhadoras, no Maranhão, no Brasil e no mundo. A concretude de tal possibilidade, por sua vez, podemos afirmar, residia, irrevogavelmente, para a *Tribuna* e para Maria, na organização e unidade política das classes trabalhadores, amalgamas enquanto força motriz de superação da fratura dirigentes/dirigidos e de alcance da efetiva igualdade e liberdade do gênero humano, isto é, no socialismo e no comunismo.

Referências

- 15 Milhões de Cruzeiros par a Imprensa Popular. Tribuna do Povo, edição n° 129, 29 de agosto de 1953, p. 1 e 3.
- 32 eleitores votaram com 400 títulos eleitorais. Tribuna do Povo, edição n° 187, 30 de outubro de 1954, p. 2.
- A Associação dos Lavradores de Caxias inicia a luta contra os opressores de camponeses. Tribuna do Povo, edição n° 248, 24 de setembro de 1955, p. 1 e 2.
- A Câmara Municipal de São Luís repeliu o agente do imperialismo norte-americano. Tribuna do Povo, edição n° 197, 22 de janeiro de 1955, p. 1.
- A Câmara Municipal de São Luiz apoiou por unanimidade a Convenção pela Emancipação Nacional. Tribuna do Povo, edição n° 159, 3 de abril de 1954, p. 1.
- A candidatura Chatô é um achincalhe ao povo. Tribuna do Povo, edição n° 197, 22 de janeiro de 1955, p. 1.
- A criança e o país do socialismo. Tribuna do Povo, edição n° 144, 19 de dezembro de 1953, p. 4.
- A ditadura acha ‘altamente inconveniente’ lutar pela paz. Tribuna do Povo, edição n° 38, 16 de abril de 1949, p. 6.
- A ditadura quer aprovar apressadamente a monstruosa lei de segurança. Tribuna do Povo, edição n° 41, 11 de junho, p. 2.
- A fábrica do Anil não paga salário mínimo aos operários. Tribuna do Povo, edição n° 198, 29 de janeiro de 1955, p. 6 e 5.
- A imprensa dos trustes e a Imprensa do Povo. Tribuna do Povo, edição n° 127, 15 de agosto de 1953, p. 1 e 3.
- A luta por suas reivindicações constitui um dever sagrado da classe operária. Tribuna do Povo, edição n° 41, 11 de junho, p. 6.
- RAMOS, Carlos Alexandre. A questão agrária no pensamento político dos comunistas brasileiros. In: Vera Alves Cepêda; Joelson Gonçalves de Carvalho. (Org.). *A questão agrária no pensamento político e social brasileiro. Ideias, Intelectuais e Instituições*. 1 ed. São Carlos: UFSCar, 2016, p. 113-131.
- A repulsa aos ianques também em São Luiz. Tribuna do Povo, edição n° 179, 28 de agosto de 1954, p. 1.
- A união do povo derrotará as manobras dos falsos líderes. A divisão favorece ao governo e demais inimigos do povo. Tribuna do Povo, edição n° 213, 16 de abril de 1955, p. 1 e 4.
- Abandonados os camponeses maranhenses. Vivem de forma miserável. Dão ao dono da terra parte do que plantam. ‘A gente acostuma’, diz a camponesa. Cassiano tem 110 anos e ainda planta. Tribuna do Povo, edição n° 204, 9 de março de 1955, p. 4.
- ACANDA, Jorge Luis. *Sociedade Civil hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.
- Alimentação Sadia e Barata. Tribuna do Povo, edição n° 144, 19 de dezembro de 1953, p. 6 e 5.
- ALIAGA, Luciana; ARECO, Sabrina. Nacionalização Imperfeita: o Conceito de Revolução Passiva e a Formação do Estado no Brasil. In: *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 66, n. 4, 2023, p. 1-28.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Autonomia e mobilização política dos camponeses no Maranhão*. Rio de Janeiro: Casa 8, 2015.
- AMADEO, Javier. Teoria política: um balanço provisório. In: *Rev. Sociol. Polít.*, vol. 19, n. 39, 2011, p. 17-34.
- Ameaça de espancamentos e de morte aos trabalhadores da Industrial. Tribuna do Povo, edição n° 245, 22 de setembro de 1955, p. 3.

- ANDREUCCI, Franco. A difusão e a vulgarização do marxismo. In HOBSBAWN, Eric; et al. *História do Marxismo II: o marxismo na época da segunda internacional*. Tradução de Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 15-56.
- Aniversário. Tribuna do Povo, edição n° 209, 26 de março de 1955, p. 4.
- Ao povo do Maranhão. Tribuna do Povo, edição n° 207, 19 de março de 1955, p. 3.
- Aos Trabalhadores e ao povo maranhense. Tribuna do Povo, edição n° 143, 12 de dezembro de 1953, p. 6.
- Aplicação imediata do novo salário mínimo. Tribuna do Povo, edição n° 155, 6 de março de 1954, p. 6.
- ARAGÃO, Maria José. A justa posição dos comunistas. Tribuna do Povo, edição n° 246, 17 de setembro de 1955, p. 4 e 2.
- ARAGÃO, Maria. Depoimento autobiográfico. In.: FRANCISCO, Antonio (Org.). *A razão de uma vida (Depoimentos de Maria Aragão colhidos por Antonio Francisco)*. São Luís: SIOM, 1992.
- ARAGÃO, Maria. Depoimento autobiográfico. In.: NETO, Euclides Moreira (Org.). *Maria por Maria ou a Saga da Besta-Fera nos Porões do Cárcere e da Ditadura*. São Luís: Engenho, 2015.
- ARAÚJO, Márcia. Maria Aragão: uma trajetória em busca de uma sociedade igualitária. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia. Rio de Janeiro, f. 320. 2012.
- ARRUDA, Diógenes. Camarada Stalin, sua vida e sua obra. Um homem de tempera especial. Tribuna do Povo, edição n° 57, 21 de dezembro de 1949, p. 1 e 6.
- ATENÇÃO. Tribuna do Povo, edição n° 127, 15 de agosto de 1953, p. 3.
- Aumenta a escravidão no Cotonifício Cândido Ribeiro. Tribuna do Povo, edição n° 203, 5 de março de 1955, p. 6 e 5.
- Aumentam os Comitês Populares de Oposição. Tribuna do Povo, edição n° 204, 9 de março de 1955, p. 2.
- Aviso aos leitores. Tribuna do Povo, edição n° 177, 14 de agosto de 1954, p. 1 e 6.
- AZEVEDO, Emílio. *Uma subversiva no fio da história*. São Luís: Vias de Fato, 2016.
- AZEVEDO, R. Tribuna do Povo e o esporte amadorista. Tribuna do Povo, edição n° 198, 29 de janeiro de 1955, p. 5.
- BALL, Terence. Aonde vai a teoria política? In: *Rev. Sociol. Polít.*, n. 23, p. 9-22, 2004.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950-1988)*. 3° ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- BARATTA, Giorgio. *As rosas e os cadernos: o pensamento dialógico de Antonio Gramsci*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- BARBOSA, Zulene Muniz. *Maranhão, Brasil: lutas de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo*. São Luís: Editora UEMA, 2006.
- BIANCHI, Alvaro. Circulação e tradução: para uma história global do pensamento político. *X Encontro da ABPC*. Belo Horizonte: 2016, p. 1-17.
- BIANCHI, Alvaro. O léxico de Gramsci: Filosofia da práxis, Estado e Sociedade Civil, Sociedade Regulada. In: *Revista Movimento*, 2017, p. 1-18.
- Biografia de Stálin: Stálin pela proibição da bomba atômica, pelo Pacto da Paz, Tribuna do Povo, edição n° 127, 15 de agosto de 1953;
- BRASIL. Congresso Nacional. *Projeto de Lei n° 378 de 2019*. Inscreve no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria o nome de Maria José Camargo Aragão. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=CEE247

[A2AB8C5E118426B210BED3F7F8.proposicoesWebExterno2?codteor=1707972&filename=PL+378/2019](https://www.alb8c5e118426b210bed3f7f8.proposicoesWebExterno2?codteor=1707972&filename=PL+378/2019). Acesso em: 01 de fev. de 2022.

- BUZAR, Bendito. *O VITORINISMO. Lutas políticas no Maranhão (1945 a 1965)*. São Luís: LITHOGRAF – Indústria Gráfica e Editora Ltda São Luís, 1998.
- Campanha de 5 milhões de assinaturas pela Reforma Agrária do Brasil. *Tribuna do Povo*, edição de nº 191, 27 de novembro de 1954, p. 6.
- Campanha eleitoral. Para eleger os patriotas e derrotar os entreguistas. *Tribuna do Povo*, edição nº 175, 31 de julho de 1954, p. 1.
- Camponeses de Caxias explorados pelos donos de terras. *Tribuna do Povo*, edição nº 155, 6 de março de 1954, p. 6 e 5.
- Camponeses expoliados no município de Caxias. *Tribuna do Povo*, edição nº 202, 26 de fevereiro de 1955, p. 7.
- Carta Aberta. *Tribuna do Povo*, edição nº 183, 30 de setembro de 1954, p. 1 e 2.
- Carta da Emancipação Nacional. *Tribuna do Povo*, edição nº 161, 17 de abril de 1954, p. 4.
- Carta dos Direitos e das Reivindicações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil. *Tribuna do Povo*, edição de nº 191, 27 de novembro de 1954, p. p. 3-7.
- Catulo Alvim em Timbira redobra as perseguições aos camponeses seus moradores. *Tribuna do Povo*, edição nº 248, 24 de setembro de 1955, p. 3.
- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- Centro de espionagem montado no interior do Maranhão. *Tribuna do Povo*, edição nº 202, 26 de fevereiro de 1955, p. 8.
- Chateaubriand deve ser derrotado. *Tribuna do Povo*, edição nº 204, 9 de março de 1955, p. 4.
- COELHO, José Hailton Costa; GRILL, Igor Gastal. 18. “Causas”, engajamentos políticos e produção escrita na trajetória de Neiva Moreira. In: *Anais do I Seminário Nacional de Sociologia da UFS*. 2016.
- Coluna Sindical. Eleições de Delegados Eleitores. *Tribuna do Povo*, edição nº 198, 29 de janeiro de 1955, p. 6 e 5.
- Com medo das Lutas do Povo. *Tribuna do Povo*, edição nº 135, 17 de outubro de 1953, p. 2.
- Comitê Regional do PCB do Maranhão. O Comitê Regional do P. C. B. do Maranhão, saúda o camarada Prestes. *Tribuna do Povo*, edição nº 194, 1º de janeiro de 1955, p. 1.
- Congelar os preços para derrotar a onda altista. *Tribuna do Povo*, edição nº 155, 31 de julho de 1954, p. 2.
- Continuar a luta contra o entreguista. ARAGÃO, Maria José. *Tribuna do Povo*, edição nº 205, 12 de março de 1955, p. 3.
- Contra a carestia, pelo novo salário mínimo. *Tribuna do Povo*, edição nº 156, 13 de março de 1954, p. 1.
- Contra funcionários públicos o governo. *Tribuna do Povo*, edição nº 136, 24 de outubro de 1953, p. 4.
- Contrato que aliena a soberania do Estado. *Tribuna do Povo*, edição mº 213, 16 de abril de 1955, p. 2.
- Convenção Nacional do MNPT por eleições livres. *Tribuna do Povo*, edição nº 230, 6 de julho de 1955, p. 1 e 2.
- Convenção Pela Emancipação Nacional. Manifesto ao Povo Maranhense. *Tribuna do Povo*, edição nº 159, 3 de abril de 1954, p. 1 e 5.
- Coroação, amanhã, da Rainha de ‘Tribuna do Povo’ na grande festa do sítio Ibitupan. Norlí Fonsenca entregará a coroa à sua substituta Aldenoura Lisboa. *Tribuna do Povo*, edição nº 238, 6 de agosto de 1955, p. 1.
- Coroatá. Morte a mando do latifúndio. *Tribuna do Povo*, edição nº 207, 19 de março de 1955, p. 2.

- CORREIA, Rossini. Formação social do Maranhão: o presente de uma arqueologia. São Luís: Engenho, 2017.
- CORREIA, Maria da Glória Guimarães. *Nos fios da trama: Quem é essa mulher? Cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Paulo na virada do século XIX*. São Luís: Edufma, 2006.
- Cortés, Martín. José Aricó: traducir el marxismo em América Latina. In: *revista Nueva Sociedad*, n° 262, marzo-abril de 2016, p. 147-156.
- COSTA, Wagner Cabral da. “A Raposa e o Canguru: Crises Políticas e Estratégia Periférica no Maranhão (1945- 1970)”. In: *História do Maranhão: Novos Tempos*. São Luís: EDUFMA, 2004.
- _____. A Raposa e o Canguru: crises políticas e estratégia periférica no Maranhão (1945/1970). *Versão modificada do 2º capítulo da Dissertação Sob o signo da morte: decadência, violência e tradição em terras do Maranhão*, defendida na UNICAMP, em dezembro de 2001. São Luís, 2023.
- COUTINHO, Carlos N. (Org.). *O leitor de Gramsci: escritos escolhidos (1916-1935)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 13-45.
- DEL ROIO, Marcos. Engels e a origem do marxismo. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, 2011.
- _____. Os Comunistas, a Luta Social e o Marxismo (1920-1949). In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Arão (Org). *História do Marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960*. São Paulo: Editora Unicamp, 2007.
- _____. O impacto da revolução russa e da Internacional Comunista no Brasil. In: *História do Marxismo no Brasil. Vol. 1. Impacto das revoluções*. (Orgs.) João Quartim de Moraes, Daniel Aarão Reis Filho. 2º edição. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2003.
- Decisão do povo pela Redenção do Maranhão. *Tribuna do Povo*, edição n° 208, 26 de março de 1955, p. 1.
- Declaração de Direitos da Mulher. *Tribuna do Povo*, edição n° 134, 10 de outubro de 1953, p. 4.
- Defender as nossas crianças é um dever humanitário. *Tribuna do Povo*, edição n° 136, 24 de outubro de 1953, p. 1.
- Denunciemos o processo contra Prestes – inspiração do FBI – Plano Internacional – À luta. *Tribuna do Povo*, edição 57, 21 de dezembro de 1949, p. 1 e 5.
- Derrotar e expulsar Chateaubriand. *Tribuna do Povo*, edição n° 198, 29 de janeiro de 1955, p. 1 e 5.
- Derrotar o entreguista Chateaubriand é dever de honra dos maranhenses. *Tribuna do Povo*, edição n° 196, 15 de janeiro de 1954, p. 1.
- Derrotemos o traidor Chateaubriand. *Tribuna do Povo*, edição n° 201, 19 de fevereiro de 1955, p. 1.
- Derrotemos os golpistas elegendo Juscelino e Jango. *Tribuna do Povo*, edição n° 247, 22 de setembro de 1955, p. 1.
- Dever de todos os patriotas: Organizar e apoiar no país a Liga da Emancipação Nacional. *Tribuna do Povo*, edição n° 176, 7 de agosto de 1954, p. 5.
- Diretório Brasil de Arquivos (Dibrarq). Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI). Arquivo Nacional (Brasil). Coordenação Regional do Distrito Federal, 2024, s/n. Disponível em: <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/instituto-de-aposentadoria-e-pensoes-dos-industriarios-1936-1966>. Visto em 7 de março de 2024.
- Dirige-se a CTB aos trabalhadores. Manter e ampliar a unidade na luta pelo novo salário-mínimo. *Tribuna do Povo*, edição n° 155, 6 de março de 1954, p. 5.
- Dispensa arbitrária nas Fábricas da cidade de Caxias. *Tribuna do Povo*, edição n° 181, 18 de setembro de 1954, p. 4.

- Dispensa em massa, eis o plano do patronato. Tribuna do Povo, edição nº 172, 10 de julho de 1954, p. 5 e 6.
- Do IAPI direto ao vil desemprego. Tribuna do Povo, edição nº 165, 15 de maio de 1954, p. 1.
- Documento aprovado pela Convenção Nacional do MNPT. Tribuna do Povo, edição nº 245, 15 de setembro de 1955, p. 4 e 2,
- Dr. William Moreira Lima à Tribuna do Povo: 'luto e lutarei sempre contra os golpistas'. Tribuna do Povo, edição nº 244, 8 de setembro de 1955, p. 1 e 2.
- ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. 13º ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- Editorial. A Lei de Fidelidade aos Estados Unidos. (Transcrito de Voz Operária). Tribuna do Povo, edição 127, 15 de agosto de 1953, p. 2 e 3.
- Editorial. A verdade sobre salário mínimo e custo de vida. Tribuna do Povo, edição nº 153, 20 de fevereiro de 1954, p. 2 e 5.
- Editorial. Continuam a sabotar o novo salário mínimo Tribuna do Povo, edição nº 165, 15 de maio de 1954, p. 2 e 5.
- Editorial. Convenção Pela Emancipação Nacional. Tribuna do Povo, edição 160, 10 de abril de 1954, p. 2 e 5.
- Editorial. Mensagem vaga e demagógica. Tribuna do Povo, edição nº 164, 8 de maio de 1954, p. 2.
- Editorial. Vargas Insulta a Nação. Tribuna do Povo, edição 154, 27 de fevereiro de 1954, p. 2 e 5.
- Editorial: Honremos a memória de Stálin, nosso mestre e guia estremecido, Tribuna do Povo, edição nº 144, 19 de dezembro de 1954, p. 2.
- Eleger Juscelino e Jango, é defender a Constituição. Tribuna do Povo, edição nº 246, 17 de setembro de 1955, p. 2.
- Em Caxias: latifundiários a serviço da Standard Oil. Tribuna do Povo, edição nº 214, 23 de abril de 1955, p. 1.
- Em Conceição-Pedreiras. Vitória dos lavradores contra os ladrões de terra. Tribuna do Povo, edição nº 225, 11 de junho de 1955, p. 1 e 2.
- Em vês de aumento, rebaixam os salários em Lima Campos. Tribuna do Povo, edição nº 182, 25 de setembro de 1954, p. 6.
- ENGELS, Friedrich. Carta a Joseph Bloch, 21-22 de setembro de 1890. In: _____. *Obras Escolhidas em três tomos*. Lisboa: Avante! 1982. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22.htm>.
- Entrevista de Luiz Carlos Prestes. A repercussão do Manifesto Eleitoral do PCB reflete a crescente influência dos comunistas. Tribuna do Povo edição nº 246, 17 de setembro de 1955 p. 1.
- Entrevista de Luiz Carlos Prestes. Uma importante vitória do povo, a simples realização das eleições. Tribuna do Povo, edição nº 255, 5 de novembro de 1955, p. 1.
- Esmaguemos a barganha. Votemos em Armando Menezes-F. de Oliveira. Tribuna do Povo, edição nº 206, 19 de março de 1955, p. 1.
- Espancamento em voga nas fábricas textéis. Tribuna do Povo, edição nº 177, 14 de agosto de 1954, p. 6.
- Espionagem americana no interior do Maranhão. Tribuna do Povo, edição nº 201, 19 de fevereiro de 1955, p. 6.
- Espoliados índios e camponeses pelos afilhados do govêrno Eugênio Barros. Tribuna do Povo, edição nº 189, 13 de novembro de 1954, p. 6.
- Estiveram em greve os Tecelões Caxienses. Tribuna do Povo, edição nº 173, 17 de julho de 1954, p. 1 e 3.
- Eugênio Barros liquida as liberdades democráticas. Tribuna do Povo, edição nº 184, 9 de outubro de 1954, p. 1.

- Exemplo para os lavradores maranhenses. Camponeses resistem ao banditismo dos grileiros. *Tribuna do Povo*, edição n° 228, 25 de junho de 1955, p. 3 e 2.
- Exploração sem limites aos camponeses de Timbira. *Tribuna do Povo*, edição n° 236, 30 de julho de 1955, p. 4 e 2.
- Explorados brutalmente os operários da Cambôa. *Tribuna do Povo*, edição n° 223, 28 de maio de 1955, p. 3.
- Explorados por todos os meios os camponeses de Vargem Grande. *Tribuna do Povo*, edição n° 177, 14 de agosto de 1954, p. 6.
- Expulsas das terras e de suas próprias casas. *Tribuna do Povo*, edição n° 196, 15 de janeiro de 1955, p. 6.
- Falecimentos. *Tribuna do Povo*, edição n° 261, 11 de dezembro de 1955, p. 4.
- Falta-nos união, programa e ação. *Tribuna do Povo*, edição n° 217, 5 de abril de 1955, p. 1 e 2.
- Famílias nordestinas vítimas da fome, abandono e exploração. *Tribuna do Povo*, edição n° 179, 28 de agosto de 1954, p. 6.
- FERREIRA, Antônio José de Araújo. *Políticas territoriais e a reorganização do espaço maranhense*. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, f. 269, 2008.
- FERREIRA, Daniela de Jesus. Caminhos e Descaminhos da Revista Seiva (1938-1943). In: *Histórica* (São Paulo. Online), v. 09, 2013, p. 22-29.
- FERREIRA, John Kennedy. A organização das ideias socialistas no Maranhão. In: *Revista de Políticas Públicas*, vol. 22, 2018, p. 348-366.
- FERREIRA, Jorge. *Novos Rumos: jornal do Partido Comunista Brasileiro*. In: *Locus: revista de história*, v.19, n. 02, 2013, p. 205-224.
- FILHO, Daniel Aarão Reis. Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. In: Filho, Daniel Aarão Reis e Ridenti, Marcelo (Orgs), *História do Marxismo no Brasil: volume V: partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. São Paulo: Editora Unicamp, 2002.
- FILHO, Jomar Fernandes Pereira. Formação econômica do Maranhão: superexploração e estado oligárquico como entraves ao desenvolvimento. In: *VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. Para além da crise global: experiências e antecipações concretas – UFMA*. São Luís, Maranhão, 2015, p. 1-13.
- Fixada para abril a data da Convenção pela Emancipação Nacional. *Tribuna do Povo*, edição n° 146, 1 de janeiro de 1954, p. 5.
- Foi fundada em Caxias a Comissão pró-Reforma Agrária. *Tribuna do Povo*, edição n° 219, 15 de maio de 1955, p. 4.
- Foram à greve em Caxias os operários da ponte. *Tribuna do Povo*, edição n° 245, 14 de setembro de 1955, p. 4.
- Força Federal. *Tribuna do Povo*, edição n° 205, 12 de março de 1955, p. 2.
- Formas variáveis de exploração no campo. *Tribuna do Povo*, edição n° 176, 7 de agosto de 1954, p. 6.
- FRANCISCO, Antonio. *A razão de uma vida (Depoimentos de Maria Aragão colhidos por Antonio Francisco)*. São Luís: SIOM, 1992.
- FURTADO, João Bispo. A carta de Getúlio e a situação nacional. *Tribuna do Povo*, edição n° 182, 25 de setembro de 1954, p. 2 e 5.
- _____. Prestes e a luta pela paz. *Tribuna do Povo*, edição n° 147, 9 de janeiro de 1954, p. 1 e 5.
- _____. Prestes e seu amor à Classe Operária. *Tribuna do Povo*, edição de 194°, 1° de janeiro de 1955, p. 2.

- GÓES, C.; BIANCHI, A. Circulación y traducción del pensamiento político: intercambios, producción y hegemonía. In: *Res Pública. Revista de Historia de las Ideas Políticas* 26(3), 2023, p. 217-226.
- GÓES, Camila. Dilemas da tradução do marxismo na periferia: Antonio Gramsci e os fundamentos dos *subaltern studies*. In: *Lua Nova*. São Paulo, 2017, p. 299-353.
- GOMES, Otávio. Derrotemos Chateaubriand. *Tribuna do Povo*, edição n° 197, 22 de janeiro de 1955, p. 8 e 7.
- Governo ianque do sr. Café Filho. Fiéis Servicais de Wall Street os ministros escolhidos pela Embaixada Americana. *Tribuna do Povo*, edição n° 179, 28 de agosto de 1954, p. 1.
- GRAMSCI, Antonio. Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais – Caderno 12. In: *Cadernos do cárcere*. vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- _____. Dos cadernos miscelâneos – Caderno 7. In: *Cadernos do cárcere*. vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- Greve de protesto na Fabrica Santa Izabel. *Tribuna do Povo*, edição n° 129, 29 de agosto de 1953, p. 1.
- GRILL, Igor Gastal. “Memórias” de políticos brasileiros: produção escrita, gestão de imagens e “teorizações” nativas do jogo político. In: *Política & Sociedade*. Florianópolis - Vol. 11 - Nº 22 - Novembro de 2012.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Prólogo: Doces ilusões, duras realidade. In: BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950-1988)*. 3° ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 11-31.
- HOBBSBAWM, Eric. *A era dos extremos*. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- IANNI, Octavio. *Dialética e Capitalismo: ensaio sobre o pensamento de Marx*. 2° ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1982.
- II Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas. Manifesto de Convocação. *Tribuna do Povo*, edição n° 176, 7 de agosto de 1954, p. 3.
- II Congresso de Previdencia e Seguro Social. *Tribuna do Povo*, edição n° 165, 15 de maio de 1954, p. 1.
- Ilegal rebaixamento de salario na fabrica Santa Amelia. *Tribuna do Povo*, edição n° 51, 17 de setembro de 1949, p. 4.
- Imediata aplicação dos novos salários mínimos. *Tribuna do Povo*, edição n° 150, 30 de janeiro de 1954, p. 4.
- Impera o regime da meia nos latifúndios maranhenses. *Tribuna do Povo*, edição n° 172, 10 de julho de 1954, p. 4.
- Inimigos da infância os donos da São Luiz. *Tribuna do Povo*, edição n° 130, 5 de setembro de 1953, p. 1 e 3.
- Inimigos do povo – Eugenio e V. Pereira. *Tribuna do Povo*, edição n° 134, 10 de outubro de 1953, p. 1 e 5.
- Instalado com êxito o diretório estadual do MNPT. Programa de ação em favor de Juscelino e Jango, Cunha Machado e Colares Moreira. *Tribuna do Povo*, edição n° 249, 1 de outubro de 1955, p. 5.
- Invade paióis de legumes e arranca foros à força. *Tribuna do Povo*, edição n° 245, 15 de setembro de 1955, p. 1 e 2.
- KONDER, Leandro. *História das ideias socialistas no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.
- LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. *História da Medicina em São Luís. Médicos, enfermidades e instituições*. 2015, p. 235.
- Lançada Oficialmente a Campanha dos 15 milhões no Estado. *Tribuna do Povo*, edição n° 131, 19 de setembro de 1953, p. 1.

- Lançado o Programa do MNPT. *Tribuna do Povo*, edição n° 227, 18 de junho de 1955, p. 3 e 2.
- Latifundiário em Coroatá: matou o camponês e quer expulsar a família. *Tribuna do Povo*, edição n° 227, 18 de junho de 1955, p. 2.
- Latifundiários de São Bento avançam nas terras devolutas. *Tribuna do Povo*, edição n° 167, 19 de maio de 1954, p. 6.
- Latifúndio - causa do atraso no campo. *Tribuna do Povo*, edição n° 164, 8 de maio de 1954, p. 6.
- Lavrador em Caxias: ameaçado de morte por ter reclamado seus direitos. *Tribuna do Povo*, edição n° 245, 15 de setembro de 1955, p. 3.
- LEDA, Euvaldo. Os ideais de Lênin são invencíveis. *Tribuna do Povo*, edição n° 149, 23 de janeiro de 1954, p. 1.
- Lênin, gênio da Revolução Proletária, *Tribuna do Povo*, edição de n° 150, 30 de janeiro de 1954, p. 1 e 2.
- Levantemos a Bandeira de Independência ou Morte. *Tribuna do Povo*, edição n° 131, 19 de setembro de 1953, p. 3 e 4.
- LIMA, Joré. Homens trabalhando doentes com pernas inchadas e feridas, dentro de um tanque de água podre e outros com dedos feridos pelo deído. *Tribuna do Povo*, edição n° 236, 30 de julho de 1955, p. 3.
- LIMA, Telma; MIOTO, Regina. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. In: *Rev. Katál.*, vol. 10, n. esp., p. 37-45, 2007.
- LIMA, William Moreira. Prestes, fiel discípulo de Lênin e Stálin. *Tribuna do Povo*, edição n° 194, 1° de janeiro de 1955, p. 1.
- LÖWY, Michel. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. Michel Löwy, 8° ed. – São Paulo: Cortez, 1992.
- _____. *O Método dialético e a teoria política*. 2° ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- LUKÁCS, György. *Arte e sociedade: escritos estéticos 1932-1967*. Organização, introdução e tradução de Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Neto Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.
- MACHADO, Maria Helena. *Os médicos no Brasil: um retrato da realdiade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.
- Mais um Comitê contra Chatô. *Tribuna do Povo*, edição n° 203, 5 de março de 1955, p. 5.
- Malenkov Reafirma a Política de Paz da U.R.S.S. *Tribuna do Povo*, edição de n° 128, datada de 22 de agosto de 1953, p. 3.
- Manifesto do Comitê Central do PCB. Barremos o caminho à ditadura americana. *Tribuna do Povo*, edição n° 180, 11 de setembro de 1954, p. 1.
- Manifesto Eleitoral do Comitê Regional do Maranhão do Partido Comunista do Brasil. *Tribuna do Povo*, edição n° 243, 3 de setembro de 1955, p. 1 e 2.
- Manifesto Eleitoral do Partido Comunista. *Tribuna do Povo*, edição n° 244, 8 de setembro de 1955, p. 3.
- Memoráveis lutas dos textéis maranhenses *Tribuna do Povo*, edição n° 143, 12 de dezembro de 1953, p. 1.
- MENDES, Sylvânio Aguiar. *Entre burros e empurrões: uma história dos bondes elétricos em São Luís (1924-1966)*. Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2008.
- MICELI, Sérgio. Carne e osso da elite política brasileira pós-1930. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 5. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1991. Tomo III, v.3, n.10, p.578-9.
- MOREIRA, Ionayra Pinto Lima. Maria José Aragão e a ditadura militar: memória além da praça. In: JORGE, Wellington Junior (Org.). *Ditadura Militar: memórias*. Maringá: Uniedusul Editora, 2019, p. 5-17.

- MOREIRA, Neiva. *O pilão da madrugada*. Rio de Janeiro: Terceiro Mundo, 1989. p.45.
- MOTA, Antonia da Silva. A atividade fabril em São Luís do Maranhão, século XVIII-XIX. In: MOTA, Antonia da Silva; Neto, Ulisses Pernambuco Melo. (Org.). *A sedução das ruínas - Arqueologia e resgate*. São Luís: EDUFMA, 2015.
- Na Boot Brasil LTDA demitem operários para não atingir estabilidade. *Tribuna do Povo*, edição nº 248, 24 de setembro de 1955, p. 4.
- Na Fab. Martins diariamente saem operários queimados. *Tribuna do Povo*, edição nº 128, 22 de agosto de 1953, p. 1.
- Na II Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas. *Tribuna do Povo*, edição nº 186, 23 de outubro de 1954, p. 1 e 3.
- Na URSS, pátria do socialismo. O povo soviético é o comprador mais rico do mundo. *Tribuna do Povo*, edição nº 166, 22 de maio de 1954, p. 4.
- Não se ganha o salário-mínimo na fábrica Camboa. *Tribuna do Povo*, edição nº 203, 5 de março de 1955, p. 2 e 5).
- Nenhuma abstenção. *Tribuna do Povo*, edição nº 207, 19 de março de 1955, p. 1.
- NETO, Euclides Moreira. *Maria por Maria ou a Saga da Besta-Fera nos Porões do Cárcere e da Ditadura*. São Luís: EDUFMA, 2015.
- NETTO, José Paulo. *Capitalismo e Reificação*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.
- _____. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- _____. Introdução ao método da teoria social. In: *Serviço Social: direitos e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 667-696.
- No Brasil dominado pelos ianques. O povo brasileiro é um dos mais pobres compradores do mundo. *Tribuna do Povo*, edição nº 166, 22 de maio de 1954, p. 4.
- No coração da humanidade o campeão mundial da paz Stalin. *Tribuna do Povo*, edição nº 144, 19 de dezembro de 1953, p. 1.
- No Maranhão há homens dignos que sabem honrar o mandato. *Tribuna do Povo*, edição nº 202, 26 de fevereiro de 1955, p. 1 e 7.
- No município de Codó o latifúndio espalha a fome e a escravidão. *Tribuna do Povo*, edição nº 173, 17 de julho de 1954, p. 4.
- Nossa Campanha. *Tribuna do Povo*, edição nº 130, 5 de setembro de 1953 p. 4.
- Novas rebaixa de preços na U.R.S.S. *Tribuna do Povo*, edição nº 160, 10 de abril de 1954, p. 6.
- Novo crime do governo contra as liberdades constituídas. Invasão e danificada, as caladas da noite, por capangas do governo, a amplificadora ‘Voz Vera-Cruz Marques’. *Tribuna do Povo*, edição nº 338, 6 de agosto de 1955, p. 1.
- Numa creche onde as crianças não têm alegria de viver. *Tribuna do Povo*, edição nº 143, 12 de dezembro de 1953, p. 6 e 5.
- O “Bate-Fundo” da Copa e Cozinha não interessa ao povo. *Tribuna do Povo*, edição 43, 23 de julho de 1949, p. 1.
- O completo golpe contra a economia popular. *Tribuna do Povo*, edição 134, 10 de outubro de 1953, p. 1 e 5.
- O frigorífico anula a tabela da COAP. *Tribuna do Povo*, edição nº 213, 16 de abril de 1955, p. 2.
- O latifúndio espalha fome, terror e miséria. *Tribuna do Povo*, edição nº 169, 12 de junho de 1954, p. 8.
- O latifúndio leva à ruína os camponeses caxienses. *Tribuna do Povo*, edição nº 228, 25 de junho de 1955, p. 3.

- O MNPT veio ao encontro das nossas aspirações. Declara à <<Tribuna do Povo>> o sr. Gilberto Soares de Araújo, oficial de máquinas da marinha mercante e líder sindical no setor marítimo, residente no Rio de Janeiro e que transitou por esta capital. Tribuna do Povo, edição n° 245, 15 de setembro de 1955, p. 1 e 2.
- O povo obrigará Colares a respeitar a Constituição. Tribuna do Povo, edição n° 249, 1 de outubro de 1955, p. 1.
- O que significa o Pacto do Atlântico. Tribuna do Povo, edição n° 38, 16 de abril de 1949, p. 3.
- O Regime Dominante Garante a Grilagem das Terras no País. Tribuna do Povo, edição n° 152, 13 de fevereiro de 1954, p. 4.
- O Regime Dominante Garante a Grilagem das Terras no País. Tribuna do Povo, edição n° 153, 20 de fevereiro de 1954, p. 4 e 5.
- O truste americano de pescado esfomeia o povo maranhense. Tribuna do Povo, edição n° 156, 13 de março de 1954, p. 6.
- O tubarão governador burla a lei trabalhista. Tribuna do Povo, edição n° 151, 6 de fevereiro de 1954, p. 6.
- O XXX aniversário da morte de Lênin. Lênin, guia genial do proletariado mundial. Tribuna do Povo, edição n° 149, 23 de janeiro de 1954, p.1, 6 e 2.
- Obrigado o trabalho gratuito nos latifúndios de Pedreiras. Tribuna do Povo, edição n° 261, 11 de dezembro de 1955, p. 3 e 2.
- Onde pode chegar?. Tribuna do Povo, edição n° 128, 22 de agosto de 1953, p. 3.
- Os ensinamentos do 1° Congr. de Previdência. Tribuna do Povo, edição n° 131, 19 de setembro de 1953, p. 2.
- Os operários da Cambôa: não ganham salário-mínimo e são vigiados na saída. Tribuna do Povo, edição n° 261, 17 de dezembro de 1955, p. 1.
- Pagam 540 cruzeiros por cada linha de roça. Tribuna do Povo, edição n° 170, 19 de junho de 1954, p. 6.
- Panorama Nacional. O Combate, edição n° 6098, 8 de outubro de 1951, p. 2.
- PARAGASSU, André Silva. A luta dos trabalhadores do Brasil contra o jugo do imperialismo dos Estados Unidos, pela independência nacional e pela paz. In: *Revista Problemas*, edição n° 43 nov-dez, de 1942, s/n. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/43/luta.htm
- Pela equiparação do salário mínimo do Anil ao da Capital. Tribuna do Povo, edição n° 42, 18 de junho de 1949, p. 6.
- Pelo arquivamento de processo-farsa contra a Dra. Maria Aragão. Tribuna do Povo, edição n° 261, 11 de dezembro de 1955, p. 1.
- Pelo Reatamento das Relações Comerciais com a U. R. S. S. Tribuna do Povo, edição n° 147, 9 de janeiro de 1954, p. 1.
- Pelo reatamento das relações comerciais. Tribuna do Povo, edição n° 139, 14 de novembro de 1953, p. 3.
- PFLUEGER, Anna Karla de Almeida dos Santos; SANTOS, Grete Soares. Modernidades Industriais no Maranhão. In: *Labor & Eng*, vol.13, 2019, p.1-10.
- PORTAL DE DADOS ABERTOS DO TSE: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZjYxOWIwODctZmNkYi00OGQxLTk2NWQ0OTZhYjkwODQyYWJhIiwidCI6ImFiNzcyYzYzLWViMzgtNGIxZS1iZWY3LTdiNjBIZDhhY2RmMSJ9> . Visto em 2 de outubro de 2023.
- Posse da diretoria da L. E. N. Tribuna do Povo, edição n° 205, 12 de março de 1955, p. 1 e 2.
- PRESTES, Luiz Carlos. As eleições presidências de 1955 e as tarefas de nosso Partido. Tribuna do Povo, edição n° 212, 9 de abril de 1955, p. 3-8.

- _____. Documento decisivo sobre o momento político. As eleições presidenciais de 1955 e as tarefas de nosso partido. *Tribuna do Povo*, edição nº 212, 9 de abril de 1955, p. 3-6.
- _____. Presidente Mao Tsé-Tung. *Tribuna do Povo*, edição nº 147, 9 de janeiro de 1954, p. 1.
- _____. Que todos se unam pela Paz. (Transcrito de A Classe Operária, edição de 26 de março de 1949). (*Tribuna do Povo*, edição nº 39, 9 de maio de 1949, p. 5).
- _____. Telegrama de Prestes a Codovilla. *Tribuna do Povo*, edição nº 152, 13 de fevereiro de 1954, p. 1.
- Projeto de Programa do Partido Comunista do Brasil. *Tribuna do Povo*, edição nº 146, 1 de janeiro de 1954, p. 1, 2, 3 e 4.
- Protesto do povo nas ruas contra o golpe e pelas liberdades. *Tribuna do Povo*, edição nº 179, 28 de agosto de 1954, p. 1.
- Protestos no mundo inteiro contra a selvageria da ditadura. *Tribuna do Povo*, edição nº 39, 9 de maio de 1949, p. 4.
- Punidos na Santa Amélia os operários acidentados. *Tribuna do Povo*, edição nº 229, 2 de julho de 1955, p. 1 e 2.
- Punidos na Santa Amélia os operários acidentados. *Tribuna do Povo*, edição nº 229, 2 de julho de 1955, p. 1 e 2.
- Quase 100 milhões pela obra do porto do Itaquí, *Tribuna do Povo*, edição nº 204, 9 de março de 1955, p. 4 e 3.
- Que imprensa temos, em nosso Estado? Preocupação com as reivindicações do Povo. Um apelo. *Tribuna do Povo*, edição nº 209, 26 de março de 1955, p. 3 e 2.
- Quem defende o povo?. *Tribuna do Povo*, edição nº 205, 12 de março de 1955, p. 4.
- Rebaixa de preços nas Democracias Populares. *Tribuna do Povo*, edição nº 219, 15 de maio de 1955, p. 4.
- Rebaixa de preços nas Democracias Populares. *Tribuna do Povo*, edição nº 221, 21 de maio de 1955, p. 3.
- Recomeçam os incêndios no bairro N. S. de Fátima. *Tribuna do Povo*, edição nº 247, 22 de setembro de 1955, p. 1 e 2.
- Regime escravagista no município de Caxias. Os moradores do latifundiário Antonio Bruno além de serem coagidos por todas as formas, não gosam o direito de pegar em dinheiro. *Tribuna do Povo*, edição nº 221, 21 de maio de 1955, p. 4 e 2.
- Regime escravagista para os operários da fabril. *Tribuna do Povo*, edição nº 224, 4 de junho de 1955, p. 4 e 2.
- Relações comerciais com todos os países. Telegrama da Associação Comercial de Caxias. *Tribuna do Povo*, edição nº 200, 12 de fevereiro de 1955, p. 1.
- Resoluções da II Assembléia Nacional de Mulheres por Melhores Condições de Vida. *Tribuna do Povo*, edição nº 137, 31 de outubro de 1953, p. 2.
- Resoluções. *Tribuna do Povo* edição nº 211, 2 de abril de 1955, p. 1.
- Resoluções. *Tribuna do Povo* edição nº 212, 9 de abril de 1955, p. 1.
- Responsável o governo pelo crime de incêndios. Manifesto do C.R. do PCB. *Tribuna do Povo*, edição nº 183, 30 de setembro de 1954, p. 1 e 5.
- RIBERA, Ricardo. A Guerra Fria: breves notas para um debate. (Tradução de Marisa de Oliveira). In: *Novo Rumos*, Marília, v.49, n. 1, Jan-Jun. São Paulo, 2012.
- RIBEIRO, Elisandra Cantanhede; RIBEIRO, Elizania Cantanhede; SILVA, José Jonas da. Maria Aragão: mulher negra de lutas. In: *Kwanissa*, vol. 1, n.1, jan/jun, 2018, p. 41-55.
- Sabotagem e Exploração no Cotonifício Cândido Ribeiro. (*Tribuna do Povo*, edição nº 173, 17 de julho de 1954, p. 1.

- Salve vinte e três de maio. Tribuna do Povo, edição nº 40, 22 de maio de 1949, p. 1.
- Salve! Stálin, o campeão da paz. Tribuna do Povo, edição nº 57, 21 de dezembro de 1949, p. 1 e 5.
- Sanharó – Fábrica da morte. Tribuna do Povo, edição nº 154, 27 de fevereiro de 1954, p. 1.
- SANTOS, Theotonio dos. *Evolução histórica do Brasil: da colônia à crise da “Nova República”*. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2021.
- SCHLESENER, Anita Helena. Filosofia da práxis e tradutibilidade: notas a partir de Gramsci. In: *Novos Rumos*, nº 59, jan-jun, 2022, p. 79-91.
- _____. A dimensão política da cultura na leitura de Gramsci. In: *Colóquio CEMARX*, 2012. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/5421_Schlesener_Anita.pdf
- SCHWARCZ, Lília Moritz, STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- Se necessário, irão à greve pelo s. mínimo. Tribuna do Povo, edição nº 150, 30 de janeiro de 1954, p. 6.
- Segundo Congresso de Previdência Social. Tribuna do Povo, edição nº 168, 5 de junho de 1954, p. 6.
- Senadores da ilha, apesar das fraudes. Tribuna do Povo, edição nº 207, 26 de março de 1955, p. 1.
- SILVA, Marcelo Fontenelle. *A besta fera vai ao paraíso: uma análise da construção da memória e identidade pública da médica e comunista maranhense Maria Aragão*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Humanas. São Luís, f. 208. 2017.
- SILVA, Ricardo. O contextualismo linguístico na história do pensamento político: Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo. In: *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, vol. 53, n. 2, p. 299-335, 2010.
- SILVA, Sebastião Rodrigues e. Latifundiários, causa da miséria no campo. Tribuna do Povo, edição nº 155, 5 de novembro de 1955, p. 2.
- _____. O aniversário da Constituição e o respeito aos nossos direitos. Tribuna do Povo, edição nº 246, 17 de setembro de 1955, p. 4.
- SILVEIRA, Rodrigo da. Homens e Fatos. Desespero de causa. Tribuna do Povo, edição nº 247, 22 de setembro de 1955, p. 2.
- SILVEIRA, Rodrigo da. Homens e Fatos. Tribuna do Povo, edição nº 230, 6 de julho de 1955, p. 3.
- Sob grande entusiasmo: fundado em Caxias 3 núcleos do MNPT. Tribuna do Povo, edição nº 247, 22 de setembro de 1955, p. 1 e 2.
- Sobre o 30.º aniversário da morte do grande líder Lênin. Tribuna do Povo, edição nº 148, 16 de janeiro de 1954, p. 1.
- Sobre o programa do PCB Informe apresentado por Luiz Carlos Prestes ao Pleno do Comitê Central do PCB. Tribuna do Povo, edição nº 152, 13 de fevereiro de 1954, p. 3.
- Sociais. Tribuna do Povo, edição nº 139, 14 de novembro de 1953, p. 3.
- Sociais. Tribuna do Povo, edição nº 145, 26 de dezembro de 1953, p. 3.
- Sociais. Tribuna do Povo, edição nº 152, 13 de fevereiro de 1954, p. 6.
- Sociais. Tribuna do Povo, edição nº 160, 10 de abril de 1954, p. 6.
- Sociais. Tribuna do Povo, edição nº 161, 17 de abril de 1954, p. 6.
- Sociais. Tribuna do Povo, edição nº 174, 24 de julho de 1954, p. 6.
- Sociais. Tribuna do Povo, edição nº 198, 29 de janeiro de 1955, p. 8.
- Sociais. Tribuna do Povo, edição nº 236, 30 de julho de 1955, p. 3.
- Sociais. Tribuna do Povo, edição nº 38, 16 de abril de 1949, p. 6.

- Sociais. *Tribuna do Povo*, edição n° 196, 15 de janeiro de 1955, p. 6.
- Solicitadas. Ao povo maranhense. Nota do Comitê Estadual. *O Combate*, edição n° 4173, 9 de maio de 1947, p. 4.
- SOUSA, Karlana Bianca Matos. *Memorial e Instituto Maria Aragão: sobre espaços de memória das lutas da esquerda no Maranhão*. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Centro de Ciências Humanas. Vitória da Conquista, f. 89. 2018.
- SOUSA, Raimundo Alves de. *Os desconhecidos da história da imprensa comunista*. Rio de Janeiro: Fundação Dinarco Reis, 2005.
- Stalin - Guia e Mestre do Proletariado, *Tribuna do Povo*, edição n° 156, 13 de março de 1954, p. 6 e 5.
- Stalin para sempre no coração do povo. Seus ensinamentos guiam os Trabalhadores e os Povos Oprimidos do Mundo Inteiro na Luta pela Paz e Pela Felicidade, *Tribuna do Povo*, edição n° 155, 6 de março de 1954, p. 1.
- Sub-Comitês de rua contra o vende-pátria. *Tribuna do Povo*, edição n° 205, 12 de março de 1955, p. 2.
- Suborno e Fraude nas eleições dos têxteis. Uma pessoa votada 4 e mais vezes, fosse associado ou não no sindicato. *Tribuna do Povo*, edição n° 198, 29 de janeiro de 1955, p. 8.
- TARCUS, Horário. A história intelectual e a problemática da recepção: Marx na Argentina. (Tradução de Luccas Eduardo Maldonado. Revisão de José Renato Margarido Galvão). In: *Revista Outubro*, n° 30, maio de 2018, p. 21-76.
- Terror desencadeado na Fábrica “São Luiz”. *Tribuna do Povo*, edição n° 189, 13 de novembro de 1954, p. 6.
- Todo apêio ao Sindicato. *Tribuna do Povo*, edição n° 159, 3 de abril de 1954, p. 6.
- Tornar vitorioso o mês da Imprensa Popular. *Tribuna do Povo*, edição n° 205, 12 de março de 1955, p. 4.
- Traidores e oportunistas. Expulsos das fileiras do PCB. *Tribuna do Povo*, edição n° 143, 12 de dezembro de 1953, p. 1 e 5.
- Tribuna do Povo* e o esporte amadorista. *Tribuna do Povo*, edição 198, 29 de janeiro de 1955, p. 5.
- Tribuna do Povo*. Registrado no D.N.P.I. sob o n. 261. 201 de 3- 2-54. *Tribuna do Povo*, edição n° 193, 11 de dezembro de 1954, p. 3.
- Tribuna do Povo*. Registrado sob o número de ordem 6.590, Livro B, n° 01. Cartório Dedimo Cantuaria. *Tribuna do Povo*, edição n° 51, 17 de setembro de 1949, p. 2.
- Tribuna do Povo*. Salve o construtor do socialismo!. *Tribuna do Povo*, edição n° 214, 23 de abril de 1955, p. 1 e 7.
- Tribuna do Povo*. Um jornal a serviço da coletividade. *Tribuna do Povo*, edição n° 51, 17 de setembro de 1949, p. 2.
- ULTAB. Por uma reforma agrária democrática. *Tribuna do Povo*, edição n° 221, 21 de maio de 1955, p. 1.
- Um dia de salário por um quilo de carne. *Tribuna do Povo*, edição n° 144, 19 de dezembro de 1953, p. 6.
- Um mês de salário de abono de Natal. *Tribuna do povo*, edição 57, 21 de dezembro de 1949, p. 3.
- Um passo em benefício da economia nacional. Mais uma personalidade maranhense manifesta-se em favor do reatamento das relações comerciais e diplomática do Brasil com a U.R.S.S. *Tribuna do Povo*, edição 142, 5 de dezembro de 1953, p. 4.
- UME contra Chatô. *Tribuna do Povo*, edição ° 205, 12 de março de 1955, p. 4.
- Unidos e organizados os têxteis obterão a vitória. *Tribuna do Povo*, edição n° 127, 15 de agosto de 1953, p. 3 e 4.

- VELOZ, Walter. Cinco vezes campeões os paulistas. 1952-III Tribuna do Povo, edição n° 175, 31 de julho de 1954, p. 3.
- _____. Cinco vezes campeões os paulistas. 1953-IV. Tribuna do Povo, edição n° 176, 7 de agosto de 1954, p. 5.
- _____. Cinco vezes campeões os paulistas. A história do torneio Rio-São Paulo, hoje sob a nova denominação de Roberto Gomes Pedrosa. 1951-II. Tribuna do Povo, edição n° 174, 24 de julho de 1954, p. 3.
- _____. Cinco vezes campeões os paulistas. Torneio Rio-S. Paulo, agora chamado Roberto Gomes Pedrosa. 1954-V. Tribuna do Povo, edição n° 177, 14 de agosto de 1954, p. 5.
- VELOZ, Walter. Tribuna do Povo e o esporte amadorista. Tribuna do Povo, edição n° 187, 30 de outubro de 1954, p. 5.
- _____. Walter. Rio-São Paulo. Em 1950. Tribuna do Povo, edição n° 173, 17 de julho de 1954, p. 3.
- _____. Tribuna do Povo e o esporte amadorista. Tribuna do Povo, edição n° 189, 13 de novembro de 1954, p. 5.
- _____. Tribuna do Povo e o esporte amadorista. Tribuna do Povo, edição n° 190, 20 de novembro de 1954, p. 5.
- _____. Tribuna do Povo e o esporte amadorista. Tribuna do Povo, edição n° 197, 27 de novembro de 1954, p. 7.
- _____. Tribuna do Povo e o esporte amadorista. Tribuna do Povo, edição n° 197, 22 de janeiro de 1955, p. 7.
- _____. Tribuna do Povo e o esporte amadorista. Tribuna do Povo, edição n° 198, 29 de janeiro de 1955, p. 7.
- Verdadeira câmara de torturas a Fábrica Martins, Irmão&Cia. Tribuna do Povo, edição n° 127, 15 de agosto de 1953, p. 3.
- Vida Sindical. Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Panificação e Confeitaria de S. Luís Tribuna do Povo, edição n° 243, 3 de setembro de 1955, p. 2.
- Violencia Policial. Tribuna do Povo, edição n° 147, 9 de janeiro de 1954, p. 6.
- Vitória do povo contra Chatô. A luta contra a infame barganha, entra em nova fase. Tribuna do Povo, edição n° 204, 9 de março de 1955, p. 2.
- Vitória dos lavradores contra ladrões de terras. Tribuna do Povo, edição n° 227, 18 de junho de 1955, p. 1.
- Vitoriosos os operários da Cânhamo. Tribuna do Povo, edição n° 235, 28 de julho de 1955, p. 1 e 2.
- Voz do Trabalhador. Tribuna do Povo, edição n° 176, 7 de agosto de 1954, p. 6.
- WALLERSTEIN, Immanuel. A descoberta da economia-mundo. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, vol. 69, 2004, p. 3-16.
- William Aboud intensifica as perseguições aos operários da Santa Isabel. Tribuna do Povo, edição n° 227, 18 de junho de 1955, p. 4.
- WOLLMANN, Luciana Pucu; RIBEIRO, Felipe. Militância sindical têxtil e alianças políticas: comunismo, trabalhismo e nacionalismo na experiência operária fluminense 1955-1964. In: *Perseu*, n° 12, Ano 7, 2016, p. 198-232.

